

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Marilse Beatriz Losekann

**OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E  
PATRONAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
(APA) DO IBIRAPUITÃ/RS: DIVERGÊNCIAS E  
CONVERGÊNCIAS NA LÓGICA DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

Santa Maria, RS  
2018

**Marilse Beatriz Losekann**

**OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E  
PATRONAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
(APA) DO IBIRAPUITÃ/RS: DIVERGÊNCIAS E  
CONVERGÊNCIAS NA LÓGICA DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial obtenção do título de **Doutora em Geografia.**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Santa Maria, RS  
2018

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Losekann, Marilse Beatriz

OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL NA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO IBIRAPUITÃ/RS:  
DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS NA LÓGICA DE REPRODUÇÃO  
SOCIAL / Marilse Beatriz Losekann.- 2018.

230 p.; 30 cm

Orientadora: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Coorientadora: Giancarla Salomoni

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2018

1. Território 2. Agricultura 3. Área de Proteção  
Ambiental 4. Pampa 5. Sustentabilidade I. Wizniewsky,  
Carmen Rejane Flores II. Salomoni, Giancarla III. Título.

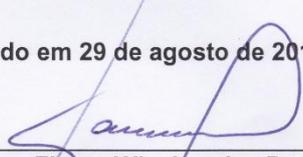
Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

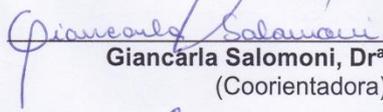
**Marilse Beatriz Losekann**

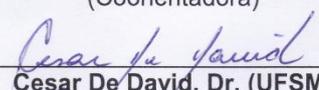
**OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E  
PATRONAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
(APA) DO IBIRAPUITÁ/RS: DIVERGÊNCIAS E  
CONVERGÊNCIAS NA LÓGICA DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

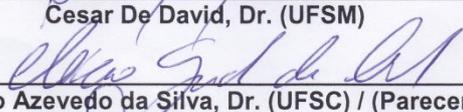
Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial obtenção do título de **Doutora em Geografia**.

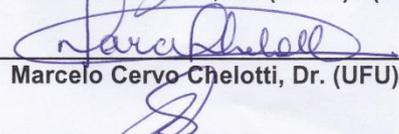
**Aprovado em 29 de agosto de 2018:**

  
\_\_\_\_\_  
**Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Giancãrla Salomoni, Dr<sup>a</sup>. (UFPEL)**  
(Coorientadora)

  
\_\_\_\_\_  
**Cesar De David, Dr. (UFSM)**

  
\_\_\_\_\_  
**Clécio Azevedo da Silva, Dr. (UFSC) / (Parecer)**

  
\_\_\_\_\_  
**Marcelo Cervo Chelotti, Dr. (UFU)**

  
\_\_\_\_\_  
**Vicente Celestino Pires Silveira, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2018

## DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, que nos estudos dos filhos realizam  
o sonho que lhes foi negado.*

## AGRADECIMENTOS

*A concretização deste trabalho ocorreu pela contribuição de várias pessoas e instituições, as quais agradeço imensamente, em especial:*

*- Aos meus pais, Helio e Brunilda, que mesmo com pouco estudo, sempre incentivaram a mim e aos meus irmãos a alçarem voo do ninho em busca de estudos, mesmo que para isso ocorrer tivéssemos que passar a viver a 300 km de casa, distância da Universidade pública mais próxima naquela época. Aos meus irmãos Marcos e Marno, que sempre foram um exemplo e inspiração para o caminho dos estudos;*

*- As instituições de ensino públicas nas quais estudei desde a educação básica, em especial a Universidade Federal de Santa Maria onde concluí a graduação, o mestrado e agora o doutorado;*

*- A minha orientadora, Prof. Dr<sup>a</sup> Carmen Rejane Flores Wizniewsky, pela qual tenho imenso carinho e admiração e, que desde o início da graduação tive a honra de ser sua orientada, bem como no mestrado e agora do doutorado. Gratidão pelos aprendizados que vão além dos ensinamentos acadêmicos e com certeza sua paciência, respeito e alegria levo como exemplo.*

*- Também a minha coorientadora, Prof. Dr<sup>a</sup> Giancarla Salamoni, a qual sempre esteve disposta em contribuir para a pesquisa;*

*- Ao GPET – Grupo de Pesquisa em Educação e Território – que desde o início da graduação me proporcionou a inserção na pesquisa e na extensão, e ao coordenador do grupo Prof. Dr<sup>o</sup> Cesar De David, também considero como um orientador ao longo da minha jornada acadêmica;*

*- Aos colegas do PPGGeo, em especial a Fernanda, Simone, Franciele, Janete e Kelly, “Premiado”, parceiras na construção do conhecimento, na organização de eventos, no apoio nos momentos de desafios da tese e de descontração;*

*- Ao meu esposo, Mauro Janner Martins, pela paciência, carinho, incentivo e trocas de ideias, e em especial pela fundamental contribuição para realização do trabalho de campo;*

*- A CAPES pela concessão da bolsa de doutorado, sem a qual não teria como viabilizar os trabalhos de campo da pesquisa;*

- A fundação Maronna pela disponibilização do banco de dados do Projeto urb-al, fundamental para o embasamento da pesquisa, bem como pelo auxílio na inserção junto aos pecuaristas do Rincão do 28;

- Ao Prof. Dr<sup>o</sup> Vicente Celestino Pires Silveira (UFSM) que também foi fundamental para a inserção junto aos sujeitos pesquisados devido ao êxito de suas pesquisas e ações junto aos moradores da APA;

- Agradeço imensamente aos sujeitos desta pesquisa que disponibilizaram tempo para responder as entrevistas, pelos almoços e pousos oferecidos, que foram fundamentais para a concretização do trabalho de campo.

## **Pampa**

Joca Martins

Compositor: Rodrigo Bauer E Fabrício Harden

*A Pampa é um país com três bandeiras  
e um homem que mateia concentrado,  
seus olhos correm por sobre as fronteiras  
que o fazem tão unido e separado!*

*A Pampa é um lugar que se transcende,  
fronteiras são impostas pelas guerras;  
“y el gaúcho”, com certeza, não entende  
três nomes, três brasões pra mesma terra!*

*O campo a se estender, imenso e plano,  
alarga o horizonte “mas allá”...  
Talvez seja por isso que o pampeano  
enxerga além... De onde está!*

*Assim é o povo fronteiro,  
tropa, cavalo e tropeiro  
vão na mesma vez...  
Pátria e querência na estampa,  
somos um só nesta pampa,  
mas se contam três...  
Por que se contam três?*

*Meu verso vem de Jaime e Aureliano,  
de Rillo e Retamozo um céu azul!  
Sou Bento e Tiaraju, heróis pampeanos  
da forja desse Rio Grande do Sul!*

*A voz vem de Cafrune e canta assim,  
a rima de Lugones, minha sina,  
e a fibra de Jose de San Martín;  
a História é quem me inscreve na Argentina!*

*Meu canto vem de Osiris, voz antiga  
da Pampa que em meu sangue não se esvai...  
Comigo vem Rivera, vem Artigas...  
Legenda eu sou... No Uruguai!*

*Rumos dessa Pampa Grande,  
viemos dos versos de Hernandez,  
somos céu e chão...  
Todo o pampeano, sem erro,  
tem muito de Martin Fierro  
pelo coração...  
Dentro do coração!*

## RESUMO

### OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO IBIRAPUITÃ/RS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS NA LÓGICA DE REPRODUÇÃO SOCIAL

AUTORA: Marilse Beatriz Losekann  
ORIENTADORA: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Este trabalho apresenta um estudo acerca dos territórios e territorialidades dos agricultores patronais e familiares que vivem na Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, Unidade de Conservação de Uso Sustentável do Bioma Pampa, Rio Grande do Sul. Visa compreender quais as estratégias de reprodução social são empregadas assim como as adaptações às normas da Unidade de Conservação. O estudo é embasado pela pesquisa qualitativa e dentre os instrumentos e técnicas foram utilizados a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, observação sistemática, uso de fotografias e por fim a análise e discussão das informações. Os resultados demonstram que no território da Unidade de Conservação denominada APA do Ibirapuitã, ainda predomina a pecuária extensiva sobre o campo natural, configurando a manutenção das características culturais e ambientais locais do Bioma Pampa, e a manutenção da coexistência histórica da agricultura patronal e familiar. Algumas práticas tradicionais como o descapoeiramento se apresentam como conflituosas às normativas legais da UC. Dentre as principais estratégias de reprodução social encontram-se, tanto entre os patronais quanto entre os familiares: a auto-organização como as Associações dos Produtores do Rincão do 28 e do Rincão do Batista, a Comunidade Quilombola Rincão da Chirca, bem como formas de cooperação não institucionalizadas como a venda conjunta de animais por vizinhos que mantêm características produtivas semelhantes; o arrendamento ou parceria; a introdução do discurso e de práticas sustentáveis que vem contribuindo para a conservação da APA; e a inserção da mulher na tomada de decisão e nas atividades diárias das lidas campeiras, estratégia essa utilizada nos territórios familiares. O CONAPA, Conselho Gestor da APA, se configura como instrumento dialógico entre os sujeitos e instituições que compõem o território da Unidade de Conservação, é necessário que ocorra o aumento da representatividade dos moradores do interior da APA, pois só assim é possível garantir que haja correspondência das demandas da comunidade envolvida com o espaço protegido, assim como, é essencial que os encontros ocorram com regularidade. Para que esses problemas possam ser superados, é fundamental que as demandas estruturais da APA sejam sanadas, como a destinação de mais verbas e de analistas ambientais para APA.

**Palavras-chave:** Território. Agricultura. Área de Proteção Ambiental. Pampa. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

### THE TERRITORIES OF FAMILY AGRICULTURE AND EMPLOYERS IN THE ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA (APA) DO IBIRAPUITÃ / RS: DIVERGENCES AND CONVERGENCES IN THE LOGIC OF SOCIAL REPRODUCTION

AUTHOR: Marilse Beatriz Losekann

ADVISOR: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

This work presents a study about the territories and territorialities of the farmers and family members who live in the Environmental Protection Area (APA) do Ibirapuitã, Unit of Conservation of Sustainable Use of the Pampa Biome, Rio Grande do Sul. It aims to understand which strategies of social reproduction are employed as well as the adaptations to the standards of the Conservation Unit. The study is based on qualitative research and among the instruments and techniques were used bibliographic and documentary research, field work, semi-structured interviews, systematic observation, use of photographs and finally the analysis and discussion of the information. The results show that in the territory of the Conservation Unit, APA do Ibirapuitã, extensive livestock management still prevails over the natural field, thus maintaining the local cultural and environmental characteristics of the Pampa Biome, and maintaining the historical coexistence of patronal agriculture and family. Some traditional practices such as decommissioning are presented as conflicting with the legal norms of the CU. Among the main strategies of social reproduction are, both among employers and among their families: self-organization such as the Associations of Producers of the Rincão do 28 and Rincão do Batista, the Quilombola Community Rincão da Chirca, as well as forms of non-institutionalized cooperation such as the joint sale of animals by neighbors which maintain similar productive characteristics; lease or partnership; the introduction of the discourse and sustainable practices that have contributed to the conservation of the APA; and the insertion of women in the decision-making and daily activities of the champions, a strategy that is used in the family territories. CONAPA, the Administrative Council of the APA, is configured as a dialogical instrument between the individuals and institutions that make up the territory of the Conservation Unit, it is necessary that there is an increase in the representativeness of the residents of the APA, since this is only possible to guarantee that there is correspondence of the demands of the community involved with the protected space, as well as, it is essential that the meetings occur regularly. For these problems to be overcome, it is critical that the structural demands of the APA be addressed, such as the allocation of more funds and environmental analysts to APA.

**Keywords:** Territory. Agriculture. Environmental Protection Area. Pampa. Sustainability.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização da APA do Ibirapuitã.....	21
Figura 2 - Observações realizadas nas reuniões do CONAPA Ibirapuitã.....	31
Figura 3 – Mapa de localização dos sujeitos entrevistados.....	34
Figura 4 – Dificuldades do trabalho de campo: condições das estradas.....	38
Figura 5 - Esquema metodológico da tese.....	41
Figura 6 - Área de abrangência do Pampa.....	60
Figura 7 - Mapa das áreas prioritárias para conservação e UC no RS.....	62
Figura 8 - Vegetação campestre no Sul do Brasil.....	64
Figura 9 - Mapa de Unidades da Paisagem da APA do Ibirapuitã.....	72
Figura 10 – Norte da APA / Alegrete.....	73
Figura 11 – Afloramentos rochosos no norte da APA.....	74
Figura 12 - Sul da APA / Cerros verdes.....	75
Figura 13 - Mapa de Uso e Cobertura da Terra na APA do Ibirapuitã.....	77
Figura 14 - Mapa das Unidades geomorfológicas da APA do Ibirapuitã.....	78
Figura 15 - Mapa de Solos da região da APA do Ibirapuitã.....	79
Figura 16 - Modelo Digital de Elevação do Terreno da APA do Ibirapuitã.....	80
Figura 17 - Mapa da Vegetação da APA do Ibirapuitã.....	81
Figura 18 - Estratos da vegetação no Sul APA.....	82
Figura 19 - Parque Eólico Cerro Chato e linhas de transmissão.....	83
Figura 20 – Marco de divisa de fronteira entre Brasil-Uruguai.....	101
Figura 21 – Cercas e mangueiras de pedra.....	103
Figura 22 – Casarão de Estância e antiga senzala.....	105
Figura 23 - Tendência atual da soja na metade Sul do RS.....	113
Figura 24 – Escolas na APA do Ibirapuitã.....	127
Figura 25 - Manejo de ovinos.....	134
Figura 26 – Sistema <i>voisin</i> e campo melhorado.....	138
Figura 27 – Tecnologia: equipamento para realizar inseminação e manejo no gado.....	139
Figura 28 – Tecnologia criada pelo produtor.....	140
Figura 29 – Produção de hortaliças e frutas para autoconsumo.....	141
Figura 30 – Artefatos utilizados em cavalos.....	144
Figura 31 – Mangueira e brete para manejo de animais.....	145
Figura 32 – Registro de <i>lidas campeiras</i> na APA do Ibirapuitã.....	146
Figura 33 - Produtos de artesanato em lã de ovelha.....	148

Figura 34 - Área de transição de campo e mata de espinilho.....	150
Figura 35 – Conservação de APP.....	151
Figura 36 - Reunião na sede da Associação dos Moradores do Rincão do 28.....	153
Figura 37 - Associação do Rincão do 28 recebendo premio na Expofeira de Alegrete em 2018.....	154
Figura 38 - Folder e registros das atividades da 8ª Festa dos Produtores de Ovinos do Rincão do Batista.....	156
Figura 39 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Rincão do Batista	157
Figura 40- Mapa de localização do Quilombo da Chirca.....	164
Figura 41 - Entrada de acesso a Comunidade Quilombola Rincão da Chirca e vegetação de Chirca.....	165
Figura 42 – Casa de pedra; criação de ovelhas.....	166
Figura 43 – Pilão de madeira e gamela de madeira com erva de macela.....	167
Figura 44 – VIII Festa do Cordeiro do Rincão do batista.....	169
Figura 45 - Placas de licenciamento.....	185
Figura 46 - Ações para controle de javalis.....	188
Figura 47 - Turismo na APA.....	200

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Concentração de população residente na API Pampa.....	70
Tabela 2 – Número de propriedades por município na API Pampa.....	71
Tabela 3 – Número de propriedades por área na API Pampa.....	71
Tabela 4 - Número de habitantes por faixa etária dos entrevistados.....	126
Tabela 5 - Estrutura fundiária – propriedades com até 300 hectares.....	128
Tabela 6 - Estrutura fundiária - propriedades com mais de 300 hectares.....	129
Tabela 7– Produção de ovinos dos entrevistados.....	133
Tabela 8 – Quantidade de bovinos dos entrevistados.....	137

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Detalhamento das entrevistas realizadas.....	32
Quadro 2 – Unidades de Conservação Federais do Brasil.....	54
Quadro 3 - Participação da Agricultura Familiar e Patronal no espaço agrário brasileiro.....	93
Quadro 4 - Principais divergências entre agricultura patronal e familiar proposto pela FAO/INCRA.....	95
Quadro 5 – Quilombos na Campanha Gaúcha.....	162
Quadro 6 - Composição do CONAPA Ibirapuitã.....	178
Quadro 7 - Resumo das ATAs das reuniões do CONAPA Ibirapuitã.....	179

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Área de Proteção Ambiental (APA)

Áreas de Preservação Permanente (APP)

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (CONAPA)

Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA)

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Instituto de Geografia e Estatística (IBGE),

Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)

Reserva Legal (RL)

Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA),

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN)

Unidade de Conservação (UC)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1	OBJETIVO GERAL.....	17
1.1.1	<b>Objetivos Específicos</b> .....	17
1.2	JUSTIFICATIVA.....	18
1.3	LOCALIZANDO A ÁREA DE ESTUDO.....	20
1.4	APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS COMPONENTES DA TESE.....	22
<b>2</b>	<b>DELINEANDO A PESQUISA: O CAMINHO METODOLÓGICO</b> .....	24
2.1	A PESQUISA QUALITATIVA.....	24
2.2	OS PROCEDIMENTOS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	26
2.2.1	<b>Pesquisa Bibliográfica e documental</b> .....	26
2.2.2	<b>Trabalho de campo</b> .....	27
2.2.3	<b>Observação Sistemática</b> .....	29
2.2.4	<b>Entrevista</b> .....	31
2.2.5	<b>Diário de campo e fotografia</b> .....	40
<b>3</b>	<b>CONHECENDO A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BIRAPUITÃ</b> ..	43
3.1	OS CAMINHOS DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	43
3.2	O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ENTENDENDO A CATEGORIA APA.....	52
3.3	O EMERGIR DE UMA ÁREA PROTEGIDA: HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA APA DO BIRAPUITÃ.....	55
3.4	CAMPOS DO PAMPA: UM ESPAÇO A SER PROTEGIDO.....	59
3.5	CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DA APA DO IBIRAPUITÃ.....	67
<b>4</b>	<b>ESTÂNCIAS E RINCÕES: FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PATRONAIS E FAMILIARES NO PAMPA GAÚCHO</b> .....	84
4.1	AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL: DESVENDANDO OS SUJEITOS DO CAMPO.....	84
4.1.1	<b>Agricultura Familiar</b> .....	85
4.1.2	<b>Agricultura Patronal</b> .....	95
4.2	OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PAMPA GAÚCHO.....	98
4.2.1	<b>O contexto atual do espaço agrário do Pampa Gaúcho</b> .....	110
<b>5</b>	<b>TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL NA APA DO IBIRAPUITÃ</b> .....	116
5.1	AS CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	116
5.2	TERRITORIALIDADES DA DIMENSÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO APA	

DO IBIRAPUITÃ.....	124
5.3 TERRITORIALIDADES DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO APA DO IBIRAPUITÃ.....	133
5.4 DIMENSÃO CULTURAL DO TERRITÓRIO APA DO IBIRAPUITÃ.....	142
5.5 TERRITORIALIDADES DA DIMENSÃO NATURAL DO TERRITÓRIO APA DO IBIRAPUITÃ.....	148
5.6 ASSOCIATIVISMO: ALTERNATIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	152
<b>5.6.1 Associação dos Produtores do Rincão do 28.....</b>	<b>152</b>
<b>5.6.2 Associação dos Produtores Rurais do Rincão do Batista.....</b>	<b>155</b>
5.7 QUILOMBOLAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PAMPA: QUILOMBO DA CHIRCA.....	158
<b>5.7.1 O negro no Pampa Gaúcho.....</b>	<b>160</b>
<b>5.7.2 Territorialidades do Quilombo da Chirca.....</b>	<b>163</b>
5.8 IDENTIDADES DOS SUJEITOS DA APA DO IBIRAPUITÃ.....	170
<b>6 GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NA APA DO IBIRAPUITÃ: EM BUSCA DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS.....</b>	<b>175</b>
6.1 CONAPA IBIRAPUITÃ: GESTÃO COMPARTILHADA.....	175
<b>6.1.1 Concepções acerca da APA e do CONAPA.....</b>	<b>189</b>
6.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA APA DO IBIRAPUITÃ.....	191
<b>7 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>205</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>210</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>223</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>230</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com as questões ambientais ganham notoriedade mundial a partir das décadas de 1970 e 1980, e as transformações do espaço rural da campanha gaúcha a partir de 1960, com a introdução da lavoura cerealista moderna e a conversão dos campos nativos, causou a mobilização de um grupo de ambientalistas que propuseram a criação de um espaço protegido, surgindo assim, em 1992, a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, a qual abrange partes de quatro municípios: Alegrete, Santana do Livramento, Rosário do Sul e Quaraí.

Questões que envolvem o meio ambiente, as ações impactantes produzidas pela sociedade e a necessidade de conservação tornaram-se alguns dos grandes desafios da atualidade, portanto se criam políticas com o interesse de tornar sustentável a relação entre ser humano e natureza, como o caso da Unidade de Conservação (UC) APA do Ibirapuitã. Como afirma Diegues (2000, p.1) “a diversidade biológica não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural. É também uma construção cultural e social”. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas. A criação das Unidades de Conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção pública, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental.

Contudo, as restrições de uso nas Unidades de Conservação, em especial as de uso sustentável que permitem a presença do homem, vem causando divergências na medida em que práticas tradicionais são proibidas. São recorrentes as incongruências entre os instrumentos de gestão e os interesses dos diferentes grupos sociais que ali vivem, prevalecendo o caráter preservacionista que privilegia os aspectos naturais.

Neste contexto, traz-se à discussão a questão da conservação da sociobiodiversidade do Bioma Pampa<sup>1</sup>, especificamente da área delimitada pela Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, classificada como uma

---

<sup>1</sup> Pampa – palavra de origem indígena. Para os Povos Indígenas, originários da região andina e falantes da língua Quéchuá – cuja influência chegou até o Rio da Prata –, o significado de “La Pampa” – substantivo feminino – é planície, área extensa, sem limites (MAZURANA et al, 2016, p. 7).

Unidade de Conservação de Uso Sustentável de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000). Ela é composta predominantemente por propriedades rurais que se apropriam do espaço criando diferentes territórios. Este território institucionalizado põe sob as mesmas normas jurídico-ambientais tanto os territórios da agricultura familiar quanto da patronal. Entender como estes territórios vêm se reproduzindo e se adaptando às normatizações de uso dessa APA, torna-se essencial para que se alcance o objetivo desta Unidade de Conservação, ou seja, a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

A pesquisa busca responder a seguinte indagação: a partir da criação da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, e das restrições de uso daí advindas, quais são as estratégias de produção e reprodução social construídas nos territórios da agricultura familiar e patronal?

Assim, na tentativa de alcançar o entendimento totalizante desse espaço geográfico, o território da APA do Ibirapuitã será compreendido por meio das relações de poder entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições (RAFFESTIN, 1993), materiais e imateriais, na unidade das dimensões econômica, política, cultural e natural (SAQUET, 2009).

## 1.1 OBJETIVO GERAL

O trabalho apresenta como objetivo principal compreender a territorialidade da agricultura familiar e patronal que compõem o território da APA do Ibirapuitã, Bioma Pampa, bem como, as suas estratégias de produção e reprodução social.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Explicar o processo histórico de criação da APA no contexto da conservação do Bioma Pampa, frente à produção do espaço agrário;
- b) Identificar as diferentes territorialidades que integram a Unidade de Conservação APA do Ibirapuitã;
- c) Compreender as territorialidades relacionadas às estratégias de produção e reprodução social da agricultura familiar e patronal;

- d) Apreender como as territorialidades se adaptam as restrições de uso estabelecidas pela legislação das APA's;
- e) Entender a dialogicidade entre os gestores (Secretários municipais e analistas ambientais), mediadores (técnicos da EMATER) e os sujeitos da APA (agricultores familiares e patronais) no espaço do CONAPA (Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã).

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Inúmeras divergências ocorrem em Áreas de Proteção Ambiental e são ocasionadas, majoritariamente, porque práticas tradicionais de uso dos recursos naturais passam a ser proibidas, pois são consideradas agressoras ao meio. A falta de convergência entre os instrumentos de gestão territorial aplicados, o interesse dos diferentes grupos e as políticas públicas, tem inviabilizado o objetivo dessas unidades de conservação que é compatibilizar o uso dos bens naturais com a presença humana.

A área de estudo é constituída, predominantemente, por espaços rurais, que englobam territórios diversos e tem a pecuária extensiva como principal atividade, que inclusive é uma das práticas responsáveis pela conservação da biodiversidade do Bioma Pampa e, uma das justificativas para a criação da APA na área delimitada. Por isso, justifica-se a necessidade de considerar a ação social na conservação da sociobiodiversidade do Bioma Pampa, visto que foi a coexistência entre a sociedade e natureza que garantiu a conformação e manutenção das características deste Bioma e, por isso, se institucionalizou uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UC's). A pecuária extensiva tem sido, por mais de duzentos anos, a forma tradicional de aproveitamento econômico destes campos, indicando uma maior sustentabilidade ambiental da atividade em comparação a outras formas de produção ligadas à agricultura convencional.

De encontro às diversas concepções que afirmam que o homem somente contribui para a perda de biodiversidade, Overbeck (2009) defende que diversos fatores, naturais e sociais contribuem e/ou condicionam a composição da vegetação dos campos. Configura-se assim, uma fortíssima interação histórica entre a apropriação da natureza, a identidade cultural do

gaúcho e a sustentabilidade da paisagem atual, num processo nitidamente caracterizado como co-evolutivo (GUZMÁN, 2000).

Nos estudos realizados sobre Unidades de Conservação ainda predomina o foco nos aspectos naturais, assim como, o forte caráter preservacionista da legislação ambiental que desconhece as evidências científicas sobre o relacionamento, as formas de manejo, da população nativa com o ambiente (DIEGUES, 2000). As territorialidades das populações que vivem nas APAs, e que caracterizam as práticas de diferentes grupos sociais, foram construídas em um meio ambiente específico, por isso sua forma particular de utilizar os recursos naturais, o seu modo de fazer e viver em comunidade e a sua identidade cultural (BENATTI, 1999), deve ser levado em conta nas políticas ambientais.

A gestão de unidades de conservação, enquanto gestão do território é um desafio a ser encarado no processo de construção de territorialidades. É necessário encarar a questão ambiental não apenas como confronto de territorialidades, mas sim de admitir que esse confronto tem raízes na existência de práticas diferenciadas de poder no território, originado da ação de diferentes grupos sociais que representam valores e interesses conflitantes. Assim, a compreensão do processo de dialogicidade entre os gestores, agricultores e demais instituições no âmbito do CONAPA, torna-se relevante para identificar as divergências e convergências existentes.

Compreender as territorialidades da agricultura familiar e da patronal, bem como suas estratégias de produção e reprodução social em uma Área de Proteção Ambiental, propicia discutir, ratificar ou reconstruir os conceitos de território, agricultura e sustentabilidade, contribuindo para a (re)construção do conhecimento científico geográfico sobre essas temáticas.

Embora a APA do Ibirapuitã seja uma unidade representativa dentro do Bioma Pampa, as dificuldades de gestão deste território, para garantir que os objetivos que visam à sustentabilidade sejam alcançados, são inúmeras. A falta de estrutura física, financeira e de recursos humanos impossibilita inclusive saber quantos sujeitos vivem dentro da APA, criando um processo de invisibilidade destes. “Grande parte da população dos municípios que a

abrigam desconhece o que é, para que serve e onde se localiza a APA do Ibirapuitã” (EG1<sup>2</sup>).

Assim, além de estudos relacionados aos elementos bióticos e abióticos, fazem-se necessários também estudos que englobem as populações humanas, e por consequência obtenha-se o conhecimento acerca das dimensões econômica, política, social/cultural e ambiental dos territórios da agricultura familiar e patronal.

Dentre os desafios citados pela analista ambiental da APA do Ibirapuitã (SILVA, 2010, p. 57) destaca-se o de “Como proteger e conservar a diversidade dos tipos humanos presentes no Pampa?”. E dentre as estratégias e ações adotadas aparece a sensibilização das instituições de pesquisa e ensino (Ciências Humanas) para que realizem pesquisas sobre este tema, uma vez que, a APA ainda não possui (até a metade de 2018) Plano de Gestão nem o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), e estes estudos podem contribuir neste sentido. Ao saber dessa realidade e demandas a partir de uma palestra proferida pela gestora da APA, durante o I Seminário de Sustentabilidade do Pampa em 2009, é que emerge o interesse em realizar a pesquisa para a tese.

### 1.3 LOCALIZANDO A ÁREA DE ESTUDO

A APA<sup>3</sup> do Ibirapuitã foi criada em 20 de maio de 1992, através do Decreto Federal nº 529. Ela está localizada na região sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul (coordenadas aproximadas 55°29'W a 55°53'W e 29°05'S a 30°51'S), e seu território abrange a porção superior da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã e está distribuído pelos municípios de Alegrete/RS (15%), Rosário do Sul/RS (16%), Quaraí/RS (12%) e Santana do Livramento/RS (57%) como pode ser observado na Figura 1, totalizando uma área de 316.882,75 hectares, predominantemente rural, cuja atividade principal é a pecuária extensiva de corte (SILVA, 2010).

O expressivo tamanho da APA é condizente com o dos municípios que a integram, visto que Alegrete possui área de 7.804 Km<sup>2</sup> o que o torna o maior

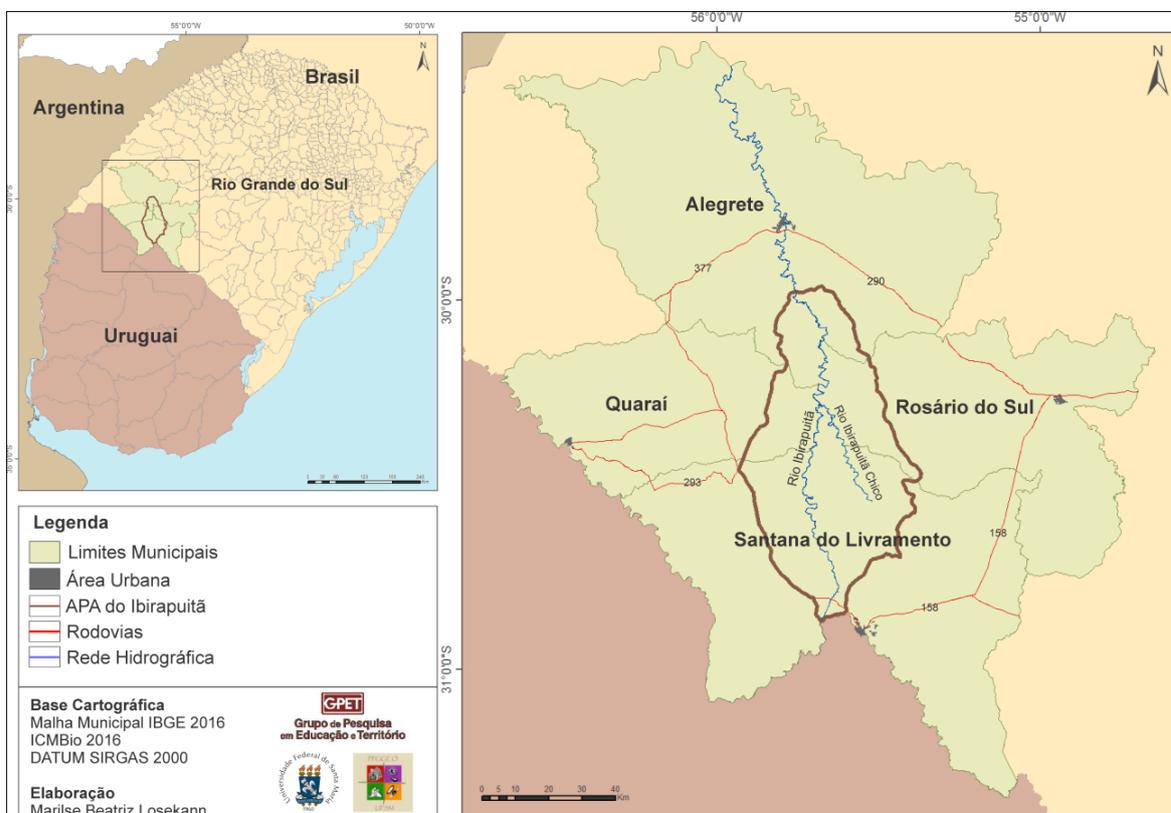
---

<sup>2</sup> EG1 é a sigla utilizada para o Entrevistado Gestor 1, conforme detalhado no Quadro 1, capítulo 2.

<sup>3</sup>APA do Ibirapuitã é Área de Proteção Ambiental, a qual é considerada uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável de acordo com a classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) do Ministério do Meio ambiente do Brasil. Discussão mais aprofundada encontram-se no capítulo 3.

município do RS, Santana do Livramento é o segundo maior com uma área de 6.950 Km<sup>2</sup>, Rosário do Sul tem 4.466 km<sup>2</sup> e Quaraí abrange 3.148 km<sup>2</sup>. A APA não apresenta núcleos urbanos, os quais estão localizados relativamente próximos dos seus limites: a cidade de Santana do Livramento é praticamente lindeira à APA, enquanto que o núcleo das demais cidades estão distantes entre 10 e 40 Km. Existem poucos acessos, todos por estradas não pavimentadas que, em geral, percorrem os limites da mesma.

Figura 1 - Mapa de localização da APA do Ibirapuitã.



Fonte: ICMBio (2016); IBGE (2016).

Fato relevante sobre os seus limites, é que a APA em questão, está localizada na fronteira internacional Brasil-Uruguai, e seu limite sul coincide com o limite internacional, nas cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Não havendo elementos como rios, vales, morros, etc., e nem muros ou barreiras físicas separando-a do território uruguaio, apenas uma via urbana, uma fronteira seca, configura-se como uma conurbação binacional, denominada Fronteira da Paz. O rio Ibirapuitã possui cerca de 260 km de extensão e sua nascente ocorre no oeste do município de Santana do

Livramento, mais precisamente na Coxilha do Haedo e Rivera no Uruguai, ou seja, na área limite entre os dois países.

#### 1.4 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS COMPONENTES DA TESE

A tese está estruturada em seis capítulos. O *capítulo 1* consiste na INTRODUÇÃO - onde são apresentados o tema, o problema, os objetivos, a justificativa, a localização da área de estudo e os capítulos da tese. O *capítulo 2 - DELINEANDO A PESQUISA: o caminho metodológico* - é dedicado ao delineamento metodológico, trazendo os elementos da pesquisa como o problema e objetivo, a localização do espaço do estudo, a justificativa da relevância da pesquisa, o tipo de pesquisa e seus instrumentos, técnicas e procedimentos.

Já o *capítulo 3 - CONHECENDO A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IBIRAPUITÃ* - buscou-se conhecer a APA do Ibirapuitã fazendo a caracterização da sua paisagem e dos campos sulinos, bem como entender a política ambiental brasileira e o que é uma Unidade de Conservação, com destaque a categoria Área de Proteção Ambiental, além do resgate do histórico de criação da UC.

No *capítulo 4 - ESTÂNCIAS E RINCÕES: FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PATRONAIS E FAMILIARES NO PAMPA GAÚCHO* - são abordados os conceitos acerca das categorias agricultura familiar e agricultura patronal, o entendimento do processo de formação dos territórios patronal e familiar, que origina as estâncias e os rincões existentes na APA aqui estudada, bem como a contextualização atual do espaço agrário da Campanha Gaúcha, onde se insere a APA.

O *capítulo 5 - TERRITÓRIO(S) DA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL NA APA DO IBIRAPUITÃ* - inicialmente é feita a discussão conceitual acerca da categoria de análise geográfica território e territorialidades e, posteriormente, são analisados os territórios e as territorialidades familiar e patronal que compõem a APA do Ibirapuitã, sendo estas territorialidades compreendidas pelas dimensões econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N) (SAQUET). Em seguida são discutidas as Associações dos Moradores do Rincão do 28 e dos Produtores do Rincão do Batista, entendidas como estratégias de reprodução social em busca de sustentabilidade; bem como as

territorialidades da comunidade Quilombola Rincão da Chirca. Finalizando o capítulo, faz-se uma discussão acerca da identidade territorial e, uma tentativa de classificação e compreensão das identidades dos sujeitos da APA.

No *capítulo 6 - GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NA APA DO IBIRAPUITÃ: em busca de territórios sustentáveis* – objetivou-se compreender o CONAPA Ibirapuitã – Conselho Gestor Consultivo -, enquanto processo de gestão compartilhada e dialógica. Assim, foram analisadas as ATAs das reuniões do Conselho a fim de saber quais as principais pautas abordadas, quais os sujeitos e entidades representativas que o compõem bem como suas concepções acerca da APA e do CONAPA. Por último, fez-se uma discussão acerca dos modelos de desenvolvimento que vêm se estabelecendo no Pampa e seu reflexo na APA, e a possibilidade da consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável a partir das lógicas de reprodução social dos sujeitos que vivem na APA do Ibirapuitã.

Por fim, o *capítulo 7* é destinado a algumas CONSIDERAÇÕES acerca dos resultados da pesquisa, da metodologia empregada e, algumas sugestões de pesquisas na APA do Ibirapuitã.

## 2 DELINEANDO A PESQUISA: O CAMINHO METODOLÓGICO

Construir o caminho metodológico da pesquisa é primordial para alcançar êxito no processo investigativo. O método aporta à ciência o princípio da *verificabilidade*, distinguindo-se de outras formas de conhecimento, tais como: o saber comum, o conhecimento filosófico ou a autoridade (GIL, 2010). Assim, “transformar o mundo, criar objetos e concepções, encontrar explicações e avançar previsões, trabalhar a natureza e elaborar suas ações e ideias são subjacentes a todo esforço de pesquisa” (CHIZOTTI, 1991, p.11).

A contribuição da Geografia para desvendar a realidade percorre uma longa trajetória, seja por meio do resgate e discussão de categorias e conceitos, ou ao propor novas formulações, a fim de que a realidade geográfica deixe de ser vista apenas pela observação e descrição. Ou seja, a produção do conhecimento geográfico passa a ser oriundo da diversidade de métodos e técnicas de pesquisa transportadas, muitas vezes, de outras áreas do conhecimento (PESSOA, 2012).

Dessa forma, após apresentar os objetivos da pesquisa, localizar o espaço a ser estudado e justificar a importância da investigação, apresentam-se os procedimentos, as técnicas e os instrumentos empregados na pesquisa.

### 2.1 A PESQUISA QUALITATIVA

Entende-se que, sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, é possível desvendar e compreender os territórios da agricultura familiar e patronal na APA em questão. Na Geografia, a abordagem qualitativa na investigação científica se reascende a partir do momento em que a Geografia Tradicional, fundamentada no positivismo clássico, não mais respondia às inquietações que a realidade apresentava. Para os geógrafos, no cenário mundial da década de 1960 e 1970, as grandes preocupações eram “o crescimento desordenado e os custos sociais e políticos do capitalismo” (PESSÔA, 2012, p.12-13), e a busca por novas teorias e procedimentos que possam explicar as contradições do desenvolvimento desigual da sociedade. As crises da sociedade repontam a emergências de novas teorias científicas que apresentem respostas e, a respeito das rupturas de paradigmas Khun (1975, p.115) mostra que o “significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é

chegada a ocasião para renovar os instrumentos.” Para o autor, “as crises são uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias” (KHUN,1975, p.107).

A escolha entre a pesquisa quantitativa e qualitativa vai depender dos objetivos que se deseja alcançar, isto é, em benefício da pesquisa e não do pesquisador. Desse modo, para estudos complexos que não exigem a quantificação é mais pertinente o uso da pesquisa qualitativa que,

Por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282)

Esta modalidade de pesquisa permite verificar aspectos complexos de um fenômeno. Assim, encontra-se na pesquisa qualitativa o suporte para a compreensão das territorialidades e dos territórios da agricultura familiar e patronal presentes na APA do Ibirapuitã.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2002, p.131), nas pesquisas qualitativas, o pesquisador procura, na sua elaboração, seguir a tradição compreensiva ou interpretativa: “as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores [...] Seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”.

Para interpretar a realidade com esse “novo” olhar teórico, a fenomenologia e a dialética serão as orientações filosóficas que permitirão o uso da pesquisa qualitativa nos trabalhos como reação ao enfoque positivista. Portanto, o domínio do conteúdo e das técnicas são importantes para a construção desse conhecimento (PESSÔA, 2012, p. 16)

Quanto ao tipo ou nível da pesquisa, esta pode ser definida como exploratória, pois conforme Gil (2010), as pesquisas podem ser classificadas em explicativas, descritivas ou exploratórias. As pesquisas explicativas são utilizadas frequentemente nas Ciências Naturais e têm como base a experimentação, visando aprofundar os conhecimentos dos fenômenos, identificando suas causas. Já nas pesquisas descritivas, o objetivo é observar as características de um fenômeno ou grupo, buscando associações entre variáveis. Quanto às pesquisas exploratórias, estas se caracterizam pela sua

flexibilidade, objetivando a descoberta de ou delimitação de novos relacionamentos e/ou hipóteses.

Portanto, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa do tipo exploratória, e por se tratar de uma pesquisa qualitativa em geografia, o território enquanto categoria de análise do espaço geográfico apresenta um espectro de amplas possibilidades de discussões. A abordagem territorial pode contribuir para a “superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e ideia/matéria e subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento, valorizando as relações sociais entre os sujeitos, destes com os outros lugares, (i)materialmente.” (SAQUET, 2007, p. 177).

## 2.2 OS PROCEDIMENTOS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Para a obtenção de informações e dados para a pesquisa foram utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos como: a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho de campo, observação, entrevistas, diário de campo e registros fotográficos, os quais são detalhados a seguir.

### 2.2.1 Pesquisa Bibliográfica e documental

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa é fundamental que as técnicas e procedimentos utilizados sejam muito bem especificados. Dessa forma, inicialmente apresenta-se a *pesquisa Bibliográfica e documental*, que de acordo com Gil (2010), é a primeira a ser desenvolvida, com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, entre outras fontes. Enquanto que a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Assim, a pesquisa bibliográfica constitui a construção do referencial teórico acerca dos conceitos necessários para a construção da tese, sendo esses: território, territorialidades, conservação e biodiversidade do Bioma Pampa, Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em especial Área de Proteção Ambiental, agricultura familiar e patronal, reprodução social e desenvolvimento rural sustentável. Enquanto que a pesquisa documental consiste na busca por informações e obtenção de dados a partir dos órgãos de

gestão da APA do Ibirapuitã (ICMBio), demais entidades e órgãos, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER- RS) e prefeituras dos referidos municípios que integram a APA, Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Unidade Pecuária Sul (EMBRAPA); nas leis, decretos, normativas, programas, projetos, etc. que estejam direcionados para a APA do Ibirapuitã e, especialmente aos agricultores familiares e patronais.

### 2.2.2 Trabalho de campo

Visando o aprofundamento da realidade estudada, outro procedimento adotado foi o *trabalho de campo*, que para Marconi e Lakatos (2003, p. 83),

pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 83).

Este procedimento é utilizado por diversas áreas de estudo, e na Geografia está presente desde os seus primórdios com a descrição dos diferentes lugares da superfície terrestre e, evolui juntamente com a própria ciência geográfica, e atualmente, ainda que com pouca discussão teórica, Chelotti e Pessôa (2009) afirmam que:

A temática do trabalho de campo, portanto, está na pauta da Geografia e, em muitos casos, tem-se mergulhado em seus clássicos para reavaliar suas práticas e aprender com os antigos geógrafos a arte de ir a campo. No entanto, nem sempre foi assim, pois, durante o desenvolvimento da geografia quantitativa no Brasil, na década de 1970, que tinha base neopositivista, a prática do trabalho de campo chegou a ser negada, pois era julgado resquício de uma Geografia empirista, com pouca linguagem “científica” (CHELOTTI E PESSÔA, 2009, p. 458).

É nessa perspectiva de dar a devida importância ao trabalho de campo que Suertegaray (2002) discute a perspectiva do método no trabalho de campo, pois para ela o método utilizado pelo geógrafo vai resultar em diferentes leituras sobre um mesmo objeto, pois:

No método positivista, tão conhecido nosso, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito. O conhecimento/ a verdade está

no objeto, portanto no campo, no que vemos. No método neopositivista o campo realidade empírica é externa ao sujeito. Agora, nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é uma outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. No método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo, é o lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro – daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se colocar no lugar de. (SUERTEGARAY, 2002, p. 94).

Sobre os limites e contribuições do trabalho de campo na pesquisa geográfica, De David (2002) expõe que:

(1) não é possível tomar o objeto de investigação apenas como um campo onde se colhem dados; (2) o outro é diferente no tempo e no espaço; (3) o trabalho de campo constitui um instrumento importante na investigação geográfica, mas não é o único nem apenas o principal e (4) a forma como “ver” o mundo e os outros denota a posição filosófica e ideológica do pesquisador. (DE DAVID, 2002, p. 22).

Portanto, o trabalho de campo é o momento de confrontar teoria e realidade e, a partir das reflexões dos autores citados foi possível refletir sobre o grau de relevância do trabalho de campo para a presente pesquisa. Neste sentido, avalia-se que este se torna essencial para alcançar os objetivos propostos dada a complexidade do objeto estudado e, também porque a maior parte dos estudos realizados na APA do Ibirapuitã tratam dos elementos bióticos e abióticos, negligenciando as práticas e dinâmicas sociais, políticas e econômicas que conformam esse território.

Além das poucas referências bibliográficas sobre o objeto de estudo a elevada extensão da área física da APA e a grande quantidade de sujeitos que nela vivem dificultam o andar da pesquisa. Estes fatores tornaram necessária uma aproximação gradual para definir as reais possibilidades da pesquisa e redefinir os seus objetivos. O contato inicial foi realizado no dia dezesseis de abril de 2015, na sede da APA, com os dois gestores da UC, momento no qual lhes foi apresentada a proposta de desenvolver a tese de doutorado, cuja pesquisa tem a APA do Ibirapuitã e seus sujeitos como objetos do estudo. A receptividade por parte dos gestores foi entusiasmante pelo fornecimento de informações importantíssimas sobre os sujeitos da pesquisa, as autorizações necessárias junto ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

(SISBIO)<sup>4</sup> e, colocando-se a disposição para fornecer dados e informações referentes ao tema central da pesquisa.

Fiquei muito empolgada com a recepção dos gestores, os quais prontamente me forneceram informações acerca da APA, disponibilizaram o Plano de Gestão da APA e contatos com pessoas que se envolveram na sua criação, assim como alguns informantes qualificados como a representante do Quilombo da Chirca e da Fundação Maronna. Também informaram acerca das reuniões do Conselho gestor da APA do Ibirapuitã (CONAPA), das quais eu demonstrei interesse em participar. Assim, já fiquei sabendo que no próximo mês haverá uma reunião do Conselho (Diário de campo 01 - 16/04/2015).

A partir deste primeiro contato foi possível optar pelos instrumentos e técnicas utilizados no trabalho de campo e, dentre eles a observação se apresenta como relevante.

### 2.2.3 Observação Sistemática

A *observação* é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos da observação de determinados aspectos da realidade. “Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.190). Dentre os tipos de observação apontados por estes (2010) a utilizada será a “observação sistemática”,

A observação sistemática também recebe várias designações: estruturada, planejada, controlada. Utiliza instrumentos para a coleta dos dados ou fenômenos observados. Esta se realiza em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetos e objetivos da investigação podem ser muito diferentes. Deve ser planejada com cuidado e sistematizada. Vários instrumentos podem ser utilizados na observação sistemática: quadros, anotações, escalas, dispositivos mecânicos. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 78)

---

<sup>4</sup> O SISBIO é um sistema de atendimento à distância que permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisa em unidades de conservação federais e cavernas. O sistema permite ao ICMBio realizar a gestão da informação resultante das pesquisas realizadas visando a conservação da biodiversidade, por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Instituto sobre ocorrência e distribuição de espécies. Mais informações em <http://www.icmbio.gov.br/sisbio/saiba-mais.html>.

A observação sistemática (roteiro no apêndice VII) foi desenvolvida com a participação nas reuniões do Conselho Gestor da APA (CONAPA), assim como, nas propriedades rurais visitadas, em reuniões das associações dos sujeitos pesquisados e demais atividades realizadas com estes. De acordo com o regimento do CONAPA devem ocorrer quatro reuniões por ano, no entanto este nem sempre foi cumprido, sendo que em alguns anos foram realizadas 2 e em outros 3. Foi possível participar de duas reuniões devido a dificuldade de saber a data com antecedência, pois a mesmas foram divulgadas pela rede social da APA *Facebook* com antecedência de dois ou um dia e algumas somente no momento em que já estava ocorrendo o encontro.

A primeira observação ocorreu na reunião do CONAPA, no dia 21 de maio de 2015, no auditório do CREA de Santana do Livramento. Esta observação foi essencial para a minha aproximação junto aos representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e dos representantes da administração municipal dos quatro municípios que integram a Unidade de Conservação, bem como, dos representantes das associações dos agricultores. Também foi possível um entendimento inicial do processo de gestão e compreensão do contexto geral da APA, como seus principais problemas e demandas. A segunda observação se deu no dia 02 de junho de 2016, no Sindicato Rural de Rosário do Sul. A Figura 2 retrata momentos da participação nestas duas reuniões.

Figura 2 - Observações realizadas nas reuniões do CONAPA Ibirapuitã.

a)

b)



c)



d)



Fonte: Autora.

Legenda: a) reunião CONAPA dia 21/05/2015); b) comemoração 23 anos APA; c) reunião CONAPA dia 01/06/2016; reunião CONAPA dia 01/06/2016.

Também foram realizadas observações em momentos como reunião da Associação dos Moradores/produtores do Rincão do 28, VIII Festa do cordeiro do Rincão do batista, palestra aos moradores da APA do Ibirapuitã, realizada por gestor do ICMBio, acerca da infestação de javalis, além das observações feitas nas propriedades dos sujeitos entrevistados, o que muitas vezes levou a acompanhá-los nas suas lidas campeiras.

#### 2.2.4 Entrevista

Também se optou por utilizar o instrumento *entrevista* por concordar que “trata-se de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; alguns autores consideram a entrevista como instrumento por excelência da investigação social” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 80). Dessa forma, foram elaborados seis roteiros diferentes de entrevista: dois para o **Grupo 1** -

**Gestores** – sendo um para os gestores municipais e outro para analistas ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade-ICMBio e da SEMA/DEFAP, os quais somam 6 entrevistados. Outro roteiro trata das entrevistas com o **Grupo 2 – Mediadores** - técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), quatro entrevistados; o quarto roteiro contempla o **Grupo 3 – Histórico da APA** – no qual foram entrevistados 3 pessoas; o quarto roteiro foi aplicado aos **representantes dos sujeitos organizados em associações e sindicatos – Grupo 4**, totalizando oito entrevistados. E o quinto roteiro foi voltado para as entrevistas com os **sujeitos – Grupo 5** - aqueles que vivem dentro da APA os agricultores familiares e patronais e quilombolas, que totalizaram 28 entrevistados. Ao total foram 49 entrevistados, os quais estão detalhados no quadro 1 e localizados na Figura 3. Os roteiros das entrevistas encontram-se nos apêndices I, II, III, IV, V, VI.

Quadro 1 – Detalhamento das entrevistas realizadas

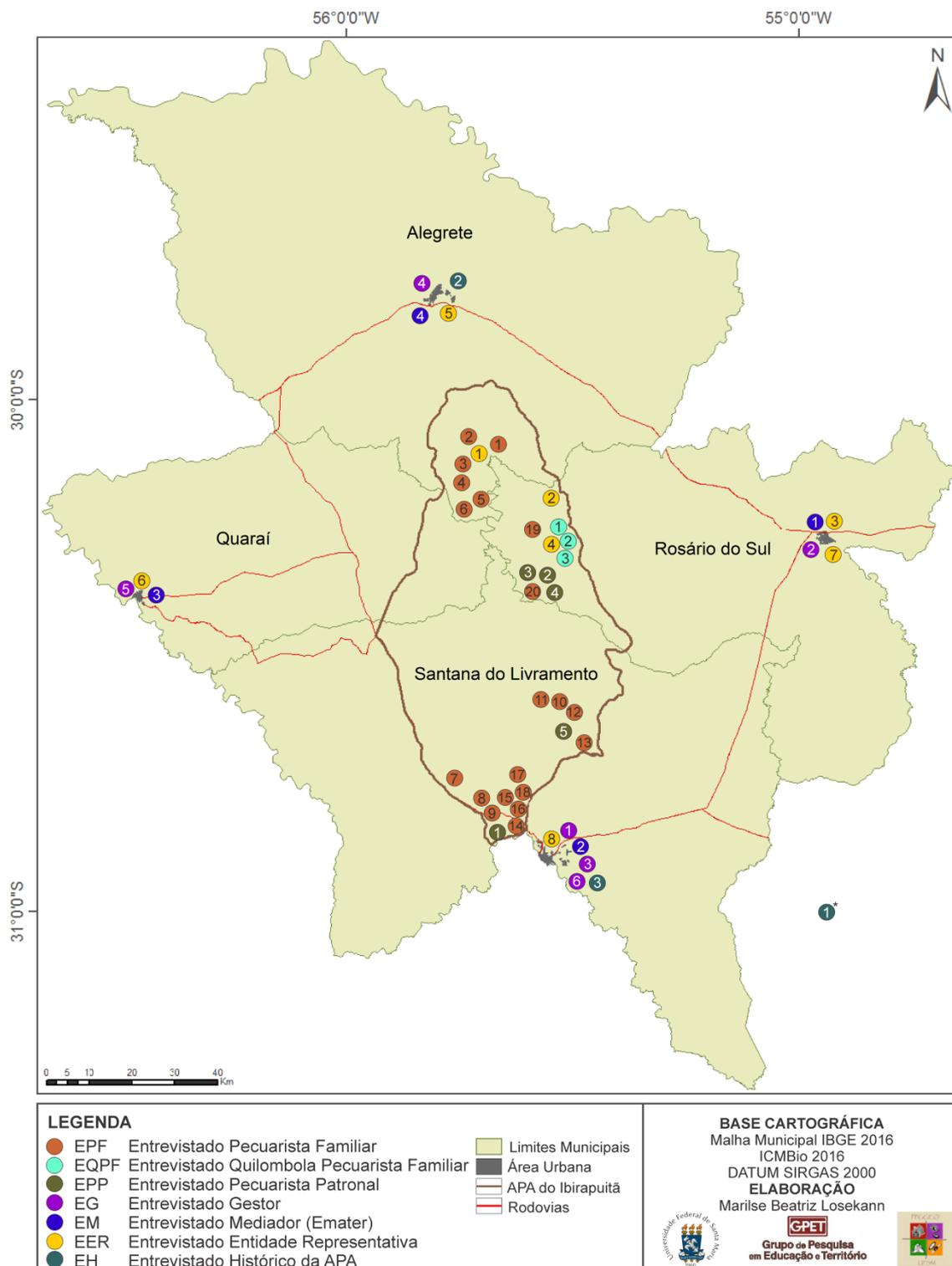
<b>ENTREVISTADOS E NOMENCLATURA CORRESPONDENTE PARA CITAÇÃO</b>		
<b>GRUPO</b>	<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>NOMENCLATURA PARA CITAÇÃO</b>
Grupo 1 – Gestores	Gestor APA/ICMBio	EG1
	Gestor municipal de Rosário do Sul	EG2
	Gestor municipal de Santana do Livramento	EG3
	Gestor municipal de Alegrete	EG4
	Gestor municipal de Quaraí	EG5
	Gestor estadual SEMA/DEFAP	EG6
Grupo 2 – Mediadores	Emater de Rosário do Sul	EM1
	Emater Santana do Livramento	EM2
	Emater Quaraí	EM3
	Emater Alegrete	EM4
Grupo 3 – Histórico da APA	Professor da UFSM	EH1
	Fundação Maronna	EH2
	Jornalista de Santana do Livramento	EH3
	Associação Rincão do 28 (Alegrete)	EER1

Grupo 4 – Entidades representativas de moradores	Associação Rincão do Batista (Rosário do Sul)	EER2
	Associação dos Arrozeiros (Rosário do Sul)	EER3
	Quilombo da Chirca (Rosário do Sul)	EER4
	Sindicato Rural Alegrete	EER5
	Sindicato Rural Quaraí	EER6
	Sindicato Rural Rosário do Sul	EER7
	Sindicato Rural Santana do Livramento	EER8
Grupo 5 – Sujeitos	Pecuarista Familiar – Alegrete (Rincão do 28 e Rincão do Inferno)	EPF1 ao EPF6
	Pecuarista Familiar – S. Livramento (Cerros Verdes)	EPF7; EPF14 ao EPF18
	Agricultores Familiares – S. Livramento (Banco da Terra)	EAF8 e EAF9
	Pecuarista Familiar – S. Livramento (Rincão Bonito)	EPF10 ao EPF13
	Quilombola Pecuarista Familiar – Rosário do Sul (Quilombo da Chirca)	EQPF1 ao EQPF3
	Pecuarista Familiar – Rosário do Sul (Rincão do Batista)	EPF19 e EPF20
	Pecuarista Patronal – Rosário do Sul (Rincão do Batista e Santo Agostinho)	EPP2 ao EPP4
	Pecuarista Patronal – S. Livramento (Sul/Uruguai)	EPP1 e EPP5

Fonte: Autora.

\*Nomenclatura para citação: a letra “E” corresponde a palavra “Entrevistado”; a segunda letra corresponde ao grupo (G = Gestor; M = Mediador; H = Histórico; ER = Entidades Representativas; PF = Pecuarista Familiar; QPF = Quilombola Pecuarista Familiar; PF = Pecuarista Familiar; PP= Pecuarista Patronal). E os números (1,2,3...) a cada entrevistado.

Figura 3 – Mapa de localização dos sujeitos entrevistados



Fonte: (ICMBio, 2016; IBGE, 2016).

Elaboração: Autora

Quanto às entrevistas, estas se apresentam de forma semiestruturada por meio de um roteiro, permitindo assim que a conversação entre entrevistador e entrevistado desvende as informações relevantes para o estudo, corroborando com a afirmação:

No caso das entrevistas, o instrumento básico é o roteiro que, embora possa ter questões básicas que se repetem em diferentes situações, deve ter a necessária flexibilidade e adaptabilidade, dependendo do potencial de informações, da experiência e mesmo do comportamento do entrevistado e do entrevistador (MARANGONI, 2005, p. 172-3).

Concorda-se que “o caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N)”(SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 74). Portanto, estas dimensões são as balizadoras dos roteiros das entrevistas.

As entrevistas foram gravadas, com consentimento prévio dos entrevistados, a fim de dar fluidez ao diálogo e facilitar o posterior registro. Para a transcrição das entrevistas opta-se por respeitar a fala original.

É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los. (WHITAKER, 2002, p. 116).

Em relação ao número de entrevistados, tratando-se de metodologia de base qualitativa, dificilmente pode-se determinar *a priori* o número de sujeitos que virão compor o quadro das entrevistas, pois depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Portanto, a saturação ocorre quando o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado,

Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo,

sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos (DUARTE, 2002, p. 144).

Assim, em razão do expressivo número de sujeitos e da grande dimensão territorial que engloba a pesquisa, a metodologia utilizada para definir a quantidade de entrevistados é a amostra por saturação. Também porque não foi possível definir previamente uma quantidade exata de sujeitos entrevistados, pois “não se sabe com certeza quantos moradores vivem dentro da APA e, grande parte não tem conhecimento de que vivem em uma UC e, isso se deve a falta de recursos humanos e financeiros destinados à APA” (EG1).

Os informantes qualificados foram indicados pelos gestores da APA do Ibirapuitã, pelos técnicos da EMATER dos respectivos municípios que a compõem, pela representante da Fundação Maronna, pelos presidentes das Associações dos Moradores do Rincão do 28 (Alegrete) e da Associação dos Produtores do Rincão do Batista (Rosário do Sul). Conforme descrito no diário de campo 04, a estratégia para ter acesso aos sujeitos da pesquisa foi de, primeiramente, participar de reuniões do CONAPA (Conselho gestor da APA), visto que nesta instância se reúnem os representantes dos diversos segmentos que integram a UC e, portanto, foi possível conhecê-los e me fazer conhecer, assim como conseguir os contatos para agendar as visitas e entrevistas.

Até então percebo que a estratégia metodológica para o trabalho de campo de primeiro me aproximar ao CONAPA para ter acesso, conhecer e obter os contatos dos representantes das associações dos moradores da APA, da Emater e das prefeituras está sendo positiva. A grande distância entre os núcleos urbanos e os rurais, bem como entre a maioria das propriedades requer uma logística e um planejamento prévio muito detalhado. (Diário de campo 04 - 02/06/2016).

Após informações recebidas dos gestores do ICMBio, dos representantes municipais e da Emater, foi possível definir os locais a partir de critérios como: áreas onde se concentram maior número de habitantes (Alegrete e Rosário do Sul); locais que possuem representações no CONAPA, como a Associação dos Moradores do Rincão do 28, Associação dos Produtores do Rincão do Batista, Associação dos Arrozeiros, Quilombo da Chirca. Quanto ao Município de Santana do Livramento que abrange a maior parte da APA, o trabalho de campo e entrevistas se concentrou no Sul da APA devido ao fácil acesso, pois a rodovia Br 293 se estende por cerca de 30 km dentro da UC, e também por não haver alguma entidade representativa com a

qual se pudesse mediar as visitas, assim como, quanto mais ao norte (interior da APA) maiores as propriedades, o que acarretava em percorrer longas distâncias (de até 100km) de estrada de chão em péssimas condições. Em relação ao município de Quaraí não foi realizado trabalho de campo nesta porção, pois além de representar apenas 12% do território da APA, também se localiza a cerca de 100 km das áreas urbanas, percorridos por estrada de chão, e de acordo com entrevistados da prefeitura e Emater esta porção abrange, em sua maioria, poucas propriedades patronais que se caracterizam pela prática da pecuária extensiva se assemelhando a realidade encontrada na porção de Santana do Livramento. Como dito anteriormente, o trabalho de campo tornou-se central para esta pesquisa, por isso foram realizados 25 dias de trabalho de campo intercalados, que abrangeram as localidades: Cerros Verdes, Rincão Bonito em Santana do Livramento; Rincão do 28 e Rincão do Inferno em Alegrete; Rincão do Batista, santo Agostinho, Passo do Mineiro e Quilombo da Chirca em Rosário do Sul.

A pesquisa em geografia agrária requer a realização de trabalhos de campo com profundidade, especialmente quando se objetiva a compreensão de territorialidades, ou seja, o pesquisador deve estar preparado para inúmeros períodos de imersão no espaço estudado, o que implica em dispor de meio de transporte e acolhimento por parte dos sujeitos pesquisados. Trabalhos de campo desse tipo pressupõem algumas condições prévias, ou seja, o trabalho de campo inicia muito antes da chegada ao local pesquisado, pois é necessário um planejamento que inclui interlocutores que farão o elo entre o pesquisador e os sujeitos a serem entrevistados. No caso desta pesquisa esse papel coube inicialmente aos EG1 e aos mediadores (EM1, EM2, EM3), à Fundação Maronna (EH2) e ao EH1, sem os quais não seria possível o acolhimento por parte dos entrevistados, tanto em relação a disponibilização de hospedagem quanto a veracidade das informações fornecidas, o que fica evidenciado na fala do EPF2:

Só to te recebendo na minha casa em consideração ao “EH1” e à “EH2”, que há muitos anos nos ajudam e são pessoas muito corretas, senão eu nem estaria conversando ou te falaria qualquer coisa... mas sei que você não vai usar essas informações pra me prejudicar... (EPF2).

Outras dificuldades enfrentadas foram em razão da área pesquisa ser extensa e de difícil acesso e circulação, pois as condições das estradas estavam muito precárias. Estas eram cortadas por cursos d’água intermitentes devido a grande

quantidade de chuva, o que, além de dificultar o deslocamento, também foi responsável por atrasar o cronograma do trabalho de campo em um semestre. Essas dificuldades foram registradas no diário de campo, em trecho descrito a seguir, e também em fotografias, conforme apresentado na Figura 4.

A grande dificuldade, além da enorme distância entre as propriedades é a distância entre a porteira e a sede da propriedade, e as porteiras geralmente estão cadeadas não permitindo o acesso sem contato prévio com o morador. A maior parte das propriedades dentro da APA, na parte de Santana do Livramento, é grande propriedade e intercaladas estão as familiares. De acordo com EM2 eu poderei encontrar algum aglomerado de pecuaristas familiares na localidade de Rincão Bonito, no entanto são cerca de 50km de estrada de chão. Este dia me fez repensar os objetivos da tese, talvez não conseguirei estudar os agricultores patronais, visto que os trabalhos de campo já estão atrasados devido a chuva e também aos altos custos de cada campo; até agora consegui ajuda de custos do PPGGeo para apenas um campo, devido aos cortes realizado pelo Governo Federal no orçamento das Instituições de Ensino (Diário de campo 14 – 22/04/2017).

Figura 4 – Dificuldades do trabalho de campo: condições das estradas



Foto a



Fonte: Autora.

Legenda: dificuldades no trabalho de campo – estradas. a) carro atolado na Serra do Caverá (Rosário do Sul, 17/07/2016); b) rio intermitente cortando a estrada em Rincão Bonito (Santana do Livramento, 04/05/2017).

Devido a esses fatores, uma pequena parte de entrevistas faltantes foi feita por e-mail, sendo elas para: os Sindicatos Rurais dos quatro municípios, Emater e Prefeitura de Alegrete.

Outra tarefa que demandou muito tempo para ser concluída foi a transcrição das entrevistas. Ao se optar pela entrevista baseada em roteiros semiestruturados o pesquisador tem a enorme vantagem de conseguir dados que um questionário fechado não permite, principalmente, os relacionados às territorialidades imateriais e a percepção de cada sujeito, que foram de grande valia para a pesquisa poder alcançar os objetivos.

Para a análise e interpretação das entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, a qual prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para Bardin,

o termo “análise de conteúdo” designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

### 2.2.5 Diário de campo e fotografia

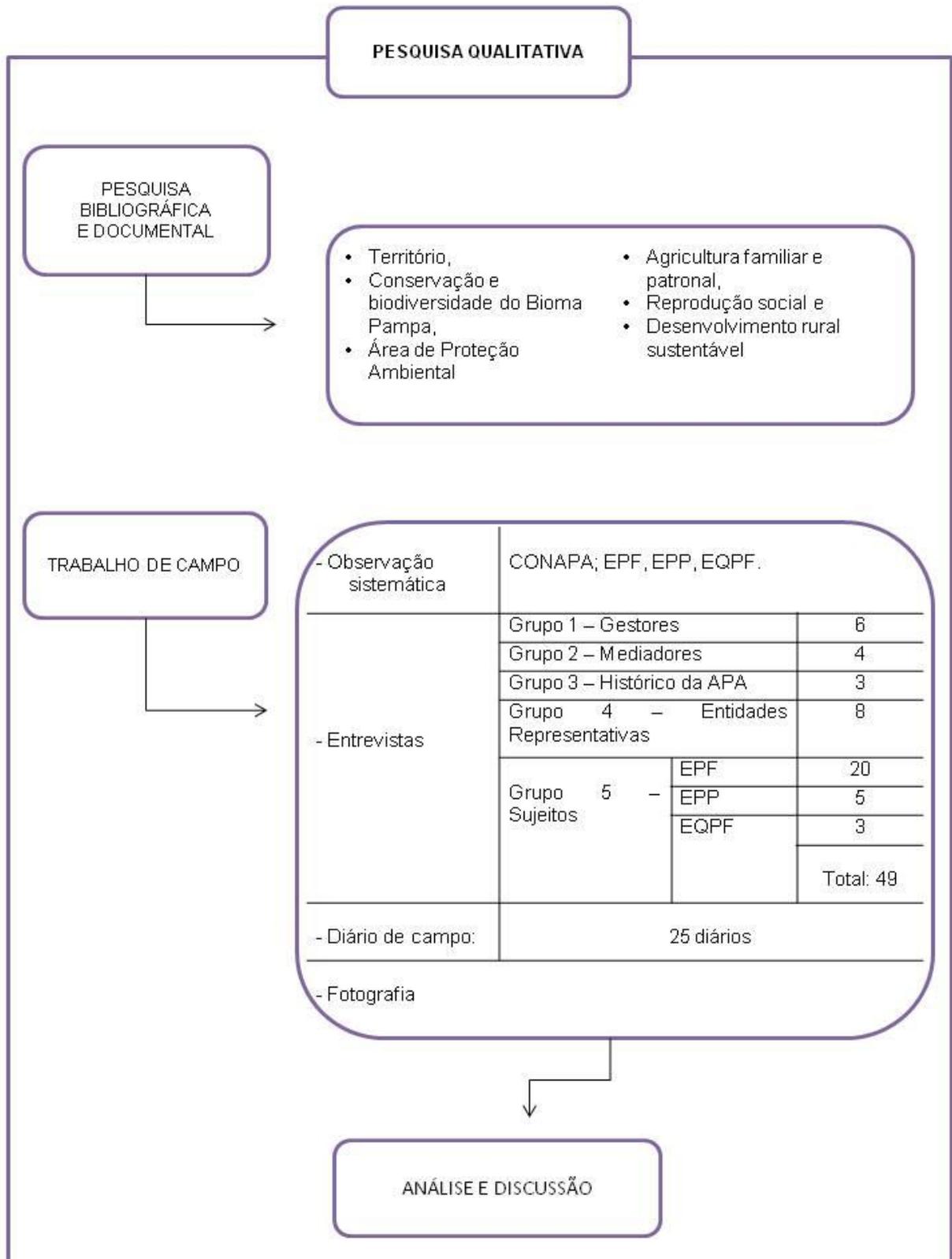
Também o uso do diário de campo e de registros fotográficos apresentam importantes contribuições para a pesquisa. O diário de campo contribui para a compreensão da complexidade do espaço rural (Whitaker, 2002), pois ao anotar as observações, impressões, acontecimentos, experiências vivenciadas, a escrita e a reflexão da tese foram facilitadas. Foram escritos 16 diários de campo, sendo que alguns correspondem a mais do que um dia, já que ao total foram feitos 25 dias de campo. Os diários foram elaborados de forma manual, em cujo caderno foi anotado as impressões e informações relevantes ao final de cada entrevista e de forma geral à noite. Logo após o retorno para casa essas anotações manuscritas eram digitadas em arquivo Word e também eram inseridas algumas fotografias, o que facilitou muito a redação da tese.

Já a fotografia enquanto linguagem proporciona para a geografia uma representação do espaço estudado, “possibilitam ler o tempo e o espaço, como movimentos da sociedade indissociáveis e distintos ao mesmo tempo” (SPÓSITO, 2013). Para esta autora,

A fotografia é, de um lado, documento de onde se pode extrair informação, a partir do qual se pode fazer inferências, deduções e interpretações; de outro lado, ela é largamente utilizada para representar, exemplificar, ilustrar e conhecimento do novo, como uma forma de empiricizar ou de trazer, para o texto, o concreto como base para a abstração, caminho necessário para a construção teórica (SPÓSITO, 2013, p. 148).

Na Figura 5 está representado o esquema metodológico da tese.

Figura 5 - Esquema metodológico da tese



Fonte: Autora.

Outros instrumentos utilizados durante o campo, e indispensáveis para o pesquisador, foram o aparelho GPS (Garmin-etrex 60) e o gravador de áudio, acompanhados de um estoque de pilhas. Para organizar e tratar esses dados utilizou-se o programa Trackmaker e o ArcGIS para elaboração dos mapas, e uma planilha do Excel para gerar gráficos e armazenar as informações referentes a cada grupo de entrevistados, como nome, contato, data da entrevista, entre outros.

### 3 CONHECENDO A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IBIRAPUITÃ

Neste capítulo objetiva caracterizar a UC de uso sustentável APA do Ibirapuitã, pois é o espaço no qual os territórios da agricultura familiar e patronal estudados se inserem. Para tanto, inicia-se por buscar o entendimento do que é um espaço protegido, apresentando assim suporte teórico acerca dos caminhos da política ambiental no Brasil, amparados em Medeiros (2003), Diegues (2002), Cabral e Souza (2005), leis (Lei 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente), Constituição Federal (1988), Código Florestal (2008), SNUC (2000), etc.

Para entender as normas e concepções que regem as Unidades de Conservação, em especial a categoria Área de Proteção Ambiental, busca-se conhecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio da Lei 9.985/2000, bem como é apresentado o processo histórico de criação desta UC. Além desta, também corroboram com aporte teórico Cabral e Souza (2005), Medeiros (2006), Decreto nº 529/1992, o qual cria a APA do Ibirapuitã e seu Plano de Gestão (1999), os quais possibilitam apreender seus objetivos, sua área de abrangência, seus instrumentos de gestão, etc.

Também, busca-se entender a abrangência e relevância dos Campos do Sul, mais precisamente no Bioma Pampa, sobre o seu processo de formação e a importância do manejo para a conformação e manutenção das suas características. Para isso, são utilizados estudos de Pillar e Lange (2015), Chomenko (2015), Boldrini, Overbeck e Trevisan (2015), Suertegaray (2002), Ministério do Meio Ambiente.

Então, são descritas as principais características da paisagem da APA do Ibirapuitã, utilizando o estudo desenvolvido pela Fundação Zoobotânica/RS (PELD, 2013) e pelo Projeto Ubal (2012). Assim, são trazidas informações sobre as unidades de paisagem, uso e cobertura do solo, unidades geomorfológicas, solos, vegetação, biodiversidade, entre outras características.

#### 3.1 OS CAMINHOS DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Desde os primórdios da civilização, os povos reconhecem a existência de áreas com características especiais e adotam medidas para protegê-las. Para Diegues (2002), em tempos remotos, estas áreas estavam associadas a mitos, fatos

históricos relevantes e à proteção de recursos hídricos, áreas de caça, plantas medicinais e outros recursos naturais. A utilização e o acesso a essas áreas eram controlados por regras específicas, tabus e outras formas de controle social.

Alguns desses espaços são, hoje, denominados de Áreas Protegidas e definidos por leis. As áreas protegidas são espaços territorialmente delimitados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados (MEDEIROS, 2003). Segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), elas podem ser definidas como “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (UICN, 1994, p. 7).

Sua criação pode ser considerada importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são frequentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção (MEDEIROS, 2006, p. 41).

As Áreas Protegidas visam à manutenção da biodiversidade, a regulação do clima, o abastecimento de cursos d'água, a garantia de bem estar social, a proteção de lugares de grande beleza cênica, qualidade de vida e ambiental (THOMAS; FOLETO, 2013). Ou seja, apresentam a função de manter os recursos naturais e a biodiversidade a partir do estabelecimento de espaços protegidos, nos quais são implantados limites de uso e ocupação segundo instrumentos legais (BENSUSAN, 2006).

Hoje existem diferentes tipologias e categorias de Áreas Protegidas que possuem distintos objetivos e formas de manejo. No Brasil, dentre as mais conhecidas, têm-se as Unidades de Conservação (UCs), estabelecidas pela Lei Federal nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), as Áreas de Preservação Permanente – APPs e Reservas Legais (instituídas pelo Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 4.775/1965) e as Reservas da Biosfera (instituídas pela UNESCO) (THOMAS; FOLETO, 2013).

Contudo, no século XIX, embora as Áreas Protegidas ganhem espaço nas discussões ambientais, a sua concepção neste período estava relacionada à proteção da “vida selvagem” – *wilderness* – a qual estava ameaçada pelo modo de

vida da sociedade capitalista pós Revolução Industrial. O crescimento populacional, a urbanização acelerada, o crescimento econômico vieram acompanhados de intensa degradação ambiental. Neste período, o entendimento conceitual de Áreas Protegidas é “[...] áreas naturais protegidas, consideradas como ‘ilhas’ de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada” (DIEGUES, 2002, p. 24).

Assim, o mundo natural começa a ser visto como um refúgio a ser protegido da intervenção do homem, com base na concepção ideológica do “naturalismo”. Segundo Diegues (2002), no século XIX, acreditava-se que:

[...] a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono (DIEGUES, 2002, p. 15).

Este modelo de parques nacionais se disseminou como dominante por todo mundo, e grande parte das Áreas Protegidas criadas foram parques, embora esta seja apenas uma das categorias possíveis. Inicia assim o que Diegues (2002) chama de “mito moderno da natureza intocada”, transformando a relação homem-natureza em algo dicotômico e antagônico. Segundo Brito (2008, p. 21), para os preservacionistas “[...] natural era aquilo que prescindia da presença ou atuação humana, e que permanecia tal como foi originalmente criado pela ação divina.” Esta era a visão preservacionista que balizou a criação dos Parques a partir de *Yellowstone* (EUA). No entanto, em outros lugares onde este modelo foi implantado, como é o caso dos países africanos ou da América do Sul, havia uma extensa gama de populações denominada de ‘tradicionais’ que não foram levadas em consideração, ao contrário, foram expulsas de seus *habitats* naturais em prol da preservação da natureza em seu estado ‘natural’ ou ‘selvagem’.

Conforme o Decreto Federal N° 6.040/2007, Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

De acordo com a Fundação Joaquim Nabuco são considerados povos ou comunidades tradicionais: os Quilombolas, os povos Indígenas, Seringueiros, Castanheiros, Quebradeiras de coco-de-babaçu, Comunidades de Fundo de Pasto, Catadoras de mangaba, Faxinalenses, Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Ribeirinhos, Varjeiros, Caiçaras, Povos de terreiro, Praieiros, Sertanejos, Jangadeiros, Ciganos, Pomeranos, Açorianos, Campeiros, Varzanteiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros, Retireiros do Araguaia, entre outros. Na APA do Ibirapuitã, são encontrados os quilombolas e os campeiros, sobre os quais nos debruçaremos mais no capítulo 5.

Retomando o caminho da proteção ambiental no Brasil, tanto a coroa portuguesa quanto o governo imperial realizaram ações voltadas à proteção, à gestão ou controle de determinados recursos naturais. O principal objetivo era a garantia do controle sobre o manejo de determinados recursos, como a madeira ou a água, tal e qual já se praticava em algumas partes da Europa (MEDEIROS, 2006, p. 43). A Carta Régia<sup>5</sup>, em 1542, e o “Regimento do Pau-Brasil”<sup>6</sup> editado em 1605 e a são dois exemplos dessa prática em terras brasileiras. “Uma posição de vanguarda quanto à preocupação com o desmatamento da floresta, se bem que a intenção era resguardar a matéria-prima para a exploração” (SIQUEIRA, 2009, p. 135).

A expansão dos plantios de café no século XVIII, por volta de 1760, em direção à floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, até então bem preservada, levou à derrubada da mata primitiva de praticamente toda a serra da carioca (Morros do Trapicheiro, Sumaré, Corcovado e Paineiras). Esta ação predatória causou a decadência dos cafezais, pelo rápido declínio da produtividade e a presença de pragas, já na primeira metade do século XIX. Então, já no Império, D. Pedro II voltou-se para a Floresta com o objetivo de captar água para a cidade. Porém, o processo de desmatamento havia comprometido seriamente os estoques hídricos da região, o que levou o Imperador a ordenar a sua desapropriação, visando recuperá-los e resguardá-los.

---

<sup>5</sup> Carta Régia que estabeleceu normas disciplinares para o corte do pau-brasil e determinou punição ao desperdício da madeira. Porém, advirta-se que tal medida era uma proteção indireta às florestas brasileiras, uma vez que a preocupação portuguesa era com a evasão sem controle da riqueza representada pelo pau-brasil. (MARCONDES, 2005)

<sup>6</sup> “Regimento sobre o Pau-Brasil” que previa a pena de morte para aquele que cortasse o pau-brasil sem expressa licença real ou do provedor-mor. (MARCONDES, 2005)

Começa em 1844, a desocupação dessas áreas pelo Governo Imperial, com a decisão inédita e histórica de replantar toda a vegetação local segundo recomendação de D. Pedro II. Em 1857 iniciou a desapropriação das fazendas devastadas pelas plantações de café instituindo, em 1861, as “Florestas da Tijuca e das Paineiras”, com o objetivo de resguardar os recursos hídricos da região. É possível que, pelos registros disponíveis, elas efetivamente tenham sido as primeiras áreas protegidas do país, um esboço do que viriam mais tarde a ser as florestas protetoras instituídas pelo Código Florestal de 1934 (MEDEIROS, 2003).

A Constituição de 1934 outorgava à natureza um novo valor, isto é, ela passava a ser considerada patrimônio nacional admirável a ser preservado. Proteger a natureza entra na agenda governamental republicana, passando a configurar um objetivo em si da política desenvolvimentista nacional. É neste cenário que os principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levaram à criação e consolidação das primeiras áreas protegidas, são criados contemporaneamente no Brasil: o Código Florestal (Decreto 23793/1934), o Código de Águas (Decreto 24643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23672/1934) e o decreto de proteção aos animais (Decreto 24645/1934). Assim, o primeiro Parque Nacional Brasileiro é criado em 1937, o parque de Itatiaia.

Já no período entre 1965 e 1999, mesmo que marcado por uma longa ditadura militar (1964-1985), os instrumentos que possibilitaram a criação de áreas protegidas no Brasil foram mantidos em um primeiro momento e até mesmo aperfeiçoados posteriormente. Fruto do processo de maturação e consolidação da sensibilidade política do país, ainda que tardia, para a problemática ambiental, como também foi consequência da mudança na percepção da comunidade internacional para os problemas ambientais. Neste caso específico, as mobilizações acabaram por gerar forte mobilização e uma agenda ambiental internacional positiva, da qual o Brasil tornou-se signatário.

Com a chegada dos anos 70, inaugura-se uma nova fase no ambientalismo mundial, cujos reflexos serão sentidos no cenário político brasileiro. A realização de diversos encontros internacionais, entre os quais destacam-se a Conferência da Biosfera (1968) e a Conferência de Estocolmo (1972), refletem o forte sentimento e a mobilização global para a implementação de uma agenda ambiental internacional (MEDEIROS, 2003).

Dentre os instrumentos desse período têm-se, em 1965, um novo Código Florestal instituído através da Lei nº 4771 de 15/09/1965. Foi também somente em 1967 que houve a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), novo órgão no governo central vinculado ao Ministério da Agricultura com atribuições específicas para implementar, gerir e fiscalizar as áreas protegidas em franca expansão pelo território nacional. (BRASIL, 1967b).

Também a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973, originou-se da influência dos debates da Conferência de Estocolmo e do Clube de Roma. Sua orientação visava a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais, passando a dividir com o IBDF a responsabilidade pela gestão e fiscalização da política brasileira para as Áreas Protegidas.

Juntam-se a estes órgãos, regulamentos e políticas ambientais no Brasil, a criação, em 1989, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, e em 1981 a promulgação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - LEI Nº 6.938, a qual estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), e cria o Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA). De acordo com o art. 2º, a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo:

a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana... (BRASIL, 1981).

A partir da redemocratização do Estado brasileiro, a nova Constituição Federal de 1988 torna-se pioneira no mundo por inscrever um artigo (225) dedicado ao tema ambiental:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi o coroamento dessa mobilização social e institucional e o conceito de *desenvolvimento sustentável* tornou-se presente desde então, tanto em manifestações de governos quanto em novas legislações ao longo dos anos 90. Em 1992 cria-se o Ministério do Meio

Ambiente (MMA), e nos anos seguintes, promulgavam-se: LEI Nº 9.433/1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH; LEI Nº 9.795/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA; LEI Nº 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Desde 1960/70 os movimentos ambientalistas preconizam novas concepções que visam integrar a sociedade e a natureza, dentre estas se destaca a *etnoconservação*. Segundo Diegues (2000), a etnoconservação é uma nova forma de “ciência da conservação” que além dos aspectos naturais, leva em consideração também os aspectos culturais e o conhecimento tradicional, incorporando-os no manejo das florestas, reconhecendo a importância tanto dos conhecimentos científicos como dos locais, os quais podem possibilitar uma nova aliança onde:

O estabelecimento de áreas protegidas, em vez de ser baseado na ideia importada de *natureza selvagem intocada*; deveria fundamentar-se na concepção de *paisagem* ou *mosaico de ecossistemas e habitats*, constituindo um *continuum* entre porções de matas nativas até áreas de agricultura tradicional que, em muitos casos, constituem o território das comunidades tradicionais (DIEGUES, 2000, p. 42, grifos do autor)

A contraposição à visão preservacionista é a noção de conservacionismo que segundo Diegues (2002) tem em Gifford Pinchot seu principal expoente e defensor de um uso racional da natureza.

Na verdade, Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 2002, p. 29).

A partir do III Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em 1982 em Bali/Indonésia, firmou-se uma nova estratégia em que os parques nacionais e outras unidades de conservação só teriam sentido com a elevação da qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento. Durante o IV Congresso Internacional de Parques Nacionais (1986 em Caracas na Venezuela) foi divulgado que 86% dos Parques da América do Sul eram ocupados por populações permanentes. Recomendou-se maior respeito pelas populações tradicionais possuidoras de um conhecimento secular sobre os ecossistemas onde vivem,

rejeitando estratégias de reassentamento em outras áreas e, sempre que possível, sua inserção na área do parque a ser criada.

Segundo Cabral e Souza (2005) as áreas protegidas são um dos mecanismos de preservação e conservação dos recursos ambientais adotados no mundo. No Brasil, esses espaços territoriais se constituem como um dos instrumentos preconizados pela Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo fundamental é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico (Art.4º, I), buscando a sustentabilidade ambiental.

Embora houvesse leis que permitiam a criação de UCs no país e várias já terem sido instituídas, em 2000, entrou em vigor a Lei Federal nº 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, sendo este o principal marco político na criação e gestão de UCs, visto que organizou e normatizou a criação dessas Áreas Protegidas brasileiras. O SNUC será discutido com mais detalhes no próximo capítulo.

A partir das experiências das Unidades de Conservação após a criação do SNUC, contata-se a necessidade de reforçar esse sistema bem como o processo de criação e gestão das UC's e demais áreas Protegidas brasileiras, o que leva a criação do Decreto Federal nº 5.758, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, o PNAP.

Visando estabelecer um sistema abrangente de Áreas Protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente planejado, integrando paisagens terrestres e marinhas mais amplas até o ano de 2015 (BRASIL, 2006), o PNAP é resultado de compromisso assumido pelo país ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) de 1992. Dentre as novas contribuições do PNAP às Áreas Protegidas brasileiras está o reconhecimento destas como um dos instrumentos eficazes para a conservação, não só da diversidade biológica, mas também sociocultural, considerando os quilombolas, camponeses e caiçaras importantes atores na conservação ambiental no país ao trabalhar de forma sustentável em suas pequenas propriedades, situadas nos diversos biomas brasileiros.

O PNAP reconhece a importância das terras indígenas e das terras de comunidades remanescentes de quilombos como parte da política de conservação da biodiversidade brasileira. Ao integrá-las ao esforço de planejamento da paisagem, ao lado das UCs, o PNAP amplia de forma inovadora a abordagem ecossistêmica dada à política nacional, contemplando ainda as Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais como elementos de conectividade entre fragmentos naturais e as próprias Áreas Protegidas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS; DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS, 2007, p. 26 e 27).

Outro instrumento da política ambiental recente é a Lei de proteção da vegetação nativa (nº 12.651/2012), conhecida como Novo Código Florestal, traz dentre seus principais mecanismos as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a Reserva Legal (RL). Estes são espaços geográficos dentro da propriedade rural onde deve ser mantida a vegetação nativa original. As APPs são áreas de proteção que correspondem a faixas de terra nas margens de rios, arroios e sangas, e locais com declividade acima de 45°, ao entorno de nascentes e aos topos de morros e montanhas; já a Reserva Legal, especificamente na região Sul, e, portanto nos Campos Sulinos, deve ocupar 20% da propriedade rural, sendo que pode ser utilizada de forma sustentável desde que a vegetação nativa seja mantida.

Assim, “a aplicação desta legislação pode contribuir para a conservação dos campos, pois a pecuária sustentável é uma das atividades compatíveis com as reservas legais, sempre que estejam delimitadas sobre remanescentes campestres” (VÉLEZ-MARTIN et al., 2015, p.172). As APPs e a RL devem ser registradas pelos proprietários rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). No entanto, o novo Código Florestal vem conformando no cenário agrário brasileiro a especulação ambiental, por meio da institucionalização do comércio de florestas no mercado de carbono, estabelecendo a mercantilização e a financeirização do patrimônio natural, ou seja, a transformação de bens comuns (os ativos ambientais) em alternativa de especulação do capital.

Legislações em âmbito estadual também visam garantir e promover a criação de áreas protegidas no Rio Grande do Sul. O Código Florestal Estadual, instituído pela Lei nº 9.519, entrou em vigor em janeiro de 1992 e visa garantir o uso racional e adequado dos recursos florestais, e a melhoria da qualidade de vida. Deste modo, dentre os objetivos deste código está a criação de um sistema de unidades de conservação de âmbito estadual e a recuperação de áreas degradadas, com especial atenção às APPs e Reservas Legais (THOMAS; FOLETO, 2013).

Visto que o objeto de estudo da presente pesquisa compreende uma Área Protegida, mais especificamente uma UC, a seguir far-se-á uma discussão acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – com ênfase para a categoria Área de Proteção Ambiental – APA - visando entender as normas que se aplicam sobre a APA do Ibirapuitã.

### 3.2 O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ENTENDENDO A CATEGORIA APA

A Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, define os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos (BRASIL, 1988). Esta definição indica que o poder público deve criar áreas protegidas e garantir que estas áreas contribuam para a existência de um meio ecologicamente equilibrado (NURIT, 2006).

Um marco importante na estrutura das áreas protegidas no ano de 2000 foi a Lei 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (MEDEIROS, 2006). A implantação do SNUC teve como finalidade ordenar as áreas protegidas existentes e conforme descrito no seu artigo 1º, estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

É necessário, neste contexto, esclarecer a diferença existente entre as Unidades de Conservação e as Áreas Protegidas. As Áreas Protegidas, conforme Cabral e Souza (2005, p. 12) são “espaços territoriais legalmente protegidos por meio da legislação ambiental específica”, já as Unidades de Conservação “são espaços territoriais cuja definição foi dada pela redação do SNUC” (CABRAL; SOUZA, 2005, p. 12). Em outras palavras, tem-se no Brasil a existência de várias categorias de Áreas Protegidas que não são contempladas pelo SNUC.

As Áreas Protegidas prestam importantes serviços ambientais de provisão, de regulação, de suporte e culturais e também, conforme Medeiros (2006), a criação de áreas protegidas pode ser considerada uma estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos.

De acordo com Cabral e Souza (2005, 33p.) a Lei nº 9.985/2000, que institui o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) “constitui um marco para a criação, implantação, consolidação e gestão dessas unidades”. Traz importantes

conceitos chaves relacionados às UC's como: diversidade biológica, recurso ambiental, manejo, extrativismo, etc. tipos de categorias de UC's e as esferas de gestão das mesmas que podem ser federal, estadual ou municipal. Cabe ressaltar os objetivos do SNUC (BRASIL, 2000):

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII – favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Neste contexto, dentre as categorias contempladas pelo SNUC, as Unidades de Conservação são divididas em duas categorias de características distintas, que se diferenciam em:

- Unidades de Proteção Integral: que objetivam preservar a natureza admitindo o uso indireto de seus recursos naturais, ou seja, estando protegidas de intervenção do homem, tendo exceções em casos previstos em Lei.

- Unidades de Uso Sustentável: que permitem a exploração do ambiente de forma equilibrada, com sua utilidade sustentável de parcela dos recursos naturais, garantindo a manutenção ao longo prazo com a minimização de impacto prejudicial da atividade do homem, pretendendo assim, agregar a conservação da natureza com o uso sustentável e mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos.

No Quadro 2 é possível ver as categorias e a quantidade de UC's pertencentes a cada grupo. Destaca-se o grupo de Uso Sustentável com 812 unidades, e dentre estas a categoria APA com 33 unidades.

Quadro 2 – Unidades de Conservação Federais do Brasil

Unidades de Conservação Federais do Brasil			
Unidade de:	Categoria	Quantidade	Área (Km <sup>2</sup> )
Proteção Integral - (PI)	Esec – Estação Ecológica	32	74.940
	MN – Monumento Natural	3	443
	Parna – Parque Nacional	73	264.897
	Rebio – Reserva Biológica	31	42.677
	Revis – Refúgio de Vida Silvestre	8	2.692
<b>Total PI</b>		<b>147</b>	<b>385.648</b>
Uso Sustentável - (US)	APA – Área de Proteção Ambiental	33	103.266
	Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico	13	341
	Flona – Floresta Nacional	67	178.225
	RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	1.026
	Resex – Reserva Extrativista	62	124.724
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	635	4.831
<b>Total US</b>		<b>812</b>	<b>412.413</b>
<b>Total geral de UC</b>		<b>959</b>	<b>798.061</b>

Fonte: Tabela consolidada das Unidades de Conservação (adaptada) (CNUC/MMA – atualizada em 01/02/2018)  
Org.: Autora.

A categoria Área de Proteção Ambiental (APA) foi criada pela Lei nº. 6.902/81 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Atualmente, encontra-se no SNUC dentro do grupo de Unidades de Uso Sustentável. Pelo SNUC (2000, p.18):

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.

Assim, as instituições das APAs, tipologia inspirada no modelo de Parques Naturais Regionais europeus, visava estabelecer um modelo de proteção que resguardasse áreas com certo nível de ocupação, sobretudo em áreas urbanas, sem

a necessidade da União adquirir essas terras (MEDEIROS, 2006). As APAs podem ser constituídas por terras públicas, tendo a ocupação e uso do solo limitado conforme a jurisdição constitucional; e privadas, onde o proprietário é quem determina as condições para a visitação e pesquisa de acordo com as exigências legais.

Para Côrte (1997, p. 27-28), existe um caráter de complexidade quando se busca a sustentabilidade para a convivência humana em uma APA:

[...] introduz um caráter de complexidade à questão trazendo em cena a busca de práticas de sustentabilidade que promovem a convivência harmônica do ser humano e seus sistemas produtivos com o meio em que vive. Decorrentes desta característica, certamente poderão surgir muitos conflitos entre o uso dos recursos naturais e a sua proteção, por não existir harmonia ou equilíbrio nas relações econômicas, políticas e também ambientais. Portanto, quando se pensa em gestão de uma APA, espera-se que a mediação de conflitos seja fator essencial.

Assim, com a finalidade de implantação de Unidades de Conservação que realmente apresentem a proteção eficaz a que a área se propõe, Ganem (2010, p. 37) diz que “o modelo mais adequado combina a implantação de um malha de Unidades de Conservação com o manejo integrado de bacias hidrográficas, favorecendo a conectividade de habitats dentro e entre bacias hidrográficas”. Desta forma, verifica-se que a APA do Ibirapuitã corresponde ao limite do terço superior da bacia hidrográfica do rio Ibirapuitã. A sua criação atende a uma solicitação feita por ambientalistas da região que reconheciam a riqueza da biodiversidade local, sua grande beleza paisagística e sua importância histórica relacionada à definição da fronteira sul do Brasil.

### 3.3 O EMERGIR DE UMA ÁREA PROTEGIDA: HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA APA DO IBIRAPUITÃ

A criação oficial da APA do Ibirapuitã ocorre em 1992, no entanto, a mobilização social em prol de uma Unidade de Conservação inicia muito antes. A temática ambiental ganha espaço nas discussões globais nos anos 1970/80, e no Brasil, num contexto histórico marcado pela busca da redemocratização da

sociedade e pelo desgaste progressivo da opção pela modernização conservadora<sup>7</sup>, a difusão da ideia de sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento parecia sugerir, à primeira vista, uma abertura mais decidida à efetivação do direito de todos os cidadãos brasileiros a um meio ambiente saudável, ao emprego e ao direito a cidadania plena (SACHS, 2007).

Nesse contexto, o envolvimento da sociedade local nas questões ambientais passou a ser debatido e difundido, assim como as noções de divisão de responsabilidades e de complementaridade entre as competências federais, estaduais e municipais, acompanhadas de discussões sobre o papel dos diversos atores sociais na reformulação das políticas públicas e no ordenamento das demandas setoriais e regionais. É nesse contexto que emerge a busca por um espaço protegido no Pampa, quando um grupo de pessoas de Santana do Livramento começa a se preocupar com a necessidade de conservar uma área conhecida como “maciço florestal”, área de confluência dos 4 municípios que compõem a APA, onde o rio Ibirapuitã<sup>8</sup> chega a ter 10 metros de largura e apresenta uma mata ciliar densa. Conforme relato do EH3:

*Lá por 1984 nós tínhamos um grupo que costumava visitar aquele maciço florestal, uma vez ao mês no sábado ou no domingo. Porque aquilo lá é um santuário ecológico, o que tem de espécie de fauna e de flora... até a década de 1960, o seu Altrudo, morador antigo de lá, dizia que tinha cavalos selvagens (EH3).*

Eles tinham a visão de que essa área poderia ser transformada em uma reserva florestal, “claro que nós não tínhamos a dimensão do que poderia ser uma APA como é hoje” (EH3). Então resolveram fazer o “I Acampamento Ecológico da Restinga Grande do Ibirapuitã”, no qual umas 60 pessoas acamparam nessa área durante um final de semana, e cujo objetivo era chamar atenção, “colocar na mídia, criar um fato para despertar o interesse da comunidade” (EH3). A partir desse

<sup>7</sup> Para Guimarães (1977, p. 3), [...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

<sup>8</sup> Ibirapuitã é um nome e é formado de três palavras: Ig = rio ou arroio; Mbira = madeira; Pitã = vermelha. Etimologicamente, ibirapuitã significa “Arroio da Madeira Vermelha”.

Foi palco de enormes combates sempre foi considerado um ponto estratégico nas disputas territoriais e na Revolução Farroupilha: 2 de fevereiro de 1894 - O primeiro Combate na Ponte do Rio Ibirapuitã, havendo a (2ª) evacuação da cidade. Neste combate a ponte, que era de madeira, foi incendiada. 19 de junho de 1923 - O segundo combate sobre a Ponte do Rio Ibirapuitã, luta travada ente as forças revolucionárias (maragatos) e o as forças legalistas do Governo do Estado (chimangos). (Site prefeitura de Santana do Livramento)

movimento foi criada a Associação Santanense de Proteção ao Ambiente Natural (ASPAN), pioneiros em debater a questão ambiental, sobre o rio Ibirapuitã. Também tinham outras entidades ligadas ao meio ambiente em Quaraí, Alegrete e Rosário do Sul que se somaram a mobilização. Após alguns anos de atuação em prol da ideia, havia sobrado um dinheiro da ASPAN que foi utilizado para os custos de enviar telegramas aos órgãos governamentais relacionados a questões ambientais, deputados e até ao presidente da República, que na época era o Fernando Collor de Mello (1990 – 1992).

*Na época sobrou um dinheiro da ASPAN e nós resolvemos mandar 33 telegramas para o então presidente recém-eleito Fernando Collor de Mello, e tivemos ajuda de alguns jornalistas e políticos que se interessaram pelo tema, e aí saiu o decreto de criação da APA. A gente não esperava que fosse uma coisa tão grandiosa (EH3)*

Os critérios para a delimitação foram estudos técnicos do IBAMA, que utilizou como principal critério a bacia hidrográfica do rio Ibirapuitã, no caso o seu terço superior, considerado por muitos estudiosos como unidade ideal de planejamento. Esta delimitação técnica acabou por aumentar em muito a área da UC se comparada com a proposta inicial de uma reserva.

Inicialmente não houve apoio da comunidade local e regional, a falta de entendimento sobre o que era a UC e quais seus objetivos geraram manifestações contrárias a implementação da APA. Esta situação foi relatada pelo Entrevistado H3:

*Claro que na época houve muito preconceito, nos ameaçavam: “se vocês entrarem no nosso campo vamos tirar vocês à bala”, nós xingavam de tudo, confundiam a APA com Assentamento do MST, pensavam que iriam ser expulsos das suas propriedades (EH3).*

A falta de informação também originou boatos em relação ao pagamento do ITR (Imposto Territorial Rural), como contou o EG2: “começou boato de que não precisariam mais pagar o Imposto Territorial Rural porque estavam numa UC, e muitos deixaram de pagar por muito tempo, acumulando uma dívida”.

Quanto aos moradores da APA, estes ficaram sabendo da criação da APA, majoritariamente, pelo rádio, mas de forma superficial. Demorou cerca de 10 anos desde a criação para que representantes da APA realizassem ações de aproximação com os moradores, pois de acordo com a fala do EPF4, isso só

ocorreu a partir do momento em que uma analista ambiental foi designada exclusivamente para a APA, o que ocorreu em 2002.

*No início a gente ficou sabendo pelo rádio, mas não sabia direito... Se falava que nada mais podia fazer que ganhava muita. Demorou até explicarem pra nós, foi só depois que aquela moça, a Eridiane veio aqui falar com nós e também a Fundação (Maronna) (EPF4).*

A Entrevistada H2, a qual é representante da Fundação Maronna, cuja sede localiza-se no centro da cidade de Alegrete, relata que “*sempre fomos parceiros da APA e inclusive cedemos uma sala para a APA utilizar como escritório no início de suas atividades até 2003/2004, quando a sede muda para a cidade de Livramento*”. Até este período a responsável pela APA do Ibirapuitã era a analista ambiental do IBAMA - Regional de Uruguaiana, que se deslocava de Uruguaiana duas ou três vezes na semana para Alegrete, onde em uma sala junto à Fundação Maronna se dedicava às questões relacionadas a APA. É neste período que começou a se estruturar o CONAPA (Conselho Gestor da APA do Ibirapuitã), o qual é abordado no capítulo 6.

Destinada ao Uso Sustentável de parte dos recursos naturais presentes em seu território, desde sua criação (em 1992) até 2007 a APA foi gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, uma autarquia federal subordinada ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro. Em 2007 o governo brasileiro divide o IBAMA e cria (Lei 11.516) uma nova autarquia responsável exclusivamente pela gestão das mais de 300 áreas protegidas federais: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

O ICMBio integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e sua principal missão institucional é administrar as Unidades de Conservação (UCs) federais brasileiras, que são áreas de importante valor ecológico para a biodiversidade do país. Nesse sentido, cabe ao ICMBio executar as ações da política nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Ele tem também a função de executar as políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas UC federais de uso sustentável. As outras missões institucionais do ICMBio são fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e

exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federais brasileiras.

Conforme o Decreto N°529, de 20 de maio de 1992, são os seguintes objetivos que motivaram a criação da APA do Ibiratuipã:

1. garantir a preservação dos remanescentes de mata aluvial e dos recursos hídricos;
2. melhorar a qualidade de vida das populações através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
3. fomentar o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica;
4. preservar a cultura e a tradição do gaúcho da fronteira;
5. proteger espécies ameaçadas de extinção em nível regional.

No entanto, seu Plano de Gestão foi elaborado em 1999, antes da promulgação da Lei que cria o SNUC o qual estabelece novos conceitos de gestão para as Unidades de Conservação. Dessa forma, o Plano não consegue abarcar a totalidade desse espaço e diversas situações descritas não condizem com a realidade local. Ainda não há um Plano de Manejo desta UC (em construção), que hoje conta apenas com um analista ambiental.

Conforme determinam a Lei Federal 9.985/2000 (SNUC) e o Decreto nº 529/1992, a APA do Ibirapuitã possui 12 funções ou diretrizes centrais que orientam sua gestão:

- [1] Garantir a conservação de uma porção significativa do Bioma Pampa
- [2] Assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
- [3] Disciplinar o processo de ocupação territorial
- [4] Proteger a diversidade biológica
- [5] Fomentar o Turismo Sustentável
- [6] Proteger os remanescentes da mata aluvial
- [7] Garantir a conservação dos recursos hídricos
- [8] Fomentar a Educação Ambiental
- [9] Melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais
- [10] Fomentar a Pesquisa Científica
- [11] Preservar a Cultura e a Tradição do Gaúcho Fronteiriço
- [12] Proteger as Espécies Ameaçadas de Extinção em nível regional

### 3.4 CAMPOS DO PAMPA: UM ESPAÇO A SER PROTEGIDO

Os campos do Bioma Pampa estendem-se ao sul e a oeste pela República Oriental do Uruguai e províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios, Santa Fé, Córdoba, Buenos Aires e La Pampa, como pode ser visualizado na Figura 6, “A

região inteira, desde Bahia Blanca na Argentina até Porto Alegre, é denominada Pastizales del Rio de La Plata, com 760.000 km<sup>2</sup> de extensão” (OVERBECK et al 2015, p. 34). O bioma Pampa brasileiro é a porção mais ao norte desta grande região campestre.

Figura 6 - Área de abrangência do Pampa



Fonte: (PICOLLI; SCHNADELBACH, 2007).

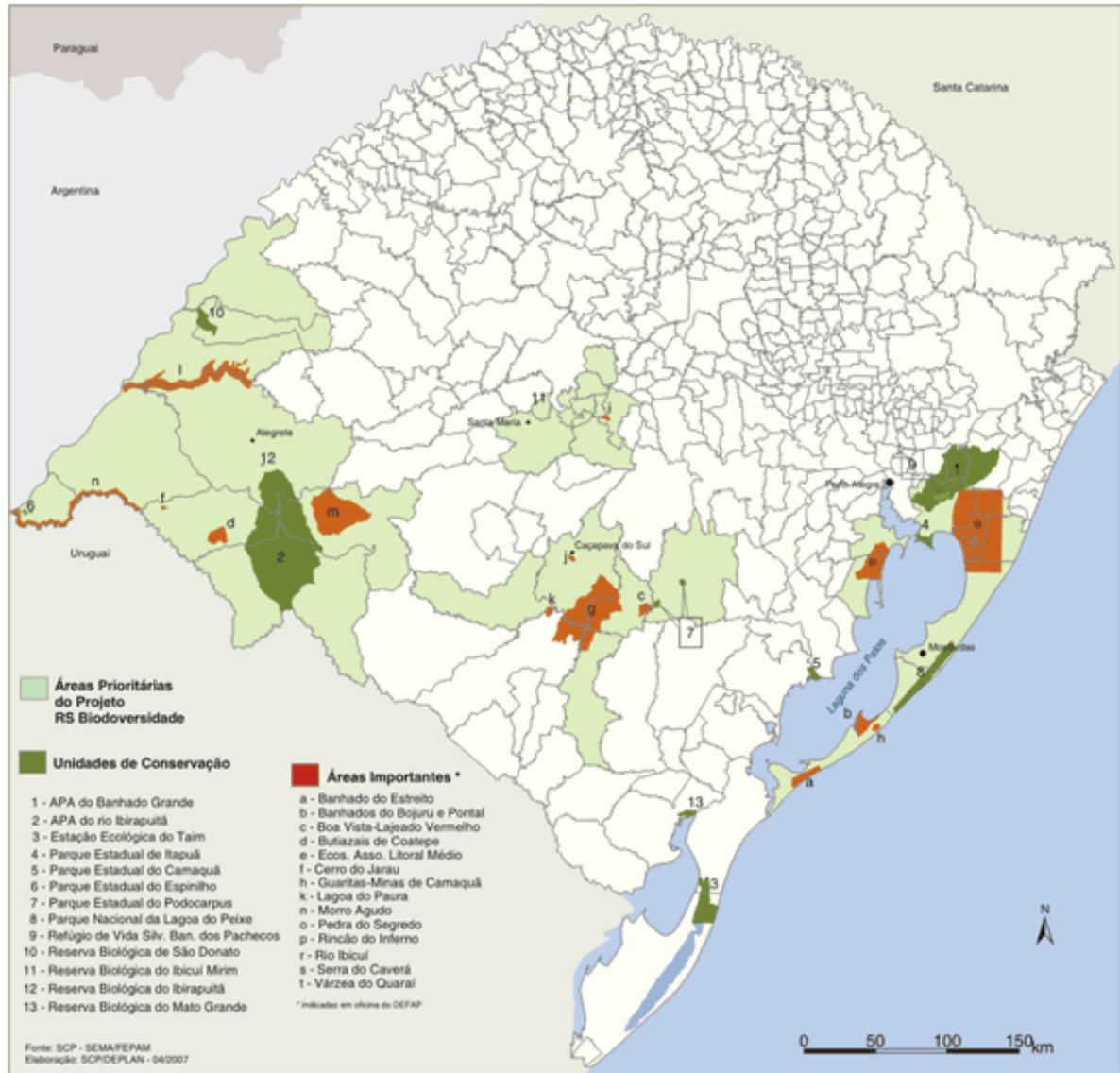
No Brasil, o Pampa configura-se como um Bioma restrito ao estado do Rio Grande do Sul, onde ocupa uma área de 176.496 km<sup>2</sup> (IBGE, 2004), a qual corresponde a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro. Apenas em 2007 foi reconhecido oficialmente como bioma pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, também, pelo MMA – Ministério do Meio Ambiente. As paisagens do Pampa são variadas, de serras a planícies, de morros rupestres a coxilhas. O bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade. As paisagens do Pampa se caracterizam pelo predomínio dos campos nativos, mas há também a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro,

formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc. (MMA, 2015).

Em relação às áreas naturais protegidas no Brasil o Pampa é o bioma que tem menor representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), representando apenas 0,4% da área continental brasileira protegida por unidades de conservação (MMA, 2015). A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, em suas metas para 2020, prevê a proteção de pelo menos 17% de áreas terrestres representativas da heterogeneidade de cada bioma.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2015) as “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, resultaram na identificação de 105 áreas do bioma Pampa, destas, 41 (um total de 34.292 km<sup>2</sup>) foram consideradas de importância biológica extremamente alta.

Figura 7 - Mapa das áreas prioritárias para conservação e UC no RS



Fonte: (SEMA, 2009).

Estas áreas prioritárias para conservação contrastam com a baixa representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), já que o pampa possui apenas 3,3% de proteção em unidades de conservação (2,4% de uso sustentável e 0,9% de proteção integral), com grande lacuna de representação das principais fisionomias de vegetação nativa e de espécies ameaçadas de extinção da fauna e da flora (SEMA, 2009). Observa-se na Figura 7 que são 19 UCs, totalizando mais de 340 mil hectares, das quais 09 UCs são federais e 10 estaduais. A APA do Ibirapuitã é a Unidade de Conservação do Rio

Grande do Sul com maior área territorial, conforme Figura 7, representada pelo número 2. A criação de unidades de conservação, a recuperação de áreas degradadas e a criação de mosaicos e corredores ecológicos foram identificadas como as ações prioritárias para a conservação, juntamente com a fiscalização e educação ambiental.

Overbeck et al (2015, p. 35) sugerem que seja utilizado o termo “Campos Sulinos” para a região do pampa brasileiro, o qual corresponde à terminologia utilizada para a grande região dos *Pastizales Del Rio de La Plata*, onde os nossos Campos Sulinos são incluídos nos *Campos del Norte*, já que constituem a parte mais ao norte desta grande região de vegetação campestre.

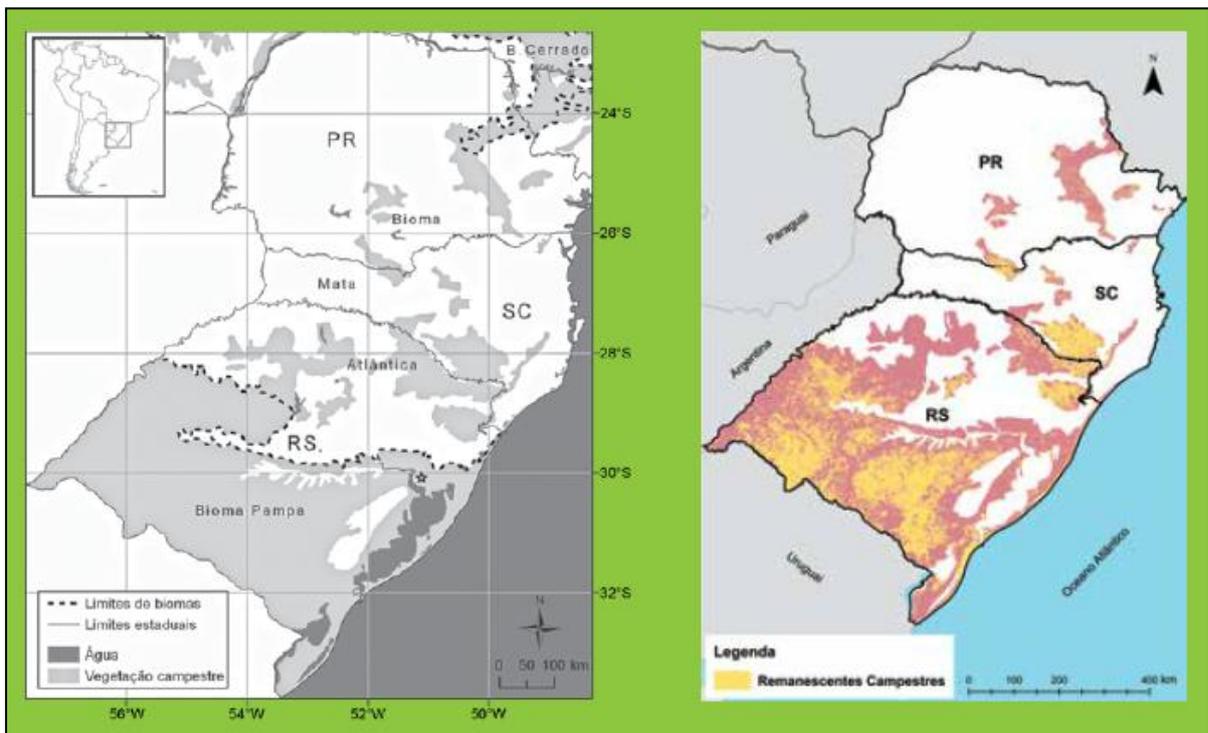
Estes e outros autores criticam o termo Estepe<sup>9</sup> utilizado pelo IBGE para a vegetação campestre do Sul do Brasil, com exceção de uma pequena região no oeste do Rio Grande do Sul, o Parque do Espinilho e arredores que é denominada de Savana Estépica, visto que sua utilização não corresponde ao seu uso internacional.

O termo Campos Sulinos é utilizado para denominar as regiões campestres nos três estados da região Sul do Brasil, Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR) Overbeck et al (2015, p. 33), demonstrado na Figura 8. Apesar de ocupar menos de 7% da superfície terrestre do Brasil, essa região é bastante heterogênea, tanto em suas condições climáticas e de solo, quanto em relação às suas fisionomias vegetais, e a contribuição da vegetação campestre em termos de área. Quando a intensidade do pastejo é baixa, as espécies podem ter uma cobertura alta e o campo é chamado de campo sujo, em contraste ao campo limpo, sem presença expressiva de arbustos.

---

<sup>9</sup> O termo Estepe, na literatura ecológica, é empregado para campos sob clima temperado semiárido, onde a baixa precipitação durante a estação quente impede o crescimento de vegetação florestal – o que não é o caso no Sul do Brasil. Por outro lado, o termo Savana também não descreve os Campos Sulinos de forma correta, pois é comumente utilizado para a vegetação em que coexistem estratos lenhoso e herbáceo distintos, sob clima tropical e com precipitação fortemente sazonal (como no caso do Cerrado), o que também não é o caso na região Sul. Na expressão Savana Estépica foram combinados dois termos utilizados para tipos de vegetação muito distintas, o que gera mais confusão ainda (OVERBECK et al 2015, p. 35).

Figura 8 - Vegetação campestre no Sul do Brasil



Fonte: (VÉLEZ-MARTÍN, 2015).

A diversidade dos campos é evidenciada quando consideramos que os Campos Sulinos fazem parte de dois biomas diferentes: Campos da metade sul e oeste do RS, com a paisagem dominada pela vegetação campestre e inserida no bioma Pampa; vegetação campestre do Planalto Sul-Brasileiro, na porção norte do RS e nos estados de Santa Catarina (SC) e Paraná (PR), que faz parte do bioma Mata Atlântica.

Na Figura 8 também é possível observar as áreas com remanescentes de vegetação original dos campos do pampa, e a APA do Ibirapuitã coincide com uma das maiores áreas que ainda apresentam estes campos. Neste sentido, esta UC vem contribuindo para a manutenção da biodiversidade do pampa, fazendo-se necessário aprofundar os conhecimentos sobre esta, especialmente acerca dos sujeitos que ali vivem.

Sobre a formação dos campos com essa fisionomia, estudos paleoecológicos e paleoambientais (BEHLING, 2009) demonstram a predominância de vegetação de

campo sobre áreas hoje ocupadas por floresta até 1500 cal AP<sup>10</sup> (Holoceno Superior), antes do qual o clima predominante era seco e frio, com aproximadamente três meses de seca ao ano. Com a mudança climática a partir de 3000 anos cal AP, ocorre o aumento das precipitações e temperatura, inicia-se a expansão da Floresta com Araucária em refúgios florestais ao longo de rios sobre o campo em áreas mais elevadas.

Para Behling (2009) os ecossistemas de campo constituíram-se possivelmente em contato com animais herbívoros pertencentes a uma megafauna primitiva extinta a cerca de 12.000 anos atrás (último Período Glacial). Eram grandes herbívoros semelhantes às preguiças gigantes, equídeos semelhantes aos cavalos ou burros, e tatus gigantes.

Suertegaray (2001) e Behling (2009) citam a existência da megafauna como coincidente com a chegada dos primeiros povoadores da América do Sul. Tanto os caçadores pré-históricos quanto os animais primitivos desapareceram na transição do Pleistoceno ao Holoceno (12.000 anos AP), quando as condições frias e secas deixam de ser predominante.

Esse período de oito mil anos entre a extinção dos grandes herbívoros e a introdução do gado teria influenciado o aumento das grandes queimadas nos campos, inclusive em áreas de transição campo/floresta de Araucária. Assim, a presença do fogo é um fator importante para o controle e equilíbrio desses mosaicos, evitando a expansão da floresta sobre o campo.

Para Overbeck et al. (2015)

O clima, solo e relevo influenciam a distribuição das espécies numa escala regional, mas o manejo é fundamental para definir as diferentes fisionomias campestres locais. A vegetação campestre, nas zonas tropicais e subtropicais, evolui sob a influência do fogo e do pastejo e pisoteio dos herbívoros. Devido à coevolução com estes fatores, as plantas campestres podem ser consideradas adaptadas a estes distúrbios e desenvolveram estruturas que permitem que elas resistam ao fogo ou ao pastejo, ou que consigam regenerar as suas populações rapidamente. (Overbeck, 2015, p. 36)

Assim, é possível distinguir três grupos principais de fatores que determinam as características dos campos: “fatores climáticos; fatores de solo e relevo; fatores relacionados ao manejo” (OVERBECK et al, 2015, p. 36).

---

<sup>10</sup> Idade em anos radiocarbono calibrados Antes do Presente, sendo que a referência para o presente é o ano de 1950. Para mais conhecimento sobre ver Behling (2009).

De acordo com Boldrini, Overbeck e Trevisan (2015, p.53) existem nos Campos Sulinos mais de 3.000 plantas superiores, sem considerar musgos, samambaias ou líquens. Somente no Rio Grande do Sul, onde está a maior proporção de campos na Região Sul, são conhecidas mais de 2.600 espécies, pertencentes a 89 famílias, algumas delas com diferentes variedades ou subespécies. Destas, 2.150 espécies ocorrem nos Campos do bioma Pampa e 1.620 nos Campos do bioma Mata Atlântica. Ainda para estes autores, o que caracteriza os campos é a dominância das gramíneas, sendo estas mais de 9.000 espécies no mundo e 1.485 no Brasil, enquanto que no Rio Grande do Sul, são 473 espécies nativas e 423 destas ocorrem nos campos.

Os estudos sobre conversão e fragmentação dos campos sulinos (VÉLEZ-MARTIN et al, 2015) apontam que na primeira década do século XXI restavam apenas 43% do que havia originalmente. O que tem causado essa dramática perda de área de campo nativo é a conversão para áreas de agricultura (principalmente lavouras de soja, milho e arroz) ou de silvicultura (eucaliptos, pinus e acácia), causando assim, a supressão dos campos existentes pelo uso de máquinas para lavrar a terra e o uso de herbicidas aplicados para matar a vegetação campestre para implantar as lavouras.

Os campos do pampa ficaram à margem da “Modernização da Agricultura” das décadas de 1960/70, por apresentarem solo raso pedregoso ou muito úmido, ou ainda, o relevo muito ondulado que dificultava a implantação de lavouras. No entanto, as novas tecnologias de produção agrônômica e a biotecnologia vêm permitindo transpor estes obstáculos.

Considera-se que a perda da biodiversidade é a consequência ambiental direta da conversão dos campos, pois causa o empobrecimento biológico. Ainda para Vélez-Martin et al (2015), as consequências negativas da supressão dos campos vão além dos problemas ambientais, uma vez que os Campos Sulinos têm sido historicamente utilizados para a atividade pastoril, e a pecuária se beneficia diretamente da vegetação nativa que ocorre naturalmente na região. “São milhares de espécies que crescem e produzem forragem para o gado, dependendo apenas do sol, da água da chuva e da fertilidade natural do solo para o seu desenvolvimento” (p. 128).

Esta condição tem uma grande vantagem competitiva do ponto de vista econômico, já que é possível produzir proteína animal (alimento de alta qualidade), sem a necessidade de intensificar os sistemas de produção. Assim, o pecuarista não tem os custos de compra de sementes, adubação, aplicação de agrotóxicos, maquinário. Além disso, evitam-se todos os problemas ambientais associados com as atividades que dependem do uso intensivo de insumos. Ou seja, no balanço global dos custos e benefícios a produção pecuária em campo nativo é a atividade econômica mais vocacionada para a região (VÉLEZ-MARTIN et al, 2015, p. 128).

Por isso, estes autores consideram que eliminar os campos nativos, de forma ampla, para produzir grãos e madeira torna-se um contrassenso já que se desperdiça esse patrimônio fitogenético proporcionado, sem custos, pela natureza em troca de atividades intensivas e dependentes de pacotes tecnológicos, ao sabor das oscilações de preços do mercado internacional e muito mais vulneráveis aos riscos climáticos (VÉLEZ-MARTIN et al, 2015).

### 3.5 CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DA APA DO IBIRAPUITÃ

Concordante com Verdum<sup>11</sup> (2014, p. 20) considera-se que a paisagem é o “resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza”. Também, que a paisagem mostra a história da população de um determinado lugar e, que necessita sempre estar sendo discutida e registrada. A paisagem que é percebida e registrada pelas pessoas torna-se o concreto, ou seja, a coisa real, mas ao mesmo tempo é a imaginação e a representação destas coisas, as imagens. Cada um de nós, de acordo com a nossa trajetória, nossa consciência e nossa experiência, vê as paisagens de forma diferente e única. Cada um constrói seus conceitos que vão refletir em suas ações e olhares, mas estes olhares estão concebidos a partir de uma matriz cultural que é do coletivo das pessoas de uma determinada sociedade humana (VERDUM, 2014, p. 20).

Com correlação a paisagem na elaboração de diagnósticos ambientais de Unidade de Conservação, a proposta de caracterizar as Unidades de Conservação (UC) e de seu entorno a partir da categoria de análise espacial – paisagem,

---

<sup>11</sup> Roberto Verdum é Prof.do curso de Geografia da UFRGS, e participou da pesquisa em conjunto com a Fundação Zoobotânica do RS, que definiu as Unidades de Paisagem da Apa do Ibirapuitã, e de outras UCs do RS, possuindo um grande acúmulo de conhecimento e publicações acerca do conceito da categoria de análise do espaço geográfico “paisagem”. Por isso, julga-se que a sua compreensão de paisagem é a mais adequada para a discussão proposta neste capítulo da tese.

...pressupõe a concepção de poder caracterizar a UC pela utilização de um referencial que possa auxiliar na compreensão das diferentes Unidades de Paisagem (UP's) que a compõem, assim como uma possibilidade de instrumentar o gestor, quando da elaboração do Zoneamento Ambiental dessa UC (VERDUM, 2014, p. 20).

Neste sentido, é fundamental definir que as diferenciações entre as UP's, nos limites da UC e de seu entorno, estão referenciadas, essencialmente, em quadro critérios: a forma, a função, a estrutura e a dinâmica:

A forma é o aspecto visível de uma determinada paisagem, que no caso desse diagnóstico, é referenciado por aspectos da paisagem que podem ser facilmente reconhecidos em campo e pelo uso dos produtos do sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite): o morfológico, a presença d'água, a cobertura vegetal e a ocupação das terras. Cada forma possui diferenças, tanto do ponto de vista de suas dinâmicas como, também, da possibilidade de apropriação e uso social, isto é a sua função. Sendo assim, a função pode ser compreendida pelas atividades que, de certa maneira, foram ou estão sendo desenvolvidas e que estão materializadas nas formas criadas socialmente (espaço construído, atividades agrícolas, atividades mineradoras...) e, que também, são reconhecidas em campo e pelos produtos do sensoriamento remoto, pelas diferenciações que apresentam em relação aos aspectos das unidades da paisagem, onde não ocorrem as diversas formas criadas socialmente. A estrutura é outro critério que não pode ser dissociado da forma e da função, sendo esta reconhecida como a que revela os valores e as funções dos diversos objetos que foram concebidos em determinado momento histórico. Sendo assim, a estrutura revela a natureza social e econômica dos espaços construídos e, que de certa maneira, interfere nas dinâmicas da paisagem anteriores a essas intervenções sociais. A dinâmica é a ação contínua que se desenvolve gerando diferenças entre as UP's no que se refere aos resultados dessas dinâmicas, no tempo, na sua continuidade e na sua mudança (VERDUM, 2014, p. 21).

Também é fundamental reconhecer que para a efetivação destas UC's, deve-se levar em conta que o próprio paradigma conservacionista-preservacionista gera e gerará uma marca que altera as relações que se estabelecem na ocupação das terras no seu entorno. Sendo assim, há a necessidade de que a UC seja reconhecida socialmente pelas suas formas, funções, estruturas e dinâmicas, atribuindo-a um valor que leve em consideração a dimensão histórica e cultural da área de entorno.

De acordo com o zoneamento proposto para a APA no seu Plano de Gestão (1999), ela pode ser classificada em quatro setores, sendo cada setor classificado de acordo com as características geomorfológicas e de fragilidade. Contudo, estudos mais recentes realizados na APA trazem informações mais detalhadas e condizentes com a realidade, como a pesquisa realizada pela Fundação

Zoobotânica/SEMA/RS "Avaliação da paisagem, composição, estrutura e dinâmica de comunidades terrestres e aquáticas na APA do Ibirapuitã - Bioma Pampa: potencialidades, conflitos de uso e sustentabilidade" (PELD, 2013). Portanto, a caracterização da APA será feita, majoritariamente, a partir das informações obtidas por este estudo, visto que inclusive os gestores da APA já vêm utilizando-as.

Outra fonte de dados acerca da APA do Ibirapuitã provem do Projeto "Urb-al - Aglomerados Urbanos em Área Protegida: "Métodos para promover o desenvolvimento socioeconômico da população com a tutela da natureza". Este foi executado entre janeiro de 2009 a dezembro de 2012, com financiamento da Comissão Europeia no valor de 3 milhões de euros e coordenado pelo município de Borba (Portugal) e com apoio dos participantes: Uruguai (intendência de Rivera); Brasil: municípios de Alegrete, Quaraí, Rosário do sul, Sant'Ana do Livramento e Fundação Maronna.

O projeto Urb-al é realizado em várias partes do mundo, considerado um "método para promover o desenvolvimento socioeconômico da população com a tutela da natureza nasceu da necessidade de proteger zonas territoriais de alto valor ambiental e paisagístico e, ao mesmo tempo, preservar e dar dignidade à população" (Urbal, 2012). O objetivo foi a criação de novas fontes de renda para a população do Bioma Pampa, bem como o fortalecimento das fontes existentes, ligadas à valorização territorial, cultural e à proteção dos recursos naturais.

A área foco englobou o território formado por: Parque Natural Regional Vale del Lunarejo (Uruguai), Parque Gran Bretana (Uruguai), corredor ecológico (Fronteira Brasil/Uruguai), Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (APA do Ibirapuitã/Brasil), Entorno da Reserva Biológica Estadual do Ibirapuitã, Serra do Caverá (Brasil) e o território de conexão do entorno da Reserva do Caverá à Br290, objetivando dar subsídio para a criação da "API Pampa" - Área de Proteção Internacional do Pampa.

A área da pesquisa do Projeto Urb-al extrapola os limites da APA, em especial por abranger mais propriedades ao Norte, município de Alegrete, e a Oeste, município de Rosário do Sul, visto que objetiva englobar toda a Serra do Caverá na API. Contudo, considerou-se que os dados levantados trazem mais compatibilidade com a realidade da APA do Ibirapuitã e seu entorno do que os dados disponibilizados pelo IBGE, os quais apresentam um grau de maior generalização já que são divididos por municípios.

Dentre as atividades realizadas estão: levantamentos socioeconômicos, inventários de potencialidades, criação de banco de dados internacionais, estudos de normativas internacionais, que permitiram implementar 22 projetos de criação de renda, criar mais de 60 unidades demonstrativas e ministrar centenas de formações profissionais em áreas temáticas relacionadas com a lã e tear, apicultura, hortifruticultura, ovinos, mata nativa e turismo rural.

Em relação à população residente no território da API Pampa, Pode-se depreender que na Tabela 1, o município de Rosário do Sul, apresenta 35,73% da concentração da população seguido do município de Alegrete com 29, 38%. O município de Quaraí apresentou 4,23% da concentração populacional e Santana do Livramento 11,97% e Rivera com 18,69% do contingente populacional.

Tabela 1 – Concentração de população residente na API Pampa

<b>Concentração de população residente no território da API</b>	
<b>Rosário do sul</b>	1791 (35.34%)
<b>Alegrete</b>	1474 (29.40%)
<b>Quaraí</b>	212 ( 4.23%)
<b>Santana do livramento</b>	600 (11.97%)
<b>Rivera</b>	937 (18.69%)

Fonte: (Urb-al, 2012).  
Org.: Autora.

Quanto ao número de proprietários entrevistados por cidade na pesquisa do projeto Urb-al, Tabela 2 verifica-se que o município de Alegrete está representado por 35,34% das propriedades e Rosário do Sul 29,58%. No município de Santana do Livramento foram entrevistados 19,45% das propriedades participantes do estudo, e no município de Quaraí 3,91%. No Uruguai, o município de Rivera apresenta 11,72% das propriedades na amostra.

Tabela 2 – Número de propriedades por município na API Pampa

<b>Número de propriedades por município</b>	
<b>Alegrete</b>	843 (35.39%)
<b>Rosário do sul</b>	704 (29.55%)
<b>Quaraí:</b>	93 (3.90%)
<b>Santana do livramento</b>	463 (19.44%)
<b>Rivera:</b>	279 (11.71%)

Fonte: (Urb-al, 2012).  
Org.: Autora.

Na Tabela 3 as propriedades com “até 50 hectares” são as que apresentam maior predominância com área de 1.693 hectares, representando 71,13% do total das propriedades. As demais propriedades estão distribuídas nos outros intervalos de hectares, sendo que a faixa de “51 a 100” representa 7,10% das propriedades, a de “101 a 200” representa 7,44%”, a de “201 a 500” representa 8,15%, o intervalo de 501 a 1000 representa 4,41% e na faixa de “mais de 1000” hectares encontram-se 1,72% das propriedades do estudo. Esses dados demonstram uma expressiva presença do território da agricultura familiar na APA do Ibirapuitã, ao que se refere à quantidade de propriedades.

Tabela 3 – Número de propriedades por área na API Pampa

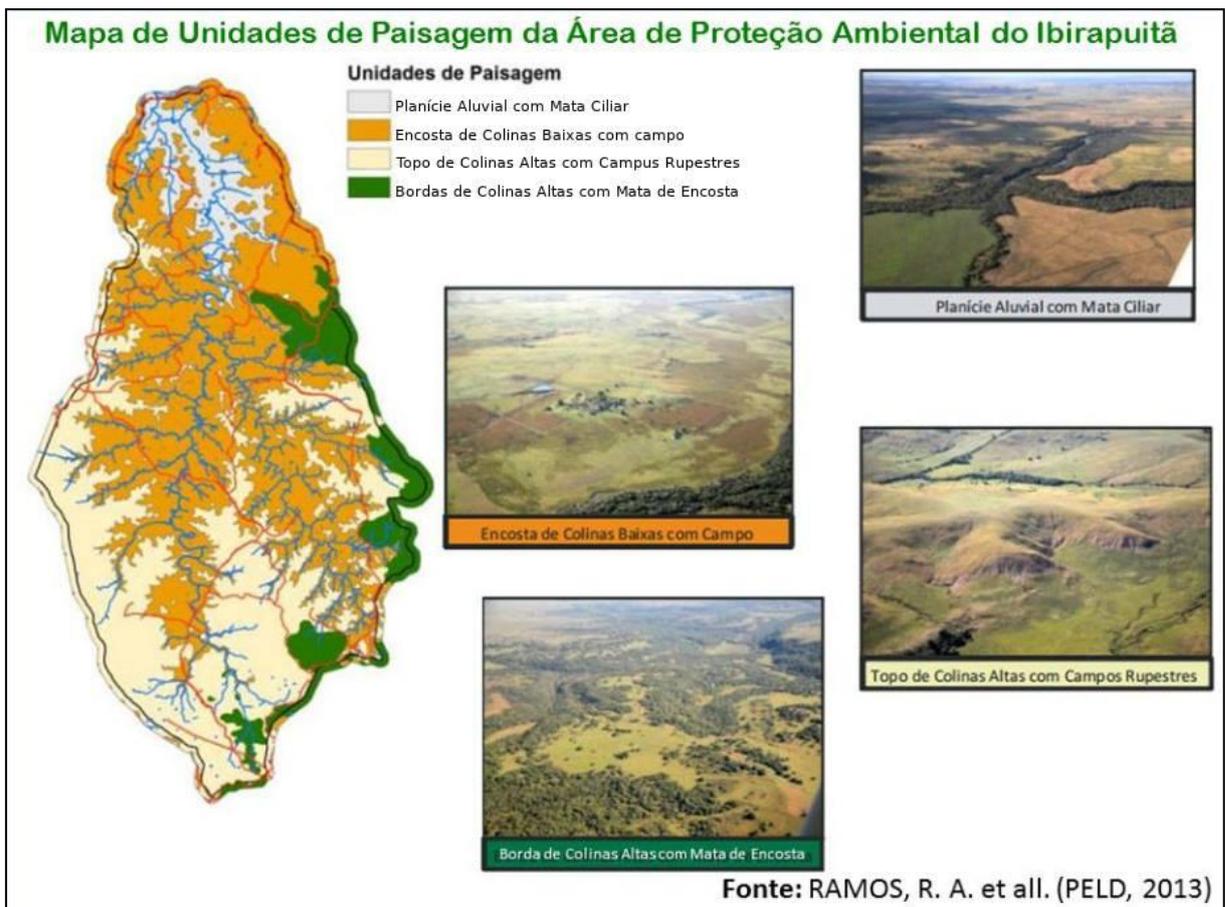
<b>Número de propriedades por área (hectares)</b>	
<b>0,1 a 50</b>	1693 (71%)
<b>201 a 500</b>	194 (8.15%)
<b>101 a 200</b>	179 (7.52%)
<b>51 a 100</b>	169 (7.10%)
<b>501 a 1000</b>	105 (4.41%)
<b>Mais de 1000</b>	41 (1.72%)

Fonte: (Urb-al, 2012).  
Org.: Autora.

Em relação ao tamanho da propriedade, o estudo identifica que o município de Santana do Livramento apresenta o maior número de hectares – 28,37% do total das propriedades pesquisadas. O município de Rosário do Sul aparece em segundo lugar apresentando 26,67%, seguido do município de Alegrete com 21,70% e, por último, o município de Quaraí com 8,81% do total de hectares.

Com relação às Unidades da Paisagem da APA do Ibirapuitã, de acordo com a Figura 9, são classificadas em quatro (PELD, 2013): as “Encostas de Colinas Baixas com Campo”, representada pela cor laranja no mapa, configurando a unidade de paisagem mais representativa da APA; já a unidade “Topo de Colinas Altas com Campos Rupestres” (cor bege) é a segunda maior, seguida pela “Borda de Colinas Altas com mata de Encosta” (cor verde) e pela paisagem de “Planície Aluvial com Mata Ciliar” (cor cinza).

Figura 9 - Mapa de Unidades da Paisagem da APA do Ibirapuitã



A unidade *Planície Aluvial com Mata Ciliar* esta localizada na porção norte da APA, apresenta as cotas mais baixas do relevo e sua biodiversidade fortemente esta associada à dinâmica de enchentes ao longo do ano. Nesta unidade predominam densas florestas de galeria, grandes áreas de espinilho<sup>12</sup> ao longo dos rios e áreas de cultivo de arroz irrigado alternando com áreas de pousio. As estradas são precárias e em muitos trechos são cortadas por arroios, cuja profundidade não permitem a passagem. Estas características podem ser vistas na Figura 10.

Figura 10 – Norte da APA / Alegrete



Paisagem do Norte da APA, Rincão do 28

<sup>12</sup>Nome científico: *Vachellia caven* Família: Fabaceae. Árvore pequena que alcança em média dois a cinco metros de altura. Sua copa é achatada, a casca bastante grossa e fendilhada, as folhas são compostas por pequenos folíolos acompanhadas por espinhos de até cinco centímetros. Suas flores arranjam-se em capítulos amareloalaranjados, que surgem no final do inverno ou início da primavera e exalam uma fragrância forte e adocicada. É nativa na América do Sul extratropical: Chile central, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. Devido a sua grande plasticidade ecológica é favorecida pelo pastoreio e ação antrópica. Árvore ornamental é muitas vezes considerada invasora. A madeira é dura e presta-se à produção de lenha e carvão (SEMA, 2013).



Fonte: Autora.

A unidade *Encosta de Colinas Baixas com Campo* possui a maior área dentro da APA e caracteriza-se por terrenos mais úmidos com uma vegetação de campo um pouco mais densa, predominando na paisagem o capim-caninha. Os solos são menos profundos que a unidade anterior, mas mesmo assim são bastante pedregosos (Figura 11), dificultando qualquer tipo de agricultura. Esta unidade concentra-se no norte e centro da APA.

Figura 11 – Afloramentos rochosos no norte da APA

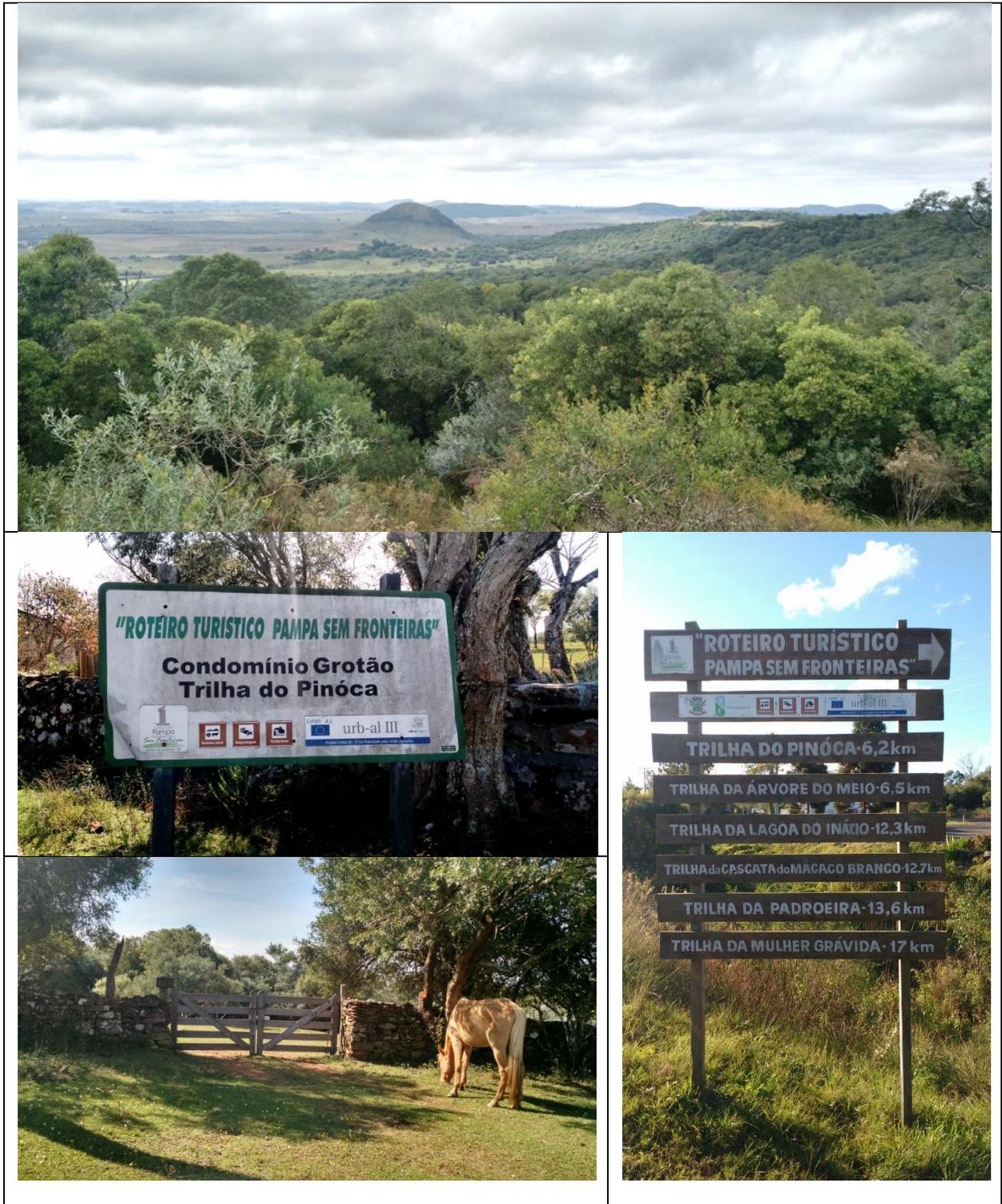


Fonte: Autora.

A unidade *Topos de colinas Altas com Campos Rupestres* estão localizados no centro e principalmente no sul da APA. Abrange a porção superior das colinas, com solos muito rasos e com grande concentração de afloramentos rochosos. Abriga várias espécies endêmicas e características deste tipo de ambiente, como cactáceas e répteis. O uso destas áreas é basicamente pecuária com uma baixa

lotação, normalmente ovinos. A beleza cênica é impressionante, sendo estas áreas indicadas para turismo rural e ecológico (Figura 12).

Figura 12 - Sul da APA / Cerros verdes

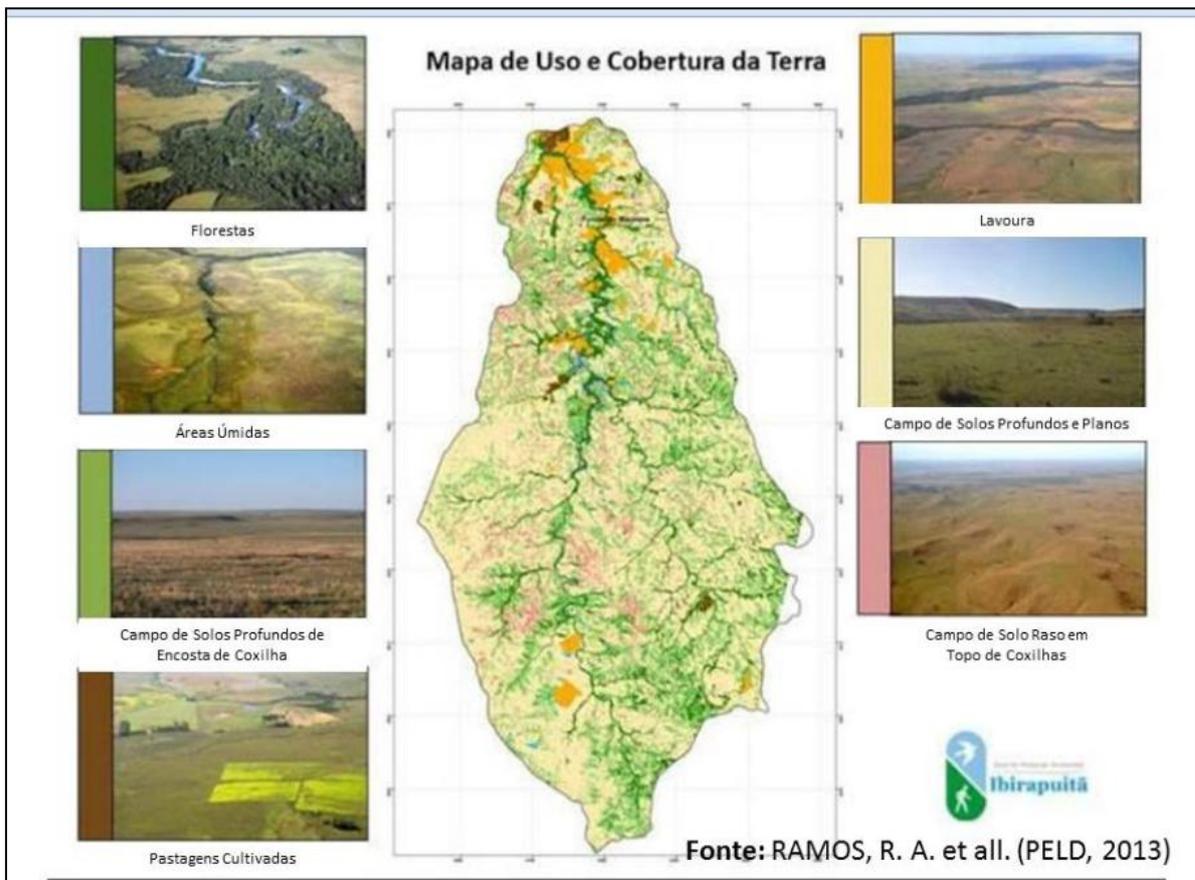


Fonte: Autora.

A unidade *Bordas de Colinas Altas com Mata de Encosta* esta localizada na borda leste da APA. Possui uma vegetação mais arbórea com uma superfície de florestas tão densas quanto os campos. Possui as maiores altitudes da região.

Conforme a Figura 13 foram definidas sete classificações de uso e cobertura do solo: florestas, áreas úmidas, campo de solos profundos de encosta de coxilhas, pastagens cultivadas, lavoura, campo de solos profundos e planos e campo de solo raso em topo de coxilhas. Cerca de 4% da área total corresponde a pastagens cultivadas e lavouras. O restante da área caracteriza-se por ambientes naturais, predominando as classes campestres com mais de 80% da APA. As florestas com predomínio das matas ciliares totalizou 8,03% da cobertura vegetal. Os banhados e os corpos d'água não chegaram a 1% da APA. O estudo do uso e cobertura mostra uma predominância de áreas campestres, cortadas pela rede de drenagem, que em alguns trechos apresentam uma floresta ciliar bastante expressiva e outros trechos pode estar ausente. As áreas com menor declividade acumulam a maioria das áreas de cultivo, onde o arroz irrigado predomina, seguido de áreas de pastagem cultivada.

Figura 13 - Mapa de Uso e Cobertura da Terra na APA do Ibirapuitã



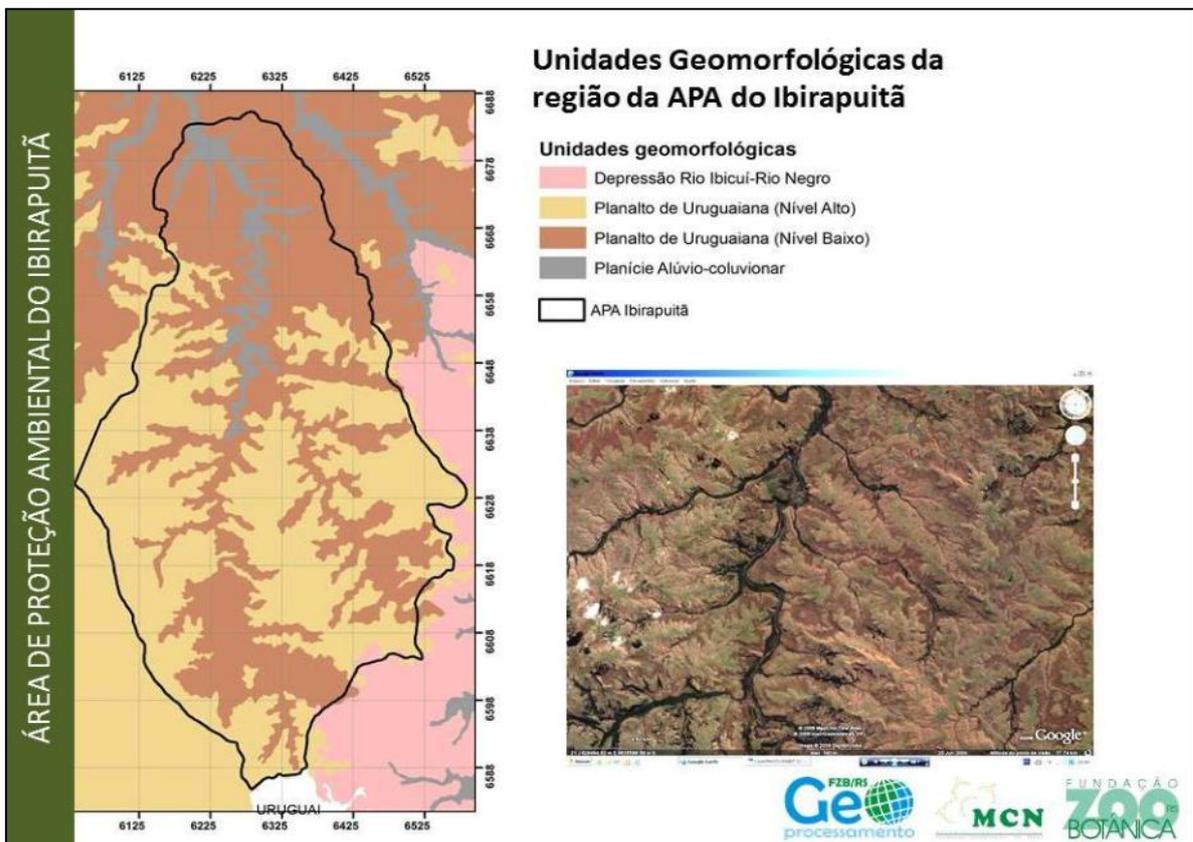
Fonte: (RAMOS, 2013).

O estudo "Avaliação da paisagem, composição, estrutura e dinâmica de comunidades terrestres e aquáticas na APA do Ibirapuitã - Bioma Pampa: potencialidades, conflitos de uso e sustentabilidade" (PELD, 2013) demonstra que a APA do Ibirapuitã apresenta como principal atividade econômica a pecuária extensiva sobre campo natural (mais de 87% do território) e pecuária extensiva sobre pastagem cultivada (menos de 1%), além do cultivo de arroz irrigado (menos de 3,5%), desenvolvido principalmente nas áreas de várzea do Rio Ibirapuitã. Verifica-se, portanto, que no território da Unidade de Conservação denominada APA do Ibirapuitã, ainda predomina a pecuária extensiva sobre o campo natural, configurando a manutenção das características culturais e ambientais locais.

Quanto à geomorfologia, a APA pertence à Unidade Geomorfológica Planalto de Uruguiana, sendo subdividida, conforme a Figura 14, em "Nível Alto" (em amarelo) e "Nível baixo" (cor marrom). No Estado do Rio Grande do Sul, a

Campanha ou Planalto da Campanha (IBGE, 1986), é a região de maior extensão de campos, constituindo a porção mais avançada para oeste e para o sul do domínio morfo-estrutural das bacias e coberturas sedimentares. Ocorrem solos de origem do arenito Botucatu, principalmente a oeste do município de Quaraí e a sul e sudeste do município de Alegrete, onde se constata o fenômeno da arenização. Os solos são, em geral, de baixa fertilidade natural e muito suscetível à erosão. Contudo, a maioria dos solos tem o basalto como material de origem, devido ao último derramamento da Formação Serra Geral, o qual predomina na APA.

Figura 14 - Mapa das Unidades geomorfológicas da APA do Ibirapuitã

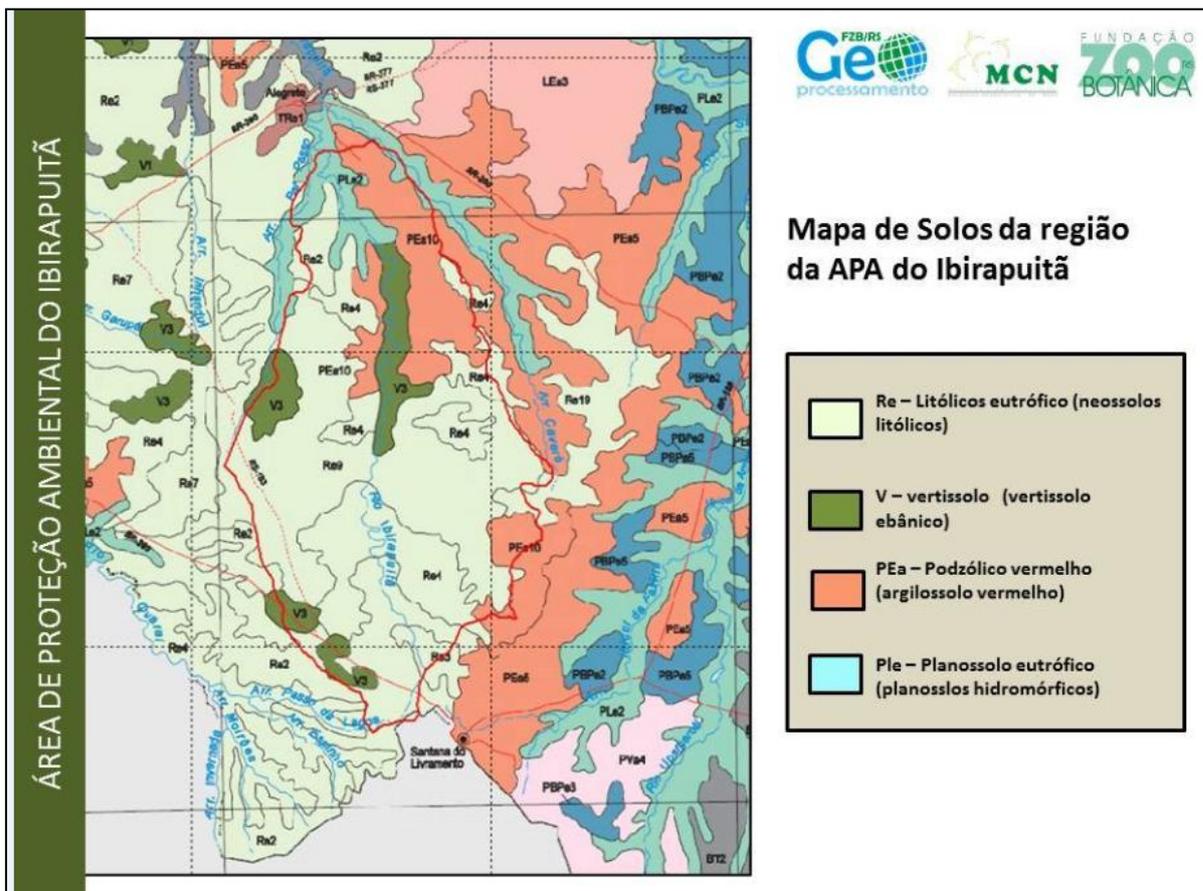


Fonte: (RAMOS, 2013).

Apresenta também pequena área de Planície Alúvio-coluvionar (cor cinza do mapa) às margens do Rio Ibirapuitã. A bacia de contribuição do Rio Ibirapuitã conforma a hidrografia da APA, a qual abriga a porção superior da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã, que possui cerca de 250 km de extensão e deságua no Rio Ibicuí, bacia do Rio Uruguai, sendo o Rio Ibirapuitã Chico o seu principal

afluente, em Rosário do Sul. Algumas sangas<sup>13</sup>, de menor porte que os arroios, demarcam os limites entre os quatro municípios, como a Sanga do Salso, entre Alegrete e Rosário, a Sanga da Divisa, entre Alegrete e Quaraí, e o Arroio dos Cardoso entre Rosário e Livramento. Em relação ao solo (Figura 15), ocorre o predomínio de solos Litólicos eutróficos (neossolos litólicos), rasos e/ou de maior fertilidade, ao sul e à margem esquerda do rio Ibirapuitã, com algumas manchas de Vertissolo (Vertissolo ebânico). À margem direita, em manchas ao norte, estão os mais arenosos como o Podzólico vermelho (argissolo vermelho). Já nas várzeas dos rios encontra-se os solos resultantes do encharcamento dessa áreas baixas como o Planossolo eutrófico (PELD, 2013).

Figura 15 - Mapa de Solos da região da APA do Ibirapuitã

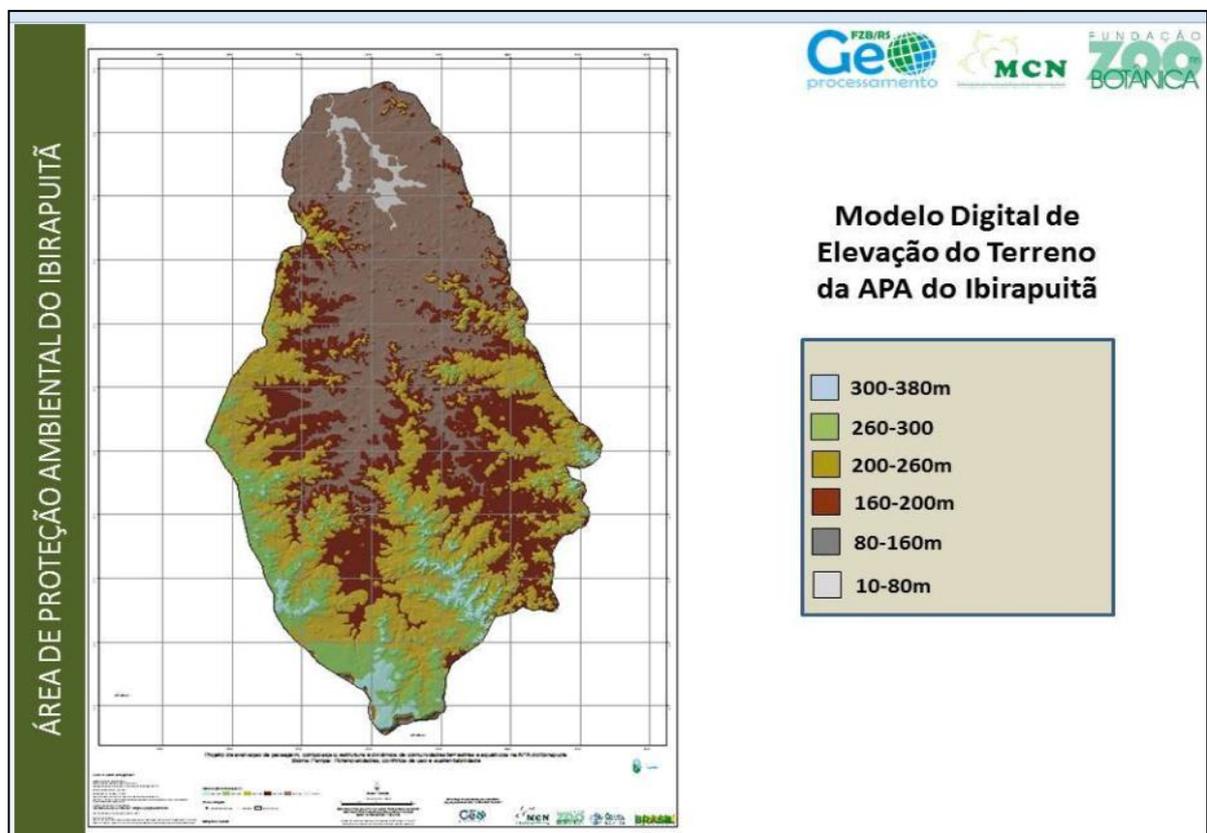


Fonte: (RAMOS, 2013).

<sup>13</sup> Sanga é a palavra utilizada pelos moradores da área estudada para designar um pequeno riacho, córrego, com nascente própria e que geralmente deságua em rios ou lagos.

A distribuição dos solos e hidrografia acompanham o relevo. No sul, próximo à nascente do Rio Ibirapuitã, encontram-se as maiores altitudes (300 m - 380 m), com cadeias de morros como os “Cerros Verdes”, encontrados no município de Santana do Livramento; o relevo vai gradativamente diminuindo a altitude em direção ao norte, acompanhando o curso do rio, predominando na APA altitudes entre 80 m a 160 (Figura 16).

Figura 16 - Modelo Digital de Elevação do Terreno da APA do Ibirapuitã

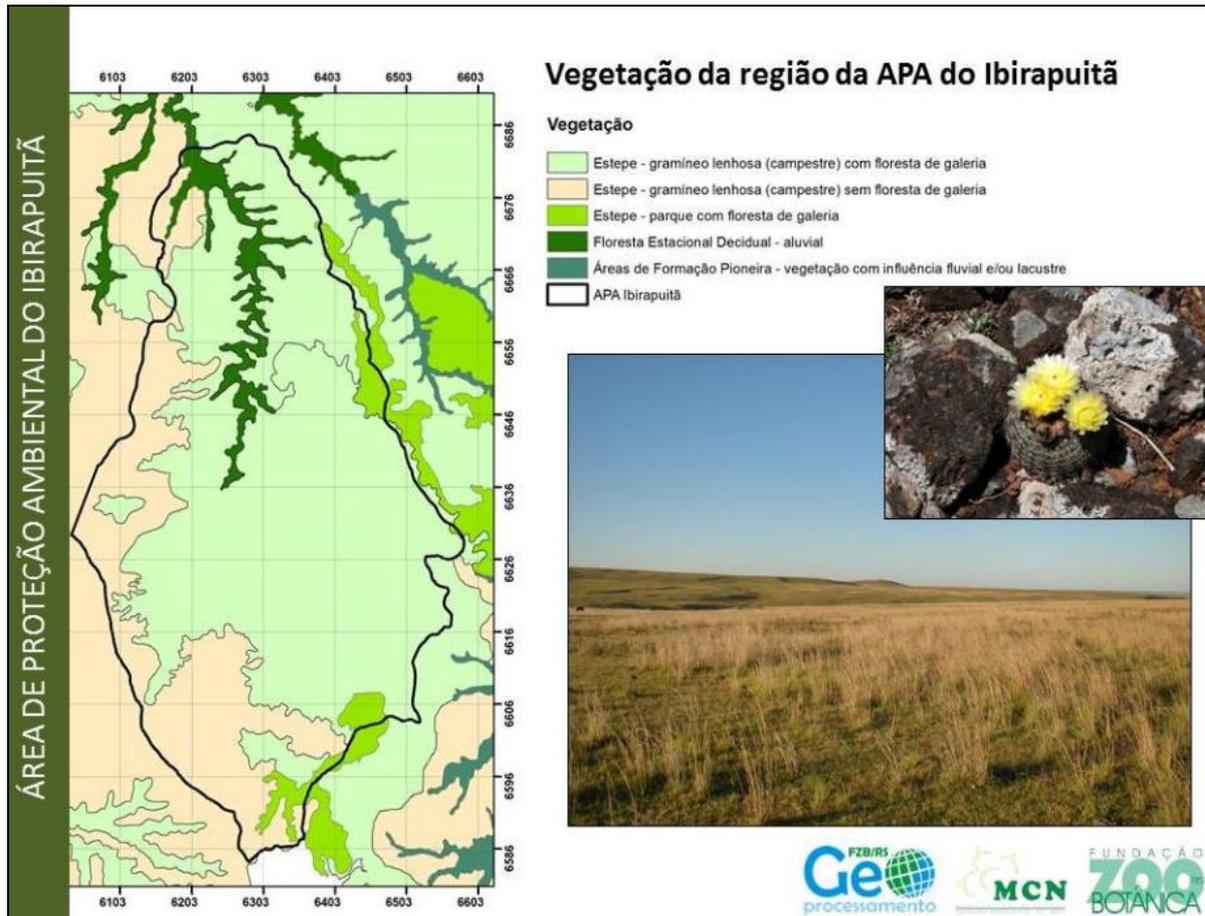


Fonte: (RAMOS, 2013).

Os solos provenientes dos arenitos da formação Botucatu, muito permeáveis e friáveis, sustentam uma vegetação rasteira muito baixa, muito sensível ao pisoteio e ao sobrepastoreio, bem como a qualquer tipo de mobilização, seja através de cultivos ou de obras, tais como a construção de estradas. Uma vez removida esta frágil vegetação, especialmente junto aos locais que concentram as drenagens nas vertentes, formam-se voçorocas, que erodindo as vertentes de modo remontante vão formando os areais. De acordo com Suertegaray (2001), a explicação para a

existência dos areais está na fragilidade destes sistemas, ocorrendo na fronteira oeste desde o tempo das doações de sesmarias.

Figura 17 - Mapa da Vegetação da APA do Ibirapuitã



Fonte: (RAMOS, 2013).

A vegetação predominante, de acordo com a Figura 17, é a estepe. Embora haja controvérsias a respeito do termo “estepe” ser utilizado inadequadamente para os campos do Bioma Pampa, ele é utilizado nos estudos realizados pela Fundação Zoobotânica, visto que segue a classificação oficial do IBGE. A estepe composta de “gramíneas lenhosas (campestre) com floresta de galeria” (cor verde claro no mapa) é a vegetação predominante na APA, seguida pela “estepe gramíneas lenhosas (campestre) sem floresta de galeria” (cor bege) e, com ocorrência mínima da “estepe parque com floresta de galeria” (cor verde). A “floresta decidual estacional – aluvial” existe apenas às margens do Rio Ibirapuitã.

Figura 18 - Estratos da vegetação no Sul APA



Fonte: Autora.

Um dos elementos que também integram essa paisagem é o vento *minuano*, que é o nome dado à corrente de ar que tipicamente acomete os estados brasileiros do Rio Grande do Sul e região sul de Santa Catarina. É um vento frio de origem polar (massa de ar polar atlântica), de orientação sudoeste. Ocorre após a passagem das frentes frias de outono e inverno (ATLAS EÓLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2002). As coxilhas da campanha gaúcha propiciam uma aceleração dos ventos, e compõem um dos potenciais eólicos mais promissores do Brasil, e vários parques eólicos já estão em funcionamento na campanha, inclusive dentro da APA, em Santana do Livramento, o que é demonstrado na Figura 19.

Figura 19 - Parque Eólico Cerro Chato e linhas de transmissão



Fonte: Autora.

A geração de energia eólica tem estreita relação com o meio agropecuário, pois os aerogeradores são instalados em propriedades rurais e seus proprietários recebem valores pela alocação dos equipamentos em suas terras. Após a fase de instalação do parque eólico, a rotina das propriedades rurais volta praticamente ao normal e a terra pode ser novamente utilizada para as atividades agropecuárias convencionais, sem grandes restrições. Dessa forma, a geração de energia eólica passou a ser mais uma atraente fonte de renda ao agropecuarista.

Porém, em cada caso, é necessário ponderar os impactos positivos e negativos dos parques eólicos. Certamente a geração de energia limpa, a renda auferida pelo produtor e pelas empresas geradoras, as melhores estradas rurais, a segurança local e a cadeia que se forma em torno dessa atividade são importantes fatores de desenvolvimento local. Além disso, a princípio, as torres de geração de energia permitem a manutenção da vegetação campestre nativa, o que é importante para a conservação do Pampa. Por outro lado, durante o processo de instalação dos parques eólicos, ocorre um trânsito intenso de máquinas e veículos, bem como a alteração e o revolvimento do solo nos locais de instalação das torres e vias de acesso. Tudo isso abre caminho para o alastramento de espécies indesejáveis como o capim-annoni, planta exótica invasora que representa uma grave ameaça aos campos da região. Esse e outros impactos potenciais sobre a biodiversidade devem ser devidamente considerados quando da avaliação de cada empreendimento e medidas de controle e prevenção devem ser adotadas sempre que necessário (Sant'Anna, 2016).

## 4 ESTÂNCIAS E RINCÕES: FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PATRONAIS E FAMILIARES NO PAMPA GAÚCHO

Este capítulo está estruturado de forma que, inicialmente, estão apresentadas algumas discussões teóricas e conceituais acerca das categorias agricultura familiar e patronal, partindo de considerações no nível do espaço rural brasileiro para, posteriormente, trazer estes para o nível regional ao qual a pesquisa se insere, o Pampa Gaúcho. Na sequência, buscou-se conhecer o processo de formação dos territórios da agricultura familiar e patronal, denominados regionalmente de “rincões<sup>14</sup>” e “estâncias<sup>15</sup>”, através da ocupação e apropriação do espaço do Pampa Gaúcho. E por último, apresenta-se o atual contexto agrário do Pampa Gaúcho que se caracteriza pelo avanço de atividades agrícolas, em especial a soja.

### 4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL: DESVENDANDO OS SUJEITOS DO CAMPO

A construção dos conceitos de agricultura familiar e patronal perpassa por um longo e complexo caminho de discussões teórico-conceituais ainda inacabadas. Neste sentido, julga-se necessário buscar o suporte teórico desenvolvido acerca dessas categorias fundamentais para a presente pesquisa.

Corroborar-se assim com Sauer (2008) sobre a sua afirmação de que os históricos embates e conflitos entre o setor patronal e os produtores familiares rurais, refletem-se também sobre a construção, a apropriação e o uso de noções e conceitos. A apropriação das noções de agronegócio e agricultura familiar, no início dos anos 1990 no Brasil, “expressa a disputa política resultante da situação fundiária e, para além de uma simples disputa conceitual, essa apropriação explicita processos políticos de resistência e luta” (SAUER, 2008, p.11), bem como processos de representação e identidade.

---

<sup>14</sup> De acordo com o Dicionário Aurélio “*rincões*” significa lugar afastado, esconderijo ou recanto. “Pode-se inferir que a etimologia do nome rincão venha do espanhol (*rincones*) que significa esquina, fazendo uma alusão aos posteiros que se localizavam nas esquinas (divisas) entre as estâncias” (OLIVEIRA, 2015).

<sup>15</sup> *Estância* é o lugar onde se fica, onde se estabelece por algum tempo morada. Trata-se de um termo castelhano que significa “terras com criação de gado vacum e cavalar” (CESAR, 2005).

#### 4.1.1 Agricultura Familiar

De acordo com Oliveira (1994) no espaço rural brasileiro apresenta-se uma das grandes contradições do capitalismo – ao mesmo tempo em que a grande propriedade moderna permanece e é impulsionada pelas novas relações do comércio global, também os agricultores familiares camponeses continuam a se reproduzir, contrariando a tese do desaparecimento do campesinato. Sobre esta questão, quanto ao destino da produção familiar, face ao desenvolvimento do capitalismo, nas décadas de 1970 e 1980 os trabalhos acadêmicos dão enfoque teórico negativo sobre a “pequena produção” (inspirados em concepções marxistas, em especial em Lênin e Kautsky), afirmando que a atividade camponesa estaria destinada a desaparecer frente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A partir do final da década de 1980 e principalmente durante a de 1990 o direcionamento das investigações e os enfoques teóricos passam por uma significativa alteração, momento em que passou a predominar o uso da noção de “agricultura familiar” e não mais “pequeno produtor”. Conforme Picolloto (2014)

Os trabalhos passavam a não mais buscar somente a condições precárias e de inferioridade desse segmento da agricultura (indícios do seu fim eminente), mas a procurar mostrar a sua importância socioeconômica, a diversidade, a capacidade produtiva e, acima de tudo, que a forma de exploração familiar foi a grande responsável pelo significativo desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil e em grande parte do mundo desenvolvido (PICOLLOTO, 2014, p. 4).

Chayanov (1998) destaca que as relações internas da agricultura familiar não reproduzem a lógica capitalista, e sim, visam atender, primeiramente, às necessidades e expectativas da família. O trabalho e as necessidades variam de acordo com o número de indivíduos que compõem o grupo familiar. A ausência de salário supre a demanda por capital financeiro necessário ao pagamento de mão de obra.

Em relação à lógica familiar, Lamarche (1998, p.15) afirma que “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Ele também traz três parâmetros fundamentais indicadores da lógica familiar, os quais são: a dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência de mercado. O

seu raciocínio é que a capacidade de adaptação dos estabelecimentos diante dos diferentes acontecimentos imprevisíveis suscetíveis de comprometer seu desenvolvimento e, às vezes, até de ameaçá-los, depende, em grande parte, de seu grau de dependência.

No Brasil, destaca-se o estudo de Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco *Novos dados sobre a produção familiar no campo* (1989) – pela proposta inovadora de análise dos dados do Censo Agropecuário de 1980, introduzindo a variável do trabalho familiar para classificar os estabelecimentos agropecuários que faziam uso de gestão e trabalho contratado das que não separavam a gestão e o trabalho, exercidos pela família agricultora. Neste estudo, mesmo tendo encontrado grande heterogeneidade de tipos de unidades de exploração familiares, as autoras constataram que a agricultura com base no trabalho familiar representava cerca 71% dos estabelecimentos agrícolas e correspondia a 42,3% da área total e 74% do pessoal ocupado na agricultura, ressaltando a importância desse segmento.

Os trabalhos de Ricardo Abramovay, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (1992), e de José Eli da Veiga, *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica* (1991) procuraram mostrar como a configuração da moderna agricultura dos países do capitalismo central se apoiou em uma forma social de organização do trabalho e de empresa específica: a "empresa familiar". Os seus trabalhos colocaram em questão os dois principais paradigmas teóricos que vigiam até aquele momento: um que preconizava que o avançar do capitalismo no campo desestruturava as explorações familiares e fortalecia a grande empresa fundada no trabalho assalariado (Kautsky e Lenin); outro que, inversamente, percebia a agricultura camponesa convivendo e até mesmo resistindo no capitalismo (CHAYANOV, 1998).

Uma perspectiva diferente é trazida por Lamarche *A agricultura familiar I: comparação internacional* (1993) e *A agricultura familiar II: do mito à realidade* (1998) e o artigo de Wanderley *Raízes históricas do campesinato brasileiro* (1996). Estes mostraram a diversidade de configurações que a agricultura familiar pode assumir em diferentes países. Os trabalhos coordenados por Lamarche mostraram a adaptação da agricultura familiar em contextos econômicos e políticos de países muito diversos (França, Canadá, Polônia, Brasil e Tunísia) e o seu objetivo foi apontar como, sob a lógica familiar, podem se organizar formas de exploração que variam desde aquelas mais próximas à autonomia camponesa até aquelas plenamente inseridas em mercados (FAVARETO, 2007). Essa diversidade ocorre na

APA do Ibirapuitã, visto que estão presentes, concomitantemente, tanto agricultores inseridos no mercado, no caso na cadeia produtiva do gado, quanto aqueles que ainda se aproximam da autonomia camponesa, com baixa dependência externa de insumos e tecnologias.

Assim, é elaborada uma proposta conceitual que reconhece uma significativa variabilidade dada pelas distintas posições que opera a "lógica familiar" nas relações sociais e da sua dependência ao mercado. Foram construídos quatro modelos teóricos de exploração familiar: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1998). Apresenta para o caso brasileiro a predominância de dois modelos: agricultura camponesa de subsistência e agricultura familiar moderna.

Ao contrário do que defendem Abramovay e Veiga, Wanderley argumenta que o agricultor familiar não é um personagem novo na sociedade contemporânea (produto da ação do Estado, das políticas de modernização da agricultura) desvinculado do seu passado camponês, mas, ao contrário, os agricultores familiares seriam portadores de elementos de ruptura com o seu passado camponês, ao mesmo tempo em que mantêm algumas continuidades.

Na APA essa presença é histórica, visto que o surgimento da agricultura familiar, mais praticada nos rincões do pampa, ocorre de forma concomitante ao estabelecimento das estâncias, nas quais as tarefas de produzir alimentos para o autoconsumo de quem vivia na estância era tarefa dos empregados e escravos.

Nas palavras de Wanderley (2003): os agricultores familiares "são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade" (p. 47- 48) uma vez que estão inseridos em mercados modernos e são influenciados pela sociedade englobante e pelo Estado. A mesma autora afirma ainda que

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar se modifica para adaptar-se ao contexto sócio-econômico moderno, mas as modificações não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, com as suas referências culturais, e é por ser portador de uma tradição camponesa que este se adapta às novas exigências da sociedade.

Dentro desta concepção, Salamoni (2000), em um estudo sobre a produção familiar em Pelotas (RS), seguindo a linha chayanoviana, constata que embora os produtores familiares se encontrem integrados ao mercado, utilizem capital sob a forma de insumos e tecnologia moderna, e orientem as ações da unidade produtiva em função de custos e rendimentos, mantêm intrínseca sua racionalidade camponesa, e não simplesmente alternativa de investimento para o capital.

Também Wanderley (1996), ao fazer referência a Chayanov, afirma que a produção familiar adapta-se e transforma-se segundo as influências externas. Permanece no contexto produtivo sem perder suas referências culturais, e que, apesar de terem sofrido transformações em seu interior, a produção familiar conseguiu permanecer. Para Chayanov, as relações internas da agricultura familiar não reproduzem a lógica do capitalista, e sim, visam atender, primeiramente, às necessidades e expectativas da família.

Como destaca Wanderley (2001)

O rural permanece nas sociedades modernas, como um espaço específico e diferenciado. [...] um mundo rural integrado [...]. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais [...] uso social das paisagens naturais e construídas da relação cidade-campo. [...] um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência 'identitária') e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do mundo rural e sua inserção na sociedade nacional). (WANDERLEY 2001, p. 32, grifos do autor)

Acerca da pluriatividade Schneider (2003) afirma que a agricultura familiar é uma combinação entre a mão de obra familiar agrícola e não agrícola que se relaciona com a manutenção do estabelecimento assegurando a sua reprodução socioeconômica. Assim, os trabalhos exercidos de forma complementar melhora a renda dos membros da família que residem na propriedade. Ainda de acordo com o referido autor o que motiva as pequenas unidades a buscar alternativas para complementar a renda, como o trabalho não agrícola, comumente se deve a pouca

disponibilidade de terra e as dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete a renda.

Porém, a pluriatividade não é algo novo, os Rincões do Pampa sempre se reproduziram sob esta lógica, pois os agricultores familiares que se estabeleceram às margens das estâncias continuavam a vender sua mão de obra para a grande propriedade, uma vez que a quantidade de terra que possuíam era insuficiente para garantir a sua reprodução social, especialmente porque a atividade principal era a pecuária extensiva, o que demandava maior disponibilidade de terra do que possuíam.

Graziano da Silva (1999) se refere ao “novo mundo rural”, visto que a agricultura familiar se situa em espaço rural cada vez mais constituído por múltiplas atividades agrícolas e não agrícolas, motivo pelo qual a agricultura familiar é aqui compreendida numa concepção mais ampla e complexa. Ela apresenta, de forma integral, atividades como a organização de agricultores, produção, beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas, turismo, pesca e artesanato (GRAZIANO DA SILVA, 1999). No entanto, esse rural não é novo, ele sempre existiu e continua a se reproduzir.

Quanto às discussões acerca da terminologia “agricultura familiar”, dentre as mais difundidas e utilizadas está a sugestão de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros em dois modelos: um "patronal" e outro "familiar", conforme o estudo demandado à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), juntamente com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando essa diferenciação para definição de políticas públicas e elaboração de estratégias de desenvolvimento rural para o Brasil. Em relação ao modelo familiar, afirma que:

O "modelo familiar" teria como característica uma relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994, p. 2).

No interior do modelo familiar foi feita ainda uma classificação em três tipos de unidades familiares de produção, a saber: familiar "consolidada" (com área de terra média de 50 ha); em "transição" (com área média de 8 ha); e "periférica" (com

área média de 2 ha). Com base nessa classificação, o documento da FAO/Incrá propõe como "público alvo" para a construção prioritária de políticas públicas a categoria dos agricultores familiares em "transição", pois argumenta que "fortalecer e expandir a agricultura familiar significa, antes de tudo, dar respostas às dificuldades que enfrentam os produtores familiares fragilizados", mas que tem "potencial" para transformarem-se em "empresas familiares viáveis" (IDEM, p. 5). Quanto aos "consolidados", estes não necessitariam de auxílio público especial. E os "periféricos", não sendo viáveis economicamente, só se poderia pensar para eles em políticas sociais de combate à pobreza. A criação do Pronaf seguiu esta orientação de uma política de auxílio aos agricultores em "transição", os que poderiam ser viabilizados na produção.

Recentemente, o Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA publicou um novo trabalho aprofundando e refinando a metodologia adotada anteriormente no estudo de 1994. O universo dos agricultores familiares foi definido pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, as seguintes condições: a) a direção dos trabalhos no estabelecimento era exercida pelo produtor e b) o trabalho familiar (UTF) era superior ao trabalho contratado (UTC) (GUANZIROLI & CARDIM, 2000).

Em 1994, constituiu-se no âmbito do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA) uma Comissão Técnica do *Pequeno Produtor* (Portaria MAARA 682/93 e 42/94) em conjunto com a Contag para analisar temas relacionados à pequena produção e formação de propostas na área de políticas agrícola. Como resultado dos trabalhos dessa Comissão foi publicado um relatório com o sugestivo título "*Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural*" (MAARA/CONTAG, 1994).

É considerado *pequeno produtor rural* aquele que explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou ocupante atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a) utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso do emprego permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; b) que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; c) que 80% de renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; d) que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (MAARA/CONTAG, 1994, p. 910).

Como resultado do protagonismo sindical da década de 1990, surge o reconhecimento formal da agricultura familiar, no final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para tratar das questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ficava responsável pelas atividades agropecuárias empresariais (do chamado "agronegócio"). A constituição desses dois ministérios expressava

...o reconhecimento tenso e conflitivo pelo Estado brasileiro da existência desses dois tipos de agricultura que, embora não sejam independentes em sua dinâmica, são portadores de propostas antagônicas de desenvolvimento rural (LEITE et al., 2007, p. 15).

Também em 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi visto amplamente como um reconhecimento da especificidade da agricultura familiar. O conceito utilizado para definir o agricultor familiar que pode ter acesso ao crédito é o sugerido pela FAO/INCRA (1994), divididos em consolidados, em transição e periféricos. Para Scheider (2003) a criação do PRONAF, além de um marco histórico, uma vez que foi o primeiro programa governamental voltado para esse segmento social, representou a legitimação desse conceito pelo Estado.

A composição da gestão do MDA nos governos Lula e Dilma contou com a participação de quadros ligados aos movimentos sociais e sindicais. Esta participação no bloco no poder (ainda que de forma subordinada, em um ministério com menor importância política e recursos do que o MAPA) possibilitou maior influência destas organizações na formulação e na execução de algumas políticas públicas de apoio a agricultura familiar.

Nestes governos, foram criadas diversas políticas para o setor da agricultura familiar, que vão além das já existentes relacionadas ao crédito, tais como: Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Luz para Todos, Arca das Letras, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), entre outras. (PICOLLOTO, 2014, p.10)

Este reconhecimento também garantiu a criação de uma Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 2006) que define oficialmente a "agricultura familiar" como "categoria profissional" e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, e simultaneamente, atende os seguintes requisitos:

I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.(BRASIL, 2006)

Essa definição de agricultura familiar, embora semelhante à definição elaborada em 1994 e usada pelo Pronaf, tem algumas diferenças: flexibiliza algumas exigências requeridas no Pronaf: indica que a renda deve ser predominantemente de atividade vinculada ao estabelecimento (eliminado a necessidade de 80% de a renda ser da atividade agropecuária) e elimina a exigência de residência na propriedade ou em povoado próximo. Em relação aos grupos sociais que são beneficiários, tanto o Pronaf quanto a Lei incluem como beneficiárias categorias sociais rurais que vivem e trabalham em situações análogas à agricultura familiar, tais como: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

O Censo Agropecuário de 2006 demonstrou que existem cerca de 5.204.130 estabelecimentos rurais, dos quais 4 milhões e 360 mil pertencem a agricultores familiares e o restante 807 mil é distribuído entre médios e grandes proprietários. As unidades familiares são responsáveis por produzirem 40% da produção agropecuária do Brasil (Valor Bruto da Produção Agropecuária Total), com apenas 24% das terras, enquanto os médios e grandes produzem 60% da produção agropecuária do país, com 76% das terras. (BRASIL, 2006). No Quadro 3 é possível visualizar uma síntese dessas informações.

Quadro 3 - Participação da Agricultura Familiar e Patronal no espaço agrário brasileiro.

<b>Agricultura familiar</b>	<b>Agricultura Patronal</b>
24% das terras	76% das terras
40% da produção global	60% da produção global
70% da produção de comida	30% da produção de comida
78,8% da mão de obra ocupada	21,2% da mão de obra ocupada
14% do Crédito	86% do crédito

Fonte: (MPA, 2009).

Também demonstra que a agricultura familiar, propriedades com menos de 4 módulos fiscais, é responsável por cerca de 70% dos alimentos oferecidos ao mercado interno e absorvia em 2006, 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), mesmo recebendo apenas 14% do crédito Plano Safra 2009/2010 (MPA, 2009).

No Rio Grande do Sul passa-se a utilizar o termo *pecuarista familiar* para designar um tipo específico de agricultor familiar. Para Chelotti (2005) a pecuária de corte extensiva foi historicamente desenvolvida, tanto na estância quanto na pequena propriedade, principalmente no Pampa, diferenciando-a das demais pequenas propriedades camponesas, emergidas a partir da colonização não portuguesa no Rio Grande do Sul.

O termo foi utilizado, inicialmente, por técnicos extensionistas da EMATER /RS nos anos de 1999/2000, quando, então, estes técnicos, na sua prática em atender produtores no campo, perceberam que existia na região Sul um grupo significativo de produtores que se dedicavam à pecuária de corte extensiva; porém com características de agricultores familiares, como a predominância da mão de obra familiar e produzindo em pequenas áreas de terras (RIBEIRO, 2009). Na época, esta instituição, procurando descrever o público a ser atendido na extensão rural, passou a se referir a este grupo como *pecuarista familiar*, excluindo desta categoria os produtores de leite, suinocultores, caprinocultores e avicultores, doravante também pecuaristas (RIBEIRO, 2009).

Desde então esses pecuaristas familiares têm despertado o interesse de vários estudiosos de diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. Para Waquil et al (2016, p. 12) essa nova categoria social denominada pecuarista familiar “mantêm características da produção e do trabalho de base familiar, tendo na criação de bovinos de corte e ovinos a sua principal atividade produtiva e na dependência da natureza sua principal característica”. Contudo, os autores afirmam que se deve evitar uma vinculação exclusiva com o sujeito tradicional sob a ótica do passado, mas sim compreendê-los nas suas expressões contemporâneas.

Hoje, para fins de políticas públicas, principalmente para ser atendida pelo recente Programa Estruturante para o Desenvolvimento da Pecuária Familiar<sup>16</sup>, esta categoria é definida como aquela que

Tem como atividade predominante a cria ou cria de bovinos/ovinos/bubalinos/caprinos para corte, possuam ou explorem área de terra até 300 ha; morem na propriedade rural ou em aglomerado urbano próximo; utilizem mão de obra familiar, obtenham, no mínimo, 70% da sua renda oriunda das atividades pecuárias e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 2).

Waquil et al (2016) apontam três aspectos relevantes que devem ser considerados a partir dos estudos iniciais desses sujeitos. O primeiro é relativo a desmistificação da ideia de que a produção agropecuária no RS era realizada apenas por grandes produtores. “Existem no Rio Grande do Sul cerca de 60 mil famílias de pecuaristas familiares, as quais representam 70% do total de empreendimentos rurais dedicados à atividade da pecuária de corte” (WAQUIL et al, 2016. P. 12). O segundo aspecto diz respeito a diversidade, pois mesmo se mostrando aparentemente homogênea, sobretudo às características produtivas envolvendo a criação de animais, a pecuária familiar é bastante diversa no contexto socioeconômico, produtivo e ambiental. E o terceiro acerca da representação social e política, visto que os estudos e discussões influenciaram as organizações de representação social familiares e a reformulação de políticas públicas para a categoria, e os pecuaristas familiares, embora com algumas restrições, passam a ser reconhecidos pelas entidades de classe e pelos gestores públicos.

Dentre os agricultores familiares que são sujeitos do presente estudo, a maioria se configura como pecuarista familiar, e inclusive se reconhecem e se

---

<sup>16</sup> O Decreto Nº 48.316 de 31/08/2011 regula este programa.

autodenominam como tal. Já entre os agricultores patronais, subdividem-se entre pecuaristas empresariais e tradicionais.

#### 4.1.2 Agricultura Patronal

A definição mais disseminada de agricultura patronal é o modelo de agricultura que se opõe diretamente ao modelo de agricultura familiar. Enquanto que no modelo familiar a agricultura se volta mais fortemente para o consumo próprio, fazendo parte de um cultivo privado e dentro do círculo de familiares, com apenas o excedente que não foi consumido sendo vendido para outros, a agricultura patronal está completamente voltada para o lucro e para a produção, gerando venda de seus produtos.

De acordo com o estudo FAO/INCRA:

O "modelo patronal" teria como característica a separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada, a ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis, o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento" (intuitivas ou de senso comum). (FAO/INCRA, 1994, p. 2).

Quadro 4 - Principais divergências entre agricultura patronal e familiar proposto pela FAO/INCRA.

<b>AGRICULTURA PATRONAL</b>	<b>AGRICULTURA FAMILIAR</b>
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo agricultor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizadas	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado é apenas complementar
Tecnologias direcionadas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra.	Decisões tomadas "in loco", condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: (FAO/INCRA, 1994).

No Pampa a característica mais marcante do segmento patronal é o latifúndio pastoril que historicamente dominou o espaço rural desde o período colonial e continua como elemento central nos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista, o processo de modernização da agricultura que tratou de inserir o agronegócio a partir das culturas do arroz irrigado, trigo e soja, como uma das estratégias de reprodução da grande propriedade.

Oliveira (2003) afirma que o agronegócio<sup>17</sup> é a contradição que pode ser sintetizada, concomitantemente, nos termos: “Barbárie e Modernidade”, isso significa dizer que esse modelo agrário-agrícola nacional apresenta uma roupagem moderna de alta produtividade, com tecnologia avançada, produção de *commodities*, etc. Por outro lado, esconde, ideologicamente, suas raízes intrinsecamente ligadas ao modelo latifundiário colonial nacional de *plantations* e, logo, a sua exclusão social e degradação ambiental como continuidade. Daí a expressão “moderno-colonial” utilizada por Porto-Gonçalves (2006) para explicar as relações capitalistas ditas modernas nos países subdesenvolvidos. Como nas tradicionais “*plantations*” coloniais, o agronegócio baseia-se, ainda, na tríade: latifúndio, monocultura e exportação. Muda-se apenas a forma de exploração de trabalho, de escravo para assalariado, todavia, em muitos casos, este trabalho é, também, análogo ao escravo.

A partir dessas concepções, é possível entender como o latifúndio no Pampa Gaúcho se perpetua enquanto poder hegemônico. Com as transformações do espaço rural do Pampa, especialmente a partir de 1960, com a expansão da lavoura empresarial principalmente do arroz irrigado, e, posteriormente, da soja e do trigo, em terras historicamente ocupadas pela pecuária tradicional, o mecanismo de arrendamento capitalista possibilitou a reprodução da territorialidade latifundiária, como salienta Chelotti (2009)

A Campanha Gaúcha, que historicamente possuía sua base econômica na atividade latifundiária pastoril, inseriu-se em um novo padrão de exploração do solo, ou seja, a agricultura capitalista, sustentada basicamente pela orizicultura. Mas, é importante deixar bem claro que esta nova reestruturação econômica não foi capaz de desestruturar o espaço

---

<sup>17</sup> O conceito de agronegócio, na língua portuguesa, que deriva da palavra *agribusiness*, foi cunhado em 1957 por Davis e Goldberg e significa um complexo de sistemas que integra todas as dimensões da economia capitalista: agricultura – indústria – comércio - finanças.

latifundiário, pelo contrário, o pecuarista usufruiu sua condição de proprietário para arrendá-la. (CHELOTTI, 2009, p. 96).

Assim, através da aliança entre grandes proprietários de terra e capitalistas configura-se a subordinação da terra ao capital, que constitui o agronegócio, pois o modelo de exploração continua centrado na grande extensão de terra, na monocultura, no trabalho assalariado e no uso de tecnologias. Este modelo acabou por beneficiar e fortalecer o proprietário rural e o latifúndio uma vez que ele se beneficia com a renda da terra. Portanto, a lavoura moderna rizícola não foi capaz de alterar a estrutura fundiária do Pampa, pelo contrário, ela acentuou a concentração da terra devido à valorização desta em função da modernização da agricultura.

A territorialização do capital monopolista (OLIVEIRA, 2004) ocorre também a partir das transformações na década de 1990, quando terras da região passam a ser compradas por grupos empresariais de outras regiões e estados e, muitas propriedades rurais ficam nas mãos de pessoas que não residem na região, apenas desenvolvem a atividade produtiva de criação de cavalos crioulos, gado de elite, a vitivinicultura ou o florestamento. Viabilizam-se, assim, outras formas de reprodução da territorialidade do latifúndio e do agronegócio na região na qual a área de estudo se insere.

Contudo, “a preservação do espaço latifundiário do sudoeste gaúcho, não corresponde, todavia, a um domínio econômico de mesma ordem, já que a produtividade da pecuária não se compara a da agricultura moderna do arroz irrigado” (CHELOTTI, 2009, p.). Vários fatores condicionaram a preservação desse espaço latifundiário regional.

[...] a importância adquirida pelo latifúndio como base do poder econômico e político, na sustentação de uma fração regional de classe [...], o papel secundário da pecuária na política econômica nacional, o que desestimulava sua transformação em atividade de caráter intensivo [...] a crença que predominou entre os estancieiros e que apenas em parte é verdadeira, de que as áreas de campo não são próprias para a agricultura, e de que a pecuária, sendo menos vulnerável às oscilações climáticas da região, teria maior garantia de rentabilidade. (HAESBAERT, 1988, p. 60).

Essa perpetuação do latifúndio pecuarista se constata na área a ser estudada, pois a pecuária se configura na principal atividade desenvolvida dentro da APA do Ibirapuitã (PELD, 2013). Também o estudo de Ribeiro e Quadros (2015)

constata que grande parte da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul não se modernizou, mantendo formas produtivas e de comercialização semelhantes ao passado. Apenas 15% dos produtores praticam a atividade de forma empresarial<sup>18</sup>. Os demais (utilizando mão de obra contratada ou familiar) desenvolvem formas produtivas tradicionais. Afirmam ainda que a “pecuária é praticada mais por motivos de tradição (26%), satisfação (25%) e por segurança (14%) do que pela busca do lucro (apenas 8%) (RIBEIRO, QUADROS, 2015, p.24)

Portanto, para entender o território patronal, assim como o familiar, é necessário que se vá além da dimensão econômica, pois os processos decisórios levam em consideração outros valores, expectativas e ambições, como a segurança, estabilidade, tradição e satisfação pessoal e não, necessariamente, a busca de rentabilidade econômica.

Para compreensão dessa categoria de agricultor patronal da campanha gaúcha, torna-se essencial considerá-lo englobando as dimensões política, econômica, social e natural desse território com características tão peculiares, decorrentes do seu processo histórico de ocupação do espaço e da co-evolução junto aos ecossistemas locais. Assim, o próximo capítulo busca o entendimento da formação dos territórios da agricultura familiar e patronal no pampa gaúcho, em especial na APA do Ibirapuitã.

## 4.2 OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PAMPA GAÚCHO

Por concordar com Saquet (2008, p.74) que “o espaço está no tempo e o tempo está no espaço”, no texto que segue ora serão destacados os processos históricos, ora os relacionais, ou seja, às vezes, evidenciam-se as fases ou períodos e, noutras situações, as relações sociais, sejam elas “culturais, econômicas ou políticas espacializadas, regionalizadas ou territorializadas, porém, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais” (SAQUET, 2008, p. 74).

Os principais fatores que influenciaram o tardio interesse por parte da Coroa portuguesa pela porção Sul do seu território, deve-se a fatores como: que “ocupada

---

<sup>18</sup> Para Pillar e Lange (2015, p.23) “a diferença está na racionalidade da gestão e nos tempos dos ciclos produtivos. A pecuária tradicional, com médias na idade de abate de 4,5 anos, é definida como de ciclo longo, enquanto a pecuária empresarial tem ciclos que variam entre 16 e 24 meses (ciclo curto)”.

por tribos indígenas, a região não possuía ouro nem prata; o clima temperado não oferecia vantagens para o cultivo de produtos tropicais; o litoral, além de mais distante da Europa, não possuía lugar seguro para aportar navios” (ZARTH, 2002, p.49).

Conforme Santos (1984) esse território era habitado pelos índios da grande família Tupi-Guarani, localizando-se os tapes, carijós, arachanes e guaianás ao norte e nordeste e os guenoas, minuanos e charruas a oeste e ao sul. Os minuanos e os charruas foram aqueles que, através de seus hábitos e de seus objetos de uso, deram a maior contribuição para a formação do tipo humano e social posteriormente identificado como gaúcho.

Inicialmente, houve povoamento feito pelos jesuítas espanhóis que, após serem atacados por bandeirantes paulistas, fugiram do Paraguai para o território a leste do rio Uruguai com um número significativo de índios cristianizados e com gado bovino, onde fundaram as reduções do Tape em 1626. A província do Tape (RS) era composta por 18 reduções jesuíticas, entre elas a do Yapeju, a qual abrangia a área que hoje corresponde aos municípios de Alegrete, Uruguaiana, Itaqui e Quaraí. Nesta região habitavam os índios nômades das tribos Charruas e Minuanos, entre quatro rios denominados por eles de Ibucuí, Uruguai, Ibirapuitã e Quaraí (TRINDADE, 1985).

Surgem assim as primeiras estâncias em território rio-grandense, que eram compostas por um grupo de índios acompanhados por um padre. O gado não recebia nenhum cuidado especial, estas estâncias eram vastos criatórios naturais, que permitiam que as aldeias jesuíticas retirassem o seu sustento.

Por volta de 1640, os padres e índios se retiraram para a margem direita do rio Uruguai, fugindo dos bandeirantes paulistas que atacam as reduções jesuíticas à caça de índios para escravizar. Porém, os animais que criavam foram deixados, e assim, o gado se espalhou e se tornou selvagem, resultando em milhares de bovinos e equinos dispersos pelo território rio-grandense e uruguaio. Estes animais formaram aglomerações denominadas de Vacaria Del Mar, vindo a constituir uma imensa reserva de gado que serviu de base econômica para a apropriação da terra gaúcha. Tanto portugueses quanto espanhóis caçavam e abatiam esse gado, e vendiam o couro e o sebo aos comerciantes ingleses e franceses no estuário do rio Prata (DA ROS, 2006, p.41).

Os jesuítas retornam à região a leste do rio Uruguai em 1682, e iniciam a construção dos Sete Povos das Missões, estabelecendo as estâncias de gado no oeste e sul do atual Rio Grande do Sul. De acordo com Zarth (1997), os Sete Povos das Missões tiveram destaque como importantes centros econômicos, com base na pecuária e a erva-mate, além do importante aspecto cultural.

Conforme Pesavento (1997), desta forma, estava criada a base da ocupação do território no Rio Grande do Sul, base esta que serviu como referência econômica durante muito tempo. O gado desenvolveu-se com facilidade no Sul principalmente em função das condições favoráveis do território, já que o Pampa se caracteriza por um mosaico de vegetação campestre e arbustiva – campos limpos e campos sujos (OVERBECK, 2009). Conseqüentemente, no território sul rio-grandense começa a se desenvolver a atividade de captura e transporte do gado gaúcho até os centros consumidores.

A área onde se localiza a APA do Ibirapuitã, só passa a pertencer oficialmente ao Brasil em 1750, com o Tratado de Madri, o qual redefinia a divisão das terras da América do Sul entre portugueses e espanhóis. Assim, a região dos Sete Povos das Missões (atual região oeste do RS), que era da Espanha, deveria ser entregue aos portugueses. Em troca, a Espanha ficaria com a Colônia do Sacramento. Os jesuítas espanhóis, que atuavam na área, não aceitaram o acordo e armaram os indígenas da região, tendo início em 1754 às Guerras Guaraníticas, que dizimaram as reduções e principalmente os índios.

A origem dos municípios que compõem a APA remonta a esse processo de ocupação, como a origem de Alegrete, que data de 1626 e é originária das missões Jesuíticas espanholas. Porém em 1801, Borges do Canto e Santos Pedroso, ambos rio-grandenses, conquistaram o território para a coroa portuguesa. Alegrete, Uruguiana, Itaqui e Quaraí pertenciam à missão de Yapeju. Sua sede era à margem direita do rio Uruguai. Em 1812, foi semeada a primeira povoação, com o intuito de defender a fronteira brasileira dos constantes ataques uruguaios, mesmo assim, índios e portugueses, seguidores do general uruguaio José Artigas, invadiram e queimaram o lugarejo mais conhecido hoje como "Capela Queimada", que fica dentro da APA (Prefeitura de Alegrete, 2015).

Com um passado de guerras por disputas de território e definição da fronteira entre Brasil e Uruguai, hoje o que vigora é uma relação harmoniosa, sendo

conhecida como “Fronteira da Paz”. Na Figura 20 visualizam-se os marcos demarcadores da fronteira internacional entre os municípios de Santana do Livramento com Rivera, que também coincidem com a delimitação da APA, e que acabam formando um continuum entre os campos brasileiros e uruguaios, onde a atividade pecuária predomina em ambos os lados. Inclusive, alguns pecuaristas possuem terra em ambos os lados, como o EPP1, o qual diz que “*sempre foi assim, o meu avô, depois meu pai, e agora eu, sempre tivemos campo nos dois lados*”.

Figura 20 – Marco de divisa de fronteira entre Brasil-Uruguai



Fonte: Autora.

No final do século XVII, a descoberta de ouro nas Minas Gerais proporcionou o surgimento do mercado interno no Brasil, em virtude da concentração de densas massas populacionais. Além da demanda pelo charque necessita-se de cavalos e muares para o transporte, surgindo a figura do “tropeiro” que daria grande contribuição na formação do gaúcho. Para Cesar (2005) o tropeiro teve extrema

importância na execução da preia do gado e das mulas e na sua condução até Sorocaba, onde eram comercializadas para Minas Gerais.

A fim de assegurar a manutenção das vantagens econômicas e da segurança estratégica para a região do Prata, por volta de 1721, a Coroa começou a distribuição de Sesmarias e Datas, inicialmente, para os tropeiros e militares. As sesmarias eram vastas extensões de terras, algumas com milhares de hectares (até 13.068 hectares ou 150 quadras), concedidas pelo governo português, mediante solicitação dos interessados, geralmente aos nobres ou oficiais, desde que comprovassem ter condições de explorá-las. Elas são a origem dos latifúndios pecuaristas ainda hoje existentes. “As primeiras sesmarias registradas na região onde hoje se localiza a APA do Ibirapuitã, datam de 1814” (SÁ BRITO, 2010, p. 51).

Já as Datas de Terra eram concedidas pelo governador do Rio Grande do Sul aos pequenos lavradores, em princípio aos casais açorianos, e aos militares de baixa patente. De acordo com Osório (2006, p. 159) “essa forma de concessão fazia parte da política colonizadora do sul e não possuía um estatuto jurídico próprio”. Estas propriedades, chamadas “datas”, eram de tamanho menor, aproximadamente 900 hectares e se destinavam à agricultura, com o objetivo de diversificar a produção pastoril, principalmente a produção do trigo, para abastecer a Colônia (BRUM, 1987).

Com decadência da mineração, no final do século XVIII, o comércio de gado é reduzido, obrigando os estancieiros à produção de charque. Também os imigrantes açorianos, trazidos na primeira leva de colonização via imigração, optam pela atividade pecuária, pois o trigo produzido por eles para exportação perde a importância.

A partir de 1780 as charqueadas começaram a se organizar como empresas no Rio Grande do Sul. Para Da Ros (2006) com as charqueadas iniciou-se a introdução sistemática de escravos no sul, bem como da acumulação de riquezas a partir da produção direta pelo trabalhador servil. Além de se configurar como as primeiras indústrias do RS, também regularizou a atividade pecuária, urbanizou a economia e consolidou as estâncias. Estas eram delimitadas por marcos naturais e/ou marcos e cercas de pedras feitas pelos escravos, ainda hoje presentes na APA do Ibirapuitã (Figura 21).

Figura 21 – Cercas e mangueiras de pedra.



Fonte: Autora.

No entanto, as inúmeras guerras durante o século XIX causaram grandes perdas aos estancieiros, como necessidades de esforço de guerra e instabilidade, o que impediu o crescimento e a melhoria dos processos produtivos na pecuária bovina. Destaque para a Revolução Farroupilha (1835-1845), que transformou a região onde hoje é a APA em cenário de batalhas históricas como a que levou a morte de Onofre Pires e a emboscada que levou a morte dos lanceiros negros em Porongos. Para Pillar e Lange (2015, p.22) “isso foi determinante na formação

cultural do habitante reforçando valores como o individualismo, a desconfiança (onde o sentido de defesa é permanente), a relação com o cavalo e com a atividade pastoril, sem o cultivo da terra”.

Ainda de acordo com Pillar e Lange (2015),

As estâncias iniciaram, com seu sistema de exploração pastoril, a definir a posse das áreas conflituosas do Rio Grande, a posse dos gados e a estabelecer as relações capitalistas com o assalariamento de capatazes e peões. A estância passou a ser a viga mestra da sociedade com os grandes estancieiros agrupando parentes, amigos, protegidos, mestiços, índios, e negros escravos, formavam um reduto forte. Ela não significava apenas exploração da atividade econômica e da unidade de produção, mas o núcleo de defesa e manifestação de riqueza e poder (PILLAR E LANGE, 2015, p. 22).

A mão de obra utilizada nas estâncias era, predominantemente, de escravos indígenas e africanos, efetivamente nas charqueadas. Os mesmos também se dedicavam preferencialmente à agricultura de autoconsumo. Sobre as relações de trabalho nas estâncias, para Zarth (2002, p. 110), “trata-se de uma espécie de divisão do trabalho na qual certas tarefas cabiam aos cativos e outras aos peões livres”. Na Figura 22 estão um “casarão” construído em 1935 na Estância Santo Agostinho (EPP2), no interior da APA, e uma antiga senzala que hoje tem a função de galpão na propriedade do EPP3.

Figura 22 – Casarão de Estância e antiga senzala



Fonte: Autora.

Para garantir a posse da maioria da terra sob o domínio dos grandes estancieiros e impedir que os lavradores nacionais, ex-escravos e imigrantes tivessem acesso a terra, instituiu-se no Brasil a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850: a Lei de Terras, a qual só permitia adquirir terra através da compra. Em torno de 1850, as áreas de campo nativo estavam praticamente todas apropriadas e os moradores mais influentes, do ponto de vista político, militar ou financeiro, adquiriram grandes extensões de terra em detrimento dos lavradores pobres. Estes

deveriam sujeitar-se à condição de agregados, peões ou, então, emigrar para áreas inóspitas onde a lei de posses lhes permitia ocupar terras.

Para Zarth (2002), a lei de 1850 não impedia que usurpadores se apropriassem de grandes extensões sem pagar ao governo, conforme exigia em seu texto. As fraudes eram comuns, no entanto essas fraudes não eram para qualquer um, os lavradores pobres e ex-escravos não possuíam os recursos para subornar autoridades e pagar despesas judiciais. Iniciam-se, portanto, conflitos entre os estancieiros com os antigos tropeiros, com alguns soldados desmobilizados e com mestiços indígenas que se transformaram em posseiros.

Dessa maneira, a Lei de Terras foi fundamental para garantir a existência e o domínio do latifúndio na paisagem rural brasileira. Esta lei restringiu a possibilidade de acesso a terra por parte dos pobres (fossem ex-escravos, fossem imigrantes europeus) no Brasil durante este período, fazendo com que a alternativa lógica destes fosse vender sua mão de obra às grandes lavouras monocultoras. Criaram-se assim “restrições legais ao desenvolvimento da agricultura familiar no país, diferentemente do processo que norteou a colonização de países como os Estados Unidos”, conforme aponta Martins (2004, p. 137). Para este mesmo autor, este fato impôs sérios entraves ao desenvolvimento de um mercado interno mais robusto e manteve o direcionamento da produção das grandes propriedades (e de boa parte da economia brasileira, até os dias de hoje) voltada ao mercado externo.

A partir do fim do século XIX, inicia-se o cercamento dos campos com emprego do arameado, o que provocou impacto econômico e social. Uma dessas consequências é que houve a melhoria do manejo e a simplificação das tarefas campeiras, proporcionando mudanças técnicas no processo produtivo e a segunda foi a menor necessidade de mão de obra (PILLAR; LANGE, 2015).

Já no início do século XX, a implantação da indústria frigorífica produziu novas transformações na organização no trabalho dentro das estâncias, principalmente a partir da instalação dos frigoríficos internacionais, que compram as charqueadas e as transformam para a atividade frigorífica, introduzindo raças europeias e novas formas de manejo do gado com o surgimento dos primeiros banheiros carrapaticidas.

Em 1902, é fundado o primeiro frigorífico uruguaio e com capital nacional, denominado de *La Frigorífica Uruguay*; em 1903, é fundada, em Santana do Livramento, a primeira charqueada, que leva o nome da cidade, esta também com

capital uruguaio. De acordo com Fernandes (2012), a partir deste período, várias outras charqueadas e outros frigoríficos são criados, tanto em Santana quanto no Uruguai, mas tão rápido se inicia este processo de industrialização, tão logo está em mãos de capital estrangeiro. Já em 1911, a Swift e Armour, pioneiros das carnes congeladas estabelecidos em Chicago, em 1875 passam a dirigir toda a indústria frigorífica no Uruguai e, em 1918, possuem todos os frigoríficos no Brasil, quatro no Rio Grande do Sul, destes, dois em Santana do Livramento, e dois em São Paulo.

A I Guerra Mundial cria o aumento da demanda de carne brasileira na Europa, cujo escoamento da produção ocorria, principalmente, via ferrovia que saía de Rivera e chegava à Montevideú, e por meio de navegação pelos Portos de Buenos Aires. As ferrovias brasileiras só chegaram à Santana do Livramento duas décadas depois e, mesmo assim, não cortaram o vínculo com Montevideú.

Também a ovinocultura inaugura nova fase com a lã exportada para a Europa na I Guerra Mundial, que passa a ser um produto tão ou mais importante que o gado. Em 1912 é fundada a União dos Criadores objetivando modernizar e renovar a pecuária gaúcha.

Essa reestruturação e modernização das estâncias determina a nova configuração no espaço agrário da porção sul do estado, em especial ao que se refere à formação de pequenas propriedades (através da posse de áreas nos limites das fazendas) pelos ex-peões dispensados das estâncias devido à tecnificação ali implantada. Este processo ocorreu pela necessidade de passar de uma criação de gado extensiva para a intensiva, pela demanda por mão de obra qualificada e outras adequações técnicas requeridas pela indústria frigorífica.

Os sistemas de distribuição de terras, como a das sesmarias e das datas juntamente com a Lei de Terra, e a tecnificação no manejo do gado, geraram uma enorme desigualdade e exclusão ao acesso a esta, originando um grande rol de posseiros, agregados dos latifúndios, ex-peões que se instalaram em pequenos sítios baldios, além de ex-escravos e indígenas que ocuparam áreas de difícil acesso, seja por estas serem as que “sobraram”, ou seja, por optar pelo isolamento. Os moradores expulsos das estâncias e os antigos “gaúchos” se instalaram em pequenos lugares baldios entre as estâncias, construindo pequenas casas (CHONCHOL, 1996).

Assim, surgem os rincões, onde se estabelecem grande contingente de trabalhadores com habilidades pastoris que passam a desenvolver atividades de

subsistência e trabalhos temporários nas estâncias vizinhas. Os inúmeros núcleos populacionais denominados de rincões dentro da APA do Ibirapuitã surgem desse processo. Na maioria das vezes a ocupação das zonas marginais das estâncias ocorria com o consenso do proprietário, visto que o mesmo teria a disposição mão de obra temporária e barata. Para Rosalino (2013)

...o uso dessa mão de obra tornou-se estratégico para a elite pastoril, pois não havia vínculo salarial contínuo e o pagamento era bastante reduzido devido a grande oferta, muitas vezes trabalhava-se apenas em troca de alimento. Estes trabalhadores temporários eram chamados de “changueiros” (ROSALINO, 2013, p.35).

Outro importante processo de formação dos agricultores familiares do pampa é o surgimento dos quilombos, embora muitas vezes denominados de rincão, sua trajetória de formação é distinta. Os quilombos do pampa surgem da resistência ao escravismo e exploração nas charqueadas. Após as fugas passam a ocupar lugares distantes de difícil acesso e isolados, nos quais passam a sobreviver de pequenas criações e cultivos de subsistência.

Outra forma de surgimento dessas comunidades foi a partir do interesse dos latifundiários com o objetivo de utilizar a mão de obra dos ex-escravos, quando necessária, nas atividades pastoris e das charqueadas. Assim, após a Lei Áurea, muitos proprietários concederam aos seus escravos uma pequena área onde pudessem viver agrupados e desenvolvendo atividades de autoconsumo, mas com o objetivo real de usar sua mão de obra.

Foi este processo que deu origem ao Quilombo da Chirca, localizado dentro da APA do Ibirapuitã. Até 2013 era denominado de Rincão da Chirca, quando passou a ser reconhecido como quilombo pela Fundação Palmares.

Para Martins (1986) no Rio Grande do Sul a grande propriedade deu origem a algumas situações curiosas, pois numa região de baixíssima densidade demográfica como a do século XIX, existiam homens com dificuldades para se estabelecerem como agricultores livres. Em geral esses homens são mestiços de origem indígena, portuguesa e africana, originando o lavrador do sul do Brasil. Enquanto se adotava a imigração como alternativa aos escravos, milhares de homens livres viviam pelos campos brasileiros (ZARTH, 2002).

A modernização das estâncias que se iniciava em começo do século XX, provoca uma transformação na estrutura social, em função do enriquecimento de

alguns estancieiros que se estabelecem nas cidades. Neste sentido, para Chonchol (1996), aumenta a distância social entre o estancieiro e seus peões, visto que o primeiro já não compartilha nem o estilo de vida nem os trabalhos dos segundos. Também os investimentos em tecnologia teriam que ser compensados por certas economias. Grande parte da mão de obra já se tornava excedente, sendo descartada, eliminando os moradores juntamente com a abolição dos cultivos alimentícios. Assim, “a estância tornava-se, gradativamente, fazenda” (PILLAR e LANGE, 2015, p.23).

A prática do arrendamento e do trabalho assalariado se efetiva nas “fazendas”, uma vez que, conforme Chonchol (1996), essa tecnificação exigia grande disponibilidade de capital que nem todos os estancieiros possuíam. Assim, este autor afirma que,

A fin de asegurar la supervivencia de las estancias extensivas aquellos estancieros más ricos compraron más tierras con la intención de producir más ganado con el mismo sistema de producción. Otros arrendaron parte de sus tierras a agricultores provenientes de las zonas de colonización europea, tratando de pasar las tierras que continuaban su control a sistemas ganaderos más intensivos. Otros aun abandonaron los sistemas tradicionales para organizar establecimiento más tecnificados llamados cabañas (especializados en la producción de animales reproductores, como toros, caballos y carneros, de elevado valor genético). Los propietarios de los frigoríficos también compraron tierras para producir animales para auto abastecer su industria. Los estancieros fueron perdiendo rango social que fue adquirido por los industriales de la industria frigorífica, no quedando otra alternativa que aliarse con ellos. En las estancias modernas los peones se convertían en asalariados más cerca al obrero industrial (CHONCHOL, 1996, p. 154).

Para Fonseca (1994), ocorreu uma hegemonia do latifúndio pastoril sobre a pequena propriedade camponesa no Pampa Gaúcho, reproduzindo no seu interior os meios de produção e costumes da estância, “a pequena propriedade rural é uma reprodução mal acabada, mal feita, da propriedade latifundiária. Sua atividade econômica principal, tal qual na estância pastoril, é a criação extensiva de gado de corte” (FONSECA, 1994, p. 84).

Essa hegemonia que o espaço latifundiário regional exerceu historicamente sobre a pequena propriedade camponesa, faz com que o censo comum tenha concepções errôneas sobre a sua estrutura fundiária<sup>19</sup>, pois ao contrário do que

---

<sup>19</sup> Utilizando a classificação do INCRA, encontra-se, no sudoeste gaúcho, o minifúndio, a pequena propriedade, a média propriedade e, a grande propriedade. O minifúndio corresponderia às propriedades inferiores a 28 (vinte e oito) hectares; a pequena propriedade de 28 (vinte e oito) até 112 (cento e doze) hectares; a Média Propriedade 112 (cento e doze) hectares até 420 (quatrocentos

pensa, “a maioria, ou seja, mais de 60% das propriedades rurais da região são constituídas por pequenas unidades de produção, mas territorialmente ocupando menos de 15% de toda sua superfície” (CHELOTTI, 2005).

#### **4.2.1 O contexto atual do espaço agrário do Pampa Gaúcho**

O contexto atual do espaço agrário da campanha gaúcha está relacionado a transformações como o aumento da conversão dos campos em lavouras, especialmente de soja, de silvicultura, vitivinicultura, e mais recentemente a produção de azeitonas. Embora essas culturas sejam praticamente inexistentes no interior da APA, estão cada vez mais a circundar a UC, representando um possível avanço sobre essa, em especial o cultivo de soja.

A partir da década de 70, com o processo de modernização da agricultura, são incorporadas novas culturas produtivas, compartilhando o espaço da pecuária extensiva. Conforme Bezzi (1985) para a expansão da lavoura empresarial na região foram assimiladas terras vinculadas à pecuária tradicional, que com o passar dos anos cedeu substanciais espaços para a lavoura empresarial do arroz irrigado, da soja e do trigo.

Na APA do Ibirapuitã, como citado no capítulo 2, a área ocupada por arroz é cerca de 3,5%, não sendo uma área muito representativa. Dentre os motivos estão principalmente a falta de áreas propícias para a cultura, visto que o sistema de produção mais empregado no RS é o cultivo irrigado, que necessita de áreas planas próximas a várzeas de rios. Estas condições somente ocorrem no extremo norte da APA, às margens do rio Ibirapuitã, onde se encontra a produção de arroz.

Ainda na década de 1970, ocorre a instalação de indústrias vinícolas, e atualmente a região conta com a presença de diversas vinícolas, algumas de renome no mercado internacional de vinhos, destacando-se as seguintes: Vinícola Cordilheira de Santana, Cooperativa Viti-Vinícola Aliança, Cave Don Gabriel, Vinícola Almadén, Livramento Vinícola Industrial Ltda, Vinícola Carrau, e, recentemente, a Miolo Wines S/A e a Vinícola Salton (ENGELMANN, 2009). Essas vinícolas estão localizadas a leste da APA, ou seja, fora da UC.

---

e vinte) hectares e a grande propriedade, todas aquelas acima e 420 (quatrocentos e vinte) hectares). O módulo fiscal para os municípios do sudoeste gaúcho é 28 hectares.

A agricultura familiar que historicamente se fez presente ganha impulso nos anos 1990 com a introdução dos assentamentos rurais, em que famílias de agricultores vindas de todo estado passam a produzir e se reproduzir localmente, e provocam uma reordenação territorial que reforça a representatividade da agricultura familiar no Pampa Gaúcho.

A instalação de um número significativo de assentamentos, além de provocar uma reordenação territorial, implicou em mudanças no âmbito regional. A presença do assentado reforçou a representatividade da produção familiar que, em muitas vezes, era sufocada pela representatividade patronal. Portanto, a re-territorialização de milhares de trabalhadores sem terra na Campanha Gaúcha provenientes, em sua maioria, de outras regiões do Rio Grande do Sul, configurou-se como uma constante no espaço regional. Com a inserção dos assentamentos em áreas típicas de pecuária extensiva, a agricultura familiar passou a exercer uma nova perspectiva em escala regional (CHELOTTI; PESSÔA, 2007, p. 1-2).

A instalação de um número significativo de assentamentos, além de provocar uma reordenação territorial, implicou em mudanças no âmbito regional. A presença do assentado reforçou a representatividade da produção familiar que, em muitas vezes, era sufocada pela representatividade patronal. Portanto, a re-territorialização de milhares de trabalhadores sem terra na Campanha Gaúcha provenientes, em sua maioria, de outras regiões do Rio Grande do Sul, configurou-se como uma constante no espaço regional. Com a inserção dos assentamentos em áreas típicas de pecuária extensiva, a agricultura familiar passou a exercer uma nova perspectiva em escala regional (CHELOTTI; PESSÔA, 2007, p. 1-2).

Assim, esses novos sujeitos inseridos no espaço agrário do Pampa Gaúcho no pós 1990, “representam uma transformação socioespacial em relação a situação anterior, dominada até então, pelo espaço latifúndio e seu domínio, baseado numa pecuária de corte e no cultivo da lavoura capitalista do arroz irrigado” (CHELOTTI; PESSÔA, 2007, p. 14). Portanto, os assentados geram redefinições territoriais muito expressivas, tanto a nível local como regional além de promoverem transformações econômicas, sociais e políticas, (CHELOTTI; PESSÔA, 2007). Na APA do Ibirapuitã não ocorreu implementação de assentamentos, não havendo, portanto desapropriações ou compra de terras pelo INCRA. O que ocorreu foi a destinação

de uma pequena área para aquisição via Programa Banco da Terra<sup>20</sup>, no Sul da APA, em Santana do Livramento, a qual consiste em 17 lotes com 18 hectares cada, configurando minifúndios já que é inferior a um módulo rural (28 hectares).

No ano de 2004, o governo do Estado do Rio Grande do Sul criou, o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho - “Proflora”, com o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES. A criação deste programa teve como objetivo conceder financiamento para o plantio de monocultura de acácia negra, pinus e eucaliptos no Estado (IBGE, 2010). Para Sant`Ana (2016) essa produção ocupa aproximadamente 700 mil hectares no Rio Grande do Sul e, tal como no Uruguai, teve um crescimento acentuado ao longo da última década, com o cultivo de eucaliptos no Pampa para produção de celulose. Contudo, a expansão foi aquém da anunciada, não alcançando a meta projetada de um milhão de hectares plantados. A razão foi a crise econômica internacional que se iniciou nos Estados Unidos em 2008, a qual teve reflexos no mercado e nas empresas ligadas ao setor.

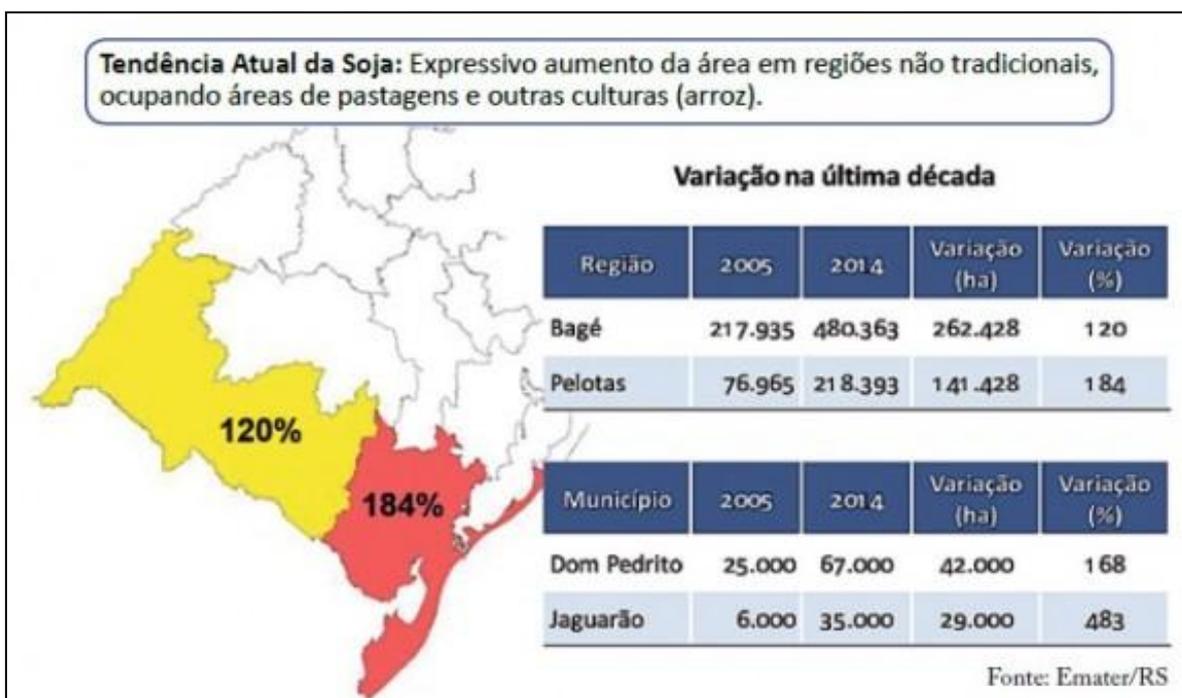
A expansão recente da silvicultura em território gaúcho veio antecedida da compra de grandes áreas na parte centro-sul do Estado, a baixo custo, por parte de três grandes empresas produtoras de celulose (Aracruz Celulose, Stora Enso e Votorantim Celulose e Papel) que iniciaram a implantação de extensos plantios de árvores exóticas sem o prévio estudo de impactos socioambientais na região, incitando a preocupação da sociedade local.

No entanto, o que mais vem causando a supressão dos campos do pampa é o aumento da área destinada ao plantio de soja em locais tradicionalmente ocupados pela pecuária ou pelo arroz, nas porções Sul, Centro e Oeste, vem ocasionando profundas transformações no Bioma Pampa. Embora a soja também já houvesse sido introduzida no pampa a partir da década de 1960/70, na última década esse aumento vem ocorrendo de forma muito mais acentuada. A Figura 23 traz informações disponibilizadas pela Emater RS acerca do expressivo aumento de áreas cultivadas de soja sobre os campos do Pampa.

---

<sup>20</sup> O Banco da Terra é um programa de crédito fundiária iniciado em 1998, para financiamento de imóvel rural (BRASIL, 2014).

Figura 23 - Tendência atual da soja na metade Sul do RS.



Fonte: Emater/RS (2014).

Segundo os dados da Emater RS o avanço da soja, no entanto, traz consequências para outras culturas de verão, principalmente para o milho, que sofrerá redução de 5,55% de área. As culturas do arroz (-2,9%) e feijão (-6,01%) também devem ter queda na área plantada. Esse aumento da área cultivada vem trazendo problemas ambientais como a supressão dos campos nativos do Bioma Pampa. Pois, estas áreas da região Sul do Rio Grande do Sul, onde há o plantio de soja, são em geral, arrendadas, o que apresenta uma tendência de menor preocupação do produtor com a manutenção da terra a médio e longo prazo, conforme Emater (2014).

No rastro dos 740 mil hectares cultivados com o grão, também migraram indústrias, comércio e serviços ligados ao agronegócio. De 2009 a 2014, a área ocupada com a soja na região aumentou quase 200%. A nova economia na região desponta em negócios e investimentos que não param de crescer. Em torno do comércio e de obras, a geração de emprego e renda faz com que o grão ultrapasse os limites da zona rural para chegar ao meio urbano.

Com este aumento considerável da plantação de soja no Estado, concomitantemente tem-se uma diminuição da biodiversidade local, neste caso

diminuição da diversidade biológica e cultural do Pampa, como corrobora Sant`Ana (2016).

Assim, mesmo que o regime de chuvas não seja adequado à cultura da soja, ela vem se expandindo a um ritmo acelerado sobre o Pampa. O aumento das safras de grãos no Rio Grande do Sul, assim como em todo o Brasil, tem sido positivo para o desenvolvimento das diferentes regiões e das cadeias do agronegócio, bem como para o incremento da economia e para o aumento do PIB gaúcho e brasileiro. Contudo, sendo uma cultura majoritariamente realizada sem irrigação, apesar da evolução tecnológica, de novas cultivares, do uso de plantio direto e do desenvolvimento de sistemas de integração lavoura-pecuária, entre outros avanços, o crescimento da atividade no bioma traz consigo o aumento do risco de quebras de safra, já que as chuvas são irregulares e muitas vezes insuficientes (SANT`ANA, 2016).

Conforme o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), o avanço da soja no Pampa gaúcho está ocorrendo sobre áreas de pousio de arroz irrigado (284.127 hectares na safra 2013/2014), pastagens de inverno, campos de sucessão de lavouras e campos nativos normalmente utilizados para a atividade pecuária em especial a pecuária de corte. Foram plantados, na safra 2013/2014, cerca de 1,65 milhão de hectares de soja nas regiões administrativas da EMATER/RS de Bagé, Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria (essencialmente a área do Pampa gaúcho). Portanto, hoje já se planta mais soja no Pampa do que arroz, cultura tradicional da região. Assim, a expansão da sojicultura tem ocorrido principalmente sobre os campos do Bioma Pampa já que “tanto a área de arroz no Pampa como a área de soja na Metade Norte do Rio Grande do Sul têm-se mantido relativamente estáveis, ainda que com pequenas oscilações,” (SANT`ANA, 2016, p. 174).

Contudo, este avanço vem ocorrendo justamente nas áreas onde se localizam os maiores rebanhos bovinos e ovinos do estado, gerando tensões pelo uso da terra. Apesar disso, nesse cenário de expansão agrícola, o rebanho de ruminantes do Rio Grande do Sul vem se mantendo estável (à exceção do ovino, que teve expressiva redução a partir da década de 1980, em razão da desvalorização da lã frente ao desenvolvimento e ao crescimento do uso de tecidos sintéticos derivados da indústria petroquímica). São cerca de 14 milhões de cabeças de bovinos, das quais entre 10 e 11 milhões são para corte e o restante para leite, e pouco mais de quatro milhões de cabeças de ovinos, além de equinos e caprinos. Esses fatos

apontam para um aparente paradoxo: o rebanho doméstico do Pampa gaúcho está estável enquanto as lavouras temporárias de verão se expandem rapidamente sobre as mesmas áreas ocupadas por esse rebanho. Em parte, talvez já tenha havido um ajuste de carga, com a retirada, concomitantemente à expansão agrícola durante duas ou três décadas, de cerca de 10 milhões de ovinos dos campos da região. O desafio, daqui para frente, passa a ser conciliar essas atividades sem que haja redução dos rebanhos, ou seja, até que ponto e sob quais modelos a agricultura pode ser desenvolvida sem prejudicar a pecuária, os sistemas de produção e o ambiente como um todo (SANT`ANA, 2016, p. 174).

Também o cultivo de oliveiras para produção de azeitonas e azeite vem ganhando espaço no Pampa Gaúcho do RS, que já é o estado líder nacional de produção segundo a Secretaria da Agricultura do RS. A safra atual (2018) deve produzir cerca de 70 mil litros de azeite de oliva no estado, esse número é 15 mil litros a mais que o produzido em 2017. A área cultivada de oliveiras aumentou neste ano cerca de 30%, chegando a aproximadamente 3.464 hectares em todo o estado. Em Rosário do Sul, próximo ao limite leste da APA, antes da Serra do Caverá, já é possível ver áreas plantadas de oliveiras, porém essa cultura ainda não está presente dentro da APA. Contudo, essa atividade é apontada, juntamente com a vitivinicultura, como atividade sustentável e adaptável ao Pampa.

Diversas atividades que convivem harmonicamente com os ambientes campestres têm crescido no Pampa gaúcho sem trazer grandes impactos ao meio, seja pela pouca área que requerem, seja por utilizarem modelos que não alteram drasticamente a paisagem. A vitivinicultura e a produção de oliveiras, com suas cadeias agroindustriais associadas, são bons exemplos. Devido às condições edafoclimáticas propícias, tem-se hoje no Pampa a produção de vinhos, espumantes e azeites de oliva de qualidade comparável à das melhores regiões produtoras do mundo. Além disso, outros setores são beneficiados pelo desenvolvimento dessas atividades, como o turismo e a gastronomia, o que multiplica várias vezes os seus benefícios na direção do desenvolvimento sustentável da região pampiana (SANT`ANA, 2016, p. 175).

Assim, Juntamente com os conceitos de agricultura familiar e patronal buscou-se a compreensão da formação das estâncias e dos rincões, e conseqüentemente dos territórios da agricultura familiar e patronal no pampa gaúcho, especificamente onde se localiza a APA do Ibirapuitã. A partir desses entendimentos foi possível a compreensão dos territórios e territorialidades da agricultura familiar e patronal na APA, que são apresentados no capítulo a seguir.

## 5 TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL NA APA DO IBIRAPUITÃ

Este capítulo visa discutir as dimensões dos territórios familiares e patronais presentes na APA do Ibirapuitã. Para tanto, inicialmente é realizada uma discussão conceitual acerca da categoria de análise geográfica território e territorialidades embasadas, principalmente, nos estudos de Saquet (2003, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2015a, 2015b), Raffestin (1993, 2015), Souza (2013, 2015).

Na sequência, apresenta-se as territorialidades que compõem os territórios familiar e patronal, sendo essas compreendidas pelas dimensões econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N) e seu caráter (i)material (SAQUET, 2007). Destacam-se as Associações dos Moradores do Rincão do 28 e dos Produtores do Rincão do Batista, entendidas como estratégias de reprodução social em busca de sustentabilidade; bem como as territorialidades da comunidade Quilombola Rincão da Chirca. Finalizando o capítulo, faz-se uma discussão acerca da identidade territorial e, uma tentativa de classificação e compreensão das identidades dos sujeitos da APA.

### 5.1 AS CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

As discussões acerca do território enquanto categoria de análise do espaço geográfico remontam ao século XIX, com o alemão Friedrich Ratzel. Contudo, o objetivo aqui não é fazer um resgate histórico-cronológico do conceito nem de sua complexa polissemia, e sim, a partir das leituras realizadas, trazer os embasamentos teóricos que se aproximam mais da realidade do território estudado. Assim, as maiores contribuições provêm das discussões realizadas por Marco Aurélio Saquet, nas suas diversas obras e publicações, além de Claude Raffestin e Marcelo Lopes de Souza.

Os estudos de Saquet (2015), que por meio de autores e obras de países como Itália, França, Suíça, EUA, Brasil e Inglaterra, identifica e caracteriza quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem de território e de territorialidade humana, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em alguns momentos e períodos:

- a) uma, predominantemente *econômica*, elaborada com base no materialismo histórico e dialético, na qual se entende a territorialidade como relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como relações de subordinação e exploração. O território é resultado e determinante da produção, da circulação e do consumo, ou seja, da acumulação de capital;
- b) outra, *materialista* e pautada na *dimensão geopolítica*, na qual a territorialidade está diretamente vinculada à atuação do estado-nação e à soberania, portanto, às noções de domínio e controle. Há uma combinação área-fronteira-movimento a partir de relações econômicas, políticas e culturais;
- c) a terceira, *fenomenológica*, dando ênfase às dinâmicas política e cultural (simbólico-identitária), em que a territorialidade corresponde às relações sociais centradas em percepções, sentimentos, memórias, identidades e representações;
- d) ganha força a partir dos anos 1990, é construída a partir das discussões sobre a *sustentabilidade ambiental* e o desenvolvimento local: a territorialidade significa relações políticas de governança sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente (SAQUET, 2015, p. 29 – 30).

A partir dessas elucidações pode-se dizer que a presente pesquisa se insere na quarta perspectiva de abordagem do território – *sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local*. Pois, visa compreender as territorialidades da UC APA do Ibirapuitã por meio das relações políticas de governança, ou seja, a delimitação e institucionalização deste território pelo Estado, bem como seu processo de gestão transescalar (federal, municipal, local), que transcende as fronteiras político-administrativa municipais, sem deixar de levar em conta, concomitantemente, os processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente.

Visando contribuir com subsídios teórico-metodológicos para estudos geográficos do território e da territorialidade humana, Saquet (2008) reitera que são necessários estudos que reconheçam, simultaneamente, características fundamentais do processo de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder, as identidades simbólico-culturais (traços comuns), as contradições, as desigualdades (ritmos lentos e rápidos), as diferenças, as mudanças (descontinuidades), as permanências (continuidades), as redes de circulação, de comunicação e a natureza interior e exterior ao homem como ser genérico (biológica e socialmente). Para isso, alguns processos são centrais:

- a) a relação espaço-tempo como movimento condicionante e inerente à formação de cada território através das processualidades histórica e relacional (transescalar, com redes e fluxos);
- b) a relação idéia-matéria, também como movimento e unidade;

- c) a heterogeneidade correlata e em unidade com os traços comuns;
- d) a síntese dialética do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo. (SAQUET, 2008, p. 73-74).

Afirma ainda, que numa concepção relacional, crítica, plural e transescalar, o conceito de território é compreendido como “produto social, lugar de vida e de relações sociais” (SAQUET, 2015, p. 55). Estas determinam econômica, política e culturalmente as características do território.

A partir dessas premissas, esse autor vem tentando construir uma abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade, e afirma que “o caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N)” (SAQUET, 2008, p. 74).

Saquet (2015a) busca compreender os territórios e as territorialidades destacando a heterogeneidade e os traços identitários de certos grupos sociais, considerando-se a processualidade histórica e relacional. Ao encontro dessa perspectiva, entende-se que a APA do Ibirapuitã é composta por “territórios concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente constituídas” (SAQUET, 2015a, p. 85). Este território é, ao mesmo tempo, controlado a nível nacional, através do ICMBio com suas normas e legislações Federais, que muitas vezes atua de forma integrada com órgãos estaduais como a FEPAM, como na autorização de licença ambiental para atividades dentro da APA; a nível municipal, que é o principal responsável pela circulação e integração de redes materiais como as estradas e serviços de saúde e educação, além das territorialidades locais e cotidianas, historicamente constituídas, das populações que ali vivem, pois “tanto a territorialidade como o território, ambos são efetuados nos níveis do indivíduo, da casa, do bairro, do estado, do país e em nível internacional” (SAQUET, 2015a, p. 86). Esta teia complexa envolve relações de poder *dos* e sobre os territórios sobrepostos, como afirma Saquet (2015a):

Para nós, há territórios e territorialidades sobrepostos e em redes. Há redes nos territórios e territórios em redes bem como movimento do território e das redes. Os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos

e relacionais. Há, em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade da relação espaço-tempo e da relação ideia-matéria. Pela nossa concepção, há rompimento das delimitações e áreas; sobreposições; uma miríade de atores e redes sociais; movimento *do* e *no* território; movimento entre os territórios; transtemporalidade e transescalaridade; unidade entre sociedade e natureza. Unidade que se traduz, sucintamente, na vida, na atuação e na territorialização dos homens (SAQUET, 2015a, p. 86).

Neste complexo processo que cria e recria os territórios, os homens têm centralidade na formação de cada território, cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades etc (SAQUET, 2015a). São considerados históricos e relacionais Tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais, numa clara relação de multidimensionalidade de nossas vidas cotidianas, tanto biológica como socialmente. Assim, são estabelecidas relações econômicas, políticas e culturais todos os dias, minuto a minuto, entre nós e com nossa natureza exterior (inorgânica), o que pode ser traduzido pelas diferenças, identidades e desigualdades, ou seja, pelas territorialidades cotidianas: todos processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza (SAQUET, 2015a).

Essas dimensões do território são constituídas e se expressam através das territorialidades, que para Saquet (2015a), significam:

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente as apropriações, as técnicas e tecnologias, a preservação, o manejo, os pertencimentos etc.. Relações, apropriações e práticas construídas e redefinidas ao longo do tempo, a partir da síntese unitária, existente entre nossa sociabilidade-animalidade-espiritualidade cotidiana ou, se quisermos utilizar a denominação de Agamben (2002), entre o *animal-de-dentro* e o *animal-de-fora*. (SAQUET, 2015a, p. 33)

Assim, é possível apreender que a territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, *do* e *no* espaço geográfico com suas edificações e relações. a territorialidade é cada vez mais fluída, alargada, desterritorializada e globalizada numa sociedade plural. Ainda para o autor SAQUET (2015a),

a territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2015a, p. 90),

Já Claude Raffestin tece uma análise de base mais econômica e política do território, no entanto também reconhece a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura. Para esse autor, o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, ele é a “matéria-prima” para a construção deste último.

(...) espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo-se o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa” (RAFFESTIN, 2015, p. 22).

Essa apropriação de que Raffestin se refere, é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. O poder, assim, é *relacional*, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Para Saquet essa compreensão de Raffestin do espaço como substrato é limitada, uma vez que “o espaço não é apenas palco, receptor de ações, substrato [...] ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET, 2010, p. 77).

Quanto às contribuições de Raffestin para a compreensão do território aqui estudado, destacam-se as relacionadas ao *sistema territorial*, composto por tessituras e nós que resultam das redes de circulação e comunicação que contem os signos da vida cotidiana.

Como afirma Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. Pela necessidade inerente de organizar suas ações, os indivíduos ou os grupos sociais ocupam pontos

no espaço e se distribuem de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período histórico vigente. A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e “recíproco” relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica econômica e política (e suas subjetividades) em toda sua complexidade. Esse fator que justifica a formação dos sistemas de malhas, de nós e redes exprime no espaço e constituem de algum modo, as bases de sustentação do(s) território(s).

A necessidade de pensar e entender o território como um sistema de redes também é ratificado por Saquet (2003),

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais. (SAQUET, 2003, p. 222).

Portanto, como observado por Saquet (2006), não se pode esquecer a multidimensionalidade da abordagem de Raffestin em relação ao que este autor denominou *sistema territorial*, como fruto do resultado de relações de poder do Estado, de empresas, organizações e de indivíduos, isto é, de relações diárias, ligadas à dinâmica política, econômica e cultural, que constituem *malhas* (conjunto de pontos e ligações/conexões entre diferentes agentes sociais), *nós* (pontos de encontro de relações sociais) e *redes* (ligações entre dois ou mais agentes sociais).

A territorialidade é compreendida por Raffestin como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade. Assim, os grupos constroem e desconstróem territórios, se definem através deles, no tempo e no espaço, criam seus laços de identidade, que tem na apropriação de territórios os marcos de orientação de suas práticas e ações (RAFFESTIN, 1993).

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Além de construídas pelas relações de poder, as territorialidades também se concretizam nas relações biossociais e econômicas, políticas e culturais;

correspondem ao espaço-tempo vivido, ao mesmo tempo em que significa organização e mobilização política com vistas à conquista de autonomia (SAQUET, 2015), como ocorre nas associações de moradores da APA do Ibirapuitã (Associação dos Moradores do 28; Associação do Produtores de Ovino do Rincão do Batista e Comunidade Quilombola Rincão da Chirca) e, cujas territorialidades são apreendidas no decorrer do capítulo.

A concepção de Marcelo Lopes de Souza (2015), em relação a materialidade e imaterialidade do território, é de que confundir o território com o substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições “naturais”etc.) equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem.

Acerca da análise do território, Souza (2013) afirma que a dimensão política não é o único elemento a ser considerado, pois existem outras facetas da vida social, que interferem diretamente ou indiretamente sobre esta categorial espacial, como é caso da cultura e da economia. Ao encontro dessa premissa, o autor afirma que:

Mais uma vez: o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a dimensão política das relações sociais [...]. Isso não quer dizer, [...] que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam contemplados [...]. (SOUZA, 2013, p. 88).

Afirma ainda que, embora o território seja um espaço definido e delimitado por relações de poder, não implicam apenas no poder exercido pelo uso de coerção violenta, mas também do entendimento mútuo e legitimidade por parte de quem o exerce e sobre o qual é exercido. Destaca ainda que, esse poder não necessariamente precisa ser exercido pelo Estado, como Ratzel afirmava, mas por qualquer grupo que tenha condições efetivas para isso (SOUZA, 2013). A exemplo das associações de moradores da APA e da comunidade quilombola, bem como do próprio Conselho Gestor da UC, nos quais se manifestam variadas relações de poder intra e entre eles.

Com relação ao poder, Souza (2015) diz que, ele implica a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou matéricas. Mas essa capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre “dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais - como é o caso do aparelho do Estado” (SOUZA, 2015, p. 64). Transpomos esse entendimento para APA, que por meio do Conselho Gestor propicia que o poder possa ser exercido por várias instâncias, como o ICMBio, as prefeituras, as instituições representativas das entidades e associações.

O referido autor contribui também com a discussão acerca da *heteronomia*, ou seja, a imposição da “lei” (no sentido amplo da palavra grega *nómos*: lei, norma, costume) de cima para baixo e/ou de fora para dentro, é aquela situação com a qual a humanidade mais frequentemente se viu confrontada; apesar disso, não é a única possibilidade, nem é uma inevitabilidade decorrente de qualquer “lei natural”. A *autonomia*, isto é a capacidade de um grupo de “dar a si próprio a lei” (de autogerir-se e autogovernar-se, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e da atribuição da legitimidade do poder a alguma fonte transcendental e externa ao grupo), pode ser uma construção difícil e delicada (SOUZA, 2015).

Com uma concepção relacional, históricas e crítica não marxista, Jean Gottmann apresenta uma abordagem territorial que transita entre Geografia Política e Geografia Cultural. Para este autor, “a formação de certo território resulta das relações sociais vinculadas à iconografia e à circulação” (GOTTMANN, 1952 apud SAQUET, 2015). Com a ajuda de Saquet (2015a), foi possível uma melhor compreensão desses conceitos e, conseqüentemente, sua materialização no território da APA. Ele entende que um elemento fundamental na formação dos territórios é a identidade, e Jean Gottmann, foi um dos pioneiros, na Geografia, a conceber a iconografia-identidade de maneira crítica e relacional.

Para ele, a iconografia corresponde à possibilidade de resistência e segurança; a circulação, à oportunidade de trabalho, à fluidez e ao movimento dos homens e das mercadorias na reprodução do capital. É uma concepção renovada e audaciosa para sua época, híbrida, crítica e não marxista, considerando elementos materiais e psicológicos (GOTTMANN, 1947 e 1952<sup>a</sup> apud SAQUET, 2015a, p. 87).

Portanto, a iconografia pode conter uma combinação de elementos culturais, econômicos e políticos, unidade constituída historicamente. Para Jean Gottmann, “a circulação favorece a abertura dos espaços, já as iconografias são definidas como símbolos religiosos e políticos que fazem parte da vida dos grupos sociais, aos quais eles recorrem quando se sentem ameaçados” (SAQUET, 2015, p. 88). Tanto a circulação como as iconografias ocorrem no nível supranacional e em regiões internas aos Estados ou impérios ou cidades fortificadas. A circulação é inerente à mudança social por meio de um sistema de símbolos que dão certa unidade. A circulação, através de estradas, determina a organização do espaço, definindo redes que interligam diferentes territórios. A circulação, as estradas e as redes, dessa maneira, juntamente com as iconografias estão na base da formação do território. “A circulação garante a fluidez e a unidade em certo território; a iconografia, a coesão e a possibilidade de resistência e de estabilidade política” (SAQUET, 2015, p. 88).

Conforme Saquet (2015) o estudo do território deve ser feito sob uma abordagem que integra as dimensões política, econômica e cultural com a natureza, no entanto, para facilitar a análise é possível que as territorialidades de cada dimensão sejam apresentadas separadamente. Assim, a seguir, a partir dos dados coletados no trabalho de campo, trazem-se as apreensões feitas acerca das dimensões territoriais que compõem a APA do Ibirapuitã.

## 5.2 TERRITORIALIDADES DA DIMENSÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO APA DO IBIRAPUITÃ

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 52,6% da população rural brasileira é composta por homens e 47,4% por mulheres, enquanto que no Rio Grande do Sul, os homens correspondem a 52,4% e as mulheres 47,6%. Esta realidade também se reflete nos entrevistados da presente pesquisa que são na maioria homens, os quais também são os donos das propriedades e responsáveis pelas atividades produtivas. A origem das famílias é majoritariamente de descendência europeia, representando (83,3%), indígena 3,4% e africana 3,1%, e 10,2% a outra.

Quanto ao papel da mulher na propriedade ocorre uma diferença nas famílias que participam das Associações (Associação dos Moradores do Rincão do 28 e

Associação dos Produtores de Ovinos do Rincão do Batista), nas quais se constata a inserção da mulher tanto nas atividades produtivas quanto de tomada de decisão, como declarado pelo EPF5 e sua esposa:

*Nas lidas do campo elas pegam parêlho com os homens (EPF5).*

*A gente faz de tudo, realiza inseminação, dirige trator, carro, caminhonete, além das atividades da casa (Esposa EPF5).*

Em várias entrevistas as mulheres se fizeram presentes, lado a lado com o marido, participando ativamente das respostas aos questionamentos da pesquisa. Na medida em que os filhos foram embora e ficou só o casal, a estratégia de reprodução encontrada foi a mulher realizar as tarefas antes desempenhadas pelos filhos. Na maioria das casas visitadas só residiam o casal, os filhos estão morando na cidade, trabalhando em outros setores. Essas características estão relacionadas mais às propriedades familiares.

Já nas propriedades patronais, as esposas dos donos não se encontravam, visto que residem na cidade com os filhos. O próprio proprietário reside na cidade na maior parte dos dias, e vai para a estância aos finais de semana ou quando sua presença é necessária. Os entrevistados patronais possuem empregados fixos que vivem nas estâncias e mais alguns contratados temporariamente para os períodos de maior necessidade. A exceção é o EPP 2 que não é casado e reside integralmente no local, mas também possui um empregado.

Quanto ao número de habitantes por faixa etária (Tabela 4), cabe ressaltar a alta porcentagem com mais de 65 anos (17,2%), assim como aqueles entre 55 e 64 anos (16,6%), que somam 33,8% da população residente na APA, o que representa o fenômeno de envelhecimento da população rural. Outro dado que chama atenção é a baixa porcentagem de jovens com 16 a 19 anos, apenas 3,2%, o que reflete a migração campo cidade, pois como informam os entrevistados, praticamente todos os seus filhos, muitos com essa faixa etária, foram morar na cidade e estão trabalhando, majoritariamente, no comércio. O maior motivo para esse fenômeno social é a falta de escolas com ensino médio, o que faz com que os jovens a partir dos 15 anos tenham que morar na cidade para poder concluir o ensino médio, e a grande maioria acaba não voltando para o meio rural.

Tabela 4 - Número de habitantes por faixa etária dos entrevistados.

Faixa etária	Número entrevistados (%)
6 - 15 anos	12%
16 – 19 anos	3,2%
20 - 34 anos	14,8%
35 – 44 anos	13%
45 – 54 anos	16%
55 – 64 anos	16,6%
Acima de 65 anos	17,2%

Fonte: Autora.

Dentro da APA e em sua área de amortecimento existem as escolas em funcionamento (Figura 24): Escola Municipal de Ensino Fundamental Alcebiades Gomes do Amaral, localizada às margens da Br-293 em Santana do Livramento; Escola Municipal de Educação Básica Silvestre Gonçalves (Polo do Rincão do 28), localizada 54 km da cidade de Alegrete, ao lado da sede da Associação dos Moradores do Rincão do 28; Escola Municipal de Ensino Fundamental Aracy Vieira do Amaral, pertencente ao município de Rosário do Sul e, embora localizada fora dos limites da APA, muitos dos seus alunos residem com a família na APA. Conforme relato do EG1 *“as escolas são grandes parceiras da APA, pois integram nas suas práticas os temas relativos a APA, a sustentabilidade do Bioma Pampa, e muitas vezes sedem espaço para realização de reuniões com os moradores para tratarmos de assuntos da APA”*.

Figura 24 – Escolas na APA do Ibirapuitã



E.M.E.F. Alcebíades Gomes do Amaral (Santana do Livramento)



E.M.E.F. Aracy Vieira do Amaral (Rosário do Sul)



E.M.E.B. Silvestre Gomes do Amaral (Polo do 28) (Alegrete)

Fonte: Autora.

Em relação ao grau de escolaridade os analfabetos representam 8,6%, enquanto que os moradores com ensino fundamental incompleto formam a categoria sobressalente com 57,8%. Quanto ao restante, 17,4% possui ensino fundamental completo, 4,6% ensino médio incompleto, 10% ensino médio completo, e 3,4% têm ensino superior. Todos os entrevistados patronais possuem curso superior, a maioria formado em medicina veterinária e, também exercem essa atividade prestando serviços e assessoria na região, especialmente na área de inseminação artificial. Já em relação aos entrevistados familiares apenas dois entrevistados possuem curso superior.

Ao que se refere à estrutura fundiária, a grande parte dos entrevistados se configura como pecuaristas familiares, já que 82% possuem até 300 hectares (Tabela 5). Destes, do total de 23, quatorze têm até 20 hectares, o que é menos de um módulo rural, visto que na campanha gaúcha o módulo rural é 28 hectares (INCRA). Considerando que a atividade principal é a pecuária de corte, as terras se tornam insuficientes, o que leva muitos a praticarem o tradicional uso do “gado de corredor”, que consiste em utilizar as áreas de campo das margens das estradas para deixar o gado pastando.

Tabela 5 - Estrutura fundiária – propriedades com até 300 hectares.

Tamanho (em hectares)	Número de estabelecimentos
Até 20 hect.	12
21 – 50 hect.	3
51 – 100 hect.	-
101 – 150 hect.	1
151 – 200	-
201 – 250	2
251 – 300	3

Fonte: Autora.

Outra estratégia de reprodução de muitos pecuaristas familiares é o arrendamento de terra e a venda esporádica da força de trabalho. Muitos, além de sua própria terra também arrendam outras parcelas em áreas próximas, para aumentar a área de campo para alimentar o gado bovino e ovino. Estas áreas são facilmente encontradas, já que muitos moradores foram morar na cidade e não conseguiram vender a terra. O que comumente ocorre no Pampa Gaúcho é que grandes estancieiros vão morar na cidade, ou após seu falecimento, os herdeiros colocam a área para venda ou arrendamento, pois já não vivem mais no local. Porém, atualmente, também se constatou na pesquisa que muitos pecuaristas familiares também estão reproduzindo esta prática, o que está gerando uma paisagem com forte presença de taperas, moradas antigas em desconstrução, em meio a alguma fazenda, rodeadas de gado e vegetação. que são o registro de

mudança. É este um “fenômeno de desterritorialização, de vendas de pequenos lotes, aglutinação, expansão de propriedades e redução da população que vive no campo” (SUERTEGARAY, 2016, p. 39).

Já as propriedades com mais de 300 hectares, consideradas patronais, conforme fundamentação conceitual apresentada no capítulo 3, corresponde a cinco propriedades visitadas que apresentam grande variação da quantidade de terra, conforme Tabela 6. Um entrevistado que possui entre 300 e 400 hectares e outro que possui entre 501 e 800 hectares, embora possuam mais de 300 hectares, são considerados familiares, pois o primeiro ultrapassa o limite porque arrenda a maior parte, o que se torna variável a cada ano ou semestre e, o segundo possui 600 hectares, mas esse total pertence a ele e mais dois irmãos o que dá em torno de 200 hectares para cada um; além disso, ambos possuem as demais características vinculadas ao conceito de pecuarista familiar como o trabalho essencialmente familiar e mais de 80% da renda proveniente da atividade pecuária.

Tabela 6 - Estrutura fundiária - propriedades com mais de 300 hectares

Tamanho (em hectares)	Número de estabelecimento
300 – 400 hect.	2
401 – 500 hect.	1
501 – 800 hect.	2
801 – 1000 hect	1
Acima de 1000 hect.	1

Fonte: Autora.

O segmento patronal também utiliza o arrendamento como estratégia de reprodução social, mas aqui, é ele quem disponibiliza a terra para outro interessado, e recebe conforme acordo prévio, que pode ser em dinheiro ou parte da produção (parceria).

É perceptível que a histórica concentração fundiária do Pampa Gaúcho permanece no território da APA do Ibirapuitã, pois as cinco propriedades patronais possuem mais de 4.300 hectares juntas, enquanto que os 23 estabelecimentos

familiares possuem menos de 2.000 hectares juntos. Quanto a origem da posse da terra mais de 96% obteve por meio de herança, e ao decorrer do tempo foi adquirindo mais porções através de compra e/ou arrendamento.

É possível afirmar que os territórios familiares e patronais formam um *continuum*, considerando que as formas de produção e uso do espaço são muito semelhantes, mantendo uma relação muito próxima com o natural, com os campos, bem como a dimensão cultural, sendo que as principais diferenças estão na disponibilidade maior ou menor de terra, capital e trabalho.

Os patronais dispõem de maior quantidade de campo e, conseqüentemente, maior número de animais e maior renda. Também possuem mais capital, o que possibilita adquirir com facilidade insumos, medicamentos para os animais, tecnologias para facilitar o trabalho, bem como caminhões para transporte do gado para a comercialização. Com relação ao trabalho, o patronal pode pagar pela mão de obra, enquanto que nos estabelecimentos familiares a mão de obra provém da família, e eventualmente, por contratação temporária, geralmente por dia.

Todos os entrevistados relataram a dificuldade de conseguir mão de obra, já que quase não existem mais jovens vivendo ali, e *“os que vêm da cidade não aguentam ficar muito tempo, acabam por abandonar”* (EPP4). Isso vem gerando um fortalecimento nos laços de solidariedade entre os vizinhos, pois é a estes que se recorre em dia de *“carneação”*, ou para ajudar a socorrer um gado que ficou machucado no campo, ou no empréstimo de algum equipamento ou utensílio doméstico. Até mesmo para a contratação de trabalho temporário se recorre àqueles vizinhos que possuem menor número de área e animais, e por isso possuem algum tempo livre.

A falta de estrutura básica como a energia elétrica ainda é realidade em muitas zonas rurais do Brasil, e se torna mais um fator a contribuir para tornar trabalho do mais campo mais árduo e diminuir as possibilidades de geração de renda como, como por exemplo, a criação de agroindústrias. Isso faz com que muitos abandonem o campo em busca de melhores condições de vida. Na pesquisa constatou-se que todos os entrevistados possuem energia elétrica, porém não há muito tempo, pois a *“luz”* só chegou aos longínquos rincões da APA a partir do Programa *“Luz para Todos”*, criado em 2003 pelo Governo de Lula e prorrogado em abril de 2018 até 2022. Essa realidade é relatada pelo EPP19: *“eu dizia que quando eu me aposentasse iria embora daqui, morar na cidade, mas aí veio a luz né, acabei*

*ficando*”. A aposentadoria também se configura como fonte de renda importante para os pecuaristas familiares. Cerca de 27% dos entrevistados possuem aposentadoria. Já o acesso à água ocorre, majoritariamente, através de poços artesianos e cacimbas.

Quanto ao transporte público, este não existe mais nas localidades estudadas. As linhas de ônibus no Rincão do 28 e no Rincão do Batista, deixaram de existir há pouco tempo devido ao pouco fluxo de pessoas que utilizavam, pois a maioria possui carro ou moto, e quem não tem vai de carona com algum vizinho. Os moradores geralmente se deslocam a cada 15 dias ou uma vez ao mês para a cidade, quando realizam compras, sacam a aposentadoria, buscam por serviços de saúde e, visitam os filhos.

As condições das estradas, em sua maioria, são ruins, principalmente a que leva até o Rincão do Batista e Quilombo da Chirca. Isso se deve a fatores geomorfológicos, como a Serra do Caverá, e também a falta de manutenção por parte da prefeitura. Devido a esta situação, além do deslocamento da população, em especial da diária feita por estudantes, o escoamento da produção é prejudicado. No relato do EPP4, o qual vende gado para a Turquia, e cuja estância localiza-se há 60 km da Br-290, é possível constatar essas dificuldades,

*As más condições das estradas causam muito balanço no caminhão que transporta a carga viva de terneiros e alguns acabam se machucando ao se chocarem contra o caminhão e entre eles próprios, e no momento da chegada na cidade o responsável pela compra faz a conferência dos animais e só paga por aqueles que estão em perfeito estado (EPP4).*

Já ao Sul da APA, na localidade de Cerros Verdes, não ocorre esse problema, pois esta área está próxima a Br293, a qual liga as cidades de Quarai e Santana do Livramento, e o início dessa localidade se encontra a cerca de 7 km da cidade de Santana do Livramento, com via asfaltada. Na localidade de Rincão Bonito, as condições de deslocamento são mais difíceis, devido as péssimas condições das estradas e da considerável distância até a cidade de Santana do Livramento que é em torno de 30 km, e também não conta com transporte público. Todos os entrevistados possuem automóveis ou moto para deslocamento.

O caso do EPF17 se diferencia dos demais entrevistados, homem jovem (30 anos), aluga sua casa na cidade por valor maior do que paga de arrendamento mensal pela área de cerca de 30 hectares na localidade Cerros Verdes em Santana

do Livramento, onde cria ovelha e gado. Segundo ele “*gosto de morar pra fora, lidar com os bichos é melhor do que os trabalhos na cidade, e aqui perto, vou e volto rapidinho*” (EPF17).

O acesso às tecnologias da informação e comunicação, principalmente ao celular (todos entrevistados possuem) e a internet, estão proporcionando o fortalecimento de redes imateriais, contribuindo também para organização das entidades representativas, e para o compartilhamento de signos que reforçam o sentimento de pertencimento e identidade.

### 5.3 TERRITORIALIDADES DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO APA DO IBIRAPUITÃ

A economia do Pampa Gaúcho, historicamente, foi calcada no setor da pecuária extensiva sobre campo nativo. E, no século XXI, essa atividade continua compondo a base da reprodução social<sup>21</sup> nas estâncias e rincões do pampa.

A pesquisa realizada pelo projeto Urb-al (2012) traz dados relativos a produção animal na APA, na qual destaca-se a produção de equinocultura em 24,8% das propriedades, em segundo lugar está a produção de ovinocultura com 24,7%, em terceiro lugar na produção, com 20,3% está a bovinocultura de corte. A avicultura está presente em 16,8% das propriedades, já a produção de bovinocultura de leite e suinocultura representam 6,3% e 6,8% respectivamente.

Já na pesquisa de campo para a tese, encontramos pouca diferença quanto à produção. No que diz respeito a aves, bovino de leite e suínos, estes estão presentes com a principal função de autoconsumo para a família. Os suínos são os que vêm apresentando maior redução devido aos problemas causados pela invasão de javalis. Para evitar o cruzamento e reprodução entre os porcos selvagens com os domesticados, foi proibida a criação de animais soltos (EG1).

---

<sup>21</sup> Entende-se por reprodução social o processo mediante o qual uma sociedade, através de diversos mecanismos, reproduz a sua própria estrutura gerando a manutenção dos paradigmas sociais estabelecidos. Segundo Bourdieu (1994) pode-se dividir as estratégias de reprodução social em cinco classes presentes em todas as sociedades: [...] as estratégias de investimento biológico (das quais as mais importantes são aquelas ligadas à fecundidade e as profiláticas – o cuidado com o corpo); as estratégias sucessórias; as estratégias educativas (escolar e familiar, esta última, inclui as estratégias éticas que visam inculcar a submissão dos interesses dos indivíduos aos do grupo/família); as estratégias de investimento econômico; e as estratégias de investimento simbólico que visam conservar ou ampliar o capital de reconhecimento (social, político, etc.) do grupo.

Os equinos estão presentes em todas as propriedades visitadas, contudo, poucos produzem com a finalidade de comercialização, a grande maioria possui 2 a 4 animais para utilizar na lida campeira diária.

Dos entrevistados, apenas dois tem na bovinocultura de leite a fonte de renda principal. Estes se localizam no Sul da APA, na área adquirida pelo Programa Banco da Terra. São 17 lotes com 18 hectares cada, o que inviabiliza a atividade de pecuária extensiva. Conforme EPF9 “*muitos já abandonaram, não conseguiram pagar*”. Ele, além da atividade leiteira também presta serviço de tratorista e mecânico.

Já a produção que mais se destaca em número de animais é a de ovinos, praticada por 19 entrevistados. Embora não seja tão rentável quanto à de bovinos, ainda é muito praticada por motivos culturais e por ser o alimento diário principal da família. De acordo com Urb-al (2012) o maior número de propriedades com ovinocultura na área da API Pampa está no município de Rosário do Sul, o qual possui 43,91% do total dos quatro municípios que compõem a APA do Ibirapuitã. Em segundo lugar está Santana do Livramento com 20,04% e, em terceiro e quarto está Alegrete com 18,73% e Quaraí com 7,05%, respectivamente. O Rio Grande do Sul é o maior estado produtor de ovinos com 24% do rebanho nacional.

Quanto aos entrevistados a maior parte (nove deles) produz ovinos apenas para o consumo, cinco tem até 50 animais, sendo esses pecuaristas familiares; quatro não possuem, sendo três desses pecuaristas patronais, conforme detalhado na Tabela 7.

Tabela 7– Produção de ovinos dos entrevistados

Produção de ovinos dos entrevistados	
Autoconsumo	9
Até 50 ovinos –	5
50 a 100 ovinos –	2
101 – 300 ovinos	1
Mais de 300 ovinos	2
Não possui	4

Fonte: Autora.

Os ovinos são criados soltos pelo campo, misturados com o gado. O período que requer maior ajuda no manejo é na época de tosquia (uma vez ao ano, no verão), quando há necessidade de contratar trabalhadores temporários. Figura 25, na primeira foto visualiza-se a criação de ovinos sobre campo nativo, no Rincão do 28 (Alegrete) e, na segunda o momento de manejo com ovinos em Cerros Verdes (Santana do Livramento).

Figura 25 – Manejo de ovinos





Fonte: Autora.

Além da carne, a Lã da ovelha também gera renda, a maioria vende para compradores da cidade de Santana do Livramento, os quais vendem para o Uruguai, o maior consumidor de lã produzida no Rio Grande do Sul. No entanto, o número de ovinos na APA vem diminuindo, devido a fatores como a baixa rentabilidade e baixa inserção no mercado consumidor de carne e o ataque de javalis a cordeiros que vem desestimulando os produtores. Realidade que vai ao encontro do que já identificou Chelotti (2005), ao afirmar que o rebanho da ovinocultura se reduziu, progressivamente, após a década de 80, juntamente com a diminuição da comercialização da lã para exportação.

De acordo com Chelotti (2005), a ovinocultura foi afetada, negativamente, devido à substituição da lã animal pela lã sintética na década de 80, desestruturando e provocando um declínio no efetivo ovino, cuja criação de ovinos tornou-se pouco atrativa economicamente, além de o mercado da lã ter se tornado desinteressante por causa da inserção da lã acrílica. Também de modo geral, inexistente, no Brasil, a cultura de consumir carne ovina na escala de consumo da carne bovina, desestimulando, assim, a manutenção e a expansão da ovinocultura.

Com relação às formas de criar ovinos, bovinos e equinos, elas variam conforme o tamanho da propriedade ou o tipo de manejo que se pretende utilizar. Há propriedades rurais que mantêm o processo de criação de bovinos tido como

tradicional, tanto nas unidades familiares quanto nas patronais, em que é feito o ciclo completo, de cria, cria e engorda (ou terminação). De acordo com Rieth (2014):

A cria envolve desde o manejo reprodutivo, em que as fêmeas passam pelo acasalamento e pelo controle da prenhez, até o parto e amamentação dos terneiros. A cria abrange desde a desmama dos filhotes até a fase de acasalamento das fêmeas e a engorda dos machos que não serão utilizados como reprodutores. A engorda é a fase posterior, em que se faz a terminação dos animais para o abate (RIETH, 2014, p. 3-4).

No entanto, também há os criadores que tratam só de engorde, comprando animais magros, ainda não “terminados”, ou seja, ainda sem a cobertura de gordura necessária para que sejam abatidos. Há também, aqueles que estão se especializando no início do ciclo, na criação de novilhos, que envolve o uso de inseminação artificial e a venda conjunta como estratégia de comercialização, como é o caso da Associação de Produtores do Rincão do Vinte e Oito (Alegrete).

Essa estratégia de venda conjunta também vem sendo usada por pecuaristas patronais, embora sem uma associação formalizada entre si, como no caso dos APP2, APP3 E APP4, que produzem separadamente em suas propriedades gado da raça brangus, mas realizam a comercialização em conjunto, diminuindo os custos de transporte e, também possibilitando a venda desses animais para a Turquia, pois somando a produção dos três alcançam a quantidade necessária de lotes para a exportação, o que exige alto controle de qualidade. No período das entrevistas (2017) o APP2 informou que conseguem preço melhor ao realizar a venda para exportação – cerca de R\$ 5,50 /kg vivo.

O Rio Grande do Sul é atualmente o sexto maior produtor de bovinos do Brasil, superado pelos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará (Atlas Socioeconômica do RS, 2017). Com relação a quantidade de bovinos que os entrevistados possuem, oito deles produzem para o consumo, quatro têm até 20 animais, dois até 100, três possuem entre 100 e 300 bovinos, quatro criam mais de 300, sendo três desses patronais que chegam a ter até 800 animais (Tabela 8)

Tabela 8 – Quantidade de bovinos dos entrevistados

Produção de bovinos dos entrevistados	
Autoconsumo	8
Até 20 –	4
21 a 100 –	2
101 – 300	3
Mais de 300	4
Não possui	2

Fonte: Autora.

As formas de manejo e de uso de tecnologias também são semelhantes nas propriedades familiares e patronais. Em ambas há tanto a forma extensiva de criação, onde o gado pasta sobre o campo nativo, assim como áreas da propriedade em que são praticadas o melhoramento do campo nativo e, áreas onde são utilizadas o Sistema de Pastoreio Racional *Voisin*<sup>22</sup> (Figura 26). As raças de gado mais criados são Braford, Hereford, Brangus e Angus.

<sup>22</sup> é um sistema de manejo intensivo, que possibilita um equilíbrio entre os três elementos: solo–pastagem–gado, onde cada elemento tem um efeito positivo sobre os outros dois. Através de procedimentos simples, transformamos o gado, que no sistema convencional é um predador da pastagem (e como consequência, também do solo), num excelente beneficiador do sistema. O procedimento básico consiste na conveniente divisão das pastagens, de modo a ser possível fazer valer as “4 Leis Universais do Pastoreio Racional”, magistralmente enunciadas por André Voisin no seu principal livro, “Produtividade do Pasto”, publicado inicialmente em 1957.

Figura 26 – Sistema de Pastoreio Racional *Voisin* e campo melhorado



Fonte: Autora.

O uso de tecnologias expressa a relação entre o tradicional e o moderno no território, onde ambas coexistem, como verificado na observação em trabalho de campo. Enquanto alguns produtores mais capitalizados adquirem novos equipamentos, como o brete para inseminação do EPF5 (Figura 27), outros utilizam seu conhecimento empírico para criar sua própria tecnologia, que se adéqua a escala de sua necessidade, como a criada pelo EPF3 (Figura 28), que montou um

equipamento para aplicar medicamentos no gado utilizando um tonel de PVC, lona e mangueira.

Figura 27 – Tecnologia: equipamento para realizar inseminação e manejo no gado



Fonte: Autora.

Figura 28 – tecnologia criada pelo produtor



Fonte: Autora.

Quanto à produção vegetal o milho é a cultura mais presente, cultivado em 73,6% das propriedades, seguido pelo arroz do tipo irrigado em 17,6%; a soja está presente em 3,6% das propriedades (Urb-al, 2012). Durante o trabalho de campo foi encontrada plantação de soja em pequenas áreas dentro da APA, na localidade de Rincão Bonito (foto), e segundo o EPF10 que reside em frente a esta área “é uma área arrendada, quem planta é de Santa Maria; não moram aqui”. Também se encontrou plantação de soja na zona de amortecimento da APA, no limite Norte (Alegrete).

Em algumas propriedades está presente a produção de hortaliças e frutas para o autoconsumo, como demonstrado na Figura 29, que mostra uma horta para consumo da família e pomar de laranja e bergamota.

Figura 29 – Produção de hortaliças e frutas para autoconsumo



Fonte: Autora.

Além da quantidade de terra, animais e capital, outra característica de diferenciação entre o segmento patronal e familiar está no acesso à assistência técnica. Os patronais entrevistados possuem acesso de forma mais facilitada, inclusive a maior parte possui formação superior em medicina veterinária, o que acaba suprindo boa parte da demanda. Já os familiares dependem basicamente da Emater e Senar, através de cursos esporádicos direcionados a eles, ou como

relatam alguns “quando vou na agropecuária comprar alguma coisa, já aproveito e tiro alguma dúvida” (EPF1).

Ao que se refere à sucessão familiar, em todas as casas, praticamente, só reside o casal, os filhos não moram mais ali, já estão morando na cidade. Uma exceção é a estratégia adotada pelo EPF3, que paga para seu filho de 18 anos o trabalho realizado na propriedade, o que muitos vizinhos acham errado, porém ele diz que é o correto, “porque ele igual iria pagar para alguém e também porque o filho se sente valorizado e percebe que é possível gerar renda no campo; se não ele vai ir trabalhar na cidade, porque nessa idade já querem ter seu próprio dinheiro né”.

#### 5.4 TERRITORIALIDADES DA DIMENSÃO CULTURAL DO TERRITÓRIO APA DO IBIRAPUITÃ

Importante contribuição acerca da dimensão cultural do pampa é feita por Rieth et al (2014), que apresenta a pesquisa “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – *Lidas Campeiras* na Região de Bagé”, investigação cujo objetivo foi identificar e documentar o trabalho na pecuária extensiva do pampa sul-rio-grandense como referência cultural desta região tornado patrimônio imaterial brasileiro. As lidas campeiras são definidas como:

Um conjunto de ofícios executados na manutenção das estâncias e demais propriedades rurais voltadas para a atividade econômica de criação, manutenção e reprodução de rebanhos de gado bovino, equino e ovino. Homens, mulheres, animais e objetos compartilham territórios de existência em um modo de vida chamado “campeiro” que traz como motor de sua descrição/ invenção (Wagner, 2010) a própria ruína, apontada pelas transformações que o mundo do trabalho na pecuária processa desde a sua instauração na porção mais meridional do Brasil, correspondendo à área do pampa sul-rio-grandense que ultrapassa as fronteiras políticas do país (RIETH, 2014, p. 2).

Dentre as inúmeras atividades que podem ser abarcadas pelo que se conhece por “*lida campeira*” (conceito êmico), de acordo com Rieth (2014), estão os ofícios de *esquila* (que fazem a tosa dos ovinos), *doma*, *tropeirismo*, *lida caseira* (manutenção doméstica e cotidiana da propriedade rural), *pastoreio* (lida com rebanhos), *feitura de aramados*, *ofício do guasqueiro* (fazedor de artefatos e utensílios em couro) que vivem ou viveram praticando trabalhos relacionados à pecuária.

Na APA do Ibirapuitã são encontrados estes ofícios que fazem parte do modo de vida dos pecuaristas, na qual se entrelaçam as dimensões culturais e naturais, materializadas no saber-fazer do trabalho diário desses sujeitos. Essas lidas campeiras compõem e são abarcadas pela atividade do pastoreio, executada pelo campeiro. Elas estão relacionadas umas às outras para um desempenho pleno da atividade pecuária e seguem ciclos diários e ciclos sazonais, acompanhando os ritmos da natureza.

De acordo com Rieth (2014), as lidas iniciam-se com a busca dos cavalos no campo, ou nos poteiros<sup>23</sup> próximos às casas, para posterior encilha<sup>24</sup> no galpão; logo, os peões dirigem-se às invernadas para trabalhar com os rebanhos, o que se faz diariamente, ao longo de todo o ano. À atividade de lida com o gado chama-se, comumente, *pastoreio*, e envolve uma série de cuidados que podem ser feitos “a campo”, com artefatos adequados para contenção, como o laço ou em locais próximos às casas, como galpões, bretes, mangueiras<sup>25</sup> – estruturas que fazem parte da propriedade. Nos galpões os materiais são armazenados e é onde, geralmente, os campeiros reúnem-se antes e após as atividades (Figura 30).

---

<sup>23</sup> Divisões dos campos dentro de uma propriedade, destinados à alimentação (pastos) e paragem dos animais. Em geral são demarcados por cercas de arame.

<sup>24</sup> Colocar sobre o cavalo todo o conjunto de artefatos – arreios, que são necessários para que o cavaleiro tenha segurança e destreza enquanto cavalga.

<sup>25</sup> Mangueira é a denominação no sul para “curral”.

Figura 30 – Artefatos utilizados em cavalos



Fonte: Autora.

Os bretes e as mangueiras (Figura 31) fazem parte de edificações onde ocorre o manejo dos animais. Nas invernadas, o campeiro observa todo o gado, faz a contagem dos animais, no intuito de verificar se não há nenhum extravio ou alguma rês, ovelha ou cavalo doente, ou mesmo, em época de parição, alguma fêmea ou filhote nascido precisando de assistência.

Figura 31 – Mangueira e brete para manejo de animais



Fonte: Autora.

Legenda: manejo de ovelhas feito em mangueira de pedra construída há cerca de um século; manejo de gado em brete de madeira.

O manejo do rebanho é tradicionalmente feito a cavalo. “O cavalo e o homem parecem compor um só ente: as atividades desenvolvidas no trabalho da pecuária extensiva dependem tanto do conhecimento do homem campeiro, quanto do bom desempenho do cavalo” (RIETH, 2014, p. 5). Por isso é essencial ter cavalos bem

treinados, processo que se denomina *doma*, que consiste em obter, através de técnicas apropriadas o amansamento dos animais, acostumando-os ao contato com humanos para serem utilizados nas atividades das lidas campeiras. Muitos entrevistados realizam a doma dos seus equinos em suas propriedades, mas existem pessoas especializadas em fazer a doma, como o caso do EPF15, no Sul da APA (Santana do Livramento), próximo a Br-293, que no ano de 2017 comprou uma área de 5 hectares onde realiza a cria e a doma de equinos. Juntamente com o cavalo, o cachorro também é elemento marcante na lida campeira, pois ajuda a campear o gado, fazendo o trabalho que necessitaria de mais uma pessoa.

As lidas campeiras como o ofício de *guasqueiro* e *lida caseira* também são encontradas na APA, como as habilidades para fazer artefatos e utensílios em couro e o preparo do charque (carne salgada), como os apresentados na Figura 32. A habilidade necessária provém de um saber-fazer que perpassa gerações, e cujo objetivo não é a comercialização, mas sim para o próprio uso.

Figura 32 – Registro de *lidas campeiras* na APA do Ibirapuitã



Fonte: Autora.

Legenda: Registro de ofício de *guasqueiro* (fazedor de artefatos e utensílios em couro) e *lida caseira* (preparo do charque) na APA do Ibirapuitã.

A *tropeada* é a lida que mais sofreu mudanças ao longo do tempo, atividade em que se reúne os rebanhos com o intuito de transportá-los de um lugar para outro. As tropas, historicamente formadas pelos rebanhos mistos (ovelhas, vacas, cavalos), ou de uma única espécie, e pelos cavaleiros, para condução dos animais através dos campos até os locais de abate, foram substituídas pelo transporte por caminhões em longas distâncias. “Em dias atuais, as tropeadas são realizadas apenas com pouca quantidade de animais e em curtas distâncias” (RIETH, 2014, p. 9).

A feitura de aramados (ou *alambrador*, em uma referência ao termo usado nos países vizinhos de língua espanhola) é, hoje, especializado. Poucos são os que se dedicam à essa tarefa como meio de subsistência. Historicamente essa lida faz parte do serviço dos campeiros como mais um saber dentro de todo o conhecimento de campo, da pecuária; todo trabalhador do campo sabe, ao menos, como reparar uma cerca de arame com defeito. Entretanto, com o trabalho do campo cada dia mais especializado, hoje são contratados, de maneira terceirizada, trabalhadores que fazem os reparos maiores em uma cerca, trocam-nas por outras novas, instalam-nas onde são necessárias (RIETH, 2014). De acordo com o EPP3 “*hoje em dia tá muito difícil conseguir alguém que faça esse trabalho, poucos sabem*”.

O artesanato em lã de ovelha também representa a forte relação dos saberes culturais com a natureza, além de ser uma forma de complementação de renda para alguns. Esta atividade geralmente é da competência da mulher, a qual é responsável pelas tarefas de cardar, fiar, criar as peças, no entanto o homem também contribui, se encarregando da *esquila* da lã e da lavagem. Os principais produtos criados são o xergão<sup>26</sup>, palas, ponchos, cobertor, mantas, que são utilizados como vestimenta para o homem e acessório para utilizar no cavalo. Mais uma vez está imbricada as dimensões da cultura e da natureza, visto que, a confecção e uso dessas peças ocorre pela necessidade do homem de se proteger do frio, em especial para o campeiro se proteger durante as lidas no campo, dos invernos rigorosos que apresentam temperaturas negativas e geadas sobre os campos. Na Figura 33 podem-se ver alguns desses artesanatos em lã e o equipamento utilizado.

---

<sup>26</sup> Xergão - peça retangular tecida com lã bruta, usada entre o lombo do cavalo e as demais peças do arreio (acessórios de montaria) (MAZURANA, 2016, p.67).

Figura 33 - Produtos de artesanato em lã de ovelha



Fonte: Autora

“A lida com os rebanhos de bovinos, ovinos e equinos se inventa na interação entre o campeiro, as mulheres, juntamente com os animais, a paisagem e os objetos” (RIETH, 2014, p. 11). Contudo, mesmo com essas reinvenções a essência permanece que é a forte relação com o natural.

## 5.5 TERRITORIALIDADES DA DIMENSÃO NATURAL DO TERRITÓRIO APA DO IBIRAPUITÃ

A estreita e histórica relação do homem com a natureza no bioma pampa marca as territorialidades econômicas, políticas e culturais, como já demonstrados. Contudo, nesta seção são abordadas as questões relacionadas ao entendimento dos sujeitos quanto às questões ambientais mais relativas à APA.

Quanto ao questionamento se sabiam que moravam em uma APA, apenas dois entrevistados disseram que não, sendo estes residentes da localidade de Rincão Bonito (Santana do Livramento). Já os demais afirmaram ter entendimento sobre residir e também sobre o que é a APA. No entanto, na prática, nem todos possuem esclarecimento sobre o que se pode ou não fazer nesta UC.

A exemplo disso, a questão do licenciamento é o que mais preocupa os moradores, pois foi possível perceber durante as visitas e entrevistas que lhes faltam esclarecimentos, desde como proceder para solicitar até mesmo sobre as normas da APA sobre proibições de retirada de vegetação nativa, como o espinilho (árvore nativa de pequeno e médio porte) que vem avançando sobre a vegetação de campo e, assim, diminuindo as áreas de pastagens para o gado. A figura 3 apresenta uma área de 0,5 hectares de mata de espinilho, local que de acordo com o EF2 Já foi horta. A Lei nº 9.519/1992 previa o descapoeiramento do espinilho somente enquanto ele não atingisse oito centímetros, porém o Decreto 52431/2015, que implementa o CAR (Cadastro Ambiental Rural), altera as regras de descapoeiramento, e de acordo com o Art. 10. no Bioma Pampa, ficam dispensadas de autorização do órgão estadual competente do SISNAMA, dentre outras:

III – o descapoeiramento da vegetação nativa sucessora formada, principalmente, por espécies pioneiras com até três metros de altura, tais como timbó (*Ateleia glazioviana*) espinilho (*Acácia caven*), maricá (*Mimosa bimucronata*), vassoura-vermelha (*Dodonea viscosa*), aroeiras (*Schinus spp.*), bracatinga (*Mimosa scabrella*) e desde que: a) seja realizado com o objetivo de manutenção da vegetação campestre para a atividade pastoril; b) não implique em supressão de vegetação para uso alternativo do solo; c) não esteja a vegetação nativa sucessora associada com formações secundárias; e d) não seja efetuada sobre as áreas consideradas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito;

Porém, estas informações oficiais não são plenamente conhecidas pela maioria dos produtores residentes na APA, ou são reproduzidas oralmente de forma parcial ou errônea. Outro motivo que vem contribuindo para o avanço do espinilho (Figura 34) é a diminuição do rebanho ovino, visto que a ovelha se alimenta desta vegetação quando em sua fase inicial de desenvolvimento, quando os brotos das folhas ainda são macias. De acordo com os entrevistados da Emater (EM1 e EM2) e os pecuaristas familiares entrevistados, a produção de ovinos vem diminuindo, pois necessita de muita mão de obra, o que eles não dispõem; além da invasão de javalis, que acabam se alimentando de cordeiros.

Figura 34 - Área de transição de campo e mata de espinilho.



Fonte: Autora.

Embora haja consenso entre estudiosos de que a pecuária desenvolvida nos campos do pampa seja apontada como a atividade vocativa e menos impactante, algumas práticas como o sobrepastejo, ou seja, carga animal excessiva sobre certa área de campo podem causar impactos negativos como baixo ganho de peso pelos animais, especialmente no inverno, e alta degradação do solo (MARASCHIN, 2001). Nas propriedades visitadas pode-se perceber a diferença da relação com o meio ambiente dos pecuaristas que fazem parte das Associações e de alguns que não. Ao se referir as APPs (Área de Preservação Permanente) e a supressão de vegetação nestas, o EPF3 diz que:

*“é só olhar para esses cerros aí na frente, tudo pelado, o pessoal que não participa da Associação não respeita o meio ambiente; nós discutimos a sustentabilidade, a pecuária sustentável, e mesmo que não fosse APA nós faríamos igual”.*

Constatou-se também que a prática da queimada, embora proibida pela legislação, ainda é praticada por alguns produtores, pode avistado durante observação no trabalho de campo. Ressalta-se que a área de fogo visualizada não

pertencia a nenhum por entrevistados, e sim de vizinhos, e todos os entrevistados responderam que não realizam a queima dos seus campos.

As APP que circundam os cursos d'água são protegidas em todas as propriedades visitadas, sendo que o principal motivo é o uso da água para consumo humano e animal. Na Figura 35 são apresentados alguns exemplos dessa prática de conservação como um local de cacimba, açudes para dessedentação de animais e presença de mata ciliar no rio Ibirapuitã.

Figura 35 – Conservação de APP.



Fonte: Autora.

Constatou-se que vem ocorrendo a diminuição da caça após a existência da APA, o EPP3 relata que “antes vinha muita gente da cidade caçar aqui perto, já gora não se vê mais; e aí nós voltamos a ver mais bichos pelos campo; muitos veados, emas, tatus...; o pessoal fica com medo porque a multa por caçar em UC é muito maior e dá até cadeia”. Outros entrevistados também corroboram este relato e, complementam que a cultura de caça de animais selvagens deixou de existir e, sentem orgulho de contribuir para a conservação da fauna do pampa.

Um grande problema relatado é a falta de recolhimento de lixo inorgânico. Embora alguns entrevistados armazenem em galpões e levam para a cidade, alguns acabam enterrando ou queimando. O que também acontece com as embalagens de uso veterinário, alguns devolvem para as agropecuárias onde compraram, porém visualizaram-se embalagens jogadas próximas a estradas.

## 5.6 ASSOCIATIVISMO: ALTERNATIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A presente seção aborda duas Associações que se apresentam como nós fundamentais no território da APA: a Associação dos Produtores do Rincão do 28, localizada na localidade Rincão do 28, pertencente ao município de Alegrete, e a Associação do Produtores Rurais do Rincão do Batista, a qual abrange os moradores do 4<sup>o</sup> distrito de Rosário do Sul, localidade do Caverá, cuja espacialização já foi representada na Figura 2, no capítulo 2.

### 5.6.1 Associação de Produtores do Rincão do 28

A Associação dos Produtores do Rincão do 28 foi criada legalmente em novembro de 2011, contudo, os produtores já estavam organizados em um grupo desde o ano de 2007, com 12 famílias associadas. A formação da Associação foi uma iniciativa conjunta da Fundação Maronna<sup>27</sup>, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dentre outros. O principal objetivo da associação é a organização para a venda dos carneiros de maneira coletiva e o auxílio através da assistência técnica aos produtores.

Conforme registro do Diário de Campo “*durante as entrevistas e da observação na reunião da Associação foi possível perceber a importância da Fundação Maronna e suas contribuições para a sua formação*”, (Diário de campo 11). O que é corroborado com a fala da representante da Fundação Maronna (H2):

---

<sup>27</sup> Fundação Maronna é uma instituição privada, foi criada por dois testamenteiros, dois produtores que deixaram que se criasse a fundação, deixaram bens das propriedades rurais. Fundada a instituição [Maronna] eles botaram no testamento que o rincão do 28 tinha que ser uma instituição agropastoril [isto para a estância do 28, propriedade pertencente a fundação Maronna dentro da localidade]. A Estância do 28, de propriedade da Fundação Maronna, é associada da Associação dos Produtores do Rincão do 28. (EH2)

*Percebemos que a Fundação era uma ilha sustentável e, portanto poderia contribuir para que toda a comunidade em sua volta também conseguisse desenvolver uma pecuária sustentável e contribuir para a conservação da APA e também para a melhoria da qualidade de vida. (Entrevistado H2)*

No momento da realização do trabalho de campo a Associação continha 12 propriedades participantes, de um total de 48 famílias que vivem no Rincão do 28. Os associados não são somente pecuaristas familiares, embora sejam maioria, há também participação de estâncias. Os associados colaboram com R\$10,00 mensais por famílias e, aos poucos foram construindo uma sede (Figura 36), ao lado da escola Polo do 28.

Figura 36 - Reunião na sede da Associação dos Produtores do Rincão do 28



Fonte: Autora.

O trabalho de campo, e especificamente a observação direta, proporcionou a inserção necessária para compreender as territorialidades cotidianas dos sujeitos, como demonstrado pela Figura 36, a qual apresenta a reunião da Associação realizada no dia 25/01/2017, da qual pude participar. Durante o encontro, que ocorre mensalmente, e no qual toda a família do Associado pode participar, foram discutidos pontos como:

Pauta: assistência técnica; aquisição de sementes para melhoramento de pasto e semente de milho; encontro das mulheres (Organizado pela Emater de Alegrete). Quanto à assistência técnica foi discutida a falta de verba para continuar pagando o técnico que presta assistência, o qual recebia da Fundação Maronna, e esta não teria mais condições de continuar arcando sozinha com a despesa, então foi acordado que a metade do salário (R\$ 1000) seria pago pela Fundação e a outra metade (R\$ 1000) pela Associação; em relação à compra conjunta de sementes, nem todos farão, visto que muitos preferem comprar direto em agropecuária, pois conseguem negociar o pagamento à prazo. (Diário de campo 11).

De acordo com o presidente da Associação (EER1), “o *foco principal é produção e venda de terneiros, é fazer uma pecuária sustentável*”. O que vem sendo alcançado, pois além do manejo sustentável, com melhoramento de campo nativo, ajuste de carga animal, entre outras técnicas, também vem possibilitando a sustentabilidade econômica. Através dos relatos dos entrevistados e das observações junto às propriedades foi possível perceber o aumento da rentabilidade oriunda da pecuária, que se reflete na aquisição de equipamentos, tecnologias para a produção, bem como de carros e utensílios domésticos.

Figura 37 - Associação do Rincão do 28 recebendo premio na Expofeira de Alegrete em 2018.



Fonte: Fundação Maronna, 2018.

Legenda: foto representantes da Associação dos Moradores do Rincão do 28 recebendo premiação na Expofeira de Alegrete.

Embora o foco da entidade seja a produção e venda de novilhos, a dimensão cultural também está sendo reinventada, pois a sede da associação também acaba sendo um espaço de lazer nos finais de semana. Ao lado da construção há um campo de futebol que é utilizado aos sábados e/ou domingos. Os tradicionais

bolichos de campanha, que sempre foram o lugar de encontro nos longínquos rincões do pampa, já não existem mais nesta localidade e, a sede da Associação passa a ser o ponto de encontro. Assim, os laços de solidariedade vão sendo fortalecidos, como para a construção da sede, que foi realizada pelos próprios sócios, além de eles também doarem o material.

Durante o trabalho de campo foi possível participar de um desses momentos, visto que *“ao final da reunião ocorreu uma confraternização com alimentos preparados e trazidos por cada um, o que sempre acontece ao final de cada reunião, se configurando como momento de lazer e integração da comunidade”* (Diário de campo 11).

### **5.6.2 Associação dos Produtores Rurais do Rincão do Batista**

Quanto a Associação dos Produtores Rurais do Rincão do Batista, existe desde 2007, mas obtém o CNPJ no ano de 2014, e possui cerca de 30 famílias associadas, tanto pecuaristas familiares quanto patronais. De acordo com o presidente da Associação, o EER2 o objetivo é *“se organizar para produzir ovinos e poder ter assessoria técnica do SENAR, SEBRAE e Emater, que fica mais fácil de conseguir por meio de uma entidade organizada como a associação”*. Ele ressalta que a Emater de Rosário do Sul é muito ativa junto a eles, que já ofereceu vários cursos voltados a produção de ovinos, a esquila da lã, assim como produção de hortaliças para autoconsumo e bolos.

A Associação organiza, em parceria com outras entidades como a Emater e a prefeitura, a Festa dos Produtores de Ovinos do Rincão do Batista que realizou sua VIII edição em 2017, entre os dias 31 de março e 02 de abril, na sede da Associação. Durante esses três dias foram realizadas atividades festivas e competições tradicionais da cultura gaúcha tais como: torneio de truco, tiro de laço, raspadinha, paleteada, chineteada, tertúlia livre, encontro de trovadores, baile e almoço a base de carne de cordeiro, conforme programação do folder (Figura 38). Também ocorreu o concurso de culinária a base de carne de cordeiro, promovido pela Emater de Rosário do Sul.

Figura 38 - Folder e registros das atividades da 8ª Festa dos Produtores de Ovinos do Rincão do Batista



Fonte: Autora.

Legenda: Folder e registros das atividades da 8ª Festa dos Produtores de Ovinos do Rincão do Batista.

A sede da Associação funciona no espaço físico de uma antiga escola, onde são realizadas as reuniões mensais e onde também há um Piquete de Tradições Gaúchas. Também é local de encontro de lazer dos moradores aos finais de semana, onde ocorrem bailes e outras comemorações festivas. Não existe mensalidade, a entidade se mantém com o dinheiro arrecadado com festas, almoços e bailes.

Figura 39 - Sede da Associação dos Produtores Rurais de Rincão do Batista



Fonte: Autora.

Legenda: foto participação da palestra sobre javalis na sede da Associação dos Produtores Rurais do Rincão do Batista.

A Figura 39 retrata a participação dos moradores, tanto os pertencentes a Associação quanto os que não a integram, na palestra sobre a infestação de javalis, proferida pelo chefe da APA do Ibirapuitã, a qual fez parte da programação da VIII Festa. A entidade começou a participar do CONAPA, na condição de entidade representativa dos moradores, no ano de 2013, e desde então a relação com o ICMBio vem se tornando mais próxima. Como na ação relatada no diário de campo:

À tarde, dentre outras programações de provas campeiras, também ocorreu a palestra do Chefe da APA (Raul) sobre os javalis que contou com grande participação dos moradores já que a invasão de javalis é um dos grandes problemas atualmente; logo após a palestra o Raul e seu ajudante ensinaram como se constrói uma cerca para captura e abate dos animais.(Diário de campo).

As principais mudanças ocorridas a partir da criação das associações foram ajuste de carga animal nas pastagens das propriedades, conforme a disponibilidade de oferta de forragem; a implementação de melhores técnicas reprodutivas, como a inseminação artificial; criação de parcerias com outras associações, como por exemplo, a Associação de Hereford e Braford, que doam sêmens para os produtores utilizarem na inseminação das vacas; e melhorias no campo nativo para que haja

maior disponibilidade de pastagem para os animais durante o ano. Portanto, o associativismo se apresenta como uma estratégia de reprodução social e sustentabilidade, o que vai ao encontro dos objetivos da APA.

Essas organizações coletivas também se apresentam como parte das estratégias para a adaptação as restrições de uso estabelecidas pela legislação da APA. Por meio das Associações os moradores conseguem obter informações acerca da APA, cuja representação integra os CONAPA, e mantêm uma relação de proximidade com os gestores do ICMBio, como se observa na participação deste na programação dos eventos promovidos pelas Associações, bem como possibilitam que cursos e assistência técnica sejam prestados por entidades como a Emater, SENAR.

Assim, essas Associações se configuram como *nós* centrais no *sistema territorial* da APA, articulando em nível local os produtores (*pontos* da rede) e estabelecendo relações em nível regional, principalmente ao que tange a produção e a comercialização. Configuram-se como importante estratégia de reprodução social e contribuição para a sustentabilidade da APA do Ibirapuitã.

## 5.7 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PAMPA: QUILOMBO DA CHIRCA

A ocupação do espaço agrário do Pampa Gaúcho teve na escravidão um de seus pilares fundamentais, visto que a mão de obra escrava foi empregada, desde o século XVII, nas grandes estâncias de criação de gado extensivo, na produção de charque e couro. De acordo com Zarth (2002) o trabalho dos escravos nas estâncias se dividia em três atividades principais: os escravos domésticos, o escravo roceiro (aquele dedicado prioritariamente à agricultura), e o escravo campeiro (dedicado a todos os trabalhos relacionados à lida com o gado).

As comunidades remanescentes de Quilombo<sup>28</sup> surgem no Rio Grande do sul pelo processo de resistência a exploração escravista, fruto das fugas de cativos que

---

<sup>28</sup> A expressão quilombo vem sendo sistematicamente usada desde o período colonial. Conforme pesquisa pioneira elaborada por Lopes, Siqueira e Nascimento (1987, p. 27-28), “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos” [...] “Quer dizer acampamento guerreiro na floresta”, sendo entendido ainda em Angola como “divisão administrativa.” [...] O Conselho Ultramarino de 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Indica, também, uma reação guerreira a uma situação

se refugiavam em áreas distantes e de difícil acesso e, também pelo próprio interesse dos latifundiários para continuar utilizando a mão de obra dos escravos recém-libertos a partir de 1888. Neste processo, pequenas áreas das zonas marginais das estâncias eram ocupadas com a permissão do proprietário, sendo algumas doadas legalmente e outras como pagamento de dívida por trabalhos prestados. É deste último que surge a Comunidade Quilombola Rincão da Chirca, no município de Rosário do Sul/RS, e que está inserida na Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã.

Estes territórios Quilombolas passam a ser reconhecidos legalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, fundamentada juridicamente pelo Artigo 68: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". O Quilombo da Chirca é reconhecido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2013, o que propicia o início de um processo de visibilidade perante o Estado e as instituições e comunidade local.

Também contribui para isso a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Decreto 6.040/2007, que em seu Art. 3º institui como povos ou comunidades tradicionais "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007). Como já dito no capítulo 2, de dentre os povos ou comunidades tradicionais estão os quilombolas e os campeiros (Fundação Joaquim Nabuco), os quais se fazem presente no território da APA.

O principal objetivo da PNPCT é: "promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições". (BRASIL, 2007).

---

opressiva. Já outro autor, Birmigham (1974), sugere que o quilombo se origina na tradição Mbunda através de organizações clânicas e que suas linhagens chegam até o Brasil através dos portugueses (LEITE, 1999, p. 127).

Ao encontro dessas premissas, a pesquisa aqui apresentada buscou compreender as territorialidades do Quilombo da Chirca, que se apresentam como peculiares devido a sua inserção em uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável do Bioma Pampa. Como já dito anteriormente, as contribuições de Saquet para compreensão do território e territorialidade embasa este estudo, visto que este propõe uma argumentação teórico-metodológica que articule o tempo, o espaço e o território, englobando aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao Homem que ele denomina de E-P-C-N.

### 5.7.1 O negro no Pampa gaúcho

As territorialidades dessa população tradicional Quilombola são construídas a partir da relação com o Bioma Pampa e do processo histórico de ocupação do espaço agrário deste território. A presença do negro no Pampa gaúcho decorre da utilização de mão de obra escrava nas charqueadas e nas lidas campeiras nas estâncias, visto que a principal atividade econômica era a pecuária extensiva desenvolvida sobre o campo nativo.

Os negros passam a integrar o processo coevolutivo do Bioma Pampa quando, a partir do século XVII, são trazidos como escravos para o Sul, onde as relações escravistas se diferenciaram do resto do país quanto ao processo clássico de escravidão das áreas de *Plantations* (plantações de café e cana-de-açúcar). De acordo com CARDOSO (1977), a presença de vasta zona de fronteira com o Uruguai e a Argentina e seu dinâmico processo de definição territorial pelas constantes guerras geravam um grande risco de fuga, o que impossibilitou o Rio Grande do Sul de desenvolver um "estilo senhoril" no trato com os escravos, diferenciando a sociedade escravocrata gaúcha das sociedades caracterizadas pelos *plantations*, que possuíam um forte aparelho repressivo realizado pelos feitores e seus açoites.

Os negros passam a ocupar-se como peões campeiros nas estâncias com grandes extensões de terra, onde desempenhavam atividades da lida com o gado, marcação, rodeio e abate e extração do couro dos animais. Porém, eram poucos os escravos empregados no trabalho campeiro, visto que África eles desconheciam o trabalho com o gado extensivo, que entre outras habilidades, exigia saber "montar" nos cavalos. Por isso, eram os cativos que realizavam essa tarefa, que conforme

Maestri (1993) era o negro campeiro, aquele de maior confiança e que tinha uma relação até mesmo de compadrio com seu dono e, assim como os demais, não vivia sob "um regime de terror maciço e permanente", pois o peão campeiro possuía cavalo e as armas da lida campeira à sua disposição, e muitas vezes as estâncias próximas da fronteira lhe ofereciam um cenário com as condições propícias para a fuga.

Conforme exposto no capítulo 4.2 - Ocupação e apropriação do Pampa Gaúcho - os quilombos do pampa surgem da resistência ao escravismo e exploração nas charqueadas, compondo também o processo de formação dos rincões. Outra forma de surgimento dessas comunidades foi a partir do interesse dos latifundiários com o objetivo de utilizar a mão de obra dos ex-escravos, quando necessária, nas atividades pastoris e das charqueadas. Assim, após a Lei Áurea, muitos proprietários concederam aos seus escravos uma pequena área onde pudessem viver agrupados e desenvolvendo atividades de autoconsumo, mas com o objetivo real de usar sua mão de obra.

Muitas dessas áreas foram concedidas como forma de pagamento de dívida por trabalhos prestados, pois mesmo após a abolição da escravidão as relações de trabalho com os negros continuaram reproduzindo algumas condições escravistas, como não receber pagamento ou o pagamento ser feito por comida, animais e por terra (LEITE, 1999). Foi esse processo que deu origem ao Quilombo da Chirca, localizado dentro da APA do Ibirapuitã. O dono de uma estância fez a doação de uma pequena porção de terra como forma de pagamento de dívida por trabalhos prestados ao pioneiro do Quilombo. Este era filho de escravos e, mesmo após a abolição da escravidão continuou prestando serviços para a estância onde nasceu. Os ancestrais dos moradores atuais praticavam atividades para o autoconsumo ao mesmo tempo em que continuavam a trabalhar para o estancieiro que lhes concedeu a porção de terra. A respeito dessas comunidades quilombolas no Pampa Mazurana et al (2016) afirma que,

[...] são muitas as Comunidades Quilombolas localizadas no bioma Pampa, tanto no meio rural como no urbano, resultado de um processo histórico em que a mão de obra das pessoas negras escravizadas era utilizada especialmente em grandes estâncias de gado – nas lidas campeiras e no trabalho doméstico – e nas charqueadas. As Comunidades Quilombolas se identificam pelo passado e pelo presente, buscando, lembrando e recontando histórias, memórias e sentimentos Tradicionais (MAZURANA et al, 2016, p. 50).

Existem hoje 12 Quilombos reconhecidos<sup>29</sup> na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, que é uma das sete Mesorregiões do Estado Brasileiro do Rio Grande do Sul, formada pela união de 19 municípios agrupados em três Microrregiões – Campanha central, Campanha Meridional e Campanha Ocidental (FEE, 2016). O Quadro 5 demonstra quais os municípios que têm Quilombos reconhecidos na região denominada Campanha Gaúcha, na qual a APA do Ibirapuitã está inserida e, conseqüentemente, o Quilombo da Chirca.

Quadro 5 – Quilombos na Campanha Gaúcha.

<b>QUILOMBOS RECONHECIDOS NA REGIÃO DA CAMPANHA / RS</b>				
<b>Microrregião</b>	<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Ano de Reconhecimento</b>
Campanha Meridional	Aceguá	2	Tamanduá	2009
			Vila da lata	2009
	Bagé	1	Palmas	2007
	Lavras do Sul	1	Corredor dos Munhós	2013
Campanha Central	Rosário do Sul	2	Rincão dos Negros	2013
			<b>Rincão da Chirca</b>	<b>2013</b>
	Santana do Livramento	1	Ibicuí da Armada	2009
	São Gabriel	3	Cerro do Ouro	2013
			Von Bock	2013
Caleira		2014		
Campanha Ocidental	Alegrete	1	Angico	2007
	Uruguiana	1	Rincão dos Fernandes	2010
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2017; FEE, 2016.  
Org.: Autora.

<sup>29</sup> Até o ano de 2003, a competência para titulação territorial (identificação e delimitação dos territórios), na esfera federal, era da Fundação Cultural Palmares. Por força do [Decreto 4.887 de 2003](#), essa competência passou a ser do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em relação ao reconhecimento legal dos territórios Quilombolas pela Constituição Federal de 1988, Leite (2002, p. 19) afirma que “o debate sobre a titulação das terras dos quilombos não ocupou, no fórum constitucional, um espaço de grande destaque e suspeita-se mesmo que tenha sido aceito pelas elites ali presentes, por acreditarem que se tratava de casos raros e pontuais, como o do Quilombo de Palmares”. Entretanto, foi apenas em 2003, através do Decreto Federal Nº 4.8878 que foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. No Brasil existem atualmente cerca de 2,5 mil certificações de Territórios Quilombolas emitidas pelo INCRA, destes, 125 No Rio Grande do Sul (MORIN, 2017).

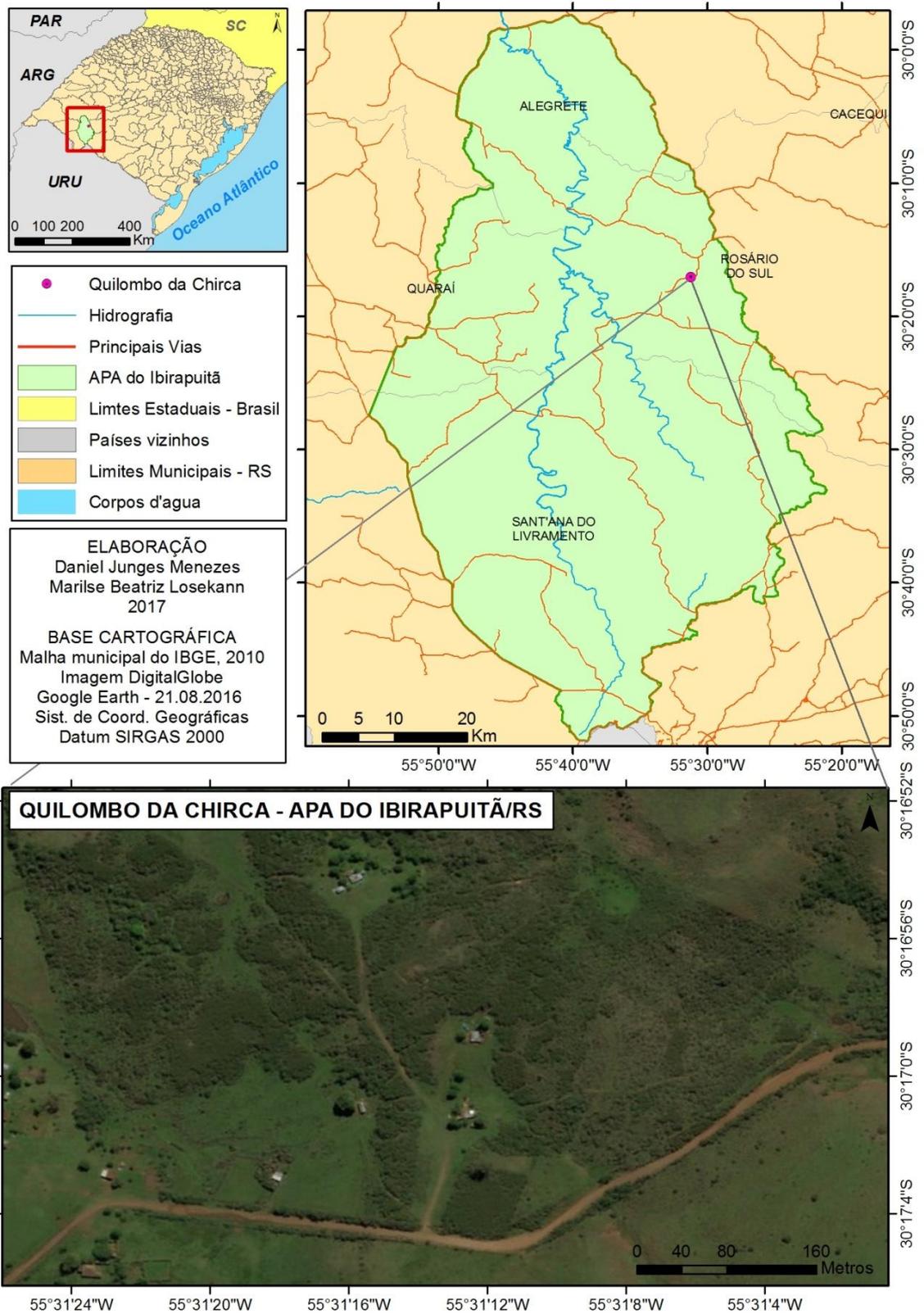
### **5.7.2 Territorialidades do Quilombo da Chirca**

O território de remanescentes de escravos, objeto deste estudo, era conhecido como Rincão da Chirca e passa a ser denominado de Quilombo da Chirca apenas em 2013. Ele está localizado no distrito de Caverá, acerca de 100 km de distância do centro urbano de Rosário do Sul, sendo 60 km de estrada de chão (Figura 40). Essa distância e o difícil acesso são características dessas comunidades, conforme afirma Mazunara (2016),

A maioria das Comunidades Quilombolas está situada em locais de difícil acesso, como morros, serras e cerros, locais que antigamente foram desprezados para os assentamentos ou atividades produtivas, e que permitiram certa segurança para as Comunidades Quilombolas que ali se formaram (Mazunara, 2016, p. 50).

De acordo com a classificação das unidades da paisagem de RAMOS et al. (2013), o Quilombo da Chirca está inserido na unidade “bordas de colinas altas com mata de encosta”, localizada na borda leste da APA, e possui uma vegetação mais arbórea com uma superfície de florestas tão densas quanto os campos, onde se encontram as maiores altitudes da região.

Figura 40 – Mapa de localização do Quilombo da Chirca



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2016.

Apresenta solos rasos provenientes dos arenitos da formação Botucatu, muito permeáveis e friáveis, que sustentam uma vegetação composta por “estepe - gramíneas lenhosas (campestre) com floresta de galeria” (RAMOS et all. (2013), na qual se destaca uma espécie arbustiva que ocupa grande área do local denominado pela população local de “chirca”, sendo esta uma espécie nativa do Bioma Pampa, e que denomina o nome do Quilombo. A "Chirca" é uma planta da família *Compositae*, seu nome científico é *Eupatorium pinnatifidum*, considerada uma erva-daninha nos campos nativos do pampa. Conforme relata Entrevistada (EQPF2), esta foi trazida do Uruguai pelo seu avô e seu pai, os quais eram tropeiros (conduziam o gado).

*“meu avô e meu pai eram tropeiros, e quando iam para o Uruguai os cavalos pastavam, e na volta, quando chegavam aqui o estrume deles tinha sementes dessa chirca e também vinham nas patas, aí começaram a nascer aqui”.* (EQPF2)

Na Figura 41 é possível ver a entrada de acesso a Comunidade Quilombola, na qual há uma identificação feita em madeira, e também a presença da vegetação de chirca.

Figura 41- Entrada de acesso a Comunidade Quilombola Rincão da Chirca e vegetação de Chirca.



Fonte: Autora.

O processo de surgimento desta comunidade ocorre no período pós-abolição da escravatura, quando, segundo relatos dos moradores do Rincão, o Sr. Crescêncio Nogueira Prates e sua esposa Sra. Júlia Machado de Oliveira passam a morar no local. O Sr. Crescêncio era filho de escravo, e foi criado como filho adotivo do casal dono da estância, o Sr. Sebastião Nogueira Prates e Francina Prates, os

quais lhe deram o seu sobrenome. Hoje, no rincão residem netos, bisnetos e tataranetos de Crescêncio.

De acordo com relato da Entrevistada Quilombola 1, o seu avô (Crescêncio) trabalhou na lida do campo com a pecuária extensiva para estância, e como pagamento por anos de serviço recebeu um pedaço de campo. O Quilombo ocupa atualmente uma área de 17,5 hectares, na qual vivem seis famílias que totalizam 30 pessoas, cuja faixa etária predominante é de adultos entre 19 e 50 anos (59%).

A histórica relação de dependência dos bens/recursos naturais proporcionou a construção de saberes que foram primordiais para a sobrevivência e reprodução social dessa comunidade, como a utilização de pedras e tijolos artesanais para a construção de casas para as famílias, cercas e mangueiras para os animais (Figura 42), utensílios feitos de madeira como o pilão usado para triturar milho e fazer farinha, como se pode observar nas Figuras 42 e 43. De acordo com o Entrevistado Quilombola 2, que hoje reside na casa, “o nosso avô quem construiu essa casa de pedra retirada dos campos, e os tijolos ele fazia de barro misturado com esterco dos animais (gado e ovelha)”. Outros recursos da biodiversidade são utilizados como a erva *macela* no processo artesanal para tingir lã, bem como para chá.

Figura 42 – Casa de pedra; criação de ovelhas.



Fonte: Autora.

Figura 43 – Pilão de madeira e gamela de madeira com erva de macela.



Fonte: Autora

A dimensão econômica deste território está alicerçada no trabalho como “peão” permanente ou temporário nas propriedades vizinhas, desempenhados pelos homens, principalmente nas propriedades patronais, sendo esta a principal fonte de renda, seguida pelas aposentadorias e pecuária familiar. Do total de 17,5 hectares<sup>30</sup>, 17 ha são utilizados de forma conjunta para a criação de ovinos (maioria dos animais) e bovinos de forma extensiva sobre campo nativo, além de pequenas áreas de agricultura para autoconsumo. Para Mazurana (2016, p. 56) “conhecimentos adquiridos pelos antepassados de Quilombolas nas antigas fazendas de gado, nas charqueadas e nas regiões por onde viveram e sobreviveram, também foram transmitidos e aperfeiçoados através dos tempos, a exemplo das lidas campeiras”.

<sup>30</sup> De todos os significados do quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de união, de associação solidária em relação a algo que está ou é considerado o que não é, o que está fora. A ideia de espacialidade funda-se imposta por uma fronteira construída a partir de um modelo específico de segregação, sugere a predominância de uma dimensão relacional, mais do que um tipo de atividade produtiva ou vinculação com a terra. Quer dizer, a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, mas não tem com ela uma dependência exclusiva (LEITE, 1999, p. 137).

Embora esta atividade ainda seja desenvolvida predominantemente pelos homens da comunidade, algumas mulheres mais jovens vêm realizando as tarefas das lidas campeiras.

Também a criação de “gado de corredor” se configura como outra prática comum necessária à reprodução social do quilombo. Esta prática é historicamente realizada e se caracteriza pela criação de gado na área de campo entre o corredor (estrada) e a cerca das propriedades, devido a quantidade de terra da propriedade ser insuficiente para a criação extensiva.

A falta de território impede as Comunidades Quilombolas de exercerem a agricultura e a pecuária familiar como principal atividade econômica. Assim, Quilombolas utilizam suas habilidades e conhecimentos tradicionais para a prestação de trabalhos a terceiros, especialmente como diaristas e empregados em fazendas e granjas, e, em geral, sem carteira assinada, com grande instabilidade e insegurança trabalhista (MAZURANA, 2016, p. 57).

Como estratégia de geração de renda, também são realizadas a transformação de frutas em doces para serem vendidos em eventos esporádicos como feiras municipais e festas locais ou por encomenda de conhecidos. As frutas como marmelo, figo e goiaba se transformam em doces como a marmelada, a figada e a goiabada, além do pêssego desidratado (o pêssego é descascado, picado e seco ao sol), atividades estas que são realizadas pelas mulheres que são as detentoras e reprodutoras destes saberes.

Também o artesanato em lã de ovelha se configura como estratégia de renda e como prática cultural. Os principais produtos em lã confeccionados são xalas, xergões<sup>31</sup> e cobertores, em sua maioria são agasalhos para abrigar-se do frio. Essas territorialidades culturais passam a ser reconhecidas pelas instituições como a Emater e a Prefeitura a partir de ações como o “Encontro dos Produtores de Ovinos do Rincão do Batista”, que já está em sua VIII edição, e no qual há espaço para a exposição e comercialização destes produtos dos quilombolas (Figura 44).

---

<sup>31</sup> Xergões: peça de montaria produzida com lã grossa para ser colocada sobre o cavalo usado para o serviço no campo.

Figura 44 – VIII Festa do Cordeiro do Rincão do batista.



Fonte: Autora.

Também se destaca na dimensão política o reconhecimento do Quilombo na esfera federal. A iniciativa partiu de uma das moradoras do Rincão, que é professora, e buscou informações acerca do processo e forneceu as documentações necessárias à Fundação Palmares, que por meio também de um laudo antropológico concedeu o título à comunidade em 2013.

Com o processo de reconhecimento do Território Quilombola, a comunidade teve acesso a políticas públicas específicas junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, que disponibilizou recursos para a perfuração de um poço artesiano na comunidade e também para a construção de galinheiros para a criação de aves de postura. Também começaram a receber assistência técnica por parte da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e do SENAR (Serviço nacional de Aprendizagem Rural) como cursos e material para tecelagem.

Reconhecer-se enquanto Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa amplia o compromisso da sociedade e do Poder Público para com a conservação do bioma Pampa, necessária à revitalização dos modos de vida tradicionais, e para a garantia de seus direitos de acesso a territórios tradicionais, infraestrutura, inclusão social e fomento à produção sustentável, que são os principais eixos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (MAZURANA et al, 2016, p. 13).

Esse reconhecimento político-institucional permitiu que esta comunidade deixasse de ser invisibilizada e passasse a ter acesso a políticas públicas federais, assim como a ter representatividade a nível local e regional, pois desde 2014 o Quilombo da Chirca compõem o CONAPA (Conselho Consultivo da APA do Ibirapuitã) além de integrar a Associação dos Produtores de Ovinos do rincão do

Batista, e outros conselhos municipais. Assim, “o autorreconhecimento enquanto Povos e Comunidades Tradicionais possibilita a reivindicação de direitos consuetudinários, ou seja, direitos costumeiros fundamentados na tradição, expressos por valores, princípios, regras, cosmovisões e práticas que são passadas de geração em geração, em um movimento vivo e contínuo” (MAZURANA et al, 2016, p. 13).

Quanto a mudanças ou restrições de suas práticas causadas pelas normas da APA do Ibirapuitã, as principais relatadas são a proibição da limpeza dos campos por meio das queimadas, e o uso do arado para "virar o campo", descompactando-o para deixá-lo apto para o cultivo convencional de grãos anuais. Contudo, consideram que a “*Unidade de Conservação é importante para garantir a conservação do pampa*” (EER4).

## 5.8 IDENTIDADES DOS SUJEITOS DA APA DO IBIRAPUITÃ

O termo identidade, assim como a noção de território, possui inúmeras significações, especialmente na Antropologia, Sociologia, Psicologia, Ciências Sociais, que são as principais ciências que exploram este conceito, mas também na Geografia.

Ao se estabelecem territorialmente os indivíduos acabam criando e recriando vínculos de identidade a partir de elementos simbólicos que facilitam sua reprodução social e biológica. Entretanto, a delimitação de territorialidades distintas em um mesmo território pode influenciar na geração de formas de resistência perante a imposição de identidades dominantes, refletindo na coexistência de identidades e conflitualidades territoriais (SAQUET; COSALANTE, 2015). Para os referidos autores, a territorialidade humana também está vinculada à formação das identidades territoriais tendo em vista que as relações sociais manifestam-se em dado território permitindo que haja identificação (i)material dos indivíduos não somente com o local onde vivem, mas também entre o seu grupo social.

Segundo Haesbaert (1999), estas identidades construídas a partir do território, tanto simbólico, quanto concreto deverão ser compreendidas como identidades territoriais, a exemplo das identidades dos pecuaristas do pampa, familiares e patronais, e da comunidade quilombola Rincão da Chirca. Nessa mesma

perspectiva, Medeiros (2009, p.217) destaca que, “o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação”.

Tais identidades fortalecidas pelos territórios manifestam-se das mais diversas formas, podendo configurar-se em identidades locais, regionais ou nacionais (HAESBAERT, 2006). Para Haesbaert (1999), uma das características principais da identidade territorial, é que recorre à dimensão histórica, do imaginário das pessoas, tendo como referência o território. Tal realidade é perceptível nas comunidades quilombolas, posto que as memórias coletivas e o imaginário popular dos grupos estão atreladas diretamente ao território. Portanto, pode-se afirmar que a memória também é um elo importante na apropriação e manutenção de um grupo de determinado território e na sua construção identitária.

De acordo com Haesbaert (1999), atualmente há um processo de resgate da identidade, devido a uma crise de valores, vivenciada no mundo atual. Tal fato se realiza por um processo de resistência a homogeneização da cultura e exclusão das minorias, provocado pelo capitalismo e pelo processo de globalização (HAESBAERT, 1999). Este coloca ainda que para variados autores, a sociedade atual vivencia, em função da fluidez das relações, um desapego da base concreta do território, nos chamados processos de desterritorialização. Entretanto, vale salientar que mesmo nesses casos, nos quais a dimensão simbólica se sobrepõe ao concreto do território, os grupos sociais podem ainda criar uma identidade territorial (HAESBAERT, 1999). Todavia, segundo Haesbaert (1999), essas identidades de forma geral, nos tempos de globalização, acabam por sofrer transformações, podendo apresentar-se como:

- identidades globais, marcadas pelos aspectos da globalização, e homogeneização cultural (HAESBAERT, 1999). Isto é, identidades que em função da globalização, perderam suas características particulares e, passaram a ser muito similares a outras, refletindo no comportamento dos sujeitos, nos produtos e serviços que utilizam, nos seus hábitos alimentares, entre outros aspectos.
- identidades pluriculturais, uma fusão do global/universal e local/particular (HAESBAERT, 1999). São as identidades que tem interferência do global, sem perder sua essência particular.

- identidades de resistência, são aquelas marcadas por um profundo reforço de antigas memórias da coletividade (HAESBAERT, 1999). São as identidades que resistem ao processo de homogeneização fruto da globalização, mantendo-se tal qual foi concebida ou muito próxima a isso.

Nessa perspectiva, as identidades dos pecuaristas, pecuaristas familiares e comunidade quilombola que vivem na APA do Ibirapuitã, são entendidas como identidades de resistências, visto que ainda mantêm muitas das características construídas historicamente. E também, identidades pluriculturais em função de modificações ocorridas atualmente nessas comunidades e, de sua inserção, por exemplo, no uso de tecnologias, acompanhando a dinâmica mundial.

Dentre os sujeitos entrevistados podem-se distinguir identidades referentes aos territórios da pecuária patronal, pecuária familiar e quilombolas, cujos códigos culturais ainda estão muito presentes no cotidiano dos sujeitos que vivem na APA. Chelotti (2009, p. 228) ao estudar a identidade de camponeses da campanha gaúcha, reconhece que “o processo de globalização não foi capaz de destruir certas características socioespaciais, principalmente, aquelas relacionadas aos aspectos culturais (materiais ou imateriais), e por isso, elementos identificadores de identidades coletivas permanecem”. É o que identificamos acerca da identidade dos pecuaristas e quilombolas que vivem na APA.

Pode-se afirmar que a apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram os territórios, como ocorreu na APA do Ibirapuitã. Embora essas identidades ainda mantêm fortes características histórico-culturais, elas estão em constante reconstrução, e atualmente, os agentes da globalização estão modificando as relações sociais, embora o binômio dominação-subordinação ainda se mantenha extremamente aplicável nas classes sociais (SAQUET, 2015b).

Para Hall (2003), vive-se uma crise de identidade, na qual as chamadas “velhas identidades”, representadas por indivíduos unificados, encontram-se em declínio, cedendo lugar às novas identidades e a indivíduos fragmentados. As novas relações que surgem entre os indivíduos, a partir da reterritorialização dos grupos sociais em determinado território, não possuem somente conotação subjetiva, permeada por elementos emotivos, mas carrega significado de poder, característica essencial do território e da territorialidade. Esta última - marcada pelo próprio ritmo da vida, por

intermédio das particularidades com que as pessoas vivenciam o seu espaço e se relacionam com ele – possui diversas formas de interpretação (SAQUET, 2015b, p. 102).

Assim, ao que se refere a identificação dos sujeitos enquanto *Pecuarista (Patronal)*, os sujeitos entrevistados se autodenominam como *pecuaristas e/ou estancieiro*. No entanto, foi possível identificar dois segmentos, os pecuaristas patronais tradicionais e os pecuaristas patronais empresariais. A identidade desse grupo é a que mais se aproxima do imaginário social construído ao longo da história do gaúcho do Pampa, atrelado à estância enquanto sinônimo de latifúndio pastoril, grande quantidade de terras e poder estabelecido enquanto elite regional, cujo poder se manifesta na ocupação de cargos políticos, como por exemplo, o EPP4 que já foi vereador.

Quanto aos *Pecuaristas familiares*, embora todos os entrevistados que se enquadram nesta categoria apresentem as territorialidades que os definem, nem todos se autorreconhecem como tais. O grupo que se identifica com o termo e se autodenomina pecuarista familiar está ligado às Associações (Rincão do 28 e Batista), enquanto que os demais se denominam apenas “pecuaristas”. Ou seja, essa identidade é construída coletivamente e politicamente na medida em que os sujeitos passam a se organizar em grupos e, assim perceber suas especificidades atreladas as suas territorialidades familiares.

Os *Quilombolas Pecuaristas Familiares* passam a ter maior visibilidade e representatividade, e ao próprio autorreconhecimento, após reconhecimento pelo Estado. Passam a integrar Associação dos Produtores do Rincão Batista, CONAPA, e outros, e ter acesso a políticas públicas e programas. Acrescenta-se o “pecuarista familiar” visto que as territorialidades cotidianas tanto na relação com o natural, econômica, política e cultural se assemelham a dos pecuaristas familiares, contudo mantêm particularidades de um povo quilombola, diferenciando-se, principalmente pelo uso coletivo do espaço em que vivem e pelos seus signos culturais que remontam ao passado do povo negro do Pampa Gaúcho.

Saquet (2015b) também argumenta que a constituição de novas territorialidades não implica a supressão das antigas territorialidades, pelo contrário. As descontinuidades históricas e multiescalares acarretam mudanças e permanências, em um movimento processual e relacional, no qual os movimentos não deixam de existir, mas ganham novas significações.

É este processo que ocorre na APA do Ibirapuitã, com a criação da UC, os termos sustentabilidade, meio ambiente, pecuária sustentável, passam a fazer parte do discurso dos sujeitos, embora já estivessem presentes em suas práticas territoriais, eles passam a ter um autorreconhecimento acerca da importância das suas práticas e forma de vida para a conservação da natureza, do pampa gaúcho. Por isso, corrobora-se com a afirmação de Saquet (2015a):

As identidades, fundamentais na organização política, significam pertencimento, afetividade, coesão e possibilidade de resistência e projeção coletiva do futuro respeitando as diferenças. A identidade é construída *coletivamente* pelos sujeitos locais, interagindo entre si e com o *milieu* e significa uma forma para, politicamente, dinamizar as singularidades em favor do desenvolvimento local: os princípios organizativos de uma sociedade local permitem e facilitam a reunião, a discussão, as relações de confiança e a projeção do futuro (SAQUET, 2015a, p. 130).

A partir da incorporação das questões ambientais relativas a uma UC, e da consequente criação de um Conselho Gestor da APA, os indivíduos são estimulados a se organizarem em associações ou outra forma de organização representativa, que acabam resignificando também suas práticas produtivas, sociais e culturais em favor de um desenvolvimento local sustentável.

## 6 GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NA APA DO IBIRAPUITÃ: EM BUSCA DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Considerando a proposta da APA, que reúne em uma mesma instância formal, no caso o CONAPA (Conselho Gestor da APA do Ibirapuitã) diferentes sujeitos, oriundos de cosmologias tradicionais, teoria científicas, gestores públicos, que constituem múltiplas territorialidades, convém problematizar a premissa da *dialogicidade* na gestão da UC, em face das perspectivas dos representantes dos diferentes territórios que compõem a APA. Pois, entende-se que este espaço é constituído por “territórios concomitantes, sobrepostos e em rede, em que os homens têm centralidade na sua formação cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades etc.” (SAQUET, 2007, p. 85).

Assim, a partir da análise das ATAs do CONAPA Ibirapuitã buscou-se saber quais os temas mais debatidos no conselho, bem como quais as concepções dos sujeitos que integram as entidades representativas, gestores e mediadores a respeito da APA e do CONAPA. Por fim, discute-se acerca do desenvolvimento e sustentabilidade, buscando-se compreender o modelo que vem avanço no pampa, o da expansão das lavouras de soja, e a possibilidade de este também se expandir para a APA, que até o momento se configura como uma área protegida que vem garantindo a conservação de parte representativa do Bioma Pampa através da manutenção da pecuária.

### 6.1 CONAPA IBIRAPUITÃ: GESTÃO COMPARTILHADA

A partir da consolidação da Lei nº 9985/2000, que institui o SNUC, estabeleceram-se novos conceitos de gestão para as APAs. Dentre os quais, a forma integrada de gestão, na qual cada Unidade de Conservação (UC) disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais ou de outras populações residentes na unidade. A função desses conselhos é construir um espaço de discussão e negociação dos problemas ambientais das unidades de conservação, garantindo a participação social na sua gestão (SNUC, 2000).

Para Saquet (2015a) um dos elementos primordiais do território é a organização política de gestão e autonomia, sendo necessário produzir uma processualidade dialógica de gestão participativa e reflexiva do território-lugar.

Em cada território, em virtude das territorialidades, a auto-organização dos sujeitos (DEMATTEIS, 1993, 1994 e 1995) é um elemento que as políticas públicas de desenvolvimento devem considerar, valorizar e potencializar. Há dotações naturais e sociais (E-P-C) de cada território que estão em constante conexão, estimulando a gestão como processo de coordenação participativa com certa autonomia em favor do desenvolvimento a partir de políticas públicas e em redes de cooperações (SAQUET, 2015a, p. 133).

As ferramentas de gestão que podem ser utilizadas pela APA do Ibirapuitã são: CONAPA (Conselho Consultivo da APA); Plano de Gestão da APA; Plano de Manejo da APA; Zoneamento Ecológico Econômico da APA (ZEE) (SNUC, 2000). No entanto, a APA não possui Plano de Manejo e, tampouco, Zoneamento Ecológico-Econômico. Quanto ao Plano de Gestão, este foi criado em 1999, “apresentando informações e dados desatualizados” (EG1). O EG1 informou também, que além desses, pode-se considerar o licenciamento ambiental como um dos instrumentos mais utilizados na APA do Ibirapuitã. No entanto, o CONAPA Ibirapuitã se apresenta como o instrumento de gestão mais dialógico e participativo, por isso, faz-se uma breve discussão acerca da dialogicidade.

A dialogicidade é entendida pelas concepções de Mikhail Bakhtin e Paulo Freire. O primeiro é um dos autores mais reconhecidos nos estudos do diálogo e como ele possui papel primordial na vida humana. O diálogo, no entendimento do autor, supera a visão resumidamente estrutural sendo percebido como produto das relações históricas, culturais e sociais, sendo assim, um espaço de embates, lutas, assimetrias que refletem os próprios aspectos da interação social. O diálogo não seria apenas uma instância de negociação e de mediação de conflitos, mas um espaço no qual esses embates poderiam ser acolhidos e repensados, de modo a contribuir com a compreensão de uma realidade macro, a realidade social.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 2012, p. 117)

A construção do diálogo não se dá apenas pela compreensão da mensagem, mas também da incorporação do outro no diálogo, de modo que o outro passe a constituir o sujeito-emissor. Um dos principais elementos que caracterizam o conceito de dialogismo é a presença das palavras do outro nas palavras do eu, o que pressupõe o relativismo da autoria individual. Os múltiplos outros participam ativamente, mesmo no diálogo interior, por isso as palavras não são produtos apenas da fala de um sujeito, mas sim de um sujeito-coletivo, produtor e recriador de práticas presentes no espaço discursivo (BAKHTIN, 2012).

Esse processo é perceptível no CONAPA, visto que é o espaço que produz e reproduz o discurso coletivo acerca do entendimento do que é a APA e seus objetivos. Cada sujeito, representante de alguma entidade, acaba internalizando as palavras do outro na construção do seu pensamento e, posteriormente acaba por reproduzi-las em seu lugar-território, onde os sujeitos que ali vivem constroem o seu entendimento a partir do discurso de seu representante.

Já Freire (2010) não emprega a palavra dialogismo, tal como Bakhtin, mas sim dialogicidade. Neste sentido, o diálogo é entendido como em acontecimento, em constante ação-reflexão. A dialogicidade ultrapassa a consideração de uma característica da linguagem e passa a ser um instrumento social de humanização do ser humano, de combate às relações assimétricas, de libertação do homem das estruturas que o aprisionam e o alienam de suas próprias condições.

Para Freire o diálogo é um fenômeno humano constituído, essencialmente, pela palavra, que possui duas dimensões intimamente relacionadas: ação e reflexão. Em sua concepção dialética, o diálogo configura o caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens, ou seja, o diálogo é o elemento humanizador e transformador da realidade.

(...) o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes... É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro (FREIRE, 2010, p. 91).

Assim, o autor acima citado, entende que o diálogo possui um propósito marcado socialmente, pois ele deve servir para a transformação do homem e para a

sua libertação, e não como um instrumento que favoreça a dominação e a alienação da pessoa, submetida à outra. Para ele o diálogo é um instrumento de transformação social ao aproximar diferentes realidades e promover o reconhecimento do homem em seu semelhante, de modo a solidarizar-se com outrem e não estabelecer uma relação de dominação. A relação de cooperação deve ser priorizada como condutora do diálogo. Portanto, para que o diálogo possa ser estabelecido, é preciso que os homens reconheçam-se como iguais, possam partilhar sentimentos, expectativas e necessidades, em uma relação de simetria. O reconhecimento do outro como igual não pressupõe o não reconhecimento da diversidade constitutiva dos seres humanos, mas a simetria em termos sociais que deve ser buscada.

É a partir dessas premissas de dialogicidade que entendemos o CONAPA Ibirapuitã, o Conselho Gestor da APA, visto que é através dele que as diversas vozes que integram a APA podem ser ouvidas. Este é criado em outubro de 2001, através da Portaria N° 177/2001 – IBAMA, e o atual Conselho Gestor é composto por representantes de 13 Instituições não governamentais mais 12 governamentais, totalizando 25 conselheiros, conforme disponível no Quadro 6. Um dos grandes desafios para a gestão da APA é a falta de recursos humanos, visto que possui apenas um analista ambiental.

Quadro 6 - Composição do CONAPA Ibirapuitã

<b>CONAPA IBIRAPUITÃ</b> <b>Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã</b>	
<b>Instituições não Governamentais</b>	<b>Instituições Governamentais</b>
1. Sindicato Rural de Alegrete	1. Dema/seplama – Prefeitura municipal de Santana do Livramento
2. Associação dos arroseiros de Alegrete	2. Prefeitura municipal de Quaraí
3. Associação dos arroseiros de Rosário do Sul	3. ICMBio – APA do Ibirapuitã
4. Associação dos produtores do rincão do 28	4. Departamento estadual de florestas e áreas protegidas/sema/RS
5. Comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do rio Ibicuí	5. Prefeitura municipal de Alegrete
6. Sindicato rural de Rosário do Sul	6. Prefeitura municipal de Rosário do Sul
7. Sindicato rural de Quaraí	7. Fepam/sema/RS
8. Fundação Maronna	8. Unipampa campus Livramento
9. Associação dos produtores do rincão do batista	9. Unipampa campus Alegrete

10. ASEAGRO – Associação Santanense de engenheiros agrônomos	10. Conselho municipal de meio ambiente de Alegrete
11. Emater/ascar – escritório de Alegrete	11. Instituto Federal Farroupilha – campus Alegrete
12. Emater/ascar – escritório de Santana do Livramento	12. Delegacia de polícia federal DPF
13. Emater/Ascar – escritório de Quaraí	

Fonte: Regimento do CONAPA (adaptado pelo autor, 2016)

O Regimento Interno do CONAPA foi reformulado em 2011, e de acordo com o Art. 5º, o CONAPA IBIRAPUITÃ tem por finalidade contribuir para a efetiva implantação da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã e para o cumprimento dos objetivos da Unidade, de acordo com a Lei Federal no 9.985, de 18 de julho de 2000 e com o Decreto Federal Nº 529 de 20 de maio de 1992. Assim, o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã ou CONAPA Ibirapuitã é o fórum de discussões e de mediações de conflitos onde, respeitada a legislação vigente e ouvidas as necessidades da população local, devem ser estipuladas as regras locais de uso do território desta área protegida federal.

Conforme regimento, a renovação do Conselho ocorre a cada dois anos, quando é feito o cadastramento das entidades que irão permanecer no conselho, bem como a indicação do nome de seus respectivos representante. Também é o momento em que as entidades que não tiveram efetiva participação nas reuniões podem ser descredenciadas e novas podem ser incorporadas. No Quadro 7 é apresentado o resumo das ATAS de cada reunião do CONAPA desde a sua criação.

Quadro 7 - Resumo das ATAs das reuniões do CONAPA Ibirapuitã

<b>ATAs REUNIÕES CONAPA IBIRAPUITÃ</b>			
<b>ATA N°</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Pauta</b>
01	05/10/2001	Sindicato Rural Alegrete	- criação do CONAPA; - competências e da composição do mesmo;
02	06/03/2002	URCAMP Alegrete	- posse dos representantes do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã;
03	03/04/2002	Rosário do Sul	- Plano de Gestão da APA, - Propostas de Trabalho para 2002; - elaboração do Regimento Interno; - solicitando apoio do IBAMA para a construção da Sede da APA, na Estância do 28, Alegrete/RS;
04	02/07/2002	CREA Santana do Livramento	- Regimento Interno para aprovação final; - ICMS Ecológico; - construção Agenda 21 Local/Regional;

			- Glifosato;
05	29/08/2002	Câmara de Vereadores de Quaraí	- ICMS Ecológico; - Seminário sobre Sustentabilidade do Pampa e Ecoturismo; - projeto de valorização dos Campos Sulinos / corredor ecológico unindo as Unidades de Conservação do mesmo ecossistema. - comissões municipais para discutir as necessidades locais (educação ambiental, infraestrutura, etc)
06	07/11/2002	Sindicato Rural de Alegrete	- nova Analista Ambiental da APA, Eng <sup>a</sup> Agr <sup>a</sup> Eridiane Lopes da Silva; - Seminário de Integração Brasil-França de Unidades de Conservação (França); - sugestão de criação de selo de qualidade dos produtos da APA; - sugestão de criação de um Corredor Ecológico ligando a APA e a Reserva Biológica Estadual do Ibirapuitã; - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Queimadas (PREVFOGO) - "kits educação ambiental"
07	11/02/2003	Prefeitura de Rosário do Sul	- instalação de um Parque Eólico em Santana do Livramento e parte dentro da APA (Empresa Gamesa); - decisão CONAPA: que fosse redigido um documento solicitando à empresa que elaborasse um EIA-RIMA e que tal documento contivesse os questionamentos levantados pelos técnicos durante esta reunião do Conselho da APA;
08	24/04/2003	CREA de Santana do Livramento/RS	- Parque eólico: EIA/RIMA não obrigatório; à qual órgão compete o licenciamento do empreendimento, se ao IBAMA ou se à FEPAM;
09	14/08/2003	Câmara dos Vereadores de Quaraí	- Licenciamento Parque Eólico
10	26/11/2003	Sindicato Rural de Alegrete	- licenciamento do Parque Eólico da GAMESA (FEPAM). - Termo de Cooperação entre Gamesa-APA - Grupo de Trabalho-Conselheiros- APA-IBAMA-FEPAM
11	10/03/2004	Sec. Mun. Edu. de Rosário do Sul	- demandas e necessidades da APA; - renovação do CONAPA; - memorando 019-2003 da Coordenação Geral de Unidades de Conservação/Diretoria de Ecossistemas/IBAMA/DF que informa sobre o entendimento da Procuradoria do Ministério do Meio Ambiente de que os Conselhos Gestores das APAs devem ter caráter unicamente Consultivo;
12	14/07/2004	Câmara Vereadores de Quaraí	- Situação do processo de mudança (deliberativo/consultivo) dos Conselhos das APAs; - troca de entidades e/ou confirmação titular/suplente (que ocorre a cada dois anos); - Educação Ambiental para os conselheiros (vídeos: O Rancho Fundo) - Entrega aos conselheiros de CD comemorativo dos 12 anos da APA; - debate acerca da inclusão de conselheiros da comunidade local, residente no interior da APA; - Necessidade de demarcação dos limites da APA; - necessidade e busca por recursos para realizar

			levantamento acerca das comunidades residentes dentro da APA; - manobras de treinamento militar do exército no interior da APA; - problemas quanto à coleta de embalagens vazias de agrotóxicos e de uso veterinário;
13	07/04/2011	Prefeitura de Santana do Livramento	- Posse dos Conselheiros; - Alteração do Regimento Interno do CONAPA; - Elaboração do Plano de Manejo da APA; - Assuntos Gerais;
14	30/06/2011	Câmara de Vereadores de Quaraí	- Aprovação da alteração no Regimento Interno do CONAPA; - Plano de Manejo da APA – nivelamento de conhecimentos; - Manifestação CONAPA sobre matéria EPTV; - Operação Javali Zero na APA do Ibirapuitã; - Licenciamento de Irrigantes – cercamento de APPs; - Assuntos Gerais;
15	11/08/2011	Sindicato Rural de Alegrete	- Composição do CONAPA x Novo Regimento; - Definição do Calendário das Reuniões Ordinárias 2011; - Resultados da Reunião Operação Javali Zero na APA; - Plano de Manejo da APA – planejamento das Oficinas; - Assuntos Gerais;
16	20/10/2011	auditório do CREA Santana do Livramento	- Câmara Técnica de licenciamento do CONAPA; - Licenciamento Usina Concreto/Britagem/Usina Asfalto em Santana do Livramento – Discussão e elaboração parecer CONAPA; - Licenciamento de Irrigantes;
17	15/12/2011	Câmara Municipal de Vereadores de Quaraí	- Leitura e Aprovação das Atas reuniões outubro/2011; - Leitura de Correspondências; - Estradas municipais na APA e Mineração; - Avaliação de Ações 2011; - Plano de Trabalho 2012; - PAN Aves e PAN Répteis; - Assuntos Gerais;
18*	21/05/2015	auditório do CREA Santana do Livramento	- reativação do Conselho; - ações de controle de javalis; - Licenciamentos Ambientais na APA do Ibirapuitã (não discutido por falta de tempo); - destinação de embalagens veterinárias; - Assuntos gerais;
19	23/07/2015	Câmara Municipal de Vereadores de Quaraí/RS	- Apresentação do traçado de 03 Linhas de Transmissão de Alta Tensão – técnicos e representantes da ELETROSUL; - Discussão com conselheiros sobre as alternativas locais apresentadas; - Assuntos Gerais;
20	14/04/2016	auditório do CREA Santana do Livramento	- Apresentação da posse da nova presidência do Conselho; -- Apresentação do Plano de Manejo Vigente e Situação do Conselho; - Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão, Lavra de Pedras, Uso de Agrotóxico e Descapoeiramento; - projetos de Financiamento para implantação do Plano de Manejo
21*	01/06/2016	Sindicato Rural	- linha de transmissão Eletrosul;

		de Rosário do Sul	- Plano de manejo (não discutido por falta de tempo);
22	11/05/2017	Sindicato Rural de Alegrete	- Instalação de linhas de transmissão de energia; - Novos projetos de parques eólicos; - Ações de controle e monitoramento ambiental;
23	07/12/2017	Câmara Municipal de Quaraí	- Reformulação do CONAPA; - Ações contra abigeato e caça ilegal; - Destinação de verba provinda de compensação ambiental na APA.

\* Nos dias 21/05/2015 e 01/06/2016 foram realizadas observações nas reuniões.

Fonte: ATAs das reuniões do CONAPA Ibirapuitã.

Org.: autor.

É possível perceber que ocorre uma alternância quanto aos locais onde as reuniões são realizadas, visando uma distribuição equitativa entre os quatro municípios que compõem a APA, possibilitando que as populações locais participem dos encontros. Quanto à ocorrência dos encontros é possível dividir o CONAPA em três fases: 1ª: de 2001-2004; 2ª: 2011; 3ª: 2015 em diante.

A primeira fase do Conselho inicia em 2001 com a criação do CONAPA Ibirapuitã, nove anos após a criação da APA do Ibirapuitã. Já em 2002 o Conselho se mostra muito ativo com a realização de cinco encontros, sendo que, conforme as ATAs 2 e 3, a pauta ainda gira em torno do processo de organização inicial como a posse dos conselheiros, a elaboração do regimento interno, o Plano de Gestão, a necessidade da construção de uma sede para a APA, visto que esta funcionou inicialmente em uma sala cedida na sede da Fundação Maronna em Alegrete, e em 2015 a sede da APA muda para a cidade de Santana do Livramento, em uma sala alugada no centro da cidade.

Nas reuniões 4, 5 e 6, os temas centrais abordaram questões relativas a ações regionais e locais de sustentabilidade dos campos sulinos. Dentre elas, a construção de uma agenda 21 local/regional, ICMS ecológico, formação de comissões municipais para discutir as necessidades locais, visando ações de educação ambiental, seminários de sustentabilidade e desenvolvimento do turismo, estudos para a sugestão de um corredor ecológico ligando a APA e a Reserva Biológica Estadual do Ibirapuitã (localizada cerca de 30 km ao Norte da APA) e, também a tentativa de criar um selo de qualidade dos produtores da APA. Tanto o corredor ecológico quanto o selo de qualidade ainda não foram implementados. Quanto ao ICMS ecológico que os quatro municípios recebem, o EG2 diz que “a prefeitura recebe, mas não sei te dizer o valor”, e também afirmou que não há por

parte da prefeitura nenhuma política específica para a APA do Ibirapuitã, fatos estes que se repetem nas falas dos demais gestores municipais entrevistados.

No ano de 2003 foram realizadas quatro reuniões, correspondentes às ATAs 7, 8, 9 e 10 do quadro 2. Em todas elas a pauta central foi a instalação de um parque eólico em Santana do Livramento, do qual parte dos geradores e das linhas de transmissão estariam dentro da área da APA, apresentando-se como um grande desafio para o CONAPA, que até então obtinha caráter consultivo e deliberativo. Questões acerca do licenciamento desta obra dominaram as discussões, sendo que o posicionamento do Conselho era exigir estudos mais detalhados do seu impacto sobre a APA, o que estava atrasando a obra.

Foi neste contexto que os conselhos gestores de APAs em todo Brasil são transformados de deliberativos para apenas consultivos, conforme entendimento da Procuradoria do Ministério do Meio Ambiente. Assim, ocorre o esvaziamento dos Conselhos, como ocorreu no CONAPA Ibirapuitã, no qual “*muitos conselheiros se retiraram e houve o enfraquecimento da mobilização em prol da APA*” (EH1). Por isso, no ano de 2004, apenas duas reuniões (11 e 12) foram realizadas e, embora os assuntos tratados nelas objetivassem discutir algumas das diversas demandas da APA, tais como: busca por recursos para realizar um levantamento acerca das comunidades residentes na APA; demarcação dos limites da UC; inclusão de conselheiros representantes da comunidade residente; tentativa de resolução do problema da falta de coleta de embalagens de agrotóxicos e de uso veterinário; atividades de educação ambiental; a pauta foi dominada pelo processo de mudança de deliberativo para apenas consultivo do Conselho. Este foi o principal fator responsável pela inoperância do CONAPA pelos próximos sete anos, além de problemas estruturais como a falta de recursos físicos e humanos, pois a APA possui apenas um analista ambiental para sua área de mais de 316 mil hectares.

As reuniões do CONAPA Ibirapuitã voltam a ocorrer em 2011 (2ª fase), ano em são realizados cinco reuniões, conforme ATAs N<sup>o</sup> 13,14,15,16 e 17. Inicialmente, é feita a posse dos novos conselheiros bem como alterações no Regimento Interno. A questão principal abordada em todas as reuniões é o Plano de Manejo, um dos mais importantes instrumentos de gestão de uma APA, que, no entanto, a APA do Ibirapuitã ainda não possui e por isso continua sendo pauta das reuniões atuais. O documento utilizado para respaldar e disciplinar as ações na abrangência da APA é o Plano de Gestão de 1999, “o qual está desatualizado e cujas informações não

condizem com a realidade da APA” (EG1). Ainda não há o Plano de Manejo desta UC, e as dificuldades para sua formulação deve-se a falta de verba, a necessidade de uma equipe multidisciplinar, o envolvimento de toda a comunidade da APA, entre outros, por isso a solução apontada é

[...] utilizar o Plano de Gestão e ir atualizando-o com os trabalhos e pesquisas desenvolvidas sobre a APA, bem como, a medida que surjam conflitos sobre algo que não está previsto neste documento, estes sejam levados ao CONAPA e por ele decididos (EG1).

Outro assunto que é debatido em todas as reuniões de 2011 é o problema do aumento de javalis na região, o que vem causando prejuízos para as plantações, para a criação dos rebanhos bovinos e ovinos pela transmissão de zoonoses e também pelos ataques a pessoas e animais domésticos. Neste ano, foi criada a Operação Javali Zero na APA e, em 2014, o Programa de Controle de Espécies Exóticas Invasoras, o qual vem pesquisando e apontando alternativas para o problema.

Neste período ressalta-se a criação da Câmara Técnica de Licenciamento, a qual é formada por um representante de cada prefeitura, um da FEPAM e um do ICMBio, cuja função é avaliar os pedidos de licenciamento encaminhados à APA e levá-los para apreciação do Conselho. Dentre os principais pedidos de licenciamento estão autorizações para irrigação de arroz, autorização para mineração para construção e manutenção de estradas e descapoeiramento. De acordo com o EG1 “as autorizações ICMBio tem por finalidade garantir o regramento do uso do território da área protegida, evitando danos à biodiversidade e ou à saúde das pessoas”, e assim, garantir que sejam obedecidas as 12 diretrizes de gestão da APA do Ibirapuitã e sejam cumpridos os objetivos desta Unidade de Conservação. Na Figura 45 estão algumas placas de autorizações (a primeira para irrigação e a segunda descapoeiramento) emitidas pelo ICMBio, as quais devem ser colocadas na entrada da propriedade.

Figura 45 - Placas de licenciamento



Fonte: Autora.

Contudo, após este ano de reativação do Conselho e de importantes pautas tratadas, o CONAPA ficou inativo novamente, voltando a ocorrer três anos depois (3ª fase). A reunião ocorreu em maio de 2015, em Santana do Livramento, onde atualmente está a sede da APA, na qual foi realizada a observação direta, e cujas pautas foram: a reativação do CONAPA, ações de controle de javalis e licenciamentos ambientais, ambas que vinham sendo centrais já em 2011, além do antigo problema da falta de destinação das embalagens vazias de uso veterinário.

O problema com a invasão de javalis vem se tornando uma das demandas principais do ICMBio, conforme afirma o EG1 *“a questão da invasão de javalis é o que mais preocupa atualmente, a nós e aos produtores”*; o que é corroborado por quase todos os entrevistados como o EER6 – *“temos muitas reclamações de produtores da APA, mas que também são comuns a produtores de fora dela, em relação ao ataque de Javalis e porcos acelvajados”*. O EG1 diz ainda que os animais são originários da Argentina, que cruzaram para o Uruguai e dali para o Brasil, por Santana do Livramento, visto que não existem barreiras e sim um grande corredor ecológico que forma um continuum entre os campos do pampa Uruguai-Brasil.

Dentre as medidas de controle estão a liberação da caça, o que vem atraindo caçadores de vários lugares do país e, de acordo com as regras estabelecidas pelo IBAMA, para abater o javali é necessário: fazer o Cadastro Técnico Federal no IBAMA; caso vá usar arma de fogo, fazer o registro no Exército como caçador; caso vá realizar captura e abate em Unidades de Conservação Federais, pedir autorização ao ICMBio (EG1). Também está se fazendo o uso de armadilhas, gaiolas para captura e posterior abate, o que de acordo com EG1 *“é a medida mais*

adequada de controle, pois permite eliminar uma quantidade maior de animais ao mesmo tempo”. Os relatos de moradores em relação aos javalis demonstra a grande preocupação pelas perdas produtivas que estes vem causando, desde a devora de lavouras de milho, morte de ovelhas (recém nascidas), proibição de criação de porcos soltos para evitar o cruzamento destes com os javalis e conseqüentemente aumento da população. Na figura 46 estão imagens de ações que vem sendo feitas para o controle de javalis, como folder com instruções e oficinas para montagem das jaulas para captura dos animais.

Figura 46 - Ações para controle de javalis.



Fonte: Folder (Grupo Javali do Pampa); fotos: Autora.

No ano de 2015, ocorreram apenas duas reuniões, sendo a segunda em julho, cuja pauta central foi trazida pela demanda externa da Eletrosul Centrais Elétricas<sup>32</sup> a qual objetiva instalar uma nova linha de transmissão de alta tensão, que

<sup>32</sup> A Eletrosul é uma empresa pública controlada pela Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Criada em 1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº. 64.395, é uma sociedade de economia mista de capital fechado. Atua nas áreas de geração, transmissão, comercialização de energia, e ainda em telecomunicações.

inicialmente cruzaria em áreas da APA nas quais são praticadas a atividade de turismo rural, o Hotel fazenda Cerros Verdes. Por isso instala-se um conflito entre os interesses da empresa e dos moradores da UC, visto que a paisagem da localidade Cerros Verdes, Santana do Livramento, sul da APA, seria afetada prejudicando a atividade econômica que inclusive consta nos objetivos da APA: “fomentar o turismo ecológico e preservar a cultura e a tradição do gaúcho da fronteira” (BRASIL, 1992). Assim, a transformação antrópica impactaria sobre a paisagem natural de cerros característicos desta porção do pampa.

No ano de 2016 ocorreram duas reuniões das quatro previstas no regimento interno, nas quais a pauta principal novamente foi a linha de transmissão da Eletrosul. O conselheiro representante da Unipampa Alegrete, ficou responsável por estudar o projeto das linhas de transmissão, e no segundo encontro, em junho (ATA 21 do Quadro 2), apresentou um projeto alternativo no qual o traçado das linhas não cruzaria pelas áreas de turismo rural, porém ocasionaria um aumento no custo da obra. O presidente do CONAPA, que é o chefe da APA, juntamente com o representante da regional sul do ICMBio levaram o projeto alternativo para a Eletrosul e conseguiram resolver o impasse sem precisar envolver processo jurídico, sendo aceito o traçado alternativo proposto pelo Conselho. Neste caso fica evidente a importância da atuação do CONAPA para a adequação das atividades dentro desta UC de uso sustentável, através de um processo dialógico entre a população que interage com a APA, como afirma Silva (2007):

Os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação são o palco para a construção do consenso e para a gestão dos conflitos envolvendo a conservação, a proteção e o uso dos Recursos Naturais de uma Unidade de Conservação e de seu entorno. Principal ferramenta da gestão ambiental de Unidades de Conservação, é através do Conselho Gestor que deve ser propiciada a participação organizada e responsável da população que de alguma forma interage com a UC. (SILVA, 2007, p. 19)

No ano de 2017, aconteceram duas reuniões: a primeira em maio, na qual foi discutida: a instalação de linhas de transmissão de energia; novos projetos de parques eólicos; ações de controle e monitoramento ambiental. Na segunda, em dezembro, a pauta foi: a reformulação do conselho; ações contra abigeato e caça ilegal; destinação de verba provinda de compensação ambiental na APA.

Ainda é necessário fortalecer os espaços dialógicos como o CONAPA, assim como a auto-organização de mais representações que contemplem as diversas

vozes que compõem o território da APA, e se somem ao conselho gestor, visto que representações como a Associação dos Moradores do Rincão do 28 e Associação dos Moradores do Rincão do Batista e o Quilombo da Chirca só vieram a integrar o Conselho Gestor recentemente.

Souza (2015) traz importante reflexão acerca do compartilhamento de poder entre indivíduos e grupos, como o que ocorre no CONAPA Ibirapuitã, pois considera que,

Se um grupo delibera, em plenas condições de liberdade, sobre o estabelecimento de certas regras – por exemplo, de uso do solo e de fruição de recursos -, o poder é compartilhado por todos os participantes em condições de forte igualdade no tocante às chances de influenciar o estabelecimento do *nómos*. Em tais circunstâncias, indivíduos e grupos são influenciados uns pelos outros, na base da persuasão, mas não dominam uns aos outros sob a cobertura de estruturas assimétricas (SOUZA, 2015, p. 65).

A partir do momento em que os diferentes sujeitos e grupos participam da tomada de decisão de forma igualitária, estes se veem obrigados, moralmente, a respeitar as regras cuja construção ele participou livremente, mesmo que suas posições não tenham sido vitoriosas. “Cada um dos participantes, por conseguinte, está submetido a um poder – o poder que emana, legitimamente, da coletividade. Submissão essa, que jamais se deve dar de modo a asfixiar a liberdade individual” (SOUZA, 2015, p. 65).

Portanto, o CONAPA Ibirapuitã se apresenta como espaço dialógico fundamental para garantir a gestão democrática da APA, mesmo perdendo seu status de deliberativo, pois a participação, mesmo que representativa, é um processo de desenvolvimento da consciência crítica. Durante as observações foi possível perceber que nas reuniões existe liberdade de expressão por parte dos representantes, pressupondo autonomia perante o Estado e outras instituições, o que configura este Conselho em um instrumento de participação social na gestão pública e, ainda, um espaço educativo. Estas condições são essenciais para garantir a sustentabilidade da Unidade de Conservação.

### 6.1.1 Concepções acerca da APA e do CONAPA

Neste sentido, buscou-se compreender as concepções das Entidades Representativas mais ligadas aos produtores rurais, e que compõem o CONAPA da APA do Ibirapuitã, acerca da Unidade de Conservação e do Conselho Gestor. As representações sociais estão diretamente relacionadas às concepções que norteiam as práticas adotadas por cada sujeito e seus respectivos grupos sociais.

Conforme já discutido na seção da dimensão natural, os principais conflitos dos produtores em relação às normas da APA são a necessidade de licenciamento para atividades como o descapoeiramento e a proibição da queimada dos campos. Já para os representantes de entidades como os sindicatos, prefeituras e emater têm-se percepções divergentes: “os moradores não nos relatam insatisfação, eles estão familiarizados com as normas gerais da APA” (EER7); já o EER6 diz que;

*A distância entre o território da APA e a sede do município de Quaraí e portanto do Sindicato Rural, dificulta esse contato. Mas não se observa, maiores comentários sobre problemas ou insatisfação determinados pelas normas da APA. Muito provavelmente pelo fato que a totalidade dos produtores que possuem vinculação com Quaraí são pecuaristas e a pouca área do município (aproximadamente 12%) ocupada pela APA (EER7).*

O EG1 e o EG2 dizem que muitos moradores não sabem que vivem dentro da APA, e alguns até sabem, mas não tem a compreensão do que é. O EG3 declara que “por Livramento ser a sede da APA e ocupar a maior parte do seu território as pessoas tem boa compreensão da APA, e a prefeitura é uma grande parceira em ações de educação ambiental”.

A maior parte dos entrevistados avalia que a existência da APA é benéfica, e tem contribuído para a conservação do pampa: “entendemos ser positiva a reserva natural, mas há necessidade de discussão com os maiores interessados que são os moradores do local. As restrições eventualmente impostas aos moradores devem ser compensadas” (EER7). Percebe-se nessa fala que há certa confusão em relação ao conceito do que é uma APA, chamada de “reserva natural” pelo entrevistado, que é outra categoria de UC, que inclusive é enquadrada como de uso restrito, ou seja, não pode haver a presença do homem. Enquanto que o EER6 possui uma compreensão mais próxima do que vem a ser uma APA:

*A existência da APA do Ibirapuitã é positiva, por ser a primeira “experiência” de conservação (no pampa) em harmonia com as atividades produtivas e que oportuniza uma integração real entre meio-ambiente e produção. Os problemas e experiências gerados na APA podem ser extrapolados como práticas sustentáveis para o bioma (EER6).*

Também quanto ao CONAPA, acerca de sua efetividade e representatividade as percepções são variadas:

*Tem melhorado em muito a sua representatividade e efetividade. Os setores de uma forma geral, e o rural em especial, têm entendido a importância de participar e se integrar a esse tipo de organização. Vemos a Fundação Maronna em Alegrete, como um importante agente responsável por essa integração (EER6).*

*O ICMBio tem representante em Santana do Livramento e sede mais perto em Florianópolis, entendemos que não existe relação de proximidade, principalmente entre o órgão com os moradores da APA. O Conselho Consultivo poderia ser mais atuante. No entanto, a base territorial da APA é muito grande, dificultando a reunião representativa dos moradores, por exemplo (EER7).*

Ao que se refere à realização ou participação de atividades ou ações que visam contribuir com a consolidação da APA, também há diferença entre as entidades representativas que integram a gestão da APA: “o sindicato tem participado de algumas reuniões do CONAPA e entendemos a APA como algo já consolidado. Não temos informações sobre ações e ou atividades com esse objetivo” (EER6). “O Sindicato Rural juntamente com seus parceiros SENAR e SEBRAE tem proporcionado programas de desenvolvimento na região da APA” (EER7).

As percepções acerca da APA e do CONAPA são variadas, e é fundamental levar essa diversidade em consideração no momento de planejar e pensar a gestão desse território, “pois um projeto de transformação do território passa, necessariamente, pela compreensão da sociedade e da natureza, pela gestão participativa, pela reunião dos sujeitos-objetos” (SAQUET, 2015a, p. 79). Também é necessária, de acordo com Saquet (2015a), a construção de novas territorialidades e novos territórios que possibilitem a sustentabilidade e a governabilidade coletiva em busca da autonomia, redimensionando as relações de poder, seus patrimônios e a planificação democrática em detrimento das tecnologias inapropriadas e da acumulação intensiva de capital.

As percepções construídas na ação-reflexão do processo dialógico do CONAPA guiam a tomada de decisão dos sujeitos e seus representantes em suas práticas cotidianas, bem como na decisão de incorporação ou não de novas técnicas e tecnologias no manejo dos campos. Embora existam divergências quanto à concepção do que é e do papel da APA e do CONAPA, é possível afirmar que há um discurso unitário em prol da existência dessa UC, e da necessidade de ações que possibilitem a sustentabilidade da APA do Ibirapuitã.

## 6.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA APA DO IBIRAPUITÃ

De acordo com María Novo (2006) para entender a crise ambiental que hoje vive o planeta, é necessário entender as raízes do nosso pensamento, ou seja, o modelo “civilizatório” do ocidente, que marca o início da Modernidade. Os pilares do pensamento moderno são formados a partir dos pressupostos de Descartes e Bacon, que com o seu racionalismo e experimentação, visaram apresentar um método que se pudesse aplicar a todas as ciências, através da quantificação e rigor matemático, o que influenciou os filósofos do século XVII.

Ainda para Novo (2006), acrescenta-se a invenção do telescópio por Galileo, que possibilitou destruir a teoria Aristotélica e, conhecer a natureza para manipulá-la e transformá-la, o que foi fundamental para o processo de constituição da ciência e da tecnologia. Assim como, as *Leis Universais* de Newton, que instaura a visão mecanicista que passa a considerar a natureza como uma máquina e, os *bens naturais* se convertem em *recursos naturais*.

Tendo como base esses pressupostos, conforme Leff (2009) o capitalismo foi idealizado e fundado a partir de uma racionalidade econômica voltada para a maximização do lucro e do excedente econômico em curto prazo, o que teve como consequência a degradação de muitos ecossistemas. Na medida em que todo um processo produtivo foi sendo alterado, juntamente com todo um conjunto de valores humanos associados às práticas tradicionais de exploração dos recursos. Isso gerou uma forte concentração de poder econômico e político, o que levou a homogeneização dos processos produtivos, dos padrões de consumo e de estilos de vida, o que provocou um colapso nos processos ecológicos.

Neste sentido, PORTO-GONÇALVES (2006) faz a seguinte constatação:

O capitalismo, desde o início de seu desenvolvimento, sempre dependeu da extração da matéria e da energia, inclusive da energia do próprio trabalho humano, nos mais diferentes recantos do mundo. O colonialismo e o imperialismo foram os padrões de poder mundiais instituídos a partir de 1942 para garantir o deslocamento generalizado de matéria e energia à acumulação de capital. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 292)

São nessas raízes do pensamento moderno que se constrói o paradigma dominante que configura a sociedade hoje. Paradigma este que da sustentação a um modelo de desenvolvimento linear que visa à acumulação de capital, através da exploração do homem pelo homem e que transforma os bens naturais em recursos naturais, que exclui as múltiplas culturas e formas de vida e, institui que crescimento econômico produz desenvolvimento.

Com a implantação do imperialismo e liberalismo econômico, visando a reprodução ampliada do capital, o desenvolvimento é definido através de critérios estritamente quantitativos como acúmulo de bens materiais (ouro, dólar...), aumento na produção *per capita* de bens materiais, consumo de massa, modernização (Revolução Verde).

O significado de “desenvolvimento” que hoje é tido como predominante se origina da transposição do significado empregado na biologia. Foi entre 1759 (Wolff) e 1859 (Darwin) que, na biologia, desenvolvimento passou a significar transformação como um movimento na direção de uma forma sempre mais perfeita do ser. Nessa mesma época, cientistas começaram a usar *evolução* e *desenvolvimento* como sinônimos. A transferência da metáfora biológica para a esfera social ocorreu nos últimos vinte e cinco anos do século XVIII. A partir de 1768, o fundador da história social, o conservador Jusus Morer, começa a empregar a palavra *Entwicklung* para designar um processo gradual de mudança social. “Mais ou menos em 1800, o termo *Entwicklung* começou a ser utilizado como verbo reflexivo – o *autodesenvolvimento* tornou-se moda” (ESTEVA, 2001, p. 62).

Na Europa, no século XIX, a construção social do desenvolvimento foi associada a um plano político: extrair da sociedade e da cultura uma esfera autônoma, a esfera econômica, e instalá-la como eixo da política e da ética, economização e colonização eram sinônimos. Para Esteva (2001), o que Truman conseguiu fazer foi liberar a esfera econômica das conotações negativas que se haviam acumulado a seu redor por dois séculos, separando desenvolvimento de

colonialismo. Porém, o estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social.

No final da Segunda Guerra, os EUA tornam-se o centro econômico-financeiro do mundo e iniciam uma campanha política em nível global para deixar clara sua nova posição no mundo. Na posse do presidente Truman (1949) instaura-se a “*Era do Desenvolvimento*”, “usurpando e transformando duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento” (ESTEVA, 2001, p. 59). Neste mesmo dia começou o *subdesenvolvimento*, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas.

A metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social. A seqüência vernácula (desenvolvimento é possível depois de envolvimento) inverteu-se com a mudança. As leis científicas ocuparam o lugar de Deus na função de envolvimento, definindo o programa. Marx resgatou uma iniciativa viável, baseada no conhecimento dessas leis. Truman apoderou-se dessa percepção, mas transferiu o papel de iniciante do processo dos comunistas e do proletariado para os especialistas e para o capital (assim, ironicamente, seguindo os precedentes estabelecidos por Lênin e Stalin) (ESTEVA, 2001, p. 63).

De acordo com Esteva (2001) nos anos 60, o desenvolvimento social era visto parcialmente como uma pré-condição para o crescimento econômico e parcialmente como uma justificativa moral para esse crescimento e para os sacrifícios que ele pressupunha. Contudo, no final da década, tornou-se óbvio que o crescimento econômico rápido vinha acompanhado de desigualdades crescentes. “A tendência era que os economistas já comesçassem a considerar os aspectos sociais como “obstáculos sociais”” (ESTEVA, 2001, p. 68).

As mudanças no cenário internacional, implementadas no período posterior a segunda grande guerra, no Brasil, foram marcadas pelo processo de modernização e industrialização. Como consequência desse processo, iniciou-se, no Brasil, a modernização do campo, que se acentuou a partir da década de 1960, principalmente nas regiões Sul e Sudeste e se expandiu para outras regiões, sobretudo a partir da década de 1970. Esse modelo de desenvolvimento agrário foi baseado em uma modernização conservadora, denominada de “Revolução Verde”, que tem seu aporte científico no modelo cartesiano – Racionalismo, Reduccionismo, Positivismo.

Este modelo de desenvolvimento não se tratou de um movimento de origem local, mas sim de uma opção que implicava na importação de técnicas, tecnologias, conhecimentos e informações, pagas com recursos públicos, e que induziram os agentes hegemônicos ao controle do território.

Assim, o referido desenvolvimento se dá principalmente via capital internacional, com uma crescente participação das empresas multinacionais, com interesses em manter o setor rural cada vez mais subordinado aos recursos por elas produzidos. A difusão desse modelo ocorreu com a realização do acordo MEC/USAID, que resultou na criação de vários órgãos institucionais como a Embrapa e a Embrater, que moldaram os agricultores, conforme aponta Graziano da Silva (1999):

Quanto à organização institucional para a geração e difusão de tecnologia, ressalta-se o papel do setor público, através dos seus dois organismos básicos (a Embrapa e a Embrater), na implementação de uma política tecnológica que não favorece os pequenos produtores. Ao contrário, a nova organização institucional baseada fundamentalmente em linhas de pesquisa por produto e na centralização dos recursos disponíveis, tende a reforçar as penalizações que já são impostas pelo sistema econômico ao setor de pequenos produtores (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 138).

Outro elemento-chave que acelerou o processo de modernização da agricultura brasileira, na década de 1970, foi o crédito rural. Este permitiu: a) derrubar o velho esquema de subordinação ao capital comercial-usuário que dominava até então amplamente o processo de comercialização dos produtos agrícolas; b) criou um mercado sólido e crescente para o subsetor industrial que produz insumos, máquinas e equipamentos para o setor agrícola. Essas medidas levaram a uma maior subordinação do pequeno produtor ao sistema (Teixeira, 2005).

Com o surgimento dos complexos agroindustriais, levando a especialização da produção, dependências dos insumos e do mercado, à concentração de capital aumentou e, por conseguinte, gerou a exclusão dos agricultores descapitalizados. Segundo Oliveira (1999) o modelo produtivo capitalista é desigual e combinado. À medida que o referido modelo produz a exclusão dos que não podem competir de igual para igual com os agricultores capitalizados, ocorre a perda da terra, a desistência frente às adversidades inerentes ao capitalismo desigual. Assim, o modelo agrícola industrial exigia da agricultura familiar, a disponibilidade de capital,

para que pudesse ser produtiva e se situar dentro dos padrões do mercado agrícola capitalista.

A mecanização e os altos níveis de produtividade passaram a favorecer as grandes propriedades rurais em detrimento das pequenas, devido às dificuldades encontradas por estas em inserir as tecnologias então adotadas a partir do processo de mecanização da agricultura. Com os altos níveis de produtividade atingidos a partir desse processo, passou a ocorrer o esgotamento da atividade primária como forma de desenvolvimento econômico dos espaços rurais, principalmente das pequenas propriedades que não conseguiram se inserirem no processo de modernização.

Pode-se dizer que, por um lado, a modernização foi importante para o aumento da produção e produtividade na agricultura, mas isso não significa que o agricultor familiar, principalmente o descapitalizado tenha sido beneficiado com esse processo. Muitos agricultores foram expropriados em função das frustradas tentativas, que envolvem um alto custo de produção, culminando muitas vezes com a desistência, falência, entre outros fatores os quais culminaram com o endividamento ao ponto de perderem suas terras para os bancos.

O modelo hegemônico da agricultura industrial, não somente provocou prejuízos culturais, sociais, e econômicos, mas também ambientais. Os agricultores foram tecnicamente preparados com os parâmetros da Revolução Verde, na qual a agricultura se desenvolve baseada em altas taxas de produtividade proporcionadas pela introdução de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, sementes híbridas e venenos químicos, o que se torna insustentável na agricultura familiar e, causa impacto ambiental como a destruição dos solos e das florestas, contaminação do ar, rios e mares somando-se a problemas de saúde provocados pela intoxicação dos trabalhadores devido ao uso de agrotóxicos. Segundo Gomes (2004), surgem na atualidade propostas alternativas a esse modelo conservador e excludente:

A discussão sobre a necessidade de mudança de formato tecnológico também tem outras origens. Ao mesmo tempo em que se tornavam mais evidentes os efeitos adversos do modelo convencional e enquanto o movimento contracultural colocava em discussão uma série de valores da sociedade moderna, na agricultura surgiam as propostas “alternativas”. Este movimento se expressou por meio de diferentes formas, origens e denominações, entre as quais podem ser citadas as agriculturas alternativa, biodinâmica, orgânica, biológica, natural, ecológica, regenerativa, a permacultura, a biotecnologia tropical e as tecnologias apropriadas, influenciados por uma variada matriz teórico-metodológica. Outra corrente é

a agroecologia, considerada por uns como um “novo paradigma” e por outros, saudada apenas como uma proposta promissora que ainda necessita maior precisão epistemológica (GOMES, 2004, p. 119).

Nesse sentido é importante afirmar que surgem preocupações acerca dos efeitos que o modelo intensivo de produção, adotado de forma majoritária na agricultura, tem causado. A partir dessa realidade, surgem os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e a Via Campesina, que passam a pressionar por reformas estruturais no campo brasileiro que vão além da redistribuição da terra, perpassando por um novo modelo agrícola, pois não adianta redistribuir a terra se não se alterar as condições que levaram à expropriação e concentração das terras.

Recentemente, com a criação das sementes transgênicas no final da década de 1990, autores como Vandana Shiva, passam a denominar esse novo período como a 2ª Revolução Verde, com o mesmo discurso insólito da necessidade do aumento da produção agrícola para combater a fome, porém com uma diferença da 1ª Revolução Verde: esta teve como principal aporte o Estado, já com a transgenia se consolida o monopólio de uma única empresa, a Monsanto, sobre o controle das sementes.

Sob esta ótica, para ANDRIOLI (2008), os transgênicos aprofundam a mercantilização das sementes, alterando assim, o seu valor de uso, gerando cada vez mais dependentes. Juntamente com a semente transgênica os agricultores acabam comprando o controle e a determinação externos à sua propriedade. O mesmo autor afirma ainda que

O uso de plantas transgênicas, as quais servem aos interesses das multinacionais que patenteiam a semente, conduzem a uma monopolização inédita do mercado agrícola, assim como, à maior inserção das relações capitalistas na agricultura familiar e, conseqüentemente, a uma exclusão ainda maior dos agricultores. (ANDRIOLI, 2008, p. 90)

Além da maior exclusão dos agricultores somam-se os problemas como a intensificação da monocultura, a perda da biodiversidade, a qualidade da produção alimentar e os danos a saúde humana. Como afirma Borba (2002), a modernização no Pampa do Rio Grande do Sul se diferencia, já que, a modernização da economia sempre esteve associada a agropecuária, além das condições topográficas

inadequadas a cultivos de grande escala, deixaram a região em questão à margem de tal processo.

No entanto, no contexto atual de avanços tecnológicos, o modelo de desenvolvimento que vem se estabelecendo de forma majoritária no pampa gaúcho é baseado na monocultura de soja (conforme apresentado no capítulo 4), o que vem causando a conversão dos campos em lavouras.

Conforme já apontado na pesquisa, na APA do Ibirapuita ainda há o predomínio da atividade pecuária, o que vem contribuindo para a conservação da mesma. Dentre os motivos estão a tradição como muitos entrevistados afirmaram – “o gaúcho não gosta de plantar, gosta é de lidar com a bicharada mesmo” (EPF17), e também a falta de aptidão natural para a agricultura, em função das declividades do relevo e do solo raso. EPF2 diz que o motivo de ainda não se ver lavouras de soja na APA é devido à declividade acentuada que se intercala com áreas mais planas, as coxilhas, para ele “só não vemos soja por aqui porque o terreno não serve, não tem como por máquina nesses cerros”.

Contudo, embora em pouquíssima área, as lavouras de soja já começaram a aparecer nos arredores e até mesmo no interior da APA. Acerca da possibilidade de essas atividades se inserirem cada vez mais na UC, os entrevistados possuem diferentes visões. Alguns entrevistados veem como algo benéfico para garantir a geração de renda para os produtores:

*A questão é de sobrevivência econômica. Existe necessidade de evolução das atividades agropecuárias, onde passa pela integração lavoura/pecuária. É inegável que a agricultura evoluiu para melhor conservação do solo, através de técnicas como o plantio direto, defensivos menos invasivos e sementes melhores.*

*Acreditamos na vocação e o conhecimento empírico dos moradores da região da APA. As atividades de pecuária não deverão ser abandonadas ou substituídas, no entanto, há necessidade econômica de viabilizar economicamente as propriedades, e isto passa pela potencialização da agricultura na região (EER7).*

Destaca-se o entendimento de alguns entrevistados de que a agricultura não geraria mais tantos impactos negativos, visto que as técnicas evoluíram. É necessário considerar que essa evolução da técnica também está propiciando o plantio em terras antes consideradas impróprias, como vem ocorrendo no Pampa. Neste sentido, a possibilidade de que o modelo convencional monocultor (alta utilização de agrotóxicos, transgênicos...) se expanda para o interior da APA deve

ser motivo de preocupação para os gestores, principalmente pela dificuldade de fiscalização devido a falta de pessoal no ICMBio.

Outros pensam que novas formas de gerar renda são bem vindas, mas acreditam que isso deve ser feito de forma sustentável, levando em conta o equilíbrio entre o ambiental, social e econômico, o que pode ser possível através da manutenção da atividade pecuária com a introdução de medidas compensatórias para os produtores.

*O Sindicato entende que os produtores necessitam renda para manter seus negócios e suas famílias e indiretamente desenvolver as cidades. Portanto, atividades que possibilitem maiores rendas são sempre bem vindas. Quando entramos no grande dilema da sustentabilidade que é o equilíbrio entre o ambiental, social e econômico, que é o caso da APA, o grande desafio nos parece de que a sociedade ou o estado deveria introduzir “medidas” compensatórias para os produtores que possuem maiores índices de preservação como forma de estimular e manter a capacidade de geração de renda das propriedades. O meio ambiente não pode ser tratado como um ativo para a sociedade e um passivo para poucos indivíduos, esse equilíbrio que é social e econômico deve ser avaliado. Programas de certificação ou indicação de origem, poderiam ser solução desde que a renda auferida efetivamente chegue nos geradores dos benefícios.(EER6).*

Em relação aos serviços ecossistêmicos, estudos de Pillar et al (2015) ressaltam que a conservação dos campos nativos contribuem para a biodiversidade local.

São exemplos a regulação hídrica e o fornecimento de água limpa, a produção de forragem para a atividade pecuária, a manutenção de polinizadores e de predadores de pragas de culturas agrícolas, o potencial para a recreação ao ar livre, a estocagem de carbono no solo que ajuda a mitigar as mudanças climáticas globais, dentre tantos outros Pillar et al (2015, p.117).

Salienta-se o potencial de uso sustentável da biodiversidade desta região, que apresenta grande importância, embora tenha sido muito pouco estudada do ponto de vista científico, destacando-se os endemismos e espécies ameaçadas não incluídas nas listas da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza). Existem inúmeras espécies endêmicas, tanto da flora quanto da fauna, na APA do Ibirapuitã. Mesmo com poucos estudos realizados, já se tem o conhecimento que 23 espécies de aves migratórias passam parte de sua vida na APA, no mínimo 19 espécies de mamíferos ameaçados de extinção, mariscos de água doce, peixes, artrópodes, répteis, cactáceas, etc (PILLAR et al, 2015).

Somando-se a esses fatores, Vélez-Martin et al (2015, p. 169) apontam que “os estabelecimentos rurais dedicados à pecuária sustentável têm maiores possibilidades de explorar atividades econômicas complementares”. Dentre as atividades, são destacadas o turismo rural, o turismo ecológico e a observação de aves, a apicultura, a produção de plantas medicinais e de plantas ornamentais, a produção comercial de sementes nativas e o desenvolvimento de cosméticos, fitoterápicos e fármacos são possibilidades que precisam ser incentivadas e melhor exploradas nos Campos Sulinos. O que também é do entendimento de alguns entrevistados quando indagados sobre as atividades que julgam mais adequadas para a APA:

*Pecuária de corte, ovinocultura, arroz irrigado, que são atividades já consolidadas na APA. Não nos opomos à produção de energia eólica, pois poderia ser uma forma de “produzir renda” e assim aliviar a tensão de outras alterações no bioma. Outras alternativas interessantes, mas pontuais, são no eixo do turismo, porém deve ser bem estudado e avaliado para não comprometer os objetivos da APA.*

*Consideramos vital a ampliação de estudos sobre a biodiversidade da APA, ou do pampa, no sentido de catalogar espécies nativas com valores comerciais. Um grande patrimônio genético deve ser melhor conhecido e explorado (EER6).*

O grande potencial turístico da APA ainda é pouco aproveitado, concentrando-se em poucos estabelecimentos localizados no Sul, em Santana do Livramento, próximos a Br293. Existem três Hotéis fazenda: a Estância Cerros Verdes, a Estância da Glória e a Estância Santo Antônio, que oferecem a experiência de turismo rural, onde ganha destaque os aspectos culturais ligados a cultura do gaúcho, como o acompanhamento da lidas campeiras da estância, o andar a cavalo pelos campos, a comida típica como o churrasco e o carreteiro de charque, além do ecoturismo proporcionado pelas trilhas (Trilha da Mulher Grávida, Trilha da Padroeira, Trilha da Lagoa do Índio) onde é possível vivenciar a beleza cênica dos “Cerros Verdes” que apresenta áreas de campo intercalados com densa vegetação arbórea e com coxilhas, cuja altitude propicia uma vista ampla da região e existência de cascatas (Figura 47). Também existem três propriedades de pecuaristas familiares que realizam o ecoturismo, por meio de algumas trilhas, como atividade completar a pecuária (Trilha da Árvore do Meio, Trilha do Velho Pinóca, Trilha Cascata do Macaco Branco). O impulsionamento do turismo enquanto atividade sustentável possível na APA do Ibirapuitã ocorreu através do Projeto Urb-

al (2012), o que demonstra que é possível a implementação de ações e projetos sustentáveis que garantam uma incrementando a renda dos moradores sem abandonar a pecuária.

Figura 47 - Turismo na APA



Fonte: a – Autora; b - rede social do estabelecimento; c - rede social do estabelecimento.

Por isso, a “escolha dos modelos produtivos é crucial quando se pensa em promover simultaneamente o desenvolvimento sustentável e a conservação do Pampa” (SANT’ANNA, 2016, p. 177). O referido autor afirma também que a pecuária

extensiva sobre campos nativos é a atividade agropecuária que mais conserva o ambiente no Bioma Pampa, e é a atividade de vocação natural do Pampa:

As espécies vegetais campestres do Pampa, perfeitamente adaptadas às condições da região há milhares de anos, possuem um potencial produtivo ainda pouco explorado nos sistemas de produção. A vegetação nativa faz da atividade pastoril a vocação natural do Pampa. Em razão das características do meio, a pecuária extensiva possibilita a convergência de objetivos econômicos e conservacionistas no bioma, desde que respeitados alguns preceitos técnicos, como, por exemplo, o correto ajuste da carga animal. Cabe ressaltar, ainda, a importância da pecuária para a economia do Rio Grande do Sul e para a própria identidade cultural do gaúcho, que há quase 400 anos convive com a atividade pastoril. A pecuária sobre campos nativos, portanto, tem um relevante papel na conservação do Bioma Pampa (SANT'ANNA, 2016, p. 178).

Apesar disso, a pecuária tem sido relegada a um segundo plano e considerada uma alternativa de renda pouco competitiva frente a outras atividades agropecuárias. Isso é resultado, em grande parte, da falta de acesso à informação e do não entendimento sobre o conhecimento disponível acerca das possibilidades de uso sustentável do bioma. A baixa renda média produzida pelos sistemas convencionais de pecuária sobre campos nativos no Pampa gaúcho, mal planejados e inadequadamente manejados, tem levado a sua substituição por lavouras anuais ou por pastagens exóticas cultivadas (SANT'ANNA, 2016). Além disso,

A grande maioria dos produtores rurais e técnicos do setor considera que a baixa produtividade e rentabilidade dos modelos de produção pastoril comumente adotados nos campos nativos do Bioma Pampa representam o seu limite, não havendo margem para evoluir e restando como única saída a substituição da atividade ou do modelo de produção. E quando se pensa em intensificar e aumentar a produtividade da pecuária, normalmente são adotados modelos trazidos de outras regiões do país ou do mundo, que desconsideram totalmente a matriz campestre do Pampa como base produtiva, promovendo igualmente a supressão dos campos (SANT'ANNA, 2016, p. 178).

Contudo, alguns grupos que vivem na APA vêm mostrando que é possível fazer uso sustentável dos campos do Pampa, tais como as Associações dos Produtores do Rincão do 28, a Associação dos Moradores do Rincão do Batista e o Quilombo da Chirca. A organização em prol da pecuária sustentável vem garantindo a reprodução social sustentável, na medida em que visam melhorias nas formas de produção para gerar renda ao mesmo tempo em que essas práticas propiciam a

conservação dos campos, além de gerar uma coesão social que fortalece os laços de vizinhança e a identidade.

Por isso, para aprofundar a discussão e a busca por práticas sustentáveis é necessário reconhecer que a crise ambiental perpassa pelas dimensões política, econômica, epistemológica e cultural, visto que não é possível excluir dinâmica social da natural. Para Guzmán e Casado (1997), a busca da sustentabilidade na agricultura requer um enfoque político, que incorpore à dimensão técnica e ambiental, as dimensões sociais, políticas e culturais, reconhecendo as contribuições das comunidades tradicionais para o manejo e conservação da natureza. Dessa forma afirmam que,

La conservación y la reproducción dos sistemas agrarios está estrictamente relacionado con tipo de sociedades y las relaciones que en su interior se establecen entre los distintos grupos sociales. Por lo tanto, la análisis das desigualdades sociales debe abordarse como una enfermedad ecosistemita (Sevilla Guzmán, e González de Molina, 1993)... reconocimiento de que las culturas campesinas tradicionales desarrollaron sistemas de manejo de los recursos naturales mucho más eficientes desde o punto de vista ecológico que las que desenvolvemos en el actualidad, regidas por lo mercado e a lógica do beneficio (GUSMÁN e CASADO, 1997:26-27).

Também para Saquet (2015, p. 136) o desenvolvimento precisa abarcar processos e resultados qualitativos em diversas dimensões, como “processualidade dialógica, cooperada, discutida e solidária entre povo, preservando o ambiente, as identidades e os saberes, recuperando os espaços degradados e valorizando culturalmente o patrimônio de cada território”. É fundamental conservar as tradições sustentando-se na cultura e orientando-se para satisfazer as necessidades da população e para melhorar a qualidade de vida com tecnologias ambientalmente adequadas, estimulando e concretizando a participação ativa das populações (Rodríguez, 2012 apud Saquet, 2015).

É necessário compreender que não há modelos acabados e definidos que sirvam ao mesmo tempo em todos os lugares; que a natureza funciona em ciclos longos e, por isso devemos pensar a médio e longo prazo; conhecer os limites, respeitar a diversidade e primar pela solidariedade e valorizar as relações em escala local. Ao encontro desse entendimento trazemos a concepção de NOVO (2006),

La caracterización del desarrollo sostenible como um processo endógeno se fundamenta em la convicción profunda de que el desarrollo no se da, no se ortoga, sino que debe originarse (com todos los apoyos que sean

necesarios) dentro de cada comunidade, a partir de las necesidades y prioridades que sus miembros sientan y expliciten, y respetando sus pautas culturales, rompendo com o modelo de dependencia entre os centros económicos e as periferias (NOVO, 2006, p. 184).

A diferença entre os lugares é o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O "valor" de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da cultura e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, 1996).

Santos argumenta que a valorização do território é um processo que reúne dois mananciais de recursos: o social e o natural. Para Raffestin e para Milton Santos, o recurso não é algo natural é uma condição produzida socialmente a partir de materiais naturais (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996). A utilização do recurso, enquanto produto de uma relação e da prática social, é que possibilita formas de gestão e manejo do território.

Neste sentido, há a necessidade de construir uma racionalidade ambiental "sustentada por valores que não aspiram a alcançar um *status* de cientificidade, pois deve se considerar novas formas de pensamentos e intercâmbios simbólicos, ou seja, um diálogo entre saber e ciência, tradição e modernidade" (LEFF, 2002, p. 168). De acordo com este último, a inclusão do patrimônio simbólico das diversas culturas oferece vias para o enriquecimento cultural do mundo através da diferenciação, assim como para construir uma nova racionalidade produtiva e um novo paradigma de desenvolvimento.

A gestão ambiental do desenvolvimento deve ser considerada como um projeto social e político que deve envolver a ação dos cidadãos, conforme indicam as propostas de gestão para as áreas protegidas previstas pelo SNUC, há que se considerar à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos naturais.

É relevante considerar que as populações que vivem na APA não estão situadas fora da economia mundial, nem estão na periferia do capitalismo, no sentido em que o contexto no qual estão inseridas essas populações é marcado por processos cujos efeitos estão vinculados a uma ordem econômica e uma racionalidade econômica globais. Também Souza (2015) fala acerca da autonomia e globalização:

Autonomia nada tem a ver com isolamento ou enclausuramento, a intensificação de fluxos e interdependências que decorre da globalização não elimina a possibilidade e muito menos a legitimidade de um projeto político-social anti-heterônomo - , vale dizer, de construção de poderes e territorialidade autônomas, nas mais diversas escalas (SOUZA, 2015, p. 67).

Dentro desse contexto, as áreas protegidas não podem mais ser vistas num cenário isolado, enquanto “ilhas de preservação” como se as populações ali existentes estivessem “cristalizadas” num tempo que passou. O desenvolvimento deve ser viabilizado também para as áreas protegidas, para tanto, deverá favorecer o desenvolvimento sustentável e a opção pelo uso de tecnologias mais econômicas e menos impactantes, tendo em vista políticas de (re)inclusão social e a melhoria da qualidade de vida do planeta, o que pode ser chamado de responsabilidade socioambiental (MARANGON; AGUDELO, 2004).

É possível afirmar que devido à atividade pecuária extensiva ainda predominar na APA, a conservação dos campos está sendo garantida, contudo há grande diferença entre os pecuaristas que participam, e aqueles que não, de associações ou outras formas de auto-organização, sendo a dimensão econômica a mais suscetível entre os não organizados. Por isso, destaca-se a necessidade de ações que venham fortalecer a auto-organização das entidades representativas já existentes e incentivar a criação de novas, pois se configuram como *nós* essenciais no sistema territorial e na rede de gestão em prol da sustentabilidade da APA, e podem contribuir para garantir a plena reprodução social dos sujeitos que ali vivem.

## 7 CONSIDERAÇÕES

Entender a APA do Ibirapuitã, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, enquanto território possibilitou abarcar as suas dimensões econômica, política, cultural e natural, e como essas se mantêm e se readaptam a partir das relações de poder estabelecidas. Assim, foi possível alcançar o objetivo da pesquisa, o qual visou compreender a territorialidade da agricultura familiar e patronal que compõem o território da APA do Ibirapuitã, Bioma Pampa, bem como, as suas estratégias de produção e reprodução social.

Para explicar o processo histórico de criação da APA no contexto da conservação do Bioma Pampa, frente à produção do espaço agrário, inicialmente foi necessário apresentar os caminhos da política de proteção ambiental no Brasil. Essa discussão contribuiu para compreender a evolução dos modelos de proteção da Natureza, que inicialmente se centravam na preservação, a qual entendia a Natureza como intocada, como santuários que deveriam banir o Homem, até a concepção da conservação, que considera o ser humano como parte integrante da natureza, visando compatibilizar o uso dos bens naturais com a presença humana. A APA do Ibirapuitã se insere nessa perspectiva de conservação e uso sustentável, pois reconhece o manejo secular dos sujeitos que ali vivem, e sua contribuição para a manutenção das características da sociobiodiversidade do Pampa.

A criação da APA do Ibirapuitã demonstra a inter-relação entre a escala global e local na produção do espaço geográfico, visto que as discussões globais nos anos 1970/80 acerca das questões ambientais influenciaram grupos de população local a propor e buscar formas de criar uma UC. A percepção da população local da necessidade de proteger o Pampa é corroborada pelos dados científicos, pois esse bioma possui apenas 3,3% da sua área protegida em forma de UC.

A APA do Ibirapuitã se configura como um território articulado por sistemas de malhas, de nós e redes, tanto materiais quanto imateriais, formado a partir das relações sociais que se materializam nas territorialidades nas dimensões econômicas, políticas, culturais e destas com a natureza. Os sistemas territoriais que compõem este território, embora transformados e adaptados a um mundo cada vez mais globalizado, ainda apresentam forte ligação com a formação do espaço agrário do Pampa Gaúcho, o qual originou as estâncias e os rincões, com suas territorialidades específicas e ao mesmo tempo calcadas na complementaridade, no

*continuum*, entre estes territórios. A atividade econômica pastoril sobre campo nativo do pampa, que historicamente se formou por um processo de coexistência com a natureza, ainda prevalece como principal pilar da economia, assim como na dimensão cultural ainda predominam os signos territoriais que conferem a identidade a esse povo.

Dentre os territórios que compõem a APA do Ibirapuitã, ainda há o predomínio das “estâncias e rincões”, sendo o primeiro espaço de reprodução social dos territórios patronais cujas territorialidades se definem a partir da atividade pecuária, diferenciando-se entre os patronais tradicionais e os empresariais, sendo também estes os espaços destinados para as lavouras de arroz, embora essas ocupem uma área muito pequena ao Norte da APA, e por isso não foram estudadas com profundidade as suas territorialidades. Assim como o turismo rural que vem se estabelecendo como alternativa de reprodução social para algumas propriedades patronais e também familiares no Sul da APA, cujos territórios merecem serem objetos de estudos mais aprofundados.

Já os “rincões do Pampa” que surgem do processo histórico e desigual de ocupação e apropriação do Pampa Gaúcho, se configuram, majoritariamente, como espaço de reprodução do território da agricultura familiar. Dentro da diversidade que essa categoria abarca, os sujeitos da APA são definidos como pecuaristas familiares, categoria que vem sendo reconhecida por instituições de pesquisa, extensão e universidades e, também a identidade desses sujeitos.

O processo de formação e ocupação da campanha gaúcha, calcado na relação coevolutiva entre homem-gado-pampa, tem também na escravidão um de seus pilares fundamentais. A presença do negro no trabalho das lidas campeiras nas estâncias da campanha gaúcha vem ganhando visibilidade na medida em que territórios remanescentes de quilombos vêm sendo reconhecidos, como o Quilombo da Chirca.

Assim como os estigmas da escravidão se fazem presentes, como a reprodução social ainda estar baseada na prestação de serviços “campeiros” aos pecuaristas da região, também se percebe a presença dos saberes tradicionais nas suas práticas cotidianas. As estratégias de geração de renda como a venda de doces feitos de frutas locais e do artesanato em lã de ovelha são práticas culturais herdadas de seus antepassados, como também a forma de uso coletivo da terra.

A partir do processo de reconhecimento institucional e do autoreconhecimento dos sujeitos, esse território quilombola passa a ser visibilizado e continua reconstruindo sua identidade de povo negro e pecuarista familiar, que através de suas práticas e signos, alguns preservados outros resignificados, vêm contribuindo para a conservação da APA do Ibirapuitã, conseqüentemente do Bioma pampa, e sua própria reprodução social.

Mesmo com transformações causadas pelo período técnico-científico-informacional, que aceleram a globalização, os pecuarista patronais, pecuaristas familiares e quilombolas pecuaristas familiares continuam se reproduzindo socialmente na APA do Ibirapuitã. Suas territorialidades estão intrinsecamente relacionadas com as lidas campeiras, cujas técnicas e habilidades herdadas de geração em geração, se manifestam nas relações sociais diárias, seja no trabalho, nas suas vestimentas, no hábito diário do chimarrão, da alimentação a base de carne de ovelha e bovina.

Dentre as principais estratégias de reprodução social encontram-se, tanto entre os patronais quanto os familiares, a auto-organização como as Associações dos Produtores do Rincão do 28 e do Rincão do Batista, bem como formas de cooperação não institucionalizadas como a venda conjunta de animais por vizinhos que mantêm características produtivas semelhantes. O associativismo vem representando importante forma de contribuição para a reprodução social sustentável dos moradores da APA, visto que vem garantindo além da conservação da natureza, também a sustentabilidade nas dimensões econômica, política e cultural.

Uma das divergências entre a territorialidade familiar e patronal está no acesso à assistência técnica. Enquanto que os patronais tem fácil acesso, até mesmo porque dentre os entrevistados três deles possuem formação superior em medicina veterinária, os familiares dispõem de assistência técnica basicamente por meio da Emater. Esse é um dos motivos que fazendo com que eles se organizem em associações, já que facilita a assistência.

O arrendamento ou parceria também é uma convergência da territorialidade familiar e patronal. A divergência ocorre na medida em que enquanto o patronal disponibiliza áreas para outros arrendarem, já que muitas vezes não ocupa toda a sua extensão, os familiares buscam por pequenas áreas de campo para poder aumentar a sua carga animal, visto que, como os dados da pesquisa demonstram, a

maioria dos entrevistados possuem áreas pequenas, até mesmo abaixo do módulo fiscal da região.

A inserção da mulher na tomada de decisão e nas atividades diárias das lidas campeiras se apresenta como estratégia de reprodução social do território da pecuária familiar. A baixíssima presença de mão de obra de jovens ocorre devido ao êxodo rural dos filhos que vão para a cidade em busca de trabalho e/ou estudo e não retornam mais, e não possuindo capital para a contratação de trabalhadores, a solução encontrada é a mulher passar a desempenhar as atividades das lidas campeiras em conjunto com o marido, além da continuidade do trabalho doméstico na casa.

A Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, enquanto Unidade de Conservação de uso sustentável permite a coexistência entre Homem e natureza, e cujo predomínio da pecuária sobre o campo natural contribui para a manutenção das características culturais e ambientais locais do Bioma Pampa. Contudo, é necessário salientar que essa conservação da APA se dá muito mais pelas práticas, pelo manejo do gado sobre o campo nativo, configurada pela cultura secular do que pelas normas legais da APA. Porém, a institucionalização desse território enquanto UC também vem contribuindo para a inserção de práticas que contribuam para a conservação do pampa, bem como para a valorização do papel do ser humano nesse processo, fazendo com que os moradores se organizem em prol de uma reprodução social sustentável.

Nessa perspectiva, a APA do Ibirapuitã, configura-se como um território de resistência a expansão do agronegócio no que se refere à expansão do cultivo da soja e da silvicultura, que avança no Bioma Pampa. Assim, as Unidades de Conservação enquanto territórios representam a possibilidade real de uma relação sociedade-natureza mais equilibrada, na medida em que contribuem para a manutenção de serviços ecossistêmicos e na conservação da sociobiodiversidade. Assim, apresentam-se poucos conflitos em relação às adaptações as normas da UC, que são relativos às licenças de autorizações para atividades como o descapoeiramento.

Embora na APA do Ibirapuitã venha ocorrendo um modelo de desenvolvimento que está contribuindo para garantir os objetivos de uma UC de uso sustentável é primordial que os sujeitos, agentes e instituições, que pensam e definem a gestão desse espaço protegido, passem a incorporar nas pautas de

discussões o avanço do modelo de desenvolvimento que vem ocorrendo no Pampa e já nas intermediações da APA, que é a expansão da agricultura em especial do cultivo de soja.

O CONAPA Ibirapuitã vem se consolidando enquanto espaço dialógico e democrático de gestão e, que juntamente com as demais associações e representações dos sujeitos que ali vivem, vem possibilitando e incentivando a auto-organização, um dos pressupostos essenciais para a consolidação de territórios sustentáveis.

Neste sentido, é necessário que ocorra o aumento da representatividade dos moradores do interior da APA, pois só assim é possível garantir que haja correspondência das demandas da comunidade envolvida com o espaço protegido. Bem como, é essencial que os encontros ocorram com regularidade, conforme aponta o Regimento Interno, o que não vem ocorrendo. Também é essencial que ocorram programas de educação voltados para os moradores da APA, para que estes obtenham o conhecimento necessário para adequar seu manejo às normas desta Área de Proteção Ambiental. Para que esses problemas possam ser superados é fundamental que as demandas estruturais da APA sejam sanadas, como a destinação de mais verbas e de analistas ambientais para mesma.

Contudo, em razão da APA do Ibirapuitã abranger uma grande área e apresentar muitas especificidades é necessária a continuidade de pesquisas nesse território e, a ciência geográfica pode contribuir abarcando temas como: educação do Campo e sustentabilidade nas escolas presentes na APA; o turismo rural como alternativa de reprodução social sustentável; a realização de levantamento dos patrimônios materiais e imateriais; toda a temática de fronteira e identidade, o aprofundamento acerca da cadeia produtivas da pecuária, a compreensão das territorialidades dos territórios do arroz e do turismo rural ali presentes, o processo da expansão da soja e também o acompanhamento do CONAPA bem como ações de extensão que fortaleçam esse espaço de autogestão.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, ANPOCS, Editora da UNICAMP. 1992, 275p.

ALENDE, C.R.M. Estudo dos Sistemas de produção dos agricultores familiares da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 3ª reimp. São Paulo: Pioneira, 2002.

ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, ciência da sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 246 p.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). **Transgênicos: As sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, 280p.

**ATLAS EÓLICO: Rio Grande do Sul**. Elaborado por Odilon A. Camargo (et al) e editado pela Secretaria de Minas Energia e Comunicações. Porto Alegre: SEMC, 2002.

BAKHTIN, M.. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHLING, H. et al. Dinâmica dos campos no Sul do Brasil durante o Quaternário tardio. In: PILLAR, V. DE P.. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais - uma análise jurídica da realidade brasileira. In **novos cadernos**. Naea vol. 2, nº 2, 1999. Disponível em <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/111>.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BEZZI, Meri Lourdes. São Borja, Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despequarização. 1985. 222f. **Dissertação** (Mestrado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

BOLDRINI, I. L.; OVERBECK, G.; TREVISAN, R. Biodiversidade de Plantas. In: PILLAR, V. DE P.; LANGE, O (Editores). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede

BORBA, Marcos. "La Marginalid como potencial para la construcción de "otro"Desarrollo": El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. **Tese**

(Tese de doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável). Espanha: Universidade de Córdoba, UCO, 2002.

BOURDIEU, P. **Raisons Pratiques**. Sur la théorie de l'action, Éditions du Seuil, 1994.

BRASIL, 2014. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/lei-estabelece-mudancas-no-credito-do-banco-da-terra>

BRASIL. 2003. Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. CNUC/MMA – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação / Ministério do Meio Ambiente. <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 39, de 19-12-2002. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 364 p.

BRASIL. Criação da APA do Ibirapuitã. **Decreto - Lei nº 529, de 20 de maio de 1992**. Declara como Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, no Estado do Rio Grande do Sul, a região que delimita e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0529.htm). Acesso em: 08 de abr. de 2014.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 fev. 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial**, Brasília, 8 fev. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 16 de maio 2015.

BRASIL. Decreto Federal n. 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. **Presidência da República – Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF, 13 abr. 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm)>. Acesso em 18 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006a, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 25 de julho de 2006. Disponível em . Acesso em 20 dezembro de 2015.

BRASIL. Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República – Casa Civil**, Brasília, DF, 31

ago. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Presidência da República - Casa Civil**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 29 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Gestão da APA do Ibirapuitã**. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/docs-planos-de-manejo/pm\\_apa\\_ibirapuita.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_ibirapuita.pdf). Acesso em: 20 mar. 2014.

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. **PRACS**: Revista de humanidades do curso de Ciências Sociais. N 1 Macapá: UNIFAP, 2008.

BRUM, Jacob Argemiro. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1988.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R., GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o novo mundo rural**. Porto Alegre: Sociologias, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P.. **Área de proteção ambiental**: planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Carlos: Rima, 2005. 158p.

CESAR, G. **Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: IEL,

CHAYANOV, A. In: ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

CHELOTTI, M. C. A instância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 2009. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

\_\_\_\_\_. A Dinâmica do Espaço Agrário no Município de Sant´ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.3, n.1, p. 53-70, jan./jun. 2005.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. . A nova geografia agrária da Campanha Gaúcha/RS-BR:a (re)criação da produção familiar em domínio do espaço latifundiário. In: **V Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales**, 2007, Buenos Aires. Anais das V Jornadas Interdisciplinares .... Buenos Aires/AR : FCE-UBA, 2007. v. 1. p. 1-16.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa com sujeitos da reforma agrária: desafios metodológicos em Geografia Agrária. In: RAMIRES, C. de L; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 449-484

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas Agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. Chile: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1996. 445p.

CÔRTE, D. A. de A. **Planejamento e Gestão de APAs: enfoque institucional**. Brasília: IBAMA. Série Meio Ambiente em Debate, n. 15, 1997, 106 p. Disponível em: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em: 20 de out. 2015.

DA ROS, C.A. As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002). **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, 2006.

DE DAVID, C. Trabalho de campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica. **GEOUERJ**. Revista do Departamento de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: nº 11, p.19-24, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos (Autor). **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec: NUPAUB: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). [Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos](#). 2ª edição - São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume, 2000.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**, in: SACHS, I. Dicionário do Desenvolvimento. Editora Vozes, 2001.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994 (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil 1825-1865**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, IUFRRJ. Rio de Janeiro, 2007.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

[FEE \(RS\) – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Perfil Socioeconômico dos municípios do RS](#). FEE, 2016. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/> . Acesso em: 27 de mar. 2017.

FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2009. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>. Acesso em: 20 mai. 2015.

FERNANDES, Valéria Dorneles. O pecuarista familiar na campanha rio-grandense (Santana do Livramento / RS). **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

FONSECA, V. P. S. A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira. 1994. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 42 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FUNDAÇÃO MARONNA. “Quem somos” Disponível em: <http://fundacaomaronna.org.br/maronnaweb/index.php/quem-somos>. Acesso realizado em 21 out. 2015.

GANEM, R. S. (Org.). **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: Ed. da Câmara dos Deputados, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. (Coleção Pesquisas 1) Campinas, SP: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>. Acesso em 20 de fev. de 2015.

GUIMARÃES, A. P. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUSMÁN e CASADO, G.I.(org.) **Estilos de agricultura ecológica a agroecología en Andalucía**. Córdoba: Ed. FOUCI, 1997.

GUZMÁN, E. S. **Sobre el campesinado, la globalización de la economía y el desarrollo rural**. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2000. Mimeo.

HAESBAERT, Rogério. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. Cap. 07, p. 169 a 189.

ICMBio/MMA. "**Coleção Biodiversidade Brasileira**". Capítulo 01. BRASIL: Terra da Gente, 2010. 25 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em [www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/agropecuaria/censoagro/2006](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/agropecuaria/censoagro/2006). Acesso realizado em outubro de 2015.

INTA, Instituto de Clima y Agua. **Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal en las pampas y campos de Argentina**, Uruguay y Sur de Brasil. Buenos Aires: INTA Castelar: 2007. Disponível em [www.vidasilvestre.org.ar/pdfs/Libro-pastizal-0.pdf](http://www.vidasilvestre.org.ar/pdfs/Libro-pastizal-0.pdf);

KAGEYAMA, Â. e BERGAMASCO, S. M. P. **Novos dados sobre a produção familiar no campo**. XXVII Congresso da SOBER. Piracicaba, 1989.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 262 p. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Título original: *The Structure of Scientific Revolutions*. Data de publicação original: 1969.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. v.1: Uma realidade multiforme. Campinas : Editora da UNICAMP, 1993, 336p. (Coleção)

LAMARCHE. **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Vol. II. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura – a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, E. (Coord.). **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes/PNUMA, 2001. 343 p.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas**. In *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0123.pdf> . Acesso em: 21 de ago. 2017.

LEITE, S. *et al.* **Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policymakers**. Rio de Janeiro: CPDA, 2007 (Convênio CPDANEAD3).

LÊNIN, W. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAARA/CONTAG. Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor. **Brasília**, 1994 (Relatório da Comissão Técnica MAARA/CONTAG, Portarias MAARA 692, de 30/11/93 e 42, de 24/01/94).

MARANGON, M.; L. AGUDELO. **COMUNIDADES RURAIS DA APA DE GUARAQUEÇABA: ENTRE DIÁLOGOS E CONFLITOS**. ANNPAS. 2004.

MARANGONI, A. M. C. Questionários e entrevistas - algumas considerações. In: VENTURINI, L. A. B. (Org.) **Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 167-174.

MARASCHIN G. E. Production potential of South America grasslands. **Anais...** International Grassland Congress. São Paulo, 2001. p. 5-15.

MARCONDES, Sandra. Quinhentos anos de legislação ambiental no Brasil. Site EcoDebate. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/07/14/quinhentos-anos-de-legislacao-ambiental-no-brasil-artigo-de-sandra-marcondes/>. Acesso em 06 de jun. de 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. Ed – 3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, J. S.. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 1986.

MARTINS, J. S.. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. 1 ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP. 2004.

MATOS, P.F.; PESSÔA, V.L.S. Observação e Entrevista: Construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J.C.L.; PESSÔA, V.L.S.(Orgs.) **Geografia e pesquisa qualitativa- nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MAZURANA, Juliana; DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016. 224 p.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 217-227.

MEDEIROS, R. A. *Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. **Tese** (Doutorado em Geografia).

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 1, jan./jun., 2006, p. 41-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS, DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. Brasília: MMA, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL. “**PAMPA**”. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acesso em: 20 de nov. 2015.  
MMA (Ministério do Meio Ambiente do Brasil). Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. Publicação avulsa do MMA. 2000.

MORIM, Júlia. *Povos e Comunidades Tradicionais*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

MOURA, G. 2006. *Quilombos contemporâneos no Brasil in Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. CHAVES, R., SECCO, C., MACEDO, T.. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. Luanda/Angola: Chá de Caninde.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Censo agropecuário 2006 informações importantes**. 2009. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

NOVO, María. **El Desarrollo Sostenible: Su Dimensión Ambiental y Educativa**. Madrid (Espanha): Pearson Educación, 2006.

NURIT, B. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, p. 113-156, jul.-dez, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos 80. P. 45 – 67. In: STÈDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

OSÓRIO, Helen. Estrutura Agrária e Ocupacional. In **História Geral do Rio Grande do Sul** – Colônia. BOEIRA, N. GOLIN, T. (Coord.) CAMARGO, F.; GUTFREIND, I.; REICHEL, H. (Dir.). Passo Fundo: Méritos, 2006. V.1. Pág. 153- 170.

OVERBECK, G. E. et. al. Fisionomia dos Campos . In: PILLAR, V. DE P.; LANGE, O (Editores). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

OVERBECK, G. E. et. al. Os campos sulinos: um bioma negligenciado. In PILLAR, V.P. [et. al]. Editores. **Campos Sulinos: Conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

PÁDUA, M. T. J. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (Org.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011, p. 21 – 35. (Repertórios).

PALMARES. **Fundação Cultural Palmares**. Dados acerca de certificações de territórios quilombolas. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/archives/47036>. Acesso em: 04 de set. 2017.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Mercado aberto, 1997.

PESSÔA, V. L. S. GEOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA: um olhar sobre o processo investigativo. Revista **GEOUERJ**, V. 1, n 23. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>.

PICOLLI, L.R., SCHNADELBACH, C. V. [coord.] **O Pampa em Disputa: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores** – Amigos da Terra Brasil. Porto Alegre, 2007.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 52, Supl. 1, Brasília, 2014.

PILLAR, V. DE P.; ANDRADE, B. O.; DADALT, L.. Serviços Ecosistêmicos. In: **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

PILLAR, V. DE P.; LANGE, O (Editores). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre : Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

PORTO - GONÇALVES, C. W. **Desafio ambiental: os porquês da desordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In SAQUET, M.A; SPOSITO, E. S. (ORGs). **Territórios e Territorialidades** – teorias, processos e conflitos. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

RAMOS, R. A. et all. "Subprojeto 1 - Mapeamento da paisagem e uso e cobertura da terra da área de proteção ambiental do Rio Ibirapuitã, visando fornecer subsídios para o diagnóstico e monitoramento da biodiversidade". In: "**AVALIAÇÃO DA PAISAGEM, COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA E DINÂMICA DE COMUNIDADES TERRESTRES E AQUÁTICAS NA APA DO IBIRAPUITÃ - BIOMA PAMPA: POTENCIALIDADES, CONFLITOS DE USO E SUSTENTABILIDADE**". Sítio 25 - Campos Sulinos. EDITAL MCT/CNPQ NO 59/2009 - PROGRAMA DE PESQUISAS ECOLÓGICAS DE LONGA DURAÇÃO (PELD). 2010-2013. Execução: Fundação Zoobotânica/SEMA/RS.

RIBEIRO, C. M.; QUADROS, F. L. F.. Valor histórico e econômico da pecuária. IN: PILLAR, V. DE P.; LANGE, O (Editores). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIETH, F. M. S. et al. **AS LIDAS CAMPEIRAS NA REGIÃO DE BAGÉ/RS**: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na invenção da cultura campeira. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 2014.

ROSALINO, Luciano. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E OCUPAÇÕES NOS RINCÕES DOS MENDES E DA CHIRCA – APA DO RIO IBIRAPUITÃ/RS. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2013. 87 p.

SÁ BRITO, A. N. Entre o corredor e a estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do rio Ibirapuitã. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural): Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria, RS, 2010.

SACHS, I. A revolução energética do século XXI. **Revista Estudos Avançados**, USP, 21 (59), 2007.

SALOMONI, G. Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável: O Exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. **Tese** (Doutorado em Geografia): Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2000.

SANT'ANNA, D. M. Atividades produtivas. IN **Nosso Pampa Desconhecido**. CHOMENKO, L; BENCKE, G. A. (Org). Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

SANTOS, C. M.. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 121- 148.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-85, Jun. 2006.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST edições, 2003.

SAQUET, M. A.. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão popular, 2015a.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. IN: SAQUET, M.A.; SPÓSITO, E (Org.). **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS.** 2.ed. - Rio de Janeiro: Consequência, 2015b, p.69-90.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008 (Texto para discussão).

SAUVÉ, L. et alii. **La educación ambiental - una relación constructiva entre la escuela y la comunidad.** Montreal: Proyecto EDAMAZ, UQÁM, 2000.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.

SEMA. Secretaria de Meio Ambiente – Projeto RS Biodiversidade, Pampa. 2009. Disponível em <http://www.sema.rs.gov.br/projeto-rs-biodiversidade>. Acesso

SILVA, Eridiane Lopes da. O PAMPA E A APA DO IBIRAPUITÃ: Estratégias e ações para a sustentabilidade In: a sustentabilidade da região da campanha-rs: **Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas.** 1ªed.Independente : Independente, 2010, v.1, p.01-30 .

SIQUEIRA, Maria Isabel de. CONSERVAÇÃO OU PRESERVAÇÃO DAS RIQUEZAS NATURAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA: O REGIMENTO DO PAU-BRASIL. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, a. 170 (442):125-140, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-442/item/108470-conservacao-ou-preservacao-das-riquezas-naturais-na-america-portuguesa-o-regimento-do-pau-brasil.html>

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. cap. 4, p. 77-110.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. IN SAQUET, M.A.; SPÓSITO, E (Org.). **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 53-69.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p.77-116.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Urbanização e cidades, ciência e arte: a fotografia como linguagem. In: Rui Jacinto. (Org.). **Transversalidades. Territórios, sociedades e culturas em tempos de mudanças**. 1ed. Guarda, Portugal: Centro de Estudos Ibéricos, 2013, v. 1, p. 148-150.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Urbanização e cidades, ciência e arte: a fotografia como linguagem. In: Rui Jacinto. (Org.). **Transversalidades. Territórios, sociedades e culturas em tempos de mudanças**. 1ed. Guarda, Portugal: Centro de Estudos Ibéricos, 2013, v. 1, p. 148-150.

SUERTEGARAY, D. M. A., GUASSELLI, L.A. e VERDUM, R. **Atlas de arenização: Sudoeste do Rio Grande do Sul**. Secretaria da Coordenação e Planejamento, Porto Alegre, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. **Geographia**, Niterói, v.4, n.7, p. 64-68, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Interlúdio I: Geografia inspiradora. In CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

THOMAS, B.; FOLETO, E. M. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS ÁREAS PROTEGIDAS BRASILEIRAS. **Revista** Eletrônica do Curso de Direito da UFSM. Edição especial. 2013, p. 734-745. Disponível em: [www.ufsm.br/redevistadireito](http://www.ufsm.br/redevistadireito)

TORGAN, L.C. et al. “**AVALIAÇÃO DA PAISAGEM, COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA E DINÂMICA DE COMUNIDADES TERRESTRES E AQUÁTICAS NA APA DO IBIRAPUITÃ- BIOMA PAMPA: potencialidades, conflitos de uso e sustentabilidade**”. Programa de pesquisas ecológicas de longa duração (PELD): edital MCT/CNPQ N<sup>o</sup> 59/2009 – Sítio 25 Campos Sulinos. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica/SEMA/RS, 2013. 52 p.

TRINDADE, M. J. **Alegrete do século XVII ao século XX**. Porto Alegre: Movimento, 1985.

IUCN. **IUCN Red List Categories**. IUCN. Species Survival Commission. Gland, Switzerland, 1994.

URB-AL III. Crescimento econômico com proteção ambiental. **Revista** do Escritório de Coordenação e Orientação URB-AL III. 2012.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, v.25, n.2/3, p.128-141, mai./dez. 1995.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VÉLEZ-MARTÍN, E. et al.. Políticas Públicas para os campos. In: PILLAR, V. DE P.; LANGE, O (Editores). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

VERDUM, Roberto. Referências da Geografia para responder às transformações na paisagem. Revista GEOgrafias Edição especial III SEGEO – BH, 2014, p. 14 – 25.

WANDERLEY, M. de N. B. **A Agricultura familiar no Brasil**: um espaço em construção. 1996 (mimeo).

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Cap. I. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo : EDIUPF, 1999. 394p.

WAQUIL, P. D. et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: História, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. UFRGS Editora. 2016.

WHITAKER, Dulce. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Editora UNIJUI, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM GESTORES: ANALISTAS AMBIENTAIS APA IBIRAPUITÃ

#### **Dimensão política-institucional**

- Sobre o processo de criação da APA
- Principais responsabilidades, atividades dos analistas ambientais da APA
- Estrutura para gestão da APA: pessoal, física, material
- Relação com os municípios que integram a APA – gestão
- relação com as instituições
- Sobre o CONAPA (representatividade e efetividade)

#### **Dimensão econômica**

- atividades agrícolas e não agrícolas na APA
- projetos de incentivo para atividade produtiva (quais);
- contribuições econômicas da APA

#### **Dimensão cultural:**

- integração comunitária/ sociabilidade
- acesso à saúde, educação, transporte, energia
- projetos/incentivos à valorização da cultura

#### **Dimensão da natureza:**

- Quais práticas / manejo ilegais são realizadas pelos agricultores
- Como é percebida a satisfação ou insatisfação dos agricultores por morarem dentro da APA
- Das atividades que necessitam autorização quais são mais requisitadas
- sobre uso sustentável – APAs
- potenciais de desenvolvimento sustentável
- formas de comunicação entre ICMBio e moradores
- CONAPA, instrumentos de gestão
- Cadastro Ambiental Rural
- Educação Ambiental
- dificuldades

## **APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM GESTORES: Secretários de Agricultura e Meio Ambiente de Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, Santana do Livramento**

Dados de identificação do entrevistado:

### **Dimensão política-institucional**

- como o município entende a existência da APA: positiva ou negativa? Por quê?
- atividades / políticas que visam contribuir com a consolidação da APA
- Relação da instituição com o ICMBio e com os agricultores da APA
- Sobre o CONAPA (representatividade e efetividade)

### **Dimensão econômica**

- atividades agrícolas e não agrícolas
- projetos de incentivo para atividade produtiva (quais);
- 

### **Dimensão cultural:**

- integração comunitária/ sociabilidade
- acesso à saúde, educação, transporte, energia
- projetos/incentivos à valorização da cultura

### **Dimensão da natureza:**

- formas de uso e manejo
- Política de Educação Ambiental do município
- Como é percebida a satisfação ou insatisfação dos agricultores por morarem dentro da APA

## **APÊNDICE III - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MEDIADORES: TÉCNICOS DA EMATER**

Dados de identificação do entrevistado

### **Dimensão política-institucional**

- Quais localidades, comunidades, rincões (dentro da APA) que recebem assessoria
- sobre a estrutura fundiária
- Principais atividades desempenhadas pela Emater na APA
- Relação da instituição com o ICMBio e com os agricultores da APA

### **Dimensão econômica**

- atividades agrícolas e não agrícolas
- projetos de incentivo para atividade produtiva (quais);
- assistência à comercialização;
- financiamentos

### **Dimensão cultural:**

- integração comunitária/ sociabilidade
- acesso à saúde, educação, transporte
- projetos/incentivos à valorização da cultura

### **Dimensão da Natureza:**

- formas de uso e manejo
- Educação Ambiental
- Como é percebida a satisfação ou insatisfação dos agricultores por morarem dentro da APA

## **APÊNDICE IV - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS SUJEITOS DA APA - AGRICULTORES PATRONAIS E FAMILIARES**

Dados de identificação do entrevistado

### **Dimensão econômica:**

Atividades agrícolas, atividades não agrícolas, infraestrutura, técnicas e tecnologias, financiamento, relações de trabalho, redes de comercialização, assistência técnica, limitantes,...

### **Dimensão política:**

Acesso a terra (antes ou após criação da APA), tamanho, multiescalaridade das representações, instituições, agentes... (relação em nível local, municipal, regional, federal, internacional), serviços básicos (saúde, educação, transporte...), participação em associações/sindicatos, relação e representatividade no CONAPA, sucessão,

### **Dimensão cultural:**

Sociabilidade, lazer, espaços sagrados e profanos, saberes (artesanatos, culinária, sazonais...), especificidades linguísticas, a casa (materialidade/imaterialidade), a família (divisão do trabalho, gênero, decisões...), patrimônio cultural

### **Dimensão da Natureza:**

Usos, concepções (sustentabilidade, Unidade de Conservação, patrimônio natural), manejo, Área de Proteção Permanente, Reserva legal, Cadastro Ambiental Rural, reação às restrições da APA, conhecimento dos elementos bióticos e abióticos...

## **APÊNDICE V- ROTEIRO HISTÓRICO DA APA – ENTREVISTAS COM SUJEITOS ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA APA DO IBIRAPUITÃ**

Nome:

Profissão na época da criação da APA:

Profissão hoje:

Qual seu envolvimento/participação na criação da APA

De quem partiu a iniciativa de propor uma APA

Como ocorreu o processo?

Ocorreram conflitos?

Podes falar sobre os critérios utilizados para a delimitação da APA,

Quais os aspectos positivos da criação

Quais os aspectos negativos observados desde a criação até o momento?

Continuas envolvido com a APA? De qual forma (CONAPA, pesquisas,...)

**APÊNDICE VI - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM SINDICATOS RURAIS:  
SINDICATO RURAL DE (Município):**

( ) Alegrete ( ) Rosário do Sul ( ) Santana do Livramento ( ) Quaraí

- 1 – Existem muitos moradores da APA que fazem parte do Sindicato?
- 2 – Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas dentro da APA?
- 3 - Esses moradores procuram o Sindicato para comunicar alguma insatisfação ou problema causado pelas normas da APA? Se sim, quais?
- 4 – Como o Sindicato vê o CONAPA? (representatividade e efetividade)
- 5 – Como é a relação com o ICMBio?
- 6 – Como o Sindicato entende a existência da APA: positiva ou negativa? Por quê?
- 7 – Realiza ou participa de atividades/ações que visam contribuir com a consolidação da APA?
- 8 – Acerca do avanço de atividades agrícolas (soja, uva, silvicultura...) no Bioma Pampa, o Sindicato vê estas como alternativa positiva para os moradores da APA?
- 9 - Quais atividades julga ser mais adequadas para área que abrange a APA do Ibirapuitã?

## **APÊNDICE VII - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO**

### **ROTEIRO 01: Observação no CONAPA**

- composição / integrantes
- dinâmica de realização
- pautas / assuntos tratados
- representatividade dos territórios familiares e patronal
- posicionamentos / contribuições à pauta da reunião de cada representante
- concepções acerca da sustentabilidade da APA

### **ROTEIRO 02: Observação junto aos agricultores familiares e patronais**

- a casa: sua materialidade, o seu entorno, possui horta, jardim, objetos que expressam suas crenças/valores
- relações de trabalho e vivência familiar
- percorrer a área destinada a produção (o quê produz, onde, como)
- técnicas e tecnologias
- manejo
- APPs, Reserva Legal,
- expressões utilizadas na linguagem / dialeto / gírias
- imagens territoriais presentes que conferem identidade social: (capela, escola, venda, campo de futebol, cancha de bocha, espaço para tiro de laço...)
- apreender a (in)coerência entre o discurso e a prática sobre as restrições na APA

## ANEXO

### Autorização SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

#### Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 51188-1	Data da Emissão: 24/09/2015 10:06	Data para Revalidação*: 23/10/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: Marise Beatriz Losekann	CPF: 999.848.300-04
Título do Projeto: TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO IBIRAPUITÁ, RS	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	CNPJ: 95.591.764/0001-05

#### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	observações e entrevistas aos moradores e aos gestores da APA	10/2015	01/2018

#### Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exclui o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/icgen">www.mma.gov.br/icgen</a> .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

#### Outras ressalvas

1	1. A APA do Ibirapuitá é formada por propriedades rurais privadas; é necessário obter autorização prévia dos proprietários para poder entrar nelas. 2. Para expedições, comunicar previamente os técnicos da APA através do e-mail <a href="mailto:apa_ibirapuita@yahoo.com.br">apa_ibirapuita@yahoo.com.br</a> . 3. Os pesquisadores tem até 6 meses após a conclusão do projeto para encaminharem aos técnicos da APA a cópia digital dos resultados da pesquisa, bem como relatório contendo espécie, coordenadas onde foi registrada e fotos (sempre que disponíveis) de todos os registros de espécies efetuados ao longo da pesquisa na UC. 4. Registros de presença ou danos por espécies exóticas invasoras dentro da APA devem ser comunicados aos gestores da APA imediatamente após o fim da expedição de campo.
---	---

#### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		RS	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IBIRAPUITÁ	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 15517226



Página 1/2